



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

**CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS E
DAS CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE AS PROPOSTAS DE
PLANO DE ZONEAMENTO E DO PLANO DE AÇÃO**

Palmas, 2018

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MAURO CARLESSE - GOVERNADOR

Wanderlei Barbosa - Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Sandro Armando Henrique - Secretário

Sergislei Silva Moura - Subsecretário

DIRETORIA DE PESQUISA E INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Francis Ney Prado Maia - Diretor

GERÊNCIA DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Rodrigo Sabino Teixeira Borges - Gerente

Bacharel em Geografia - Mestre Geografia

EQUIPE TÉCNICA

Cecília Amélia Miranda Costa - *Bacharel em Processamento de Dados - Mestre Engenharia Ambiental*

Ilda Celeste Lopes da Costa Martins - *Tecnóloga em Gestão Ambiental*

Klejjane Sousa Costa - *Técnica Contábil*

Leandro Roeder - *Bacharel em Ciências Econômicas*

Paulo Augusto Barros de Sousa - *Bacharel em Ciência da Computação - Mestre Modelagem Computacional de Sistemas*

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL**

**ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO ESTADO DO TOCANTINS**

Consolidação de Resultados das Reuniões Temáticas
e Consultas Públicas Sobre as Propostas do Plano de
Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento

Palmas, 2018.

CAPA

Valéria Romão Morellato Hardt

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E ANÁLISE

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Cecília Amélia Miranda Costa

ANÁLISE

Cecília Amélia Miranda Costa
Ilda Celeste Lopes da Costa Martins
Leandro Roeder

Paulo Augusto Barros de Sousa
Rodrigo Sabino Teixeira Borges

DETZEL, Valmir Augusto; HARDT, Leticia Peret Antunes; OLIVEIRA Fabiano de; DALOTTO, Roque Sanchez.

Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan). Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais (GIES). Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins. Relatório Consolidado de Resultados das Reuniões Temáticas e das Consultas Públicas sobre as Propostas de Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento. Palmas: Seplan/GIES, 2018. vol. I.

242 p., Ilust.

Série TOCANTINS - Consultas Públicas do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico - v. 6/9.

Executado pelo Consórcio Senografia Desenvolvimento e Soluções - Detzel Consultores Associados - Hardt Planejamento para a Secretaria do Planejamento e Orçamento, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS).

1. Consultas Públicas. 2. Zoneamento Ecológico-Econômico. 3. Tocantins. 4. Relatório.

I. Tocantins. Secretaria do Planejamento e Orçamento. II. Zoneamento Ecológico-Econômico. III. Título.

CDU 502/504

Secretaria do Planejamento e Orçamento
Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento
Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas
Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais
AANO - Esplanada das Secretarias, s/n, Centro
CEP: 77.001-002, Palmas - TO
Tel: (63) 3212.4495 - 3212.4493
<http://www.seplan.to.gov.br>
E-mail: ascom@seplan.to.gov.br



APRESENTAÇÃO

O Relatório Consolidado de Resultados das Reuniões Temáticas e das Consultas Públicas sobre as Propostas de Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento é parte integrante do *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins*¹. Este trabalho foi desenvolvido no escopo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), componente Melhoramento da Eficiência dos Serviços Públicos numa Seleção de Serviços Públicos, executado com recursos do Tesouro Estadual e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)².

O Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Tocantins está sendo elaborado em etapas consecutivas e tem por propósito principal estabelecer bases importantes para o direcionamento de políticas públicas e para o incentivo a implantação de investimentos privados no território, aliando o desenvolvimento socioeconômico às oportunidades e limitações que cada região apresenta. O fundamento principal que norteia a elaboração do ZEE-TO é estabelecer equilíbrio entre os eixos de desenvolvimento social, econômico e ambiental, tendo em vista que estes eixos são complementares e dependentes entre si.

O Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico tem como objetivos específicos: (i) compartimentar o estado em unidades de paisagem utilizando no mapeamento níveis de hierarquização; (ii) propor diretrizes para o uso e conservação dos recursos naturais no estado; (iii) estabelecer estratégias e propor metas e programas para racionalização do uso dos recursos naturais no Tocantins, considerando as características peculiares de cada compartimento da paisagem; (iv) propor políticas, mecanismos e instrumentos para a compatibilização dos usos econômicos dos recursos naturais e da sua preservação e conservação; (v) informar, sensibilizar, mobilizar e consultar atores sociais locais quanto às questões que envolvem os recursos naturais, o planejamento do uso das paisagens e gestão territorial no Tocantins.

Os trabalhos realizados nas fases anteriores corresponderam à definição de Unidades de Paisagem, à definição de um Diagnóstico Socioambiental do Estado do Tocantins e, com base neste, o estabelecimento de cenários destinados a projetar o futuro tendencial e o futuro desejável considerando ecologia e desenvolvimento. A partir destas análises foi estabelecida uma proposta de pré-zoneamento do território indicando os segmentos com características homogêneas ou similares.

A construção do ZEE-TO tem por princípio a participação dos diversos setores da sociedade organizada, por meio da representação dos atores em eventos participativos, sem descartar as contribuições autônomas realizadas por contato direto com a SEPLAN-TO. A partir da apresentação do pré-zoneamento à sociedade, realizada por ocasião das Oficinas Técnicas, foram geradas correções, complementações e ajustes no pré-zoneamento de forma a constituir uma proposta refinada destinadas a uma nova apresentação pública.

Entrando na fase final de concepção, o Plano de Zoneamento e o Plano de Ação do Zoneamento constituíram-se em alvo das Reuniões Temáticas e das Consultas Públicas. As primeiras foram destinadas a consultar grupos técnicos especializados integrantes de diversas instituições, em eventos de dia completo, propiciando condições de uma explicação mais aprofundada sobre as propostas. As Consultas Públicas, por sua vez, foram realizadas com o intuito de reunir a sociedade tocantinense em eventos abertos ao público, distribuídos pelo estado convidando para tanto as lideranças de diversos grupos representativos da sociedade civil, como oportunidade de discussão e coleta de subsídios ao refinamento das propostas de zoneamento e de ação visando ao desenvolvimento e a proteção ambiental do território tocantinense.

O presente produto é dividido em duas sessões e refere-se ao registro de todos os procedimentos de mobilização e resultados obtidos a partir das Reuniões Temáticas (Sessão 1) realizadas em Palmas e das Consultas Públicas (Sessão 2) realizadas em 9 cidades distribuídas pelo território do estado do Tocantins.

¹ O trabalho *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins* foi executado por meio de contrato de prestação de serviços especializados firmado entre a **Secretaria do Planejamento e Orçamento** e o **Consórcio Senografia Desenvolvimento e Soluções - Detzel Consultores Associados - Hardt Planejamento**, por meio do contrato nº 11/2015.

² Contrato de empréstimo nº 8.185-0 BR.





CRÉDITOS

**TOCANTINS****SUPERVISÃO****Geral**

Bacharel em Geografia Me. Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Gerente de Indicadores Econômicos e Sociais

Suplente

Bacharel Processamento de Dados Me. Cecília Amélia Miranda Costa

Apoio

Tecnóloga em Gestão Ambiental Ilda Celeste Lopes da Costa Martins
Bacharel em Administração Kleijane Sousa Costa
Bacharel em Ciências Econômicas Leandro Roeder
Bacharel em Ciência da Computação Me. Paulo Augusto Barros de Sousa

CONSÓRCIO**COORDENAÇÃO TÉCNICA****Coordenação Geral**

Engenheiro Florestal Me. Valmir Augusto Detzel | CREA-PR 17.516/D

Coordenação do Zoneamento Ecológico-Econômico

Arquiteta e Urbanista Dra. Letícia Peret Antunes Hardt | CAU A3137-2

Coordenação da Compartimentação da Paisagem

Geógrafo Dr. Fabiano Antônio de Oliveira | CREA-SC 52.278-5

Coordenação da Cartografia e Geoprocessamento

Cartógrafo Dr. Roque Alberto Sánchez Dalotto

EQUIPE TÉCNICA | REUNIÕES TEMÁTICAS E CONSULTAS PÚBLICAS**Coordenadores | Processo Participativo**

Bióloga Esp. Lorena Carmen Folda Detzel | CRBio 69007/07-D
Engenheiro Florestal Me. Valmir Augusto Detzel | CREA-PR 17.516/D

Coordenadora Adjunta

Técnica em Geoprocessamento Esp. Sandy Plassmann Lamberti

Mobilização de Atores Sociais

Engenheira Ambiental e Sanitarista Cristina Solange Hendges | CREA-TO 113.221/D
Bióloga Esp. Lorena Carmen Folda Detzel | CRBio 69007/07-D

Condução Técnica das Consultas Públicas

Bióloga Esp. Lorena Carmen Folda Detzel | CRBio 69007/07-D
Engenheiro Florestal Me. Valmir Augusto Detzel | CREA-PR 17.516/D

Condução das Reuniões Temáticas Participativas

Técnica em Geoprocessamento Sandy Plassmann Lamberti
Arquiteta e Urbanista Me. Taís Silva Rocha D'Angelis | CAU A87760-3
Engenheiro Florestal Me. Valmir Augusto Detzel | CREA-PR 17.516/D

Suporte Técnico

Engenheiro Florestal Augusto Rodrigues de França | CREA-PR 156.872/D
Engenheira Ambiental Caroline Oksana Preima | Técnica
Geógrafo Esp. Cristiano Cit | CREA-PR 132.282/D



Bióloga Esp. Lorena Carmen Folda Detzel | CRBio 69007/07-D
Biólogo Dr. Ricardo Miranda de Brites | CRBio 05.319-03D
Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura | CAU A28547-1
Técnica em Geoprocessamento Sandy Plassmann Lamberti
Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato Hardt | CAU A43890-1
Arquiteta e Urbanista Verena Giraldo Costa | CAU A107694-9

EQUIPE TÉCNICA | APOIO

Equipe de Apoio à Mobilização de Atores Sociais

Técnico Josiel Aires Marinho
Motorista Genísio Batista Gomes

Equipe de Apoio às Reuniões Temáticas e Consultas Públicas

Antonia Ribeiro Farias - Apoio Dianópolis
Daiane Costa de Faria - Apoio Técnico Lagoa da Confusão
Deusivânia Telles de Oliveira - Divulgação Carro de Som Gurupi
Edilene Resplandes - Apoio Técnico Augustinópolis
Eliane Ferreira Santos - Apoio Técnico Pedro Afonso
Elina Ferreida de Souza - Apoio Técnico Lagoa da Confusão
Evanildo Pereira da Silva - Divulgação Carro de Som Araguaína
Francisco Alenca França - Divulgação Carro de Som Augustinópolis
Geraldo Mendes - Cerimonial Araguaína
Heuler Pereira Gomes - Divulgação Carro de Som Novo Acordo
ledo Mudesto - Divulgação Carro de Som Dianópolis
Juliana Araújo Rodrigues - Apoio Técnico Araguaína
Junior José da Silva - Divulgação Carro de Som Colinas do Tocantins
Lanucia Campos Ferreira - Apoio Técnico Pedro Afonso
Lizandra Paz de Oliveira - Apoio Técnico Palmas
Lizandra Vasconcelos - Apoio Técnico Gurupi
Lorena Cristina Araújo - Apoio Técnico Araguaína
Lucas Araújo - Apoio Técnico Gurupi
Lucas Costa Reis - Apoio Técnico Colinas do Tocantins
Mara Patrícia Maione - Apoio Técnico Colinas do Tocantins
Marcos André - Cerimonial Pedro Afonso
Raquel Araújo de Oliveira - Apoio Técnico Augustinópolis
Rosemberg Eventos - Apoio Gurupi
Wellington da Silva - Apoio Pedro Afonso
Yussuf Ali Bucar - Divulgação Carro de Som Pedro Afonso
Zélia Maria S. Silva - Apoio Colinas do Tocantins

DIREÇÃO DO CONSÓRCIO

Analista de Sistemas Esp. Dimas Clemente | Resp. Senografia Desenvolvimento (Líder do Consórcio)
Arquiteto e Urbanista Me. Drando Marlos Hardt | Resp. Hardt Planejamento
Engenheiro Florestal Me. Valmir Augusto Detzel | Resp. Detzel Consulting

ADMINISTRAÇÃO CONSÓRCIO

Gestora da Qualidade | Secretária Executiva Anny Louise Biernaski
Secretária Executiva Caroline Fernanda Brito
Secretária Executiva Janaina da Silva Rodrigues
Administradora Maria Carolina da Leve



SUMÁRIO





APRESENTAÇÃO

CRÉDITOS	VII
SUMÁRIO	XI

SESSÃO 1: REUNIÕES TEMÁTICAS

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS	3
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS	7
2.1	PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS	9
2.2	ESTRATÉGIAS E MÉTODOS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES TEMÁTICAS	11
2.2.1	PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS	12
2.2.2	RECEPÇÃO E REGISTRO DOS PARTICIPANTES CONVIDADOS.....	13
2.2.3	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	13
2.2.4	APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DE PLANO DE ZONEAMENTO	13
2.2.5	APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO	14
2.2.6	ENCERRAMENTO DAS REUNIÕES TEMÁTICAS	14
3	REGISTROS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS.....	17
3.1	REGISTROS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS	19
3.1.1	REUNIÃO TEMÁTICA MEIO AMBIENTE.....	19
3.1.1.1	REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES	19
3.1.1.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	20
3.1.1.3	APRESENTAÇÃO TÉCNICA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO.....	21
3.1.2	REUNIÃO TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	22
3.1.2.1	REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES	23
3.1.2.2	DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO	23
3.1.3	REUNIÃO TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA	25
3.1.3.1	REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES	25
3.1.3.2	DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO	26
3.1.4	REUNIÃO TEMÁTICA DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS.....	27
3.1.4.1	REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES	27
3.1.4.2	DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO	28

SESSÃO 2: CONSULTAS PÚBLICAS

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS DAS CONSULTAS PÚBLICAS	39
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS CONSULTAS PÚBLICAS	43
2.1	PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO	45
2.2	MÉTODO DE MOBILIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	46
2.2.1	MATERIAIS PARA MOBILIZAÇÃO	49
2.2.2	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO	49



2.2.3	DATAS E LOGÍSTICA DAS MOBILIZAÇÕES	50
2.3	MÉTODO DE REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS.....	51
2.3.1	CONVOCAÇÃO - LOCAL DO EVENTO	51
2.3.2	MATERIAIS	52
2.3.3	PROGRAMAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS	52
2.3.4	RECEPÇÃO E PROCESSO DE INSCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES	53
2.3.5	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	53
2.3.6	APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO	53
2.3.7	MANIFESTAÇÃO E REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES.....	54
2.3.8	ENCERRAMENTO DAS CONSULTAS PÚBLICAS	55
3	DESENVOLVIMENTO DAS CONSULTAS PÚBLICAS	57
3.1	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	59
3.1.1	EQUIPE TÉCNICA PARA MOBILIZAÇÃO.....	59
3.1.2	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS	65
3.1.2.1	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE LAGOA DA CONFUSÃO	65
3.1.2.2	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE AUGUSTINÓPOLIS	66
3.1.2.3	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE ARAGUAÍNA	70
3.1.2.4	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE COLINAS DO TOCANTINS	72
3.1.2.5	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE PEDRO AFONSO	73
3.1.2.6	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE GURUPI	74
3.1.2.7	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE DIANÓPOLIS	77
3.1.2.8	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE NOVO ACORDO	81
3.1.2.9	MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE PALMAS.....	83
3.2	REGISTROS DAS CONSULTAS PÚBLICAS	87
3.2.1	CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO	87
3.2.1.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA	88
3.2.1.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	90
3.2.1.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES.....	91
3.2.1.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.....	94
3.2.2	CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS.....	94
3.2.2.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA	95
3.2.2.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	97
3.2.2.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES.....	98
3.2.2.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.....	100
3.2.3	CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA	100
3.2.3.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA	101
3.2.3.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	103
3.2.3.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	104
3.2.3.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.....	107
3.2.4	CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS	107
3.2.4.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA	108
3.2.4.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	110
3.2.4.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES.....	110
3.2.4.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.....	112
3.2.5	CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO	113
3.2.5.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA	113
3.2.5.2	ABERTURA DOS TRABALHOS.....	116



3.2.5.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	116
3.2.5.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS	118
3.2.6	CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI	119
3.2.6.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA.....	119
3.2.6.2	ABERTURA DOS TRABALHOS	121
3.2.6.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	122
3.2.6.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS	123
3.2.7	CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS	123
3.2.7.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA.....	124
3.2.7.2	ABERTURA DOS TRABALHOS	126
3.2.7.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	127
3.2.7.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS	130
3.2.8	CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO	130
3.2.8.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA.....	131
3.2.8.2	ABERTURA DOS TRABALHOS	133
3.2.8.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	134
3.2.8.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS	137
3.2.9	CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS.....	137
3.2.9.1	REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA.....	138
3.2.9.2	ABERTURA DOS TRABALHOS	142
3.2.9.3	EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES	145
3.2.9.4	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS	148
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	151
4.1	RESULTADOS DOS TRABALHOS DE MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	153
4.1.1	NÚMERO DE ATORES MOBILIZADOS E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL	153
4.1.1.1	ATORES MOBILIZADOS À CONSULTA PÚBLICA CONFORME SEDE DOS EVENTOS.....	155
4.1.2	PARTICIPANTES POR REGIÃO ADMINISTRATIVA NAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO.....	157
4.2	ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEMÁTICAS DAS CONSULTAS PÚBLICAS	159
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICES	165
	EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	209

LISTA DE FIGURAS

SESSÃO 1: REUNIÕES TEMÁTICAS

Figura 3.1	ABERTURA DA REUNIÃO TEMÁTICA DO PROJETO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO, EM PALMAS/TO	20
Figura 3.2	REGISTRO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS NA SALA DE REUNIÕES DA SEPLAN-TO, POR OCASIÃO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE	21
Figura 3.3	REGISTRO DOS PARTICIPANTES NO PRIMEIRO DIA DA REUNIÃO TEMÁTICA DO PROJETO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO, EM PALMAS / TO	22
Figura 3.4	REGISTROS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS NA SALA DE REUNIÕES DA SEPLAN-TO, POR OCASIÃO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	24
Figura 3.5	REGISTROS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	26
Figura 3.6	REGISTRO DOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	27
Figura 3.7	REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	30
Figura 3.8	REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	31
Figura 3.9	REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	33
Figura 3.10	REGISTROS DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO	35

SESSÃO 2: CONSULTAS PÚBLICAS

Figura 1.1	FLUXOGRAMA DE INSERÇÃO DO PRODUTO ESPECÍFICO NA ESTRUTURA METODOLÓGICA GERAL DAS FASES DO TRABALHO	41
Figura 2.1	MUNICÍPIOS SEDES DAS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE	48
Figura 3.1	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, RESULTADO GERAL	61
Figura 3.2	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, NAS REGIÕES DE LAGOA DA CONFUSÃO, AUGUSTINÓPOLIS, ARAGUAÍNA E COLINAS DO TOCANTINS	61
Figura 3.3	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, NAS REGIÕES DE PEDRO AFONSO, GURUPI, DIANÓPOLIS, NOVO ACORDO E PALMAS	62
Figura 3.4	MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE	64
Figura 3.5	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM LAGOA DA CONFUSÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIONAL PARAÍSO DO TOCANTINS, SOBRE O ZEE	65
Figura 3.6	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-I - ARAGUATINS e RA-II - AUGUSTINÓPOLIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM AUGUSTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	67
Figura 3.7	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-III - TOCANTINÓPOLIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM AUGUSTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	68
Figura 3.8	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IV - XAMBIOÁ e DA RA-VII - GOIATINS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM ARAGUAÍNA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	70
Figura 3.9	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-V - ARAGUAÍNA REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM ARAGUAÍNA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	71



Figura 3.10	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS PARA A CONSULTA PÚBLICA EM COLINAS DO TOCANTINS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	72
Figura 3.11	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS PARA A CONSULTA PÚBLICA EM PEDRO AFONSO NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	73
Figura 3.12	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DE GURUPI PARA A CONSULTA PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE.....	75
Figura 3.13	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XIV - GURUPI PARA A CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	76
Figura 3.14	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS PARA A CONSULTA PÚBLICA SOBRE O ZEE.....	77
Figura 3.15	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XIII - NATIVIDADE, RA-XVI - PARANÃ E RA-XVII - ARRAIAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	78
Figura 3.16	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XV - DIANÓPOLIS E RA-XVIII - TAGUATINGA PARA A CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	80
Figura 3.17	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XII - NOVO ACORDO PARA A CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE.....	82
Figura 3.18	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DE BARROLÂNDIA, PARAÍSO DO TOCANTINS E SANTA RITA DO TOCANTINS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE	83
Figura 3.19	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE.....	84
Figura 3.20	REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE.....	85
Figura 3.21	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO.....	88
Figura 3.22	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO.....	89
Figura 3.23	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO	89
Figura 3.24	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO.....	90
Figura 3.25	IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO	90
Figura 3.26	IMAGENS DA PLENÁRIA DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO.....	91
Figura 3.27	IMAGEM DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS PELO SR. NELSON, PREFEITO MUNICIPAL NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO	93
Figura 3.28	IMAGEM DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS PELO SR. ADMILTON DORTA, REPRESENTANTE DA ALDEIA INDÍGENA HOROTORYHAWA NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO.....	93
Figura 3.29	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO.....	95
Figura 3.30	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO.....	97
Figura 3.31	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO.....	97
Figura 3.32	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO	97
Figura 3.33	IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO.....	98
Figura 3.34	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO	99
Figura 3.35	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO.....	101
Figura 3.36	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO.....	102
Figura 3.37	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO.....	103
Figura 3.38	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO	103
Figura 3.39	IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO.....	104



Figura 3.40	REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO	105
Figura 3.41	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO	106
Figura 3.42	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO	107
Figura 3.43	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO.....	108
Figura 3.44	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO	109
Figura 3.45	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO.....	109
Figura 3.46	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO	110
Figura 3.47	REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO	111
Figura 3.48	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO	111
Figura 3.49	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO.....	113
Figura 3.50	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO	113
Figura 3.51	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO	115
Figura 3.52	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO.....	115
Figura 3.53	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO.....	115
Figura 3.54	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO	116
Figura 3.55	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO	117
Figura 3.56	REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO MOMENTO DE COLETA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO.....	118
Figura 3.57	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO	118
Figura 3.58	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO.	119
Figura 3.59	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO.....	120
Figura 3.60	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO.....	120
Figura 3.61	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO	121
Figura 3.62	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO	122
Figura 3.63	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO	123
Figura 3.64	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO	124
Figura 3.65	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.....	125
Figura 3.66	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO	126
Figura 3.67	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.....	126
Figura 3.68	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO	128
Figura 3.69	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.....	129
Figura 3.70	IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.	130



Figura 3.71	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.....	132
Figura 3.72	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO	133
Figura 3.73	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.....	133
Figura 3.74	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.....	134
Figura 3.75	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO	135
Figura 3.76	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO	136
Figura 3.77	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.....	137
Figura 3.78	IMAGEM DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO.....	137
Figura 3.79	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO	141
Figura 3.80	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO	141
Figura 3.81	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO	141
Figura 3.82	IMAGENS DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO	142
Figura 3.83	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO	143
Figura 3.84	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO.....	145
Figura 3.85	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO.....	147
Figura 3.86	REGISTRO FOTOGRÁFICO DO MOMENTO DE COLETA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO.....	148
Figura 4.1	NÚMERO DE REPRESENTANTES, POR MUNICÍPIO, PRESENTES NAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO.....	158



LISTA DE QUADROS

SESSÃO 1: REUNIÕES TEMÁTICAS

Quadro 2.1	AGENDA E PROGRAMAÇÃO DE CONTEÚDO A SER ABORDADO NAS REUNIÕES TEMÁTICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO	11
Quadro 2.2	PROGRAMAÇÃO DAS REUNIÕES TEMÁTICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO	12
Quadro 3.1	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	19
Quadro 3.2	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	23
Quadro 3.3	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	25
Quadro 3.4	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	28

SESSÃO 2: CONSULTAS PÚBLICAS

Quadro 2.1	MUNICÍPIOS SEDES DAS CONSULTAS PÚBLICAS E REGIÕES ADMINISTRATIVAS COM RESPECTIVOS MUNICÍPIOS	50
Quadro 2.2	AGENDA DE CONSULTAS PÚBLICAS E PERÍODO DE MOBILIZAÇÃO, CONFORME SEDES DE CADA EVENTO	50
Quadro 2.3	PROGRAMAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO	52
Quadro 3.1	MUNICÍPIOS TOCANTINENSES MOBILIZADOS PARA CONSULTAS PÚBLICAS DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA.....	59
Quadro 3.2	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	88
Quadro 3.3	AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA.....	95
Quadro 3.4	AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAINA DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA.....	101
Quadro 3.5	AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	108
Quadro 3.6	AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA.....	114
Quadro 3.7	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA.....	119
Quadro 3.8	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA.....	124
Quadro 3.9	RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA	131
Quadro 3.10	PARTICIPANTES DA OFICINA TÉCNICA DE PALMAS - ZEE-TO.....	138
Quadro 4.1	NÚMERO DE MOBILIZADOS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO E NÚMERO TOTAL DE MOBILIZAÇÕES REALIZADAS NO PROCESSO DE PREPARO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO	154
Quadro 4.2	ATORES MOBILIZADOS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO CONFORME SEDE DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO.....	155
Quadro 4.3	NÚMERO DE MOBILIZADOS POR MUNICÍPIO, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA E TOTAL DE MOBILIZAÇÕES REALIZADAS NO PROCESSO DE PREPARO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO	157



LISTA DE SIGLAS

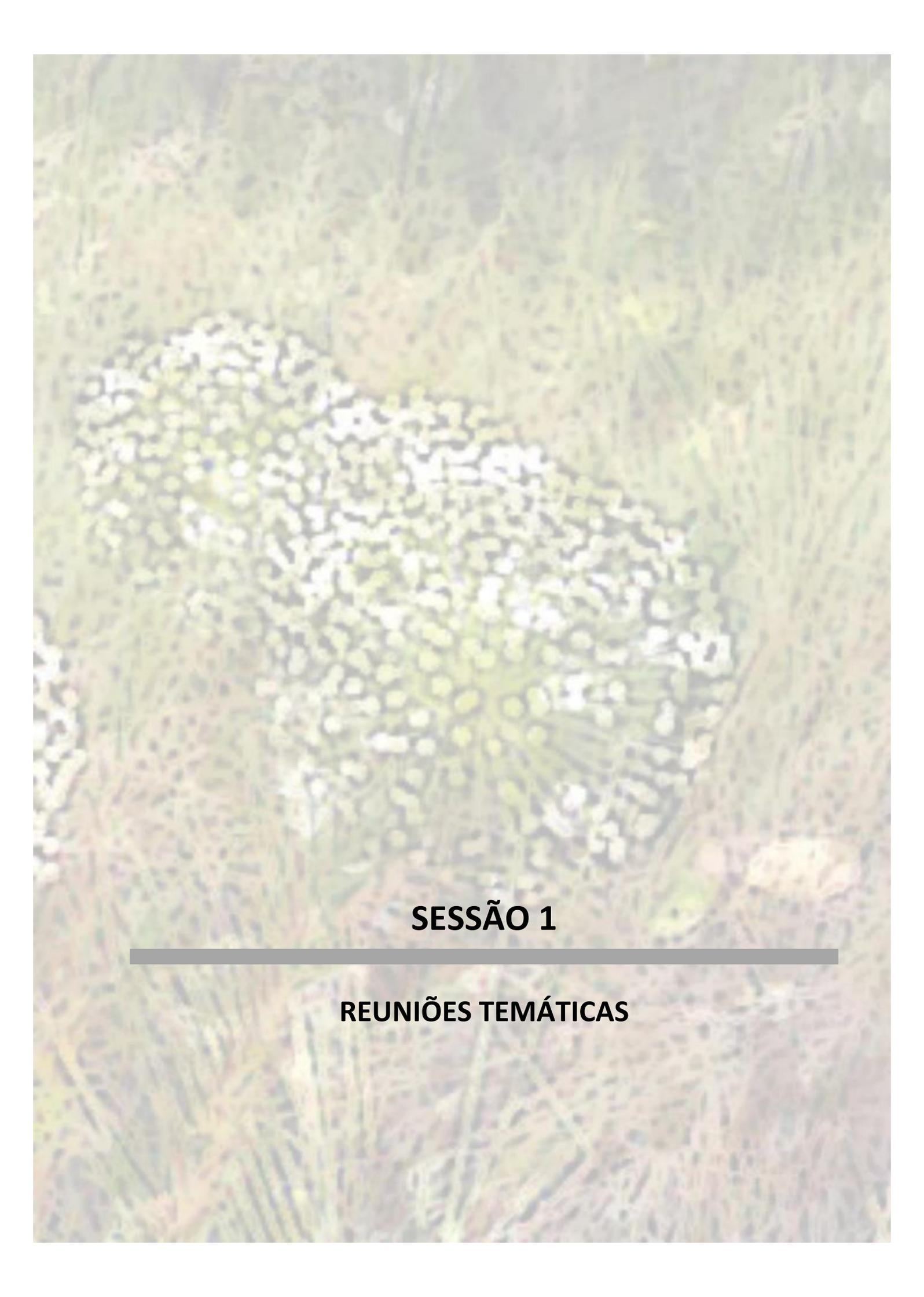
ABIPA	Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio
ACAN	Associação Comunitária de Angico
ACAPPM	Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros
ACIAG	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Guaraí
ACIARA	Associação Comercial e Industrial de Araguaína
ACICOLINAS	Associação Comercial Industrial e Prestacional de Colinas
ACIM	Associação Comercial e Industrial de Miranorte
ACIPA	Associação Comercial e Industrial de Pedro Afonso
ACITO	Associação Comercial e Industrial de Tocantinópolis
ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins
AEM	Agência Estadual de Metrologia
AGETO	Agência Tocantinense de Transportes e Obras
AMA	Amigos do Meio Ambiente - Pedro Afonso
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APA	Área de Proteção Ambiental
APA-TO	Alternativa para a Pequena Agricultura do Tocantins
APECO	Associação Sul Tocantinense de Pecuária de Corte
APP	Área de Preservação Permanente
APRA	Associação de Produtores Rurais de Araguaçu
APROEST	Associação dos Produtores Rurais do Sudoeste do Tocantins
APROGLEC	Associação de Produtores Rurais da Gleba Conceição
APROMIR	Associação dos Ambientalistas e Apicultores de Miracema e Região
APROSOJA-TO	Associação dos Produtores de Soja e Milho do Tocantins
ARPA	Associação dos Recicladores de Paraíso do Tocantins
ASMUBIP	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
ATR	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
ATS	Agência Tocantinense de Saneamento
ATER	Assistência Técnica Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
CAR	Cadastramento Ambiental Rural
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEZEE-TO	Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico Econômico do Tocantins
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COAPA	Cooperativa Agroindustrial do Tocantins
COEMA-TO	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COOME -SOL	Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária de Xambioá
COOPAG	Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Guaraí
COOPAGRIFAT	Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar dos Trabalhadores Agrícolas do Norte do Estado do Tocantins
COOPERBICO	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Território do Bico do Papagaio
COPAS	Cooperativa de Agricultura e Piscicultura de Sampaio
COPEMITO	Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema e Tocantínia
DRE	Diretoria Regional de Ensino
EAD	Educação à Distância



EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FABIC	Faculdade do Bico do Papagaio
FAET	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins
FAIARA	Faculdade Integrada de Araguatins
FAPAL	Faculdade de Palmas
FAPTO	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
FECOMERCIO-TO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins
FETAET	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins
FIESC	Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas
FIETO	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste Leste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAC	Grupo de Articulação Camponesa de Araguaína
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAHRA	Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano da Região Amazônica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
ILPF	Integração Lavoura Pecuária e Floresta
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
ITPAC	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - Araguaína
MAB	Movimento de Atingidos por Barragem
MERGOSCIP	Memorial Raimunda Gomes da Silva
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PARNA	Parque Nacional
PDRAI-FNS	Programa de Desenvolvimento Regional da Área de Influência da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins
PDRIS	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins
PE	Parque Estadual
PEC	Pecuária
PRA	Plano de Recuperação Ambiental
PROVI	Associação Trabalho Vida e Prosperidade
RESEX	Reserva Extrativista
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SEAGRO-TO	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEN-TO	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins
SEDUC-TO	Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins
SEPLAN-TO	Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento do Tocantins
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIG-CAR	Sistema de Informação para a Gestão do Cadastro Ambiental Rural
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Angico
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TI	Terra Indígena



TO	Tocantins
UC	Unidade de Conservação
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UGP-PDRIS	Unidade de Gerenciamento do Projeto - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIRG	Centro Universitário de Gurupi
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
UP	Unidades de Paisagem
VLI	Valor da Logística Integrada
XAMBIART	Projeto da Cooperativa das Artesãs de Biojóias de Xambioá (COOBAX)
ZA	Zona de Amortecimento
ZC-A	Zona de Alta Conservação Ecológica
ZC-M	Zona de Média Conservação
ZC-MA	Zona de Média Alta Conservação Ecológica
ZC-TD	Zona de Transição de Conservação Ecológica para Desenvolvimento Socioeconômico
ZD-A	Zona de Alto Desenvolvimento Socioeconômico
ZD-M	Zona de Médio Desenvolvimento Socioeconômico
ZD-MA	Zona de Médio Alto Desenvolvimento Socioeconômico
ZD-TC	Zona de Transição de Desenvolvimento Socioeconômico para Conservação Ecológica
ZEE-TO	Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins
ZE-PI	Zona Especial de Unidade de Conservação de Proteção Integral
ZE-TI	Zona Especial de Terra Indígena
ZE-US	Zona Especial de Unidade de Conservação de Uso Sustentável



SESSÃO 1

REUNIÕES TEMÁTICAS

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS DAS
REUNIÕES TEMÁTICAS**





Conforme já registrado nos produtos anteriores, o Zoneamento Ecológico Econômico do Tocantins - ZEE-TO tem como um dos fundamentos principais o estabelecimento de equilíbrio entre os eixos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Também foi ressaltado que a construção do ZEE-TO de forma participativa é uma das estratégias para que a sociedade passe a compreender melhor a necessidade de se ordenar a ocupação do território do Estado e as ações nele desenvolvidas, ao mesmo tempo em que possibilita a coparticipação dos diversos segmentos da sociedade na formulação de propostas adequadas às realidades locais, tendo como meta a implementação bem-sucedida do ZEE-TO.

O primeiro passo relacionado a participação pública foi constituído das Oficinas Técnicas que tiveram como objetivo principal informar, sensibilizar e envolver grupos sociais organizados em todas as regiões administrativas do Estado, possibilitando a troca de experiências e a difusão dos aspectos abordados na construção do zoneamento do território do estado, envolvendo discussões sobre recursos naturais, planejamento do uso de paisagens e gestão territorial no Tocantins, a partir da apresentação da proposta de Pré-Zoneamento do estado como base para a coleta de contribuições da sociedade tocantinense.

As Oficinas Técnicas foram realizadas no ano de 2017, em um total de 10 eventos distribuídos pelo estado, e os resultados obtidos encontram-se registrados no produto P14 - Consolidação dos Resultados das Oficinas Técnicas de Discussão Pública sobre o Pré-Zoneamento.

O passo seguinte após as Oficinas Técnicas foi compilar contribuições e promover ajustes na proposta de pré-zoneamento de forma a constituir propostas concretas para o Plano de Zoneamento e Plano de Ação do Zoneamento. Tais propostas tem por pressuposto a apresentação e discussão nas Consultas Públicas, submetendo-as mais uma vez à sociedade tocantinense para a avaliação e tomada de contribuições.

No entanto, antes de promover as Consultas Públicas, tendo em consideração a amplitude das propostas e a complexidade do tema, foi estabelecida como proposta adicional aos procedimentos participativos inicialmente programados no escopo dos trabalhos, a realização de Reuniões Temáticas como forma de discussão com grupos de conhecimentos específicos e também como preparo para as Consultas Públicas.

As Reuniões Temáticas do ZEE-TO tiveram como objetivo principal, informar e envolver grupos colaboradores de especialistas em áreas temáticas definidas como prioritárias para os procedimentos de análise e coleta de contribuições sobre a proposta do Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento. As áreas específicas foram definidas conforme exposto a seguir:

- **Economia e Infraestrutura:** aglutinando colaboradores especialistas nos temas de desenvolvimento econômico e social, infraestrutura e áreas de conhecimento e atuação correlatas;
- **Meio Ambiente:** envolvendo colaboradores especialistas em flora, fauna, planejamento, gestão e monitoramento ambiental e áreas de conhecimento e atuação correlatas;
- **Agronegócio:** envolvendo colaboradores especialistas em agricultura e pecuária de forma geral, políticas agrárias e setores correlatos;
- **Povos e Áreas Indígenas:** envolvendo representantes das nações indígenas presentes no Estado do Tocantins e representantes de instituições que atuam com este importante segmento da sociedade tocantinense.

Esta primeira sessão do presente relatório apresenta os princípios, os procedimentos metodológicos, os detalhes de execução e o registro das contribuições obtidas a partir das Reuniões Temáticas realizadas no mês de junho (Economia e Infraestrutura, Meio Ambiente e Agronegócio) e agosto de 2018 (Povos e Áreas Indígenas).



**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS
REUNIÕES TEMÁTICAS**

O presente capítulo trata da apresentação dos conceitos, princípios, objetivos e métodos aplicados na elaboração das Reuniões Temáticas sobre o ZEE-TO. Na sequência, no capítulo 3 desta Sessão 1, estão apresentados os principais registros da execução das Reuniões Temáticas com destaque para alguns resultados do processo, por área temática abordada.

2.1 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS

O primeiro princípio estabelecido no escopo dos trabalhos corresponde a participação de atores da sociedade como contribuintes do ZEE-TO, seja na condição de fornecedores de informações, seja na condição de analistas opinantes sobre as propostas à eles submetidas.

As discussões públicas sobre os produtos do ZEE-TO foram previstas no termo de referência que delineou a execução dos serviços, indicando que:

“...durante cada etapa da elaboração do Plano do ZEE-TO deverão ser realizadas Oficinas Técnicas para discussão prévia dos resultados e dos aspectos a serem apresentados na consulta pública. As oficinas e consultas públicas deverão envolver representantes da sociedade civil, dos setores de produção agropecuária empresarial e de subsistência, da preservação e conservação ambiental, e da gestão territorial, além dos gestores municipais e estaduais”.

Formalmente no termo de referência, os procedimentos participativos previstos são correspondentes apenas a Oficinas Técnicas e Consultas Públicas, além das reuniões de trabalho normais contando com colaboradores da equipe de supervisão, no mínimo. No entanto, dadas as características do trabalho considerando abordagens técnicas relativamente densas e complexas, a equipe de supervisão do ZEE-TO propôs a realização de Reuniões Temáticas em adição ao formalmente previsto, de maneira a envolver público específico dotado de conhecimentos técnicos especializados ou de acervo de experiências sobre gestão territorial relevantes aos temas tratados no zoneamento.

A proposta para as reuniões temáticas é de incitar os participantes para a emissão de contribuições e análises quanto as propostas do ZEE-TO a serem apresentadas pela equipe técnica de elaboração dos trabalhos. Parte-se do princípio que os atores tenham contato e estabeleçam leitura, mesmo que parcial, dos documentos disponibilizados pela SEPLAN-TO como elemento básico para as discussões.

O objetivo geral das reuniões temáticas é de propiciar a participação de atores da sociedade, elencados em derivação do nível de conhecimento técnico nas áreas temáticas alvo ou, também, por sua atuação na condição de gestores, oportunizando discussões sobre o conteúdo das propostas e a coleta de subsídios a otimização do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins.

Destaca-se que o propósito das reuniões não é necessariamente esgotar as discussões e contribuições dos grupos de interesse em cada uma delas. Certamente nos eventos ocorrerão contribuições significativas propícias a melhoria das proposições, porém tem-se como propósito que as reuniões temáticas estabeleçam o início de um trabalho de coleta de contribuições que perdurará até a concepção dos produtos subsequentes às Consultas Públicas, ou seja, produtos P17 e P18. Neste enfoque, as reuniões temáticas propiciam o início de um processo de análise técnica mais apurada por parte de colaboradores, que deverá perdurar por alguns meses.

Como objetivos específicos estão:

1. Apresentar as propostas de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins (Plano de Zoneamento - P15);
2. Propiciar discussões a respeito do plano de zoneamento, de forma a estabelecer análise e proposições de ajustes no conteúdo das propostas, muito mais no que tange as diretrizes e normas do que na configuração geográfica das zonas em si;
3. Coletar informações específicas sobre a percepção dos atores participantes, que auxiliem os trabalhos de conduta técnica das Consultas Públicas;
4. Promover o intercâmbio de conhecimentos e vivências, incluindo a sensibilização e mobilização dos principais grupos e instituições para os aspectos do ZEE-TO.



As Reuniões Temáticas cumpriram também a função de estabelecer preparo para a realização das Consultas Públicas que viriam a se realizar algumas semanas depois (ver mais adiante sessão 2 do presente Produto P16), funcionando como teste da dinâmica de exposição das propostas e guias para o estabelecimento de orientações quanto a conteúdo e postura a ser utilizada por ocasião das Consultas Públicas.

O primeiro passo para a organização das Reuniões Temáticas partiu da apresentação à SEPLAN-TO de um roteiro metodológico contendo o fio lógico conceitual e de organização dos eventos. O documento foi discutido, complementado e validado pelo grupo gestor do ZEE-TO em conjunto com a equipe responsável pela organização dos trabalhos, integrante do Consórcio Executor.

Dessa forma, as Reuniões Temáticas foram predefinidas em número de quatro, correspondendo as três primeiras às áreas de conhecimento de Meio Ambiente, Desenvolvimento Socioeconômico e Infraestrutura, Agronegócio e, por fim, como demanda específica definida no Termo de Referência, Povos e Áreas Indígenas. Todas as reuniões foram previstas para se realizar na sede da SEPLAN, sala de reuniões do 1º andar em Palmas, Tocantins.

As técnicas utilizadas nas Reuniões Temáticas visaram facilitar o processo de comunicação interpessoal e a obtenção de resultados de maneira organizada e célere, a partir da consideração de alguns elementos básicos, em especial:

- A conduta dos eventos pelo Coordenador Geral do ZEE-TO por parte do Consórcio Executor, habilitado em mediação e moderação de trabalhos participativos, que ficou responsável pela apresentação técnica das propostas, pela promoção das atividades integradoras e pela organização dos trabalhos das reuniões;
- A utilização de ferramentas e métodos de visualização multimídia associado a exposição de mapas e painéis contendo informações relevantes do ZEE-TO;
- A moderação de discussões em plenária organizados por áreas temáticas, a partir de contribuições individuais seguidas de discussões abertas entre os participantes.

A atuação dos condutores das reuniões foi no sentido de incitar os participantes à emissão de contribuições e análises quanto as propostas do Plano de Zoneamento apresentadas pela equipe técnica na fase inicial de cada dia dos eventos (manhã), assim como a coleta de contribuições sobre o Plano de Ação do Zoneamento na parte da tarde.

Os métodos e técnicas/ferramentas foram utilizados com objetivo principal de proporcionar meios para a integração, troca de experiências e informações produzidas pelos diversos atores mobilizados, de forma harmônica e construtiva, bem como de formas de registros considerando vários conceitos aplicados, conforme detalhamento a seguir:

1. **Preparação do espaço:** a organização inteligente do espaço físico no qual as pessoas se reúnem para interagir é algo que tem grande impacto no processo de interação. Iluminação adequada, ausência de barulho, temperatura agradável, limpeza, entre outros fatores físicos como esses, ampliam a capacidade de construir interações e conhecimentos, quase tanto quanto fatores psicológicos como confiança, interesse e amabilidade. O espaço deve ser conscientemente planejado e cuidado para acolher bem as pessoas.
2. **Equipamentos e materiais:** os equipamentos utilizados (*datashow*, computadores, tela de projeção, máquina fotográfica e filmadora, cartões eletrônicos de memória), foram testados e adequados para a consecução dos objetivos propostos;
3. **Acolhida e registro dos participantes:** estudos sobre o funcionamento do cérebro revelam que as pessoas aprendem mais quando estão descontraídas, alegres e esperançosas. Sensações de medo e insegurança bloqueiam a aprendizagem (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2013³). Por isso a importância de recebê-los com atenção, proporcionando um ambiente harmonioso e favorável para o compartilhamento de informações. Todos os participantes devem ser recepcionados individualmente e solicitados a se apresentar na plenária, indicando o nome completo, o órgão ou instituição ao qual pertencem e a função que exercem. No caso da Reunião Temática dedicada aos indígenas as

³ Incluir para transformar: metodologia Tessala em cinco movimentos (concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães), pg. 22. Rio de Janeiro. Fundação Roberto Marinho, 2013.



apresentações foram programadas para incluir o nome completo, tribo ou comunidade indígena à qual pertencem e localidade que representam (Reserva ou Terra Indígena);

4. **Acordo de Convivência:** o acordo tácito ou explícito estabelecendo condições positivas para o processo de diálogo é essencial para o bom andamento do evento. Esse aspecto metodológico é definido em conjunto com os participantes para que todos se sintam respeitados e bem orientados em relação à condução da oficina.
5. **Leitura de imagem (exibição em multimídia):** o texto imagético traz para a reunião um conjunto de possibilidades de leitura. A leitura de imagens é fundamental para provocar a compreensão da realidade, incluindo mapas de diversas situações, provocando os participantes a refletirem sobre a importância do conhecimento do espaço onde vivem e das possibilidades de convivência e interação com os referidos espaços.
6. **Socialização das produções:** é o momento no qual, junto ao grande grupo, são compartilhadas as aprendizagens construídas sobre as temáticas trabalhadas, assim, a produção coletiva é apresentada por meio de diversas linguagens, no caso das reuniões temáticas, foi a linguagem verbal em plenária.

2.2 ESTRATÉGIAS E MÉTODOS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES TEMÁTICAS

O caráter das reuniões temáticas é técnico com propósitos de trabalho efetivo e, portanto, todos os eventos tiveram orientação para a efetiva obtenção de resultados de maneira isenta e nivelada entre todos, não sendo permitidos estabelecimentos de hierarquias entre os participantes. Às reuniões temáticas não é permitido o propósito de vinculações de caráter político.

As etapas de realização das Reuniões foram estruturadas da seguinte forma.

- Parte 1:** Abertura, apresentação dos participantes e organização dos trabalhos, incluindo acordo de convivência e agenda de trabalhos do dia.
- Parte 2:** Apresentação dos conceitos norteadores e do estágio de desenvolvimento do ZEE-TO e apresentação da proposta do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins e da síntese do Plano de Ação do Zoneamento Ecológico Econômico, com espaço para perguntas e esclarecimentos de dúvidas.
- Parte 3:** Esclarecimentos sobre as expectativas da equipe de elaboração quanto às colaborações dos participantes. Nesta etapa foram formuladas perguntas indutoras e organizados os trabalhos realizados pelos atores participantes, tendo como objetivo a obtenção de contribuições e percepções sobre a proposta apresentada na etapa anterior.
- Parte 4:** Encerramento dos trabalhos.

As abordagens temáticas das discussões e as datas de realização em cada reunião temática, foram estabelecidas conforme programação aprovada previamente pela equipe de supervisão da SEPLAN-TO, que consistiu no arranjo apresentado no Quadro 2.1.

Todas as reuniões temáticas devem contar com registros das contribuições obtidas registradas em ajuda à memória, bem como registros fotográficos dos eventos. As contribuições elencadas serão utilizadas para ajustes diretos nos produtos subsequentes relacionados ao plano do zoneamento (P18) e ao plano de ação (P17) em suas versões finais.

Os materiais de apoio à realização das reuniões temáticas são projetor multimídia, computador, máquina fotográfica, tarjetas, mapas, painéis, canetas e outros usualmente envolvidos em procedimentos participativos baseados em metodologia Metaplan.

Quadro 2.1

AGENDA E PROGRAMAÇÃO DE CONTEÚDO A SER ABORDADO NAS REUNIÕES TEMÁTICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO

TEMA	DATA	ENTIDADES RELEVANTES CONVIDADAS	Nº ATORES PREVISTO
Reunião Temática preparatória Interna com a equipe de supervisão para ajustes de metodologia e abordagens	11.06.2018	SEPLAN-TO e Consórcio Executor.	8



TEMA	DATA	ENTIDADES RELEVANTES CONVIDADAS	Nº ATORES PREVISTO
Meio Ambiente: <ul style="list-style-type: none"> Reserva Legal; Corredores Ecológicos; Serviços Ambientais; Assentamentos x conservação de áreas; CAR e PRA; Expansão agropecuária; Mudanças Climáticas; Queimadas; Licenciamento ambiental; Unidades de Conservação x comunidades. 	12.06.2018	NATURATINS, SEMARH, SEPLAN, AEM, CEZEE-TO, COEMA-TO, DNPMP, FAET, FAPTO, FUNAI, IFTO, INCRA, ITERTINS, IPHAN, RURALTINS, SEDEM-TO, SEBRAE, UNITINS, EMBRAPA, SEAGRO-TO.	15
Desenvolvimento Agrário: <ul style="list-style-type: none"> Expansão agropecuária; Agroindústrias e indústrias; Cadeias produtivas; Inclusão social e econômica (agricultura familiar, assentamentos, quilombos, quebradeiras de coco babaçu); Mudanças Climáticas; Licenciamento ambiental; Expansão agropecuária; Eixos e polos de desenvolvimento; Pesquisa, desenvolvimento e Inovação. 	14.06.2018	AEM, BNDES, CEZEE-TO, DNPMP, EMBRAPA, FAET, FAPTO, FIETO, FOMENTO, IFTO, ITERTINS, JUCETINS, MINERATINS, RURALTINS, SEAGRO-TO, SEBRAE, SEDEN-TO, SEFAZ-TO, UNITINS, SESC, SESI, CEZEE-TO, COEMA-TO.	15
Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura: <ul style="list-style-type: none"> Estruturação/ampliação da Infraestrutura (rodov/ferrov./fluvial); Expansão agropecuária; Energia/lixões; Eixos e polos de desenvolvimento. 	15.06.2018	DER, SEPLAN, ATR, ATS, ANTT, ANTAQ, ANA, AGETO, CEZEE-TO, DETRAN-TO, DNIT, EPL, FIETO, FIOL, FUNASA, IFTO, INCRA, SEHAB-TO, SEINF-TO, UNITINS, COEMA-TO.	15
Povos e Terras Indígenas: <ul style="list-style-type: none"> Zoneamento e Terras Indígenas; Terras indígenas e seu entorno; Plano e Projetos de Ação relacionado a Populações Tradicionais e Indígenas. 	03.08.2018	NATURATINS, SEPLAN, CEZEE-TO, COEMA-TO, FAET, FAPTO, FUNAI, IFTO, INCRA, ITERTINS, IPHAN, RURALTINS, SEDEM-TO, UNITINS.	15

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

2.2.1 PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS

A organização das Reuniões Temáticas foi realizada considerando duração de 6 horas de trabalho, seguindo a programação constante no Quadro 2.2, utilizado como padrão para todos os eventos.

Quadro 2.2

PROGRAMAÇÃO DAS REUNIÕES TEMÁTICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO

HORÁRIO	ATIVIDADES
09:00 h	Acolhida, inscrição dos participantes
09:15 h - 09:30 h	Boas-vindas aos participantes
09:30 h - 09:45 h	Abertura oficial e apresentação dos objetivos e enquadramentos do ZEE-TO
09:45 h - 10:45 h	Apresentação da proposta do Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins
10:45 h - 12:00 h	Discussões em plenária sobre os elementos da proposta do Plano de Zoneamento
12:00 h - 14:00 h	Intervalo para almoço
14:00 h - 15:00h	Reinício dos trabalhos e apresentação da proposta do Plano de Ação do ZEE-TO
15:00 h - 16:30 h	Discussões em plenária sobre os elementos da proposta do Plano de Ação do Zoneamento
16:30 - 16:45 h	Apresentação dos próximos passos do ZEE-TO e instruções para emissão de contribuições
16:45h	Encerramento dos trabalhos

Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

2.2.2 RECEPÇÃO E REGISTRO DOS PARTICIPANTES CONVIDADOS

As Reuniões Temáticas tem seu início sempre com a acolhida dos participantes recepcionados diretamente na sala de reuniões da SEPLAN no primeiro andar do edifício sede, com o convite para preencher a ficha de presença.

No ato da inscrição realizada por técnicos do Consórcio Executor e da SEPLAN-TO, os participantes deveriam ter registrados seus nomes, instituições e dados para contato em uma ficha. Materiais de apoio foram organizados para cada um dos participantes, consistindo de uma cartilha de orientação sobre o ZEE-TO, constante no Apêndice A, cujo conteúdo expõe de forma simples e ilustrada o que é zoneamento ecológico-econômico, indica as formas de participação no processo de construção do ZEE-TO e apresenta os canais de comunicação com a SEPLAN-TO enquanto instituição responsável pela elaboração dos trabalhos, entre outros aspectos.

2.2.3 ABERTURA DOS TRABALHOS

Após a inscrição e acomodação dos participantes no espaço preparado para as reuniões, à coordenação do ZEE-TO da SEPLAN-TO coube a responsabilidade de início com as boas-vindas aos convidados e iniciar a rodada de apresentação dos presentes em voz alta, indicando nome, função e órgão/instituição que representam. Após a abertura oficial, o Coordenador da SEPLAN-TO teve também a responsabilidade de expor um breve histórico do processo de instalação do ZEE-TO, citando as normativas e leis que regem o tema no âmbito nacional. Comentar sobre as metas do Governo do Estado do Tocantins para a implementação de ordenamento territorial do estado por meio do ZEE-TO, seguindo a Política Nacional do Meio Ambiente e as Diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Em sua fala também foi incumbido de expor o enquadramento do ZEE-TO no escopo dos trabalhos do PDRIS, ressaltando ser resultante de financiamento compartilhado entre o BIRD e o Governo do Estado. E, por fim, apresentar os objetivos, fundamentos e metas do ZEE-TO, quais sejam:

- **Objetivo:** Promover o desenvolvimento socioeconômico adequado às oportunidades e limitações que cada região apresenta;
- **Fundamento principal:** Estabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental, considerando que esses eixos são interdependentes entre si;
- **Metas do ZEE-TO:** Organizar informações sobre o território do estado do Tocantins; propor diretrizes para o uso e conservação dos recursos naturais do estado; propor políticas, mecanismos e instrumentos para a compatibilização dos usos econômicos dos recursos naturais; informar, sensibilizar, mobilizar e consultar os atores sociais locais para contribuir com a construção do ZEE-TO.

Durante sua explanação, a SEPLAN-TO contou com apoio de projeções multimídia com lâminas contendo texto referencial ao tema abordado conforme consta no Apêndice B.

2.2.4 APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DE PLANO DE ZONEAMENTO

Na parte da manhã a apresentação foi organizada com foco principal nas abordagens abaixo relacionadas, sendo que o conjunto de lâminas apresentadas foi constituído por gravuras, mapas e textos que sintetizaram a atual condição de elaboração do ZEE-TO, destacando que o momento atual é de construção da etapa mais importante do ZEE-TO correspondente ao ordenamento territorial propriamente dito:

- Breve histórico e etapa atual dos trabalhos;



- Explicação do processo de construção do Plano de Zoneamento, incluindo abordagens sobre as etapas de Diagnose, Prognose, Oficinas Técnicas, Modelagem do Zoneamento e do Pré-zoneamento;
- Apresentação da Proposta de Plano de Zoneamento propriamente dito com abordagem abrangente e detalhada;
- No caso da Reunião Temática para os povos e áreas indígenas, a apresentação da proposta do Plano de Zoneamento foi realizada de forma a detalhar as zonas e implicações em cada uma das áreas indígenas existentes no estado.

A exposição de mapa impresso contendo o zoneamento foi colocada como apoio à visualização das zonas preestabelecidas, como subsídio ao desenvolvimento das Reuniões Temáticas. Destaca-se que o zoneamento demonstrado foi estabelecido em conformidade com o Produto P15 do ZEE-TO apresentado à SEPLAN-TO em fevereiro de 2018.

O conteúdo completo da apresentação corresponde ao Apêndice C. Após a apresentação da proposta de zoneamento, sempre foi estabelecido um debate com os participantes, para sanar dúvidas quanto aos aspectos do território e quanto ao trabalho do ZEE-TO propriamente dito.

A apresentação técnica realizada em momento anterior deu sustentação aos trabalhos que se seguiram. Os participantes manifestaram suas dúvidas, questionamentos e contribuições para cada um dos aspectos abordados. A equipe técnica do Consórcio Executor e os representantes da SEPLAN-TO trataram das questões e proferiram esclarecimentos ou realizaram apontamentos destinados a orientar correções ou complementos ao Plano de Zoneamento.

2.2.5 APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO

A sequência dos trabalhos, no período da tarde foi configurada para a apresentação da proposta do Plano de Ação do Zoneamento do Estado do Tocantins, sob a responsabilidade do Coordenador Geral do ZEE-TO de parte do Consórcio Executor, também com o auxílio projeção multimídia.

Considerando que as Reuniões Temáticas foram divididas por áreas de conhecimento, a apresentação do Plano de Ação do Zoneamento foi organizada de maneira a esclarecer todo o conteúdo do plano e, em especial, realizar destaque para as ações correlatas às áreas de conhecimento dos atores presentes em cada data. Assim, para o grupo relacionado ao Meio Ambiente, as ações específicas demonstradas foram relacionadas à política ambiental e aos programas e projetos propostos relacionados a recursos naturais. No caso da reunião que versou sobre Desenvolvimento e Infraestrutura e, também, ao Agronegócio, foram destacadas as políticas territoriais e políticas econômicas, seus programas e projetos.

Para o caso da reunião destinada aos Povos e Áreas Indígenas a apresentação teve foco nas ações vinculadas a política social, programas e projetos relacionados a populações tradicionais e indígenas.

A apresentação técnica do conteúdo do Plano de Ação do Zoneamento deu sustentação aos trabalhos que se seguiram. Os participantes manifestaram suas dúvidas, questionamentos e contribuições para cada um dos aspectos abordados. Da mesma forma que nas outras reuniões, a equipe técnica do Consórcio Executor e os representantes da SEPLAN-TO trataram das questões e proferiram esclarecimentos ou realizaram apontamentos destinados a orientar correções ou complementos ao Plano de Ação do Zoneamento.

2.2.6 ENCERRAMENTO DAS REUNIÕES TEMÁTICAS

Considerando que as Reuniões Temáticas tinham por principal propósito introduzir os atores participantes aos produtos ora submetidos a apreciação da sociedade, o encerramento dos trabalhos em cada evento contemplou incentivos aos participantes para a realização de contribuições técnicas, sugestões e críticas.

O representante da SEPLAN-TO, foi incumbido de expor as expectativas quanto a obtenção de contribuições dentro do prazo estipulado de 17 de agosto de 2018 e explicar as formas como os participantes poderiam encaminhar suas recomendações e comunicados. Também ficou incumbido de convidar a todos para



acompanhar os trabalhos em desenvolvimento pelas equipes técnicas de execução e supervisão institucional através dos canais de comunicação do Governo do Estado do Tocantins, dentre eles o formulário de contribuição disponível no site do ZEE-TO⁴, além de outros canais por onde também é possível registrar contribuições provenientes da população tocantinense e prestam esclarecimentos sobre o ZEE-TO e o processo de sua elaboração.

Em seguida, os participantes eram convidados e conduzidos a participar de um momento de confraternização onde serviu-se um lanche em todos os eventos realizados, finalizando os trabalhos das Reuniões Temáticas dessa forma.

⁴ Disponível em: <https://zee.seplan.to.gov.br/consultas-publicas-/formulario-de-contribuicao/>.



REGISTROS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS



O desenvolvimento das Reuniões Temáticas obedeceu ao rito inicialmente proposto. O presente capítulo apresenta os resultados de cada reunião realizada, por segmento temático, ou seja, por grupo de interesse. Considerando que os trabalhos da reunião interna de preparo realizada no dia 10.06.2018 não estabeleceu abordagem temática, servindo apenas para a determinação de ajustes de escopo nas demais reuniões subsequentes, não constarão registros sobre ela no presente relatório

3.1 REGISTROS DAS REUNIÕES TEMÁTICAS

3.1.1 REUNIÃO TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

A Reunião Temática de Meio Ambiente realizou-se na sede da SEPLAN-TO em Palmas no dia 12.06.2018, na sala de reuniões do primeiro andar.

3.1.1.1 REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES

Foram 28 convidados participantes, além dos 7 técnicos da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor, perfazendo um total de 35 pessoas envolvidas nos trabalhos, representantes de secretarias estaduais e de órgãos de governo, universidades, Embrapa e Ruraltins. O Quadro 3.1 apresenta a relação dos participantes e organizações que representam. A lista de presenças desta reunião encontra-se no Apêndice D.

Quadro 3.1

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

NOME	INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Aldo Azevedo	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH-TO
Cecília Amélia Miranda Costa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Cristina Hendges	Consórcio Executor
Dalvani A. de Souza Lima	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH-TO
Dener Alves de Souza	Instituto Federal do Tocantins - IFTO
Denise G. Loureiro	NATURATINS
Dimas Clemente	Consórcio Executor
Eder Soares Pinto	Centro Universitário Luterano - ULBRA-TO
Fernanda Maria Silva	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH-TO
Flávia Milene M. de Oliveira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Gisele B. Paiva	Universidade Federal do Tocantins - UFT
Itamar Xavier Silva	Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas - CBHLP
Jamilly Ferreira Cunha	Conservation International Brasil - CI
João Bosco Aguiar	Consultor convidado
Joaquim Cifuentes	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Kleyjane Souza Costa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Leando Roeder	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Luis Alberto S. Marques	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Marcelo H. P. Rodrg	NATURATINS
Marta Eichemberger	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Maurício Fregonese	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Nilza Verônica Amaral	NATURATINS
Paulo Augusto Barros de Sousa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Raimundo Casé	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Raul Rodrigues Freitas	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Ricardo Haidar	RURALTINS-TO

NOME	INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Ricardo Miranda Uhlmann	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Rodrigo Sabino Borges	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Rondinelli Benício Silva	Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM-TO
Sandy Plassmann Lamberti	
Taís D'Angelis	Consórcio Executor
Vag-Lan Borges	Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRO-TO
Waldecy Rodrigues	Universidade Federal do Tocantins - UFT

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.1.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A reunião teve início com os cumprimentos do representante da Secretaria do Planejamento e Orçamento do estado de Tocantins (SEPLAN-TO), Rodrigo Sabino Teixeira Borges Figura 3.1, dando as boas-vindas a todos e passando a palavra para Subsecretário Sr. Sergislei Silva Moura que fez seus pronunciamentos institucionais dando, igualmente, as boas vindas e agradecendo a presença dos participantes.

Figura 3.1

ABERTURA DA REUNIÃO TEMÁTICA DO PROJETO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO, EM PALMAS/TO



Nota:

Sergislei Silva Moura à esquerda, realizando a abertura oficial do evento; e Rodrigo Sabino T. Borges, à direita, realizando as falas iniciais de enquadramento dos trabalhos do ZEE-TO.

Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Em seguida o representante da SEPLAN-TO faz uma contextualização de todo o processo de Zoneamento, desde a iniciativa em 1992, com a definição de uma Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico até os dias de hoje, propondo uma discussão compartilhada entre os órgãos, de forma setorizada sendo o primeiro dia com o setor de Meio Ambiente.

Contextualizou também o ZEE-TO em relação à Política Nacional de Meio Ambiente e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, informando também quanto ao respaldo da Lei Federal nº 12.651 e Lei Estadual nº 265/2012 que institui o Zoneamento Ecológico do Estado de Tocantins, ressaltando algumas sinergias.

Destacou que as representações na reunião correspondem a atores especialistas no tema em questão, gestores de organizações públicas e privadas, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, bem como técnicos convidados. Informou sobre as expectativas da SEPLAN-TO quanto a participação de todos nos debates, bem como por meio das contribuições posteriores passíveis de realização por envio de e-mail ou através do site da SEPLAN-TO.

3.1.1.3 APRESENTAÇÃO TÉCNICA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO

A apresentação técnica do Plano de Zoneamento para o estado do Tocantins foi realizada na parte da manhã pelo coordenador geral Sr. Valmir Augusto Detzel (Figura 3.2), que fez as apresentações da equipe e expos os objetivos da reunião temática, a programação do dia de trabalho, assim como, a programação das consultas públicas que serão realizadas em julho, sendo finalizadas em agosto, a título de informação aos participantes.

Nesse momento, apresenta-se o organograma do projeto, contextualizando brevemente todos os produtos e prazos de execução. Em seguida, inicia a apresentação da proposta do Zoneamento, descrevendo de forma sucinta as fases do projeto, abordando os itens de construção do modelo, estruturação do pré-zoneamento, avaliação de consistência, confrontação com cenários, o zoneamento propriamente dito e por fim, planos de ação.

Figura 3.2

REGISTRO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS NA SALA DE REUNIÕES DA SEPLAN-TO, POR OCASIÃO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE



Nota:

Apresentação realizada por Valmir Augusto Detzel.

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Para a construção do modelo, houve uma explicação dos procedimentos metodológicos envolvendo um estudo da estabilidade física do estado, seguido da fragilidade biológica, os quais resultaram em índice de conservação ecológica. Sendo também avaliado o desenvolvimento econômico do estado, resultando em um modelo prévio, seguido de uma padronização formando o modelo básico.

Referente à Avaliação de Consistência, além das análises estatísticas, houve o cruzamento de informações de todos os temas de mapeamentos, como sistemas de energia, sistemas de circulação e mobilidade, entre outros. Havendo comparação também dos zoneamentos das unidades no entorno do estado e com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Tocantins.

Quanto à confrontação com cenários houve alguns questionamentos por parte dos participantes para melhor entendimento sobre toda a comparação, apontando alguns aspectos locais e legislação específica vigente. Um dos pontos levantados dizia respeito à definição dos critérios para o cenário previsto, questionando-se se foi considerado o marco legal ambiental. Em resposta, Rodrigo Borges menciona que além desta Lei, foram considerados também aspectos referentes à vulnerabilidade e ameaças sob, aspectos biológicos, envolvendo análises multitemporais do uso do solo e aptidão agrícola. Valmir Detzel complementa que a lei do zoneamento não tem o propósito de substituir nem pode anular a lei ambiental, reforçando a importância da construção do trabalho durante a reunião temática.

Continuando, entra-se na proposta do zoneamento propriamente dito, onde reforça-se a participação de todos para construção do produto final e apresenta-se a segmentação das Unidades de Conservação em zoneamento. As UCs de Proteção Integral são consideradas como Zonas Especiais de Proteção Integral (ZEPI), as de Uso Sustentável, como Zona Especial de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ZEUS), e as Terras Indígenas foram denominadas como ZETIs - Zona Especial de Terras Indígenas. Já no segundo bloco, foram

definidas as Zonas de Desenvolvimento Integrado (ZDIs), que foram divididas em Zona 1, 2, 3 e 4. E por fim, as Zonas de Consolidação Estratégicas, também divididas em Zona 1, 2, 3 e 4.

Em seguida, foram exemplificados todos os itens e mapas que compõem o conjunto de informações das zonas, as quais foram utilizadas para avaliá-las e defini-las.

Após retorno do intervalo para lanche, Valmir Augusto Detzel retoma a apresentação com o detalhamento de todas as zonas, exemplificando-as e ressaltando a atenção para as diretrizes específicas.

Na sequência foi exposto o plano de ação, o qual é dividido em estruturas políticas, como Gestão Ambiental, Gestão Territorial, Gestão Social, Gestão Econômica e Gestão Institucional, sendo subdivididos em meio físico, biológico e antrópico, compostos por outros itens. Ao término da primeira seção do plano de ação, os participantes foram liberados para a pausa do almoço. Após retorno do almoço, Valmir Augusto Detzel da continuidade à apresentação, explanando sobre o plano de ação com mais detalhamento (objetivos gerais e específicos), utilizando também o Produto 13 (P13) para elucidar melhor os programas.

No decorrer da apresentação, houve participação efetiva dos convidados por meio de questionamentos e destaque a pontos referentes aos projetos ambientais, como desmatamento ilegal, corredores de proteção da vegetação nativa e consolidação das reservas legais. Esta última, foi esclarecida pelo representante da SEPLAN, pontos referentes ao percentual exigido por lei. Dando continuidade, apresentou-se os demais objetivos específicos como conservação da biodiversidade, fortalecimento de área protegidas, entre outros.

Um dos integrantes da SEPLAN, levantou que a instituição trabalha com o desenvolvimento regional por meio de consórcios públicos municipais, sugerindo integrar os agentes públicos de diferentes níveis em um consórcio de território específico, incentivando os municípios a se consorciarem para aprimoramento da política pública. Valmir Augusto Detzel concorda com o ponto levantado e retoma a apresentação.

Por fim, após apresentação da proposta de zoneamento Rodrigo S. Borges retoma a palavra e faz as considerações finais, salientando a presença dos participantes nos demais dias de reunião temática, com os temas agropecuária e desenvolvimento econômico. Todavia Valmir Augusto Detzel solicita a palavra novamente para esclarecer como será desenvolvido os demais produtos do zoneamento, finalizando com agradecimentos a todos presentes e registro fotográfico Figura 3.3.

Figura 3.3

REGISTRO DOS PARTICIPANTES NO PRIMEIRO DIA DA REUNIÃO TEMÁTICA DO PROJETO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO, EM PALMAS / TO



Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.2 REUNIÃO TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A Reunião Temática de Desenvolvimento Agrário realizou-se na sede da SEPLAN-TO em Palmas no dia 14.06.2018, na sala de reuniões do primeiro andar.



3.1.2.1 REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES

Foram 15 convidados participantes, além dos 8 técnicos da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor, perfazendo um total de 23 pessoas envolvidas nos trabalhos, representantes de órgãos de governo, universidades, Embrapa, IBGE, CONAB e representantes de Associação de Pequenos Agricultores. O Quadro 3.2 apresenta a relação dos participantes e organizações que representam. A lista de presenças desta reunião encontra-se no Apêndice E.

Quadro 3.2

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

NOME	INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Balbino Antonio Evangelista	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Carlos Eduardo dos Santos Lindoso	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Cecília Amélia Miranda Costa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Cleovan Barbosa Pinto	Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - ADAPEC
Francisca Maria Barbosa dos Santos	Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRO-TO
José Alberto da Silva	Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - ADAPEC
Kleyjane Sousa Costa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Lag-Lan Borges	Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRO-TO
Leandro Roeder	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Marco Antônio Chaves	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Mary Lucia Silveira de Senna	Instituto Federal do Tocantins - IFTO
Patrícia A.S. Xavier Vidal	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Paulo Augusto B. de Sousa	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Paulo Rogerio Gonçalves	Alternativas para Pequenos Agricultores do Tocantins - APA-TO
Ricardo Brites	Consórcio Executor
Ricardo Haidar	RURALTINS-TO
Rodolfo Alves da Luz	Universidade Federal do Tocantins - UFT
Rodrigo Sabino Borba	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Roniglese Periera de C. Tito	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Sandy Plassmann Lamberti	Consórcio Executor
Tais S.R. D'Angelis	Consórcio Executor
Thiago Portelinha	FACTO/ Universidade Federal do Tocantins - UFT
Tomas Vieira Nunes	Instituto Federal do Tocantins - IFTO

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.2.2 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Os trabalhos nesta reunião temática seguiram o mesmo rito exposto no capítulo 3.1.1 e seus subcapítulos, tendo em consideração que o conteúdo a expor aos atores é homogêneo. A variação se deu apenas quanto ao destaque dos planos, programas e projetos que, neste caso, foram priorizados aqueles correlatos ao tema agricultura, pecuária, florestas e desenvolvimento agroindustrial.

A abertura dos trabalhos do dia se deu com os cumprimentos por parte do representante da Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado de Tocantins (SEPLAN-TO), Sr. Rodrigo S. Borges, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Em seguida, faz uma breve apresentação da equipe da SEPLAN-TO e contextualização do Zoneamento e indicando que os trabalhos de construção do ZEE-TO entram em sua etapa final.

Da mesma forma que na Reunião Temática anterior, realizada no dia 12.06, a exposição técnica da proposta o Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento foi realizada pelo

Coordenador Geral dos trabalhos de elaboração do ZEE-TO com o auxílio da equipe técnica do Consórcio Executor, seguindo o rito preestabelecido (Figura 3.4), com o apoio da exposição multimídia contida no Apêndice C.

Figura 3.4

REGISTROS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS NA SALA DE REUNIÕES DA SEPLAN-TO, POR OCASIÃO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Nota:

Apresentação realizada por Valmir Augusto Detzel.

Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Quanto à proposta do zoneamento propriamente dito, surgiram alguns questionamentos dos participantes para esclarecimentos complementares, em sua maioria relacionadas às diretrizes do zoneamento, os quais refletem nas atividades agrícolas da população, além da participação de associações nas consultas públicas em defesa dos seus interesses.

Surgiram, também, comentários referentes às APAs, sugerindo-se que a representação no mapeamento seja modificada por se tratar de uma área altamente frágil, condizendo melhor com as Zonas de Desenvolvimento Integrado, resultando na alteração dos índices de zoneamento. Logo, o representante da SEPLAN, Rodrigo S. Borges, explica brevemente o zoneamento e as APAs em questão, reforçando os itens da legislação. Valmir Augusto Detzel indica que deve haver equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção, condizendo com a própria denominação de “desenvolvimento ecológico e econômico”. Complementando que o delineamento das zonas partiu da análise criteriosa da unidade de paisagem, levando-se em conta a capacidade natural (física e biológica) e de desenvolvimento. Para melhor entendimento, mostrou-se o arquivo digital do Produto 15 (P15), exemplificando a unidade de conservação Mateiros, destacando suas principais características, área, municípios abrangidos, população, condicionantes físicas, entre outros.

Destaca-se também que o zoneamento está em conformidade com os estados vizinhos, havendo conexão entre eles.

Na parte da tarde a apresentação abordou o tópico de corredores naturais e surge o questionamento por parte de um dos participantes argumentando se, ao determinar os corredores, foi realizada a análise das áreas antrópicas e naturais, informando a porcentagem de abrangência no estado. Em resposta, uma das integrantes da equipe executora, Sandy Plassmann Lamberti, informou que esta análise está presente no produto, e que foi obtida por meio da análise de uso do solo, utilizando-se também o mapeamento da hidrografia.

Durante a apresentação do projeto de Expansão da Agroecologia Multiescalar, integrante do Produto P13, uma das participantes fez a observação que nem todo pequeno produtor é agricultor familiar, sendo assim, recomenda-se que a terminologia seja repensada conforme a lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. No projeto de Melhoramento da Pecuária, também foi sugerida a mudança da terminologia “cadeia produtiva” para “cadeia de suprimentos” ou “cadeia de valores”, conforme literatura internacional.

Chegando-se ao fim da apresentação, Valmir Detzel ressalta que todos os itens abordados foram apenas demonstrativos dos Produtos 13 (P13) e 15 (P15), tendo como expectativa o complemento e retificação de todos os participantes para melhoria do produto final. Os documentos estão disponíveis no site da SEPLAN para *downloads*. A reunião foi encerrada pelo Sr. Rodrigo Sabino Borges, que agradeceu a presença de todos informando os procedimentos necessários para o encaminhamento das contribuições dos atores.

Destaca-se que a reunião, na análise dos organizadores, cumpriu plenamente os objetivos posto ter produzido discussões e contribuições dos atores convidados sobre aspectos relevantes da proposta. Cumpriu também o objetivo principal que foi o de estabelecer introdução ao tema e ciência quanto ao ZEE-TO aos convidados de



forma a prepará-los para uma análise mais crítica e construtiva sobre a proposta apresentada, estabelecendo condições plenas à formulação de contribuições.

3.1.3 REUNIÃO TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA

A Reunião Temática de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura realizou-se na sede da SEPLAN-TO em Palmas no dia 15.06.2018, na sala de reuniões do primeiro andar.

3.1.3.1 REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES

O total de participantes da Reunião Temática de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura foi de 29 sendo 21 convidados e 8 técnicos da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor. Assim como as anteriores, participaram representantes de órgãos governamentais e não governamentais, representando as secretarias estaduais e de órgãos da administração indireta do governo, universidades, entre outros.

O Quadro 3.3 apresenta a relação dos participantes e organizações que representam. A lista de presenças desta reunião encontra-se no Apêndice F.

Quadro 3.3

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

NOME	INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Antonio Cleiton C. Almeida	Secretaria da Infraestrutura - SEINF / Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
Carlla Soares de França	Secretária da Fazenda - SEFAZ-TO
Cecília Amélia Miranda Costa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Ephim Shluger	Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IPUP
Flávia Andréia Cappellesso	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-TO
Geizianne Pereira da Cunha	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Gisele B. Paiva	Universidade Federal do Tocantins - UFT
João Herculano Júnior	Secretária da Fazenda - SEFAZ-TO
Joaquim E. M. Cifuentes	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
José Anunciação Batista Filho	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Kleyane S. Costa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Leandro Roeder	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Lúcia Leiko T. Muraishi Garcia	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
Manoel Lucio Rute Filho	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
Marcondes Martins	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN
Marcus Vinicius M. Bazari	Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IPUP
Paulo Augusto P. Sousa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Ricardo Garbaccio	Secretaria Estadual da Infraestrutura - SEINF
Ricardo Miranda de Brites	Consórcio Executor
Ricardo Neves	Associação Tocantinense de Municípios - ATM
Robson Freitas Correa	Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IPUP
Rodrigo Sabino Teixeira Borges	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Sandy Plassmann Lamberti	Consórcio Executor
Tais S. R. D'Angelis	Consórcio Executor
Tarcísio de Oliveira Noronha Cruz	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN
Valmir Augusto Detzel	Consórcio Executor
Vag-Lan Borges	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO-TO
Waldecy Rodrigues	Universidade Federal do Tocantins - UFT
Wilton Marcial Arantes	Instituto de Terras do Tocantins - Itertins

Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.3.2 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Assim como nas reuniões dos dias anteriores, a reunião dedicada ao desenvolvimento econômico e infraestrutura teve sua abertura realizada pelo representante da SEPLAN-TO, Sr. Rodrigo Sabino Borges, que deu as boas-vindas a todos e agradeceu a presença das diversas representações institucionais, dando sequência aos trabalhos com a apresentação individual de cada um dos participantes. Após as apresentações o Sr. Rodrigo realizou exposição multimídia e explicações sobre o enquadramento do ZEE-TO na legislação e conjunto de normas brasileiras, assim como realizou um breve histórico do processo no Tocantins.

Seguindo o rito estabelecido previamente, a sequência da reunião se deu com a apresentação do Sr. Valmir Augusto Detzel, coordenador geral dos trabalhos de elaboração do ZEE-TO (Figura 3.5). O conteúdo abordado foi o mesmo utilizado nas reuniões anteriores, descrevendo de forma sintética as fases do projeto, abordando os itens de construção do modelo, estruturação do pré-zoneamento, avaliação de consistência, confrontação com cenários e a proposta do plano de zoneamento e dos planos de ação.

Figura 3.5
REGISTROS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Vários questionamentos foram realizados a respeito do conteúdo apresentado. O primeiro foi emitido pelo Sr. Sr. Joaquim Cifuentes relativo à terminologia “fragilidade ecológica”, sugerindo a substituição por “vulnerabilidade ecológica”. Em resposta, o Sr. Valmir Augusto Detzel, argumentou que no Produto 6 é possível visualizar que o trabalho da vulnerabilidade ecológica está inserido dentro do cálculo da fragilidade, ou seja, a finalidade não é estabelecer o que é vulnerável, mas sim, o que é frágil. Explica que a vulnerabilidade corresponde a avaliação de níveis de risco, perda, afetação ou impacto que determinado ambiente se encontra. Por sua vez, fragilidade indica qual é o status de determinado ambiente. Sendo assim, uma floresta frágil pode não estar necessariamente vulnerável. Concluiu a explicação informando que ao ZEE-TO importa estabelecer a fragilidade dos ambientes.

Outro questionamento realizado também pelo Sr. Cifuentes foi sobre o desenvolvimento socioeconômico. Ressaltou que outros itens devem ser considerados para a análise do desenvolvimento econômico além do IDH, pois as condições do estado são distintas do país. Logo, Valmir Detzel alega que o questionamento é pertinente, mas esclarece que muitas outras variáveis também foram consideradas para análise, tendo sido força de expressão a fala indicando de que apenas o IDH foi usado como parâmetro. A técnica do Consórcio Executor, Sra. Tais D’Angelis complementou a informação, indicando que a metodologia utilizada para as análises foi a de cenários (Milton Santos), na qual se definem elementos fixos e fluxos. Os elementos fixos abrangem toda a materialidade (infraestrutura de circulação, energia, equipamentos de saúde, educação e uso da terra), enquanto que os fluxos compreendem taxa de urbanização, PIB, IPS, SGP, entre outros. Ambos cruzados com as questões legais, sendo estipulados pesos distintos para cada elemento resultando em cenário de desenvolvimento econômico. Valmir Detzel complementa que a terminologia será modificada, evitando-se confusões durante as consultas públicas.

Devido aos questionamentos dos participantes referente a denominação das zonas, Rodrigo Borges informa que o documento apresentado está disponível no portal do ZEE/TO para downloads, recomendando que todos os participantes analisem, complementem e retifiquem o material, para melhoria do produto final. Comenta

também que o zoneamento foi baseado na geomorfologia da região e localização da área, sendo complementado por Valmir Detzel que a denominação definida para as zonas não tem o propósito de identificar a sua característica específica de uso da terra, mas sim, facilitar a compreensão da comunidade em relação à referência geográfica. Por esse motivo cada zona tem uma designação que incorpora referencial geográfico.

Durante a apresentação foi sugerido que o quadro e mapa das zonas sejam apresentados em ordem alfabética ou por tamanho de área, facilitando a visualização do público. Valmir Detzel agradece a observação e reconhece que para as consultas públicas será melhor modificar a estruturação. Durante a apresentação, utilizou-se mais uma vez o arquivo digital do Produto 15 (P15) para exemplificação da Zona de Desenvolvimento Integrado 4 (ZDI) de Dianópolis.

Dentre os projetos contidos no Plano de Ação (Produto P13), apresentou-se com maior detalhamento o projeto de Diversificação e Integração de Segmentos Turísticos, onde foram discutidos alguns pontos, todavia pela ausência de responsáveis pelo turismo na reunião, sugeriu-se mais uma vez, que todos os participantes façam suas considerações no documento. Outros projetos também foram apresentados com maior detalhamento, como: Projeto Promoção da Biotecnologia; Projeto de Desenvolvimento de Regiões-Programa, com destaque para a ação prioritária; Projeto de Consolidação do Sistema Rodoviário; Projeto de Consolidação do Sistema Ferroviário; Projeto de Acompanhamento da Situação Fundiária.

Quanto a infraestrutura, os representantes da AGETO/SEINF informaram que o Tocantins tem um plano de infraestrutura viária e que farão análise das propostas do zoneamento para, posteriormente, estabelecer contribuições.

Figura 3.6

REGISTRO DOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.1.4 REUNIÃO TEMÁTICA DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS

A Reunião Temática dos Povos e Terras Indígenas foi realizada somente em 03 de agosto de 2018 em função do arranjo logístico necessário ao deslocamento dos atores integrantes das diversas nações indígenas distribuídas pelo território do Tocantins. A reunião também ocorreu na sede da SEPLAN-TO em Palmas/TO.

3.1.4.1 REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES

Os participantes totalizaram 17 atores representantes das nações indígenas e de instituições atuantes com a causa, tal como a FUNAI e órgãos estaduais e municipais que detêm sessão administrativa ou relacionamento direto com os povos e terras indígenas. A SEPLAN-TO e o Consórcio Executor compareceram com 9 representantes técnicos. O Quadro 3.4 apresenta a relação dos participantes e organizações que representam. A lista de presenças desta reunião encontra-se no Apêndice G.



Destaca-se que a representação indígena foi menor do que o previsto e esperado, com ausências que resultaram de uma circunstância organizacional que influenciou a logística de deslocamento de alguns representantes, especialmente aqueles procedentes de lugares mais distantes de Palmas.

Quadro 3.4

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

NOME	INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Cecília Amélia Miranda Costa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Célio Roberto Pereira de Souza	Etnia KANELA
Clebe Ixydeo Karajá	Etnia KARAJÁ
Cleyton Oliveira Martins Javaé	Etnia JAVAÉ
Darci Maurerri Javaé	Etnia JAVAÉ
Dimas Clemente	Consórcio Executor
Eduardo Biagioni	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Eliane Silva	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS
Hioló Silva Werreria	Etnia KARAJÁ
Iwrraru Karajá	Etnia KARAJÁ
João Carlos Pereira Javaé	Etnia JAVAÉ - Aldeia Boto Velho
João Werreriá	Etnia KARAJÁ
Josmar Sitbro	Etnia XERENTE
Josué Leiburuna Javaé	Etnia JAVAÉ
Júlio Cesar de Lucena Araújo	Câmara de Vereadores - Indigenista
Kleijiane Sousa Costa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Kubaria de Andeciwuala	Etnia KARAJÁ
Leandro Roeder	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Lizandra Paz de Oliveira	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Lorena Carmen Folda Detzel	Consórcio Executor
Luiz Alberto Soares Marques	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Narubia Werreria	Etnia KARAJÁ
Paulo Augusto B. Sousa	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Rodrigo Sabino T. Borges	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO
Tatiane Corrêa de Souza	Etnia KANELA
Wagner Mairea Javaé	Etnia JAVAÉ

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.4.2 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

O desenvolvimento da reunião se deu de maneira um pouco diversa das anteriores, tendo em vista a especificidade do tema e as características dos atores elencados a participar. No presente caso o conteúdo do relato a seguir reflete a transcrição das falas, com revisões e ajustes.

A abertura do evento foi realizada pelo representante da SEPLAN-TO dando as boas-vindas aos presentes. A apresentação individual de todos os participantes da reunião foi realizada logo na sequência da abertura dos trabalhos, sendo que no caso dos representantes indígenas foi solicitada a apresentação do nome, etnia que representam e terra ou área indígena da qual procederam.

A apresentação do enquadramento legal, normativo e institucional do ZEE-TO em relação ao marco legal federal e estadual foi realizada pelo Sr. Rodrigo Borges, à exemplo do ocorrido nas reuniões anteriores. No entanto, o diferencial nesta reunião com temática indígena, em relação as reuniões realizadas anteriormente, foi a abordagem na apresentação técnica do ZEE-TO.



O Sr. Valmir Augusto Detzel realizou apresentação específica sobre o ZEE-TO a qual, em sua parte inicial estabelece um breve histórico do processo de construção do zoneamento, explicação sobre as etapas de execução com uma abordagem sintética sobre o pré-zoneamento e cenários. Na abordagem principal da apresentação, foi realizada especial demonstrativo sobre a proposta de zoneamento e seu relacionamento com cada uma das terras indígenas e com a única área indígena, existentes no estado do Tocantins. Cada uma das porções territoriais foi, portanto, abordada com esclarecimentos sobre as zonas propostas e suas interações com o entorno das reservas indígenas.

Na abordagem conceitual, diferencia-se Reservas Indígenas de Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, conforme a legislação, conceituando também Terra Declarada, Terra Regularizada e Terra em Estudo, e suas exemplificações. Ressaltou-se que o cenário formal encontrado para as Terras Indígenas se deu por meio das informações da FUNAI, Ministério da Justiça e outras instâncias compondo o banco de dados. Em seguida, foram apresentadas em detalhes todas as áreas, ressaltando que a base cartográfica utilizada foi a da SEPLAN-TO, no entanto, há também a do IBGE, havendo diferença entre as abordagens. Todavia, ressalta que no final do zoneamento há possibilidade de fazer um clip entre as duas abordagens, para compor uma base cartográfica mais completa. Eduardo Biagioni faz a observação que estão faltando duas terras, logo, Valmir Detzel, ressalta que serão feitas novas verificações no mapeamento, esclarecendo que inicialmente a formulação das zonas tinha como área de corte a superfície de 5.000 ha, ou seja, nenhuma zona seria estabelecida com áreas menores do que 5.000 ha, indicando que esta linha de corte é um erro a ser corrigido no caso das ZEPI, ZEUS e ZETI. Destaca também a importância da contribuição de todos para aperfeiçoamento do produto final.

Outro questionamento versou sobre a possibilidade de se extrair informação quanto aos potenciais e limitações naturais do território dentro das terras e áreas indígenas, de forma a possibilitar subsídios quanto ao uso da terra e para o processo de elaboração dos planos de gestão das terras indígenas. Valmir Detzel, confirma a possibilidade, informando que há macro unidades de paisagem e unidade de paisagem para todo o território e que os cruzamentos de mapeamento são possíveis fazendo uso do Sistema Geográfico de Informações - SIG. No entanto, esclarece que o ZEE-TO não trará terras e áreas indígenas com interpretações do potencial e dos limitantes em seu interior, cabendo aos interessados em realizar os cruzamentos conforme necessidade.

Quanto ao questionamento de como chegou-se ao mapeamento das zonas, Valmir Detzel indica que foi por meio de condicionantes físicos, biológicos, desenvolvimento socioeconômico, entre outros. A justificativa do questionamento é devido a discussão que está havendo nas regiões de Formoso e Lagoa, caracterizadas por maior desempenho em agricultura no estado, as quais estão passando por déficit hídrico, questionando-se como será futuramente a região. Valmir Detzel informa que durante a apresentação será abordada esta temática, além disso, enfatiza que o desenho do mapa é esquemático, representando de forma geral a região.

Ao longo da manhã houve agregação de vários participantes que chegaram mais tarde porque tiveram dificuldades de deslocamento durante a manhã. Tendo em consideração a chegada dos novos participantes, achou-se por bem que a apresentação do conteúdo fosse novamente realizada, mesmo que de maneira sintética, para possibilitar nivelamento de compreensão sobre o tema entre todos os participantes. Assim, o Sr. Detzel regrediu na apresentação revisitando os assuntos já explanados anteriormente.

Apontou que o zoneamento é uma ferramenta que visa o planejamento geral, todavia, não é aplicado de forma isolada, necessita de outros instrumentos. Neste momento surge o questionamento referente aos Parques Nacionais sobrepostos a terras indígenas, o que resulta de dois atos legais diferentes e conflitantes. Valmir Detzel parabeniza a contribuição e informa que este ponto será discutido durante a reunião.

A apresentação demonstra toda proposta do Plano de Zoneamento que é constituída por 132 zonas, sendo 29 compostas por Zonas Especiais, onde as Terras Indígenas estão enquadradas, 75 zonas de Desenvolvimento Integrado e 28 zonas de Consolidação Estratégica. Durante a apresentação das zonas, ao fazer exposição sobre as Terras Indígenas e suas sobreposições, surge, por parte de um dos participantes, a colocação de haver inclusão entre as áreas indígenas e os parques. João Werreriá também complementa que no tempo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os índios pertencentes aos estados do Pará, Goiás, Tocantins e Mato Grosso foram reunidos na Ilha do Bananal, com a finalidade de concentrá-los em uma única região. Após a FUNAI, os índios retornaram as suas terras de origem, sendo realocados, havendo registro desse acontecimento.

Júlio Cesar de L. Araújo também faz uma colocação ressaltando que o ideal seria fundamentar tudo nas bases legais, por exemplo, que os decretos não definem os municípios quanto às etnias pela qual aquela região pertence culturalmente, então uma das alternativas seria acrescentar uma nota técnica evidenciando as outras

etnias no território, sendo compilada a integração do decreto. Valmir Detzel, então, informa que será abordada cada zona indígena individualmente, destacando que os pontos levantados foram de grande relevância.

Na sequência da apresentação salienta que as zonas especiais de Terras Indígenas serão abordadas uma a uma, com a síntese descritiva de cada uma delas. Lembra a todos que o zoneamento é apenas uma proposta e está ciente que durante a reunião pode haver conflito entre as delimitações de Terras Indígenas e parques. Todavia, informa que os dados utilizados foram somente os formalizados, enfatizando que os decretos dos Parques Nacionais foram formalizados em tempo antecedente aos das Terras Indígenas, tendo ciência que as Terras Indígenas são reconhecidas pela sociedade há muito tempo. Esta questão de sobreposição de UC e terras indígenas ficou como um ponto carente de definição institucional do Governo do Estado quanto ao que deve prevalecer no ZEE-TO (Figura 3.7). A explicação sobre cada uma das ZETI se deu de forma a abordar detalhadamente todos os aspectos e inter-relações entre a proposta de zoneamento e a realidade das áreas.

Figura 3.7

REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

A primeira Zona Especial de Terra Indígena abordada é a Apinayé, localizada no Bico do Papagaio. A finalidade do mapeamento é compreender a zona em relação as zonas do entorno. Embora não tenha em nenhuma das zonas o caráter de amortecimento, a classificação da zona reflete a capacidade potencial que o meio natural e socioeconômico apresenta.

O zoneamento não é definido de forma específica nas áreas internas de cada ZETI, ao contrário das Unidades de Conservação que pressupõem zoneamentos específicos em seus planos de manejo conforme previsto em lei, a legislação que define terras indígenas não indica como pressuposto a obrigatoriedade de ter um zoneamento específico. Valmir Detzel complementa que a FUNAI está promovendo a elaboração de planos de gestão de terras indígenas incluindo a elaboração de zoneamentos e planos de ação para cada uma das Terras Indígenas. A lógica é que todas as Terras Indígenas, independente da instância, tenham o seu zoneamento específico, no qual o ZEE-TO não irá interferir, pois trata-se de uma terra demarcada definida por lei federal, portanto com hierarquia superior à jurisdição do Estado do Tocantins.

Em seguida, apresenta-se a síntese descritiva da Zona Especial do Apinayé, tratando-se do macrocompartimento, bacias hidrográficas, tipos climáticos, compartimentos geomorfológicos e geológicos, unidades pedológicas e aptidão do uso da terras, características físicas, biológicas, antrópicas e diretrizes específicas. Evidencia que essas informações precisam evoluir para o próximo produto, havendo uma descrição mais precisa, com melhorias nos pontos chaves do zoneamento.

Ressalta a necessidade de agregar melhorias nas diretrizes as ações, indicando que todos os participantes poderão ajudar, incluindo a necessidade do auxílio da FUNAI.

Surge então, o questionamento do representante da Câmara de Vereadores, Júlio Cesar de Lucena Araújo, se nas áreas de Terras Indígenas não há delimitação das unidades de paisagem. Valmir Detzel informa que há delimitação no SIG, porém não está contemplado na exposição multimídia realizada na presente reunião.

A Terra Indígena apresentada na sequência foi ZETI Xerente, com sua síntese descritiva e objetivos específicos.

Um dos participantes, Eduardo Biagioni, levanta o questionamento se as unidades que possuem zona de amortecimento, comportam até uma ZDI-2. Logo Valmir Detzel esclarece que não porque as zonas não são estabelecidas com o propósito de amortecimento de UC ou de terras indígenas. Ainda esclareceu que as zonas de amortecimento de unidades de conservação são definidas em uma abordagem geográfica com escala maior ou seja, mais detalhada. A escala aplicada no ZEE-TO (1:250.000) não é apropriada para a definição de zonas de amortecimento de UC. Para melhor exemplificação, utiliza o exemplo da Estação Ecológica do Jalapão, onde a zona de amortecimento será estabelecida no entorno da unidade. Como a escala do zoneamento dessa estação ecológica, é grande, 1:25.000, prevalece o que está estabelecido na zona de amortecimento em sobreposição hierárquica ao ZEE-TO. À medida em que o zoneamento determina regras é natural que a zona de amortecimento de UC, ao ser elaborada, estabeleça diferenciações e especificações maiores, tendo o ZEE-TO como uma diretriz. Como exemplo no caso da ZDI 4, se a zona de amortecimento da Estação Ecológica definir que as atividades econômicas tem restrição, vai prevalecer a da zona de amortecimento.

Em seguida, Célio Roberto Pereira de Souza questiona se nesse caso usaria o mesmo critério para a ZDI 2. Valmir Detzel, exemplifica que não, pois nesse caso a ZDI-2 permite desenvolvimento, contudo com um cuidado ambiental maior. Júlio Cesar de L. Araújo comenta que tem conhecimento da região e essas áreas estão à margem do território indígena, como foi colocado, existe uma construção histórica de aceitação e negação sobre o uso agrícola do entorno. Quando o zoneamento aponta que há uma menor preocupação ambiental, isso pode causar um desconforto para aqueles que estão apoiando a restrição.

Valmir Detzel exemplifica que há dois raciocínios (Figura 3.8), com isso, ao mesmo tempo em que a comunidade pode entender que não há tanta preocupação, pode também ter uma percepção ao contrário. Também estabelece que ao ZEE-TO não compete um papel normativo de licenciamento, mas sim de estratégias de desenvolvimento sustentável. Porém, comenta também que as considerações e colaborações podem ser enviadas para a SEPLAN, para estudo, complementação e retificação do zoneamento no que for cabível. Por isso, é necessário se posicionarem não só na reunião, mas também no formulário.

Figura 3.8

REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Eduardo Biagioni argumenta que há a necessidade de compreender exatamente o que é permitido e restrito nessas áreas para saber como se manifestar. Valmir Augusto Detzel novamente informa que o zoneamento não constitui necessariamente uma linha de licenciamento. Ao zoneamento compete fomentar a prática do que deve ser feito para chegar ao cenário futuro. As contribuições dependem também da interpretação do leitor quanto a proposta e a leitura dos documentos disponibilizados é fundamental para a compreensão do ZEE-TO proposto.

Um dos participantes se posiciona quanto à questão em discussão e informa que participou de uma audiência pública com esta temática ocasião em que não houve a participação da população, somente dos fazendeiros interessados em explorar o território. Destaca, ainda, que a comunidade sente-se ofendida quando há pessoas defendendo a causa agrícola ou o uso desordenado do solo. Ressalta que a Ilha do Bananal, na região do braço direito do rio Araguaia onde houve um assoreamento grande, virou um deserto de areia. E as pessoas têm afirmado que está acabando a água, porém está incorreto, o que tem ocorrido é o assoreamento desordenado.



Célio Roberto Pereira de Souza reforça que a preocupação não é só em relação à Ilha do Bananal, recentemente foi realizada uma Assembleia dos Povos Indígenas onde foram levantados vários relatos sobre a agricultura estar prejudicando parte dos mananciais e aldeias. Considerando o tempo de discussão que esta abordagem tomou, Valmir Detzel informa que precisa prosseguir com a reunião para cumprir o escopo completo da apresentação, conforme a programação, mas sugere mais uma vez que todos se posicionem formalmente no canal da SEPLAN-TO.

Aproveitando a colocação, Júlio Cesar de L. Araújo pede esclarecimento sobre o que diferencia a unidade ZDI 4 para a ZDI 2. Valmir Detzel esclarece que o nível de fragilidade da ZDI 2 é maior que o da ZDI 4 e esta permite certo nível de desenvolvimento com cuidado ambiental, todavia o cuidado na ZDI 2 é superior.

Uma das participantes, Narubia Werreria opõem-se à afirmação da credibilidade do projeto, pois frisa a necessidade de todos terem o conhecimento de como chegou-se ao resultado do zoneamento. Valmir Detzel destaca que a explicação sobre como se chegou à proposta de ZEE-TO foi realizada na parte inicial da reunião, ocasião em que, infelizmente, a interlocutora não estava presente. Porém, frente ao impasse, o Sr. Detzel propõem uma nova programação para a reunião, apresentando o diagnóstico, o prognóstico e a compartimentação para esclarecimento e apresentação de todos os critérios utilizados para a elaboração do zoneamento. O Sr. Rodrigo Borges toma a palavra para esclarecimento da abordagem da reunião temática e das atividades do zoneamento, colocando-se à disposição para elucidação posterior.

Eduardo Biagioni coloca que no caso comparativo há conhecimento de que as unidades no nível 1 são mais conservadas, com potencial menor de desenvolvimento, comparado aos níveis 2, 3 e 4, mas questiona quais foram os elementos que definiram essa classificação, para poder fazer colocações nos documentos futuramente. Valmir Detzel informa que para a explicação de como se obteve a construção do modelo e das unidades de paisagem, necessita de um tempo maior para expor o documento em si de forma mais detalhada, como foi realizado no intervalo do almoço para um dos participantes.

Um participante destaca que é importante ver isso porque quando se trata de indígena é muito forte, quando fala de índio é muito mais, ou seja, é necessário ter um cuidado para falar, não utilizando muitas palavras técnicas. Coloca que está sentindo a falta de indígenas, pois como a colega Narubia Werreria comentou, muitas vezes as pessoas trazem algo que consta no papel, mas a realidade é totalmente diferente. Então requisita uma atenção maior para saber informar as pessoas, por isso, é importante capacitar o indígena para poder acompanhar as reuniões. Por fim, agradece a atenção de todos e retira-se da reunião. Aproveitando a fala, Rodrigo Borges esclarece que o zoneamento está sendo construído ainda e que não houve possibilidade de pegar a linguagem do documento técnico e transformá-la para atendimento amplo a todos. Destaca também que o ZEE-TO é fundamentalmente técnico e que há dificuldades de transformá-lo em linguagem diferenciada sem que se perca essência ou significado. Destaca que a construção não termina por ocasião da reunião e que há possibilidade de posicionamento de todos no decorrer das semanas seguintes à data da reunião.

Outro participante comenta que a FUNAI é um canal muito importante para preparar os indígenas previamente em relação a essa discussão, ainda mais por já estar em contato com a SEPLAN-TO. Argumenta que é improdutivo não ter um conhecimento mínimo da linguagem que será utilizada, assim como, os critérios utilizados para definir as áreas. Sugere retificar a reunião temática, pois trata-se de uma exposição superficial do zoneamento para o entendimento mínimo das comunidades. Pois por se tratar de um conteúdo extenso, o ideal seria que a comunidade tivesse tido contato com as pretensões do material há algum tempo, facilitando, a familiarização com o propósito no nível estadual, para definir uma política de tal importância⁵.

Neste ponto houve uma percepção por parte da coordenação dos trabalhos que exigiu uma correção explícita. O entendimento de que a intenção da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor seria de validar a proposta na ocasião da reunião é equivocado. Neste ponto foi esclarecido que o propósito da reunião foi de, exatamente, introduzir o tema aos participantes, de forma a orientá-los quanto ao escopo das propostas, preparando a todos sobre as abordagens e conteúdo que os relatórios P13 e P15 apresentam. Em síntese a reunião serve exatamente para familiarizar aos atores, tendo em consideração a importância do tema. Esclareceu, finalmente, que não houve qualquer solicitação de validação de propostas por ocasião da reunião.

⁵ Destaque-se que a coordenação do Consórcio Executor e da SEPLAN-TO realizou intensos preparativos e tentativas de executar a reunião sobre povos e terras indígenas no decorrer do primeiro semestre de 2018. O tema foi tratado com representações indígenas desde o final de 2017, por ocasião das Oficinas Técnicas, comentando sobre a necessidade de que as nações indígenas fossem introduzidas ao tema e preparadas para a Reunião Temática.

Valmir Detzel apresenta a ZDI 4 Planície do Araguaia, situada na porção sudoeste do Tocantins, com 876 mil hectares, apresentando sua descrição técnica, caracterização das condicionantes e diretrizes. Reforça o que foi comentado pela manhã, que para o próximo produto há necessidade de enriquecimento dessas informações.

Durante a explanação das condicionantes físicas, especificamente a litologia, Júlio Cesar de L. Araújo coloca que a porcentagem de plintossolos (86,22 %) em comparação com as áreas dedicadas à conservação natural (28,05 %) deveriam ser inversas. Ressalta ainda que não vê coerência da ZDI 4 ser classificada como menos frágil do que as áreas de neossolos. Valmir Detzel afirma entender o ponto de vista, mas argumenta que o zoneamento não é estabelecido apenas com base no meio físico e condicionantes físicas, pois além dos aspectos de solos e rochas, analisou-se também recursos hídricos, vegetação, uso atual do solo, declividade. Enfatiza que em todo o delineamento, diretrizes e leis, deverá ser considerado o equilíbrio de análises entre o meio natural e o meio antrópico. Não pode em hipótese alguma, no procedimento metodológico para definição do pré-zoneamento, ignorar-se a existência de usos antrópicos atuais, pois estes fazem parte do desenvolvimento socioeconômico, aos quais se aplicaram abordagens e pesos definidos na metodologia. Ressalta que os elementos de grande relevância foram considerados no cruzamento da estabilidade física e biológica, assim como o desenvolvimento econômico. O zoneamento é um elemento diretivo de linha ampla, abaixo dele virão os planejamentos regionais e em seguida os planos diretores, então a escala ampla do zoneamento determina que as diferenças subjetivas de mais frágil e menos frágil, passam a valer na mesma zona no planejamento regional.

Subsequentemente o participante argumenta que em sua região alguns fazendeiros não tem Estudo de Impacto Ambiental - EIA, alegando que a atividade da fazenda não requisita tal estudo. O participante questiona se realmente é válido esse posicionamento. Valmir Detzel explica que a situação pode ser verdadeira, porém não sabe ao certo o caso específico, contudo a legislação ambiental determina que para exigir Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) tem que haver um potencial poluidor, o qual em alguns estados é graduado em níveis, sendo que os de níveis 1, 2, e 3 não necessitam de EIA/RIMA, já os de níveis 4, 5, e 6 exigem EIA/RIMA dependendo do empreendimento. No caso da referida fazenda, se não tem porte o suficiente e sua atividade não é considerada como de potencial poluidor elevado, não exige-se EIA/RIMA, mas exige-se outro estudo, como Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Júlio Cesar de L. Araújo expressa que na questão de solos na região da Ilha do Bananal, não foi possível entender da maneira que está sendo apresentado. Menciona que sua compreensão foi que a definição da fragilidade partiu da consolidação da atividade pelo uso atual. Argumenta ainda que se o zoneamento fosse só ecológico e não econômico, a legenda seria outra. Expõe que existem atividades consolidadas há anos, as quais foram paralisadas no mundo, por serem consideradas como poluidoras. Porém, sugere acrescentar um indicador que a área da ZDI 4 é muito mais frágil do que está sendo apresentado na legenda, pelo fato de haver atividade consolidada na região. Mais um vez Valmir Augusto Detzel reforça a importância da contribuição de todos com olhar crítico, justificando as perspectivas (Figura 3.9).

Figura 3.9

REGISTRO DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.



Partindo-se do mesmo assunto Narubia Werreria comenta que a visão social, levando-se em conta o aspecto econômico, ainda é muito abstrata, pois no município de Lagoa da Confusão, grande parte da população está vivendo em condições precárias e miseráveis, onde apenas uma pequena porção enquadra-se em condições melhores. Valmir Detzel agradece o comentário e prossegue na apresentação abordando as condicionantes biológicas e antrópicas.

O participante Cleyton Oliveira Martins Javaé concorda com as opiniões expostas e argumenta que ao observar as discussões e apresentação, nota-se que há uma problemática ambiental na região e sugere como uma possível solução, “reparos”, ou seja, converter em compensações, citando como exemplo as APPs (Áreas de Preservação Permanente).

Surge outro comentário referente à Ilha do Bananal, informando que recentemente houve a Conferência Internacional de Águas, com a participação de muitos grupos de interesse e foram muitas as defesas em relação a compensação, como foi comentado anteriormente, convencendo as comunidades a cederem em detrimento as compensações. Coloca também que atualmente na região há ausência de compensações e as áreas estão sendo cada vez mais degradadas. Ou seja, argumenta que na pior das hipóteses a solução seria a compensação, todavia, o melhor a se fazer é um zoneamento que impossibilitasse a forma de agricultura praticada na região. Júlio Cesar de L. Araújo complementa que seria ideal acrescentar no zoneamento a classificação dos níveis de atividades agrícolas permitidas na região, inibindo as atividades intensivas.

Dando sequência, Valmir Detzel expõe a ZETI Funil por meio de uma síntese descritiva, abordando as mesmas categorias apresentadas nas ZETIs retratadas anteriormente.

Um participante questiona como são definidas as diretrizes para as áreas indígenas e o seu desenvolvimento. Valmir Augusto Detzel, comenta que estava aguardando esse questionamento, pois os questionamentos realizados até o momento trataram-se apenas das áreas externas ou de entorno, logo, esclarece que a terra indígena está enquadrada em uma categoria especial, tendo a mesma lógica de tratamento de parque, de APA, ou seja, a Zona Especial de Terra Indígena possui legislação e delimitação específica, havendo necessidade de um plano de gestão ambiental, social e econômico, que conduza a um zoneamento específico e detalhado, tornando possível estabelecer um planejamento para dentro da terra indígena. Porém, a obrigatoriedade de realizar o zoneamento e plano de gestão das terras indígenas não consta na legislação específica, com isso, o ZEE-TO pode induzir cumprimento desse plano específico de gestão.

Júlio Cesar de L. Araújo ressalta que referente aos GTAs em Terra Indígena de uma mesma etnia, terá menor influência no aspecto técnico não indígena. Essa ferramenta seria importante, para saber quais as limitações haveriam no ambiente para os níveis tecnológicos não tradicionais, compondo a mesma problemática das terras inundadas. Cita o exemplo de Pareci no Mato Grosso, região com 20 mil hectares de soja transgênica, sendo que desses 5 mil são produzidas por povos indígenas, os quais estão requerendo o licenciamento de mais 15 mil hectares. Logo com o passar do tempo, outras etnias também vão ter o interesse de desenvolver atividades não tradicionais em suas áreas. Complementa que essa ferramenta servirá como uma baliza para a legislação, permitindo que a população indígena produza semelhantemente aos fazendeiros. Cleyton Oliveira Martins Javaé toma a palavra e cita o exemplo que tem acontecido na Ilha do Bananal na atividade pecuária, onde a própria instituição motiva todo esse potencial.

Prosseguindo com o raciocínio, Valmir Detzel afirma que a indicação que poderá ser feita no zoneamento é que todas as Terras Indígenas tenham Plano de Gestão Territorial. Júlio Cesar de L. Araújo mais uma vez ressalta que essa ferramenta irá auxiliar os povos indígenas a discernir quais as atividades devem ser feitas e quais as respectivas áreas ideais ou zonas da Terra Indígena. Valmir Augusto Detzel replica que os planos não necessitam abranger toda a terra, há possibilidade de haver planos para cada etnia, resultando em uma lógica de desenvolvimento e planejamento em uma escala mais detalhada que extrapola o zoneamento. Porém a legislação sobre terras indígenas é federal, não havendo interferência do estado. Júlio Cesar de L. Araújo complementa o seu ponto de vista, afirmando que é inegável a necessidade do plano de gestão levar em consideração as limitações técnicas zoneadas

Cleyton Oliveira Martins Javaé expõe que em suas terras o governo, primeiramente, devolveu as Terras Indígenas, sem nenhum planejamento, muitas delas impactadas, com várias atividades. Complementa ainda que não existe um plano de gestão com as áreas sem avanço. Logo compreende a existência de legislação específica, tendo consciência que os próprios indígenas precisam despertar no governo a necessidade desse plano. Comenta-se também sobre outras atividades potenciais, como ecoturismo e pesca esportiva.

Valmir Detzel esclarece que caracterizar no zoneamento as potencialidades das áreas é possível, mas não induzir ações de gestão. Todavia o zoneamento não refere-se apenas ao uso da terra relacionado a agricultura

e pecuária, há outros ramos. Por fim, prossegue com a apresentação abordando as ZETIs Khraolandia, Krahô-Kanela, Taego-Áwa, Xambioá, Araguaia, nesta havendo uma sobreposição de Terras Indígenas, sendo elas Inawebohona e Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna. Exemplifica que para o zoneamento foram utilizados como parâmetros a formalização do Decreto 59/2006. Júlio Cesar de L. Araújo toma a palavra e argumenta que a legislação diz que as Terras Indígenas são no aspecto da imemorialidade, por mais que haja um Decreto anterior, a legislação afirma que a terra é imemorial. Eduardo Biagioni inclui que legalmente quando há sobreposição o ICMBio fica com a gestão, mas na prática o direito indígena é inegável. Júlio Cesar de L. Araújo comenta que a gestão dos indígenas por ser do Patrimônio da União é feita pela FUNAI, das UCs à gestão é feita pelo ICMBio ocorrendo o conflito e pelo entendimento é que ainda assim a gestão seja feita pelo ICMBio em função das dificuldades que a gestão demandaria para os povos indígenas (Figura 3.10).

Figura 3.10

REGISTROS DA REUNIÃO TEMÁTICA DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESCOPO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Cleyton Oliveira Martins Javaé discorre que o problema é a sobreposição, assim como a infraestrutura da FUNAI e ICMBio. Júlio Cesar de L. Araújo questiona como será representada essas áreas no zoneamento e surge o comentário que o ideal seria representar como Terra indígena resultando consequentemente em UC.

Prosseguindo, Valmir Detzel expõe as demais Terras Indígenas ZEPI PARNA do Araguaia, ZEUS APA Ilha do Bananal/Cantão e ZDI 4 Planície do Araguaia. Em seguida, apresenta os corredores naturais, todavia ressalta que a nomenclatura será modificada, pois não há sentido pleno de corredores biológicos, sendo possivelmente substituído por áreas prioritárias para serviços ecossistêmicos. Para a sua concepção foram utilizados como base analítica os seguintes temas: suscetibilidade ambiental, pontos e áreas das bacias com captação superficial de águas, limites das propriedades rurais declaradas no cadastramento, formações florestais, cadeias montanhosas, áreas prioritárias para conservação, cavidades naturais, Reserva Legal, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, corredor ecológico no norte do Tocantins, rios de primeira e segunda ordem. Logo o objetivo do zoneamento em compor essas áreas prioritárias para serviços ecossistêmicos poderá ser uma importante ferramenta de captação de recursos e políticas públicas, para o desenvolvimentos de alternativas de produção associada a conservação.

Por fim, é exposta a proposta de Plano de Ação correspondente ao Produto 13 (P13), o qual foi estruturado por diferentes políticas, como Gestão Ambiental, Gestão Territorial, Gestão Social, Gestão Econômica e Gestão Institucional. Para melhor entendimento utilizou-se o arquivo digital do Produto 13 (P13) para exposição detalhada dos programas e projetos, explanando as estruturas, enquadramentos, descrição, abrangência, cronograma de atividades, nível de prioridade, entre outros aspectos.

Dentre as políticas contidas na proposta de Plano de Ação, foi apresentada com maior detalhamento a de Gestão Social, expondo o Projeto de Preservação de Cultura Indígena, contido no programa de Desenvolvimento Social. Durante a apresentação das ações prioritárias houve uma certa ambiguidade entre as ações 2 e 3. Sendo assim, Valmir Detzel argumenta a necessidade de aprimoramento dessa proposta. Eduardo Biagioni aponta que o etnozoneamento refere-se ao uso e importância das Terras Indígenas, já o etnomapeamento é mais descritivo quanto aos povos e Terras Indígenas. Sugerindo-se que etnomapeamento seja apenas das Terras Indígenas, retirando-se os povos.



Ao final da apresentação, Valmir Detzel, agradece a participação e interação, esclarecendo que todos os pontos abordados tratam apenas de uma proposta, onde será de suma importância a contribuição de todos com argumentos e retificações para aprimoramento do produto final.

Sugere que mantenha-se o contato entre os povos indígenas, para ambientação do plano e discussão. Logo, Rodrigo Borges propõe a realização de uma reunião na semana seguinte e já faz o repasse dos meios de acesso de todos os produtos e formulário para retificação e complementação, que deverão ser enviados até o dia 17 de agosto. Ficou ajustado entre os participantes, também, a formação de um grupo de trabalho com agregação via aplicativo Whatsapp, objetivando fomentar a troca de ideias e informações objetivando contribuições às propostas apresentadas.

Por fim, agradece em nome da SEPLAN-TO o apoio e cooperação de todos e finaliza a reunião.



SESSÃO 2

CONSULTAS PÚBLICAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DAS CONSULTAS PÚBLICAS

A realização das Consultas Públicas, corresponde ao início da fase de construção final do ZEE-TO, posto que as consultas foram concebidas para a exposição pública da proposta concreta do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins. O presente documento estabelece registro dos conceitos, métodos e atividades de realização das 9 Consultas Públicas realizadas nas regiões preestabelecidas de Augustinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso, Lagoa da Confusão, Gurupi, Dianópolis, Novo Acordo e Palmas.

As Consultas Públicas do ZEE-TO têm como objetivo principal, informar a sociedade tocantinense quanto aos aspectos e detalhes do zoneamento ecológico-econômico proposto para o estado, tendo como princípio a exposição da proposta formulada pela equipe técnica incumbida de sua elaboração e, a partir dela, coletar sugestões e críticas emitidas por parte dos atores sociais e instituições.

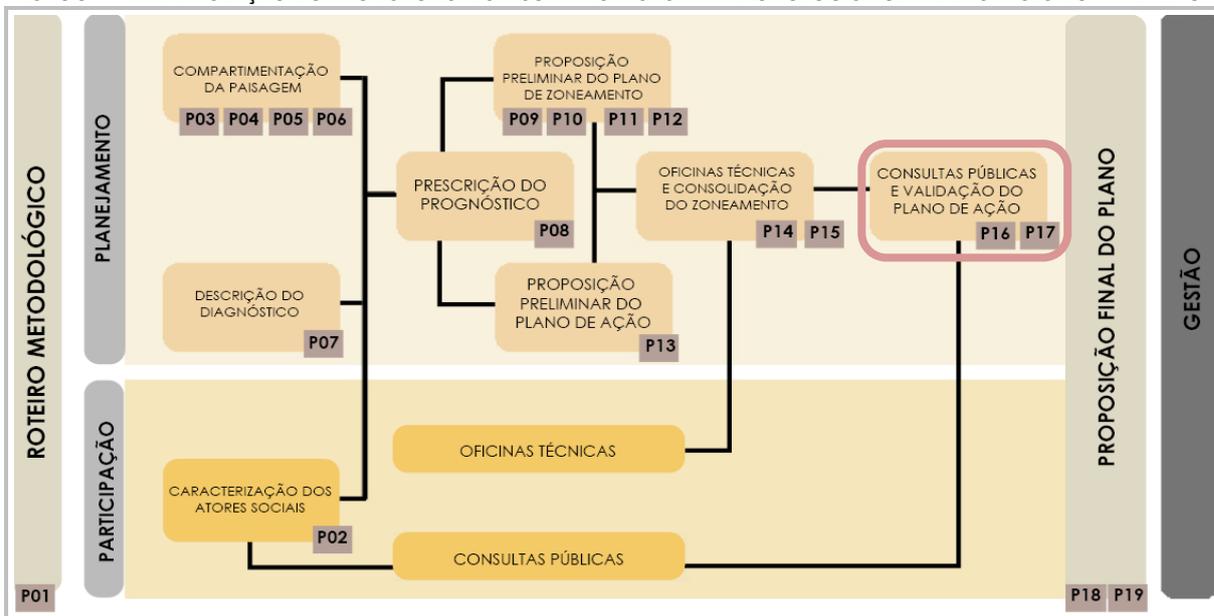
Elaborar o ZEE-TO de maneira participativa é uma das estratégias para que a sociedade passe a melhor compreender a necessidade de se ordenar a ocupação do território do estado e as ações nele desenvolvidas, ao mesmo tempo em que possibilita a coparticipação dos diversos segmentos da sociedade na formulação de propostas adequadas às realidades locais, tendo como meta a implementação bem-sucedida do ZEE-TO.

As Consultas Públicas foram realizadas com a presença da sociedade tocantinense, interessados em geral ou cuja atuação é relevante para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins - ZEE-TO, sendo que os eventos foram abertos ao público, sem restrições. A representação da sociedade se deu pela presença de governantes, legisladores, líderes de organizações públicas e privadas, representantes de populações tradicionais quilombolas, quebradeiras-de-coco, artesãos de capim dourado, agricultores familiares, colônias de pescadores, representantes de instituições de ensino e pesquisa, gestores ambientais e territoriais, representantes municipais e membros da comunidade interessados no tema.

O conteúdo do presente relatório visa registrar todo o escopo do trabalho desenvolvido para a realização das Consultas Públicas, desde o estabelecimento dos métodos e técnicas aplicadas, as atividades de mobilização dos atores em todas as regiões do estado e a execução das consultas. No fluxograma contido na Figura 1.1 constam as etapas de construção do ZEE-TO com destaque para as Consultas Públicas, cujo relatório é definido como Produto 16 (P16).

Figura 1.1

FLUXOGRAMA DE INSERÇÃO DO PRODUTO ESPECÍFICO NA ESTRUTURA METODOLÓGICA GERAL DAS FASES DO TRABALHO



Nota:

P16 = produto referente ao presente relatório.

Fonte:

Elaborada pelo Autor, 2015.

Nesta etapa, o presente documento estabelece registro dos conceitos, métodos e atividades de realização das Consultas Públicas em 9 regiões preestabelecidas no território do Tocantins, executadas conforme a seguinte ordem de cidades núcleo: Lagoa da Confusão, Augustinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso, Gurupi, Dianópolis, Novo Acordo e Palmas.



**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS
CONSULTAS PÚBLICAS**



Este capítulo aborda os aspectos conceituais, objetivos, métodos e técnicas afetos ao processo participativo estabelecido para o ZEE-TO, envolvendo explicações sobre a metodologia de mobilização dos atores sociais objetivando garantir representatividade de presenças nas Consultas Públicas e a metodologia de sua execução.

2.1 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO

As Consultas Públicas para apresentação da proposta do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico no escopo dos trabalhos do ZEE-TO foram previstas no Termo de Referência que delineou a execução dos serviços, indicando que:

“...durante cada etapa da elaboração do Plano do ZEE-TO deverão ser realizadas oficinas técnicas para discussão prévia dos resultados e dos aspectos a serem apresentados nas Consultas Públicas. As oficinas e consultas públicas deverão envolver representantes da sociedade civil, dos setores de produção agropecuária empresarial e de subsistência, da preservação e conservação ambiental, e da gestão territorial, além dos gestores municipais e estaduais”.

O primeiro passo para a organização das Consultas Públicas partiu da apresentação à SEPLAN-TO de um roteiro metodológico contendo o fio lógico conceitual e de organização dos eventos. O documento foi discutido, complementado e validado pelo grupo gestor do ZEE-TO em conjunto com a equipe responsável pela organização dos trabalhos, integrante do Consórcio Executor.

As Consultas Públicas foram predefinidas em número de nove, executadas em cidades polo do Tocantins, sedes das regiões administrativas distribuídas no estado.

As técnicas utilizadas nas Consultas Públicas visaram facilitar o processo de comunicação interpessoal e a obtenção de resultados de maneira organizada e célere, a partir da consideração de alguns elementos básicos.

Tendo as experiências adquiridas da etapa de oficinas técnicas realizadas em 2017, a organização dos locais das Consultas Públicas partiu de um rigor um pouco maior na escolha dos locais de realização dos eventos. Alguns critérios foram considerados elementares para a definição dos espaços de realização das Consultas Públicas, conforme abaixo:

- **Localização:** de preferência mais no centro urbano, em endereço mais conhecido pela população local;
- **Acessibilidade:** o local, de fácil acesso, também deveria dispor de condições apropriadas para cadeirantes e demais portadores de deficiência física, bem como as condições para disponibilização de material informativo com informações sobre o evento e sobre o espaço propriamente dito;
- **Conforto:** o espaço deveria dispor de banheiros masculino, feminino e, quando possível, adaptado para portadores de deficiência física; área para disponibilizar água e café durante todo o período do evento; climatização do ambiente; acústica apropriada; e limpeza no ambiente;
- **Estrutura:** o local deveria dispor de instalações elétricas e eletrônicas apropriadas para utilização de equipamentos multimídia, iluminação, gravação e reprodução de som e filmagens.
- **Conforto térmico:** as condições climáticas do Tocantins determinaram a escolha por locais que dispusessem necessariamente de ar condicionado, visando maior conforto aos participantes;
- **Capacidade de público:** sendo as consultas públicas eventos abertos com número de participantes imprevisível, os espaços foram escolhidos com capacidade mínima de 80 a 150 pessoas visando acolhimento conforme projeção por experiências anteriores.

O trabalho de articulação com instituições locais nos municípios sede visou obter indicações de locais que atendessem ao máximo possível a estes critérios.

Os métodos e técnicas / ferramentas foram utilizados com objetivo principal de proporcionar meios para a integração, troca de experiências e informações produzidas pelos diversos atores mobilizados, de forma harmônica e construtiva, bem como de formas de registros considerando vários conceitos aplicados, conforme detalhamento a seguir:



1. **Preparação do espaço:** a organização inteligente do espaço físico no qual as pessoas se reúnem para interagir é algo que tem grande impacto no processo de interação. Iluminação adequada, ausência de **barulho**, temperatura agradável, limpeza, entre outros fatores físicos como esses, ampliam a capacidade de construir interações e conhecimentos, quase tanto quanto fatores psicológicos como confiança, interesse e amabilidade. O espaço deve ser conscientemente planejado e cuidado para acolher bem as pessoas.
2. **Equipamentos e materiais:** os equipamentos utilizados (*datashow*, computadores, tela de projeção, caixas de som, microfone, máquina fotográfica e filmadora, cartões eletrônicos de memória), foram testados e adequados para a consecução dos objetivos propostos. Os materiais utilizados foram papéis sulfite; canetas esferográficas; porta-crachás; fitas adesivas; colas em tubo bastão; tesoura; grampeador; cabos, extensões e adaptadores para conexão com terminais de energia.
3. **Acolhida dos participantes:** estudos sobre o funcionamento do cérebro revelam que as pessoas aprendem mais quando estão descontraídas, alegres e esperançosas. Sensações de medo e insegurança bloqueiam a aprendizagem (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2013⁶). Por isso a importância de recebê-los com atenção, proporcionando um ambiente harmonioso e favorável para o compartilhamento de informações.
4. **Leitura de imagem (exibição em multimídia):** o texto imagético traz para a consulta um conjunto de possibilidades de leitura. A leitura de imagens é fundamental para provocar a compreensão da realidade, incluindo-se mapas de diversas situações, provocando os participantes a refletirem sobre a importância do conhecimento do espaço onde vivem e das possibilidades de convivência e interação com os referidos espaços.

A atuação dos condutores das consultas foi no sentido de incitar os participantes à emissão de contribuições e análises quanto as propostas do ZEE-TO apresentadas pela equipe técnica.

2.2 MÉTODO DE MOBILIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O processo de organização das Consultas Públicas iniciou-se com um trabalho de mobilização dos atores sociais, realizado por meio de visitas a campo com a intenção de se estabelecer contato, explanar os propósitos das consultas e formalizar convites à participação dos atores alvo. Esse trabalho foi realizado de forma sistemática, obedecendo a critérios e procedimentos preestabelecidos acordados com a SEPLAN-TO, tendo como preocupação principal o envolvimento de atores vinculados a grupos organizados da sociedade, dos poderes público e privado, caracterizados como formadores de opinião em seu grupo e detentores de informações aptas a subsidiar o processo de construção do ZEE-TO.

A mobilização dos atores considerou as predefinições constantes no Termo de Referência que delineou a execução dos serviços. Consta a necessidade de se abranger a maior parte do território do Tocantins promovendo participação da sociedade e, para tanto, houve o preestabelecimento de que as Consultas Públicas correspondessem, inicialmente, a 9 eventos distribuídos pelo território estadual do Tocantins, tendo por referência primária de localização dos eventos as sedes municipais polo das regiões administrativas.

Os trabalhos de mobilização dos atores foram baseados nos seguintes objetivos:

- Estabelecer contatos com as organizações, instituições e personalidades de cada porção territorial do Tocantins, com o sentido de dar ciência sobre os eventos a se realizar;
- Sensibilizar os atores a participar dos eventos, visando garantir representatividade da sociedade;
- Verificar *in loco*, a infraestrutura disponível para os eventos, assim como as condições e requisitos vinculados à logística dos eventos, de forma a permitir o correto preparo e estruturação;
- Solicitar apoio às instituições governamentais locais no sentido de auxiliar na promoção e incentivo aos atores em busca de uma participação efetiva, bem como no sentido de obter orientações gerais e específicas passíveis de influenciar o sucesso dos eventos;

⁶ Incluir para transformar: metodologia Tessala em cinco movimentos (concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães), pg. 22. Rio de Janeiro. Fundação Roberto Marinho, 2013.



- Solicitar apoio às instituições locais para a definição dos espaços de infraestrutura mais adequados aos eventos e sobre outros elementos pertinentes à logística.

Considerando experiências anteriores quanto à mobilização de atores para eventos participativos, o Consórcio Executor estabeleceu um intenso trabalho de mobilização fazendo uso de contato direto com instituições públicas e privadas e atores locais formadores de opinião.

A mobilização dos atores utilizou-se da emissão do convite para os atores sociais cadastrados por ocasião das Oficinas Técnicas. Foi realizada análise de posicionamento territorial dos atores, fazendo-se uso das referências de endereços constantes no cadastro. Essa análise indicou um completo mapeamento da situação de representatividade nos mais diversos segmentos distribuídos nas nove Regiões Administrativas (RAs) do estado e, a partir desta espacialização, foram projetados os trajetos e divisões de trabalho entre as equipes envolvidas para abordarem os atores alvo.

A mobilização não pressupôs, desde o princípio, realização de abordagens presenciais à todas entidades localizadas nos 139 municípios distribuídos pelo estado, tendo em consideração a extensão do Tocantins e as prioridades estabelecidas. Portanto, a mobilização partiu de dois procedimentos básicos:

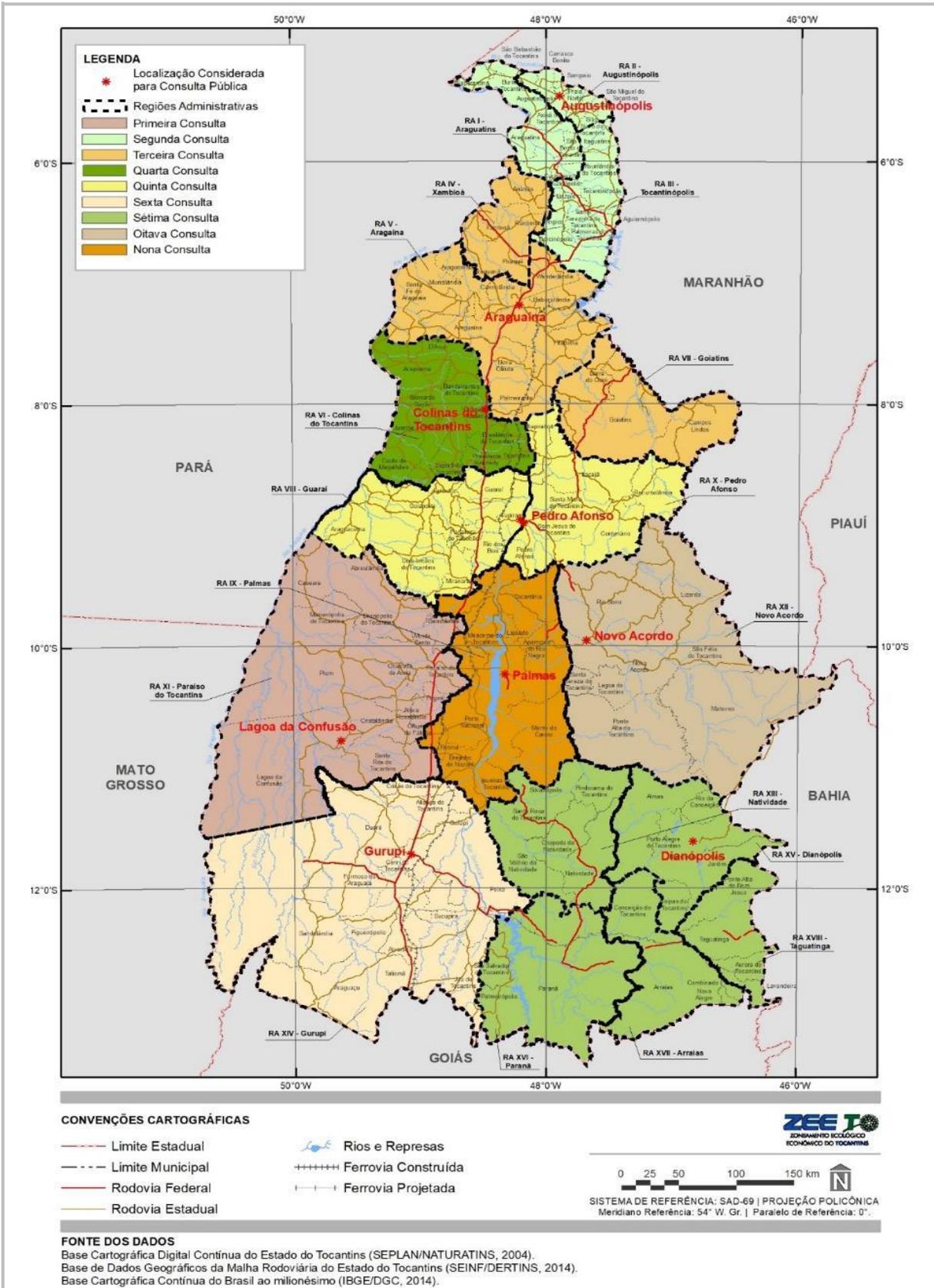
1. Contato com os atores por meio de telefonemas e encaminhamento de ofícios/convites (Apêndice H). A emissão dos convites ficou sob a responsabilidade da SEPLAN-TO, levando em consideração o caráter formal e institucional necessário ao eventos;
2. Convite presencial realizado pelos técnicos responsáveis pelas oficinas técnicas, oportunizando o contato individual com os atores alvo e instituições prioritárias. As visitas iniciaram-se pelos 9 (nove) municípios sedes, realizando-se contato com as Prefeituras e Câmaras de Vereadores objetivando indicar a realização dos eventos, registrar oficialmente o processo e realizar integração com os gestores municipais sobre o ZEE-TO. Seguiram-se visitas às demais localidades identificadas em cada Região Administrativa como detentoras de atores sociais cadastrados e selecionados previamente. Nesta abordagem, a mobilização foi realizada por contato direto com os atores.

A mobilização dos atores considerou as predefinições constantes no termo de referência que delimitou a execução dos serviços. Considerou a necessidade de se abranger a maior parte do território do Tocantins promovendo ampla participação da sociedade e, para tanto, houve a concordância de que as Consultas Públicas correspondessem a 9 eventos distribuídos pelo território estadual, tendo por referência primária de localização dos eventos as sedes municipais polo das regiões administrativas, a saber: Lagoa da Confusão, Augustinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso, Gurupi, Dianópolis, Novo Acordo e Palmas.

A definição dos municípios sede das consultas também foi realizada tendo em consideração a espacialização geográfica dos atores alvo, a facilidade de deslocamento e a estrutura do município. Na Figura 2.1 pode-se verificar os municípios visitados no processo de mobilização realizado, indicando a proporção de vínculos institucionais dos atores convidados para a participação nas Oficinas Técnicas.



Figura 2.1
MUNICÍPIOS SEDES DAS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Para os trabalhos de mobilização, visando à convocação da sociedade para ser ouvida, as seguintes providências foram realizadas:



- Deslocamento aos municípios sede de cada evento para imediata averiguação e confirmação do local adequado e ideal para a realização da Consulta Pública, o qual deve ser preferencialmente público e com dimensões suficientes para abrigar com conforto um número razoável de participantes, dispondo de instalações elétricas, cadeiras, mesa, local para projeção multimídia, banheiros, entre outros. Para tanto, deve-se solicitar apoio de instituições locais;
- Contato pessoal com os atores em cada um dos 9 municípios sedes, bem como nos municípios pertencentes às regiões administrativas, para sensibilização e divulgação dos eventos;
- Divulgação do evento informando data, local e hora, pelos seguintes meios:
 - Convite oficial às instituições máximas municipais (prefeituras, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, associações, entre outros);
 - Mídia local:
 - Imprensa escrita (jornal) (Apêndice I);
 - Imprensa falada (rádio);
 - Carro de som;
 - Aviso de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado;
 - Mídias sociais das entidades mobilizadas (prefeituras, instituições de ensino, associações, sindicatos, comitês, entre outras).

Para o efetivo trabalho de mobilização foi necessário um nível prévio entre equipes técnicas do Consórcio Executor e da SEPLAN-TO para ajustes finos sobre a logística e detalhamento das técnicas de mobilização a seguir apresentadas.

Conforme entendimentos com a SEPLAN-TO, os contatos presenciais foram sempre, inicialmente, com as prefeituras, secretarias e câmaras de vereadores objetivando formalizar o chamamento às consultas públicas, obter informações sobre o melhor local para o evento, bem como sobre a extensão do convite a atores considerados, pelas autoridades contatadas, relevantes para o processo.

Teve-se, ainda, a preocupação em estabelecer contato com atores que participaram das oficinas técnicas.

2.2.1 MATERIAIS PARA MOBILIZAÇÃO

Foram utilizados para a mobilização e convocação da sociedade às Consultas Públicas, os seguintes veículos, materiais e equipamentos:

- Duas caminhonetes 4x4;
- Equipamento de orientação (GPS, mapas impressos);
- Equipamentos para registros (câmeras fotográficas, celulares);
- Materiais de identificação dos técnicos (crachás);
- Materiais de divulgação (ofício e convite simples);
- Materiais de apoio (pranchetas, planilhas impressas, folhas sulfite, canetas, blocos de anotação).

2.2.2 MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Os 139 municípios do estado do Tocantins foram contemplados no processo de mobilização, de forma direta (presencial - contato pessoal da equipe técnica com representantes de instituições locais) e indireta (não presencial, havendo o contato através do uso de recurso telefônico, por ligação direta e Whatsapp, e de e-mail).



O Quadro 2.1 apresenta os municípios sede de cada consulta pública realizada, bem como a região administrativa (RA) e os municípios pertencentes a cada uma das RAs.

Quadro 2.1

MUNICÍPIOS SEDES DAS CONSULTAS PÚBLICAS E REGIÕES ADMINISTRATIVAS COM RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO SEDE DA OFICINA TÉCNICA	REGIÃO ADMINISTRATIVA (RA)	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
Augustinópolis	RA I - Araguatins RA II - Augustinópolis RA III - Tocantinópolis	Aguiarnópolis, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis.	23
Araguaína	RA IV - Xambioá RA V - Araguaína RA VII - Goiatins	Ananás, Aragominas, Araguaína, Araguaianã, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Xambioá e Wanderlândia.	18
Colinas do Tocantins	RA VI - Colinas do Tocantins	Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Colinas do Tocantins, Couto Magalhães, Itaporã do Tocantins, Juarina, Pau d'Arco, Pequizeiro, Presidente Kennedy e Tupiratins.	12
Pedro Afonso	RA VIII - Guaraí RA X - Pedro Afonso	Araguacema, Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Colméia, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tobocão, Goianorte, Guaraí, Itacajá, Itapiratins, Miranorte, Pedro Afonso, Recursolândia, Rio dos Bois, Santa Maria do Tocantins e Tupirama.	16
Lagoa da Confusão	RA XI - Paraíso do Tocantins	Abreulândia, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil e Santa Rita do Tocantins.	14
Gurupi	RA XIV - Gurupi	Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Peixe, Sandolândia, Sucupira e Talismã.	14
Dianópolis	RA XIII - Natividade RA XV - Dianópolis RA XVI - Paranã RA XVII - Arraias RA XVIII - Taguatinga	Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Silvanópolis, Taguatinga, Taipas do Tocantins.	23
Novo Acordo	RA XII - Novo Acordo	Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins.	8
Palmas	RA IX - Região Metropolitana de Palmas	Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia.	11

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

2.2.3 DATAS E LOGÍSTICA DAS MOBILIZAÇÕES

A partir da definição dos 9 municípios sedes para a realização das consultas públicas, foram definidos os períodos/datas para as mobilizações e para as consultas públicas, conforme o detalhamento apresentado no Quadro 2.2 considerando os aspectos logísticos e da dinâmica dos trabalhos já mencionados.

Quadro 2.2

AGENDA DE CONSULTAS PÚBLICAS E PERÍODO DE MOBILIZAÇÃO, CONFORME SEDES DE CADA EVENTO

MUNICÍPIO SEDE DO EVENTO	DATA DO EVENTO	PERÍODO DE MOBILIZAÇÃO	LOCAL DO EVENTO	REGIONAIS ADMINISTRATIVAS	EQUIPE MOBILIZADORA
Lagoa da Confusão	05/07 (quinta-feira)	27, 28 e 29/06 (quarta, quinta e sexta-feira)	Centro Cultural Leda Bernadon	RA XI - Paraíso do Tocantins	Cristina e Genísio Lorena e Josiel
Augustinópolis	11/07 (terça-feira)	02, 03 e 04/07 (segunda, terça e quarta-feira)	Auditório da Escola Técnica Santa Rita	RA I - Araguatins RA II - Augustinópolis RA III - Tocantinópolis	Lorena e Josiel Lorena e Josiel Cristina e Genísio



MUNICÍPIO SEDE DO EVENTO	DATA DO EVENTO	PERÍODO DE MOBILIZAÇÃO	LOCAL DO EVENTO	REGIONAIS ADMINISTRATIVAS	EQUIPE MOBILIZADORA
Araguaína	12/07 (quinta-feira)	29 e 30/06; 01, 05 e 06/07 (sexta-feira, sábado e domingo; quinta e sexta-feira)	Auditório Professor Jauro Studart Gurgel (Antigo Prédio da Prefeitura)	RA IV - Xambioá RA V - Araguaína RA VII - Goiatins	Cristina e Genísio Lorena e Josiel Cristina e Genísio
Colinas do Tocantins	17/07 (terça-feira)	06, 07, 08 e 09/07 (sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira)	Auditório do Sindicato Rural de Colinas	RA VI - Colinas do Tocantins	Lorena e Josiel Cristina e Genísio
Pedro Afonso	19/07 (quinta-feira)	09, 10 e 11/07 (segunda, terça e quarta-feira)	Auditório da Prefeitura Municipal	RA X - Pedro Afonso RA VIII - Guaraí	Lorena e Josiel Cristina e Genísio
Gurupi	24/07 (terça-feira)	11, 12 e 13/07 (quarta, quinta e sexta-feira)	Auditório do Sesc - Gurupi	RA XIV - Gurupi	Lorena e Josiel Cristina e Genísio
Dianópolis	26/07 (quinta-feira)	17, 18 e 19/07 (terça, quarta e quinta-feira)	Auditório da Diretoria Regional de Educação	RA XV - Dianópolis RA XVII - Arraias RA XVIII - Taguatinga RA XVI - Paranã RA XIII - Natividade	Lorena e Josiel Cristina e Genísio Lorena e Josiel Cristina e Genísio Cristina e Genísio
Novo acordo	31/07 (terça-feira)	20, 21 e 22/07 (sexta, sábado e domingo)	Auditório da Câmara Municipal	RA XII - Novo Acordo	Lorena e Josiel
Palmas	02/08 (quinta-feira)	23 a 27/07 (segunda a sexta-feira)	Auditório da Unitins	RA IX - Região Metropolitana de Palmas	Cristina e Genísio Lorena e Josiel

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

2.3 MÉTODO DE REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

O presente item detalha o método e sistemática utilizadas para a realização das consultas públicas, desde a definição do local adequado até a recepção dos participantes com a sequência da programação. A consulta pública se deu, via de regra, em quatro momentos:

- Convocação (mobilização) à consulta pública, envolvendo também toda a preparação/organização prévia para o evento;
- Abertura do evento;
- Apresentação do ZEE-TO;
- Manifestação e registro das contribuições dos participantes; e
- Encerramento.

2.3.1 CONVOCAÇÃO - LOCAL DO EVENTO

Durante o processo de mobilização (já detalhado no Item 1.2), a primeira providência com a chegada das equipes técnicas aos municípios sede de cada evento, foi a identificação, constatação e confirmação do local do evento. O local deveria ser público, preferencialmente, adequado, contendo: espaço com instalação elétrica e aparelho de ar condicionado apto ao bom funcionamento; espaço para um mínimo 150 pessoas bem acomodadas em cadeiras; mesa para acomodação das autoridades, com cerca de 8 cadeiras; banheiros de fácil acesso; espaço para acomodação de equipamentos multimídia; espaço para mesa com utensílios de água, café, chá, sucos e biscoitos doces e salgados; espaço de entrada adequado para recepção do público, com mesa para realização da inscrição dos participantes e servindo de apoio para os materiais: lista de presenças e envelopes contendo cartilhas, caneta, folhas sulfite em branco e ficha de anotação; espaço localizado em endereço de fácil acesso e conhecido na região.

2.3.2 MATERIAIS

Para o bom andamento da consulta pública, os seguintes equipamentos e materiais foram providenciados com antecedência:

- Sistema de áudio condizente com as dimensões do espaço reservado para a CP;
- Equipamentos para registro (câmara filmadora e fotográfica, gravador digital);
- Datashow, tela (ou parede adequada), computador;
- Lista de presenças;
- Mapas plotados;
- Material de divulgação (cartilhas do ZEE-TO, banner);
- Material informativo (placas de sinalização e orientadoras);
- Material de apoio (pranchetas, folhas sulfite, canetas, tesoura, fitas adesivas, extensão elétrica, *pendrive*).

2.3.3 PROGRAMAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

A execução das Consultas Públicas sempre seguiu o mesmo rito e horários. Houve consenso entre o Consórcio Executor e a SEPLAN-TO no sentido de que todas as consultas públicas fossem realizadas no período vespertino, permitindo o deslocamentos dos atores e os trabalhos de organização da equipe responsável pelo evento no período matutino em cada local.

O período da manhã também foi destinado ao chamamento da participação pública por meio de carros de som e, quando possível, serviço de rádio local. Em cada localidade sede foi contratado serviço de carro de som - ou de rádio local - que realizou difusão de spot de áudio pré-gravado destinado ao convite à sociedade local para participar do evento. O texto base do Spot de rádio consta no Apêndice J.

A título de difusão e orientação do público alvo, foi afixado um *banner* de indicação do evento em local de fácil visualização no lado externo da edificação sede de cada evento. O Quadro 2.3 apresenta a programação utilizada nas nove Consultas Públicas.

Quadro 2.3

PROGRAMAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS REALIZADAS PARA O ZEE-TO

HORÁRIO	ATIVIDADES
13:00 h	Acolhida, inscrição dos participantes
13:00 h - 13:45	Boas vindas e inscrições dos participantes
13:45h - 14:15h	Abertura oficial e falas dos integrantes da mesa de honra
14:15h - 15:45 h	Apresentação em plenária da proposta técnica do Plano de Zoneamento e Plano de Ação
15:45 h - 16:30h	Sessão plenária para esclarecimento de dúvidas e questionamentos por parte dos participantes
16:30 h	Encerramento da Consulta Pública e confraternização com lanche

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Destaca-se que para cada evento houve a definição de um mestre de cerimônia e, uma vez definido, coube a este as seguintes atribuições:

- Coordenar os trabalhos nos três momentos, concedendo a palavra e controlando o tempo;
- Abrir o evento dando as boas-vindas aos participantes;
- Convidar as autoridades e demais integrantes para compor a mesa;
- Informar sobre a dinâmica de condução da Consulta Pública que incluiu:



- Pronunciamento das autoridades;
- Explicação sobre a proposta de ZEE-TO (metodologia de elaboração e resultados propostos do zoneamento);
- Estabelecimento do momento em que os participantes poderiam fazer uso da palavra com questionamentos e apresentando considerações;
- Solicitação aos participantes para assinarem a lista de presença e preencherem o questionário previamente distribuído.

2.3.4 RECEPÇÃO E PROCESSO DE INSCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Antecedendo à abertura do evento, os participantes das Consultas Públicas foram recepcionados em espaço reservado, no ato da inscrição, por técnicos do Consórcio Executor e da SEPLAN-TO, tendo registrados seus nomes, instituições e dados para contato em uma ficha de inscrição.

Nesse momento recebiam, ainda, um envelope contendo: uma cartilha ilustrada básica sobre o ZEE-TO (Apêndice A); uma cartilha contendo a síntese da proposta do Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento (Apêndice K); duas fichas utilizadas para a coleta de perguntas (Apêndice L); folhas de papel em branco para anotações e uma caneta. As cartilhas tiveram função principal de auxílio ao participante e indicam também os canais de comunicação com a SEPLAN-TO, enquanto instituição responsável pela elaboração dos trabalhos, entre outros aspectos.

2.3.5 ABERTURA DOS TRABALHOS

Após a inscrição e acomodação dos participantes no espaço preparado em cada sede dos 9 eventos, o mestre de cerimônias do evento iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos convidados e realizando fala de introdução do evento conforme roteiro preestabelecido (Apêndice M), informando aos participantes o enquadramento do evento, indicando os procedimentos de trabalho adotados e quanto à rotina programada de apresentação e das discussões e realizando indicação de que as Consultas Públicas estavam sendo registradas com gravação de vídeo e áudio, para ciência de todos.

Na sequência o mestre de cerimônias destacava as autoridades presentes e suas representatividades, convidando algumas delas a compor a mesa de honra. A mesa foi, geralmente, composta pelas autoridades máximas presentes, quando possível de forma a ter um representante de cada segmento institucional presente. Assim, via de regra, as mesas foram compostas por representantes do poder executivo, do poder legislativo, de associações civis e de entidades representativas da sociedade.

Após a formação da mesa, cada um dos componentes era convidado para um breve discurso, cabendo à autoridade representante do Governo do Estado a incumbência de declarar a abertura do evento. Em suas falas breves, em geral, os membros da mesa expuseram suas expectativas e interesses em relação ao zoneamento ecológico-econômico. Após o rito de abertura, tendo todos os membros da mesa se pronunciado, foram convidados a desfazer a mesa de honra e integrar a plenária, passando-se a seguir a palavra ao representante técnico da Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO (neste ato representando o Governo do Estado), para abertura oficial do evento, utilizando, via de regra, cerca de 30 minutos.

2.3.6 APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO

Na sequência, a palavra era passada para o Coordenador Estadual do ZEE-TO, Sr. Rodrigo Borges, dando início à exposição técnica das Consultas Públicas, sendo que a abordagem realizada foi relacionada ao enquadramento legal e normativo.



Apresentava um breve histórico do processo de instalação do ZEE-TO, citando as normativas e leis que regem o tema no âmbito nacional. Comentava sobre as metas do Governo do Estado do Tocantins para a implementação de ordenamento territorial do estado por meio do ZEE-TO, seguindo a Política Nacional do Meio Ambiente e as Diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Indicava, em sua fala, também, o enquadramento do ZEE-TO no escopo dos trabalhos do PDRIS, ressaltando ser resultante de financiamento compartilhado entre o BIRD e o Governo do Estado. Por fim, apresentava os objetivos, fundamentos e metas do ZEE-TO, quais sejam:

- **Objetivo:** Promover o desenvolvimento socioeconômico adequado às oportunidades e limitações que cada região apresenta;
- **Fundamento principal:** Estabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental, considerando que esses eixos são interdependentes entre si;
- **Metas do ZEE-TO:** Organizar informações sobre o território do Estado do Tocantins; propor diretrizes para o uso e conservação dos recursos naturais do estado; propor políticas, mecanismos e instrumentos para a compatibilização dos usos econômicos dos recursos naturais; informar, sensibilizar, mobilizar e consultar os atores sociais locais para contribuírem com a construção do ZEE-TO.

Após a fala do representante da SEPLAN-TO, a palavra era dada ao Coordenador Geral dos trabalhos de elaboração do ZEE-TO e representante do Consórcio Executor, para a exposição do conteúdo técnico da proposta do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins e da proposta de Plano de Ação do ZEE-TO.

A apresentação teve como eixos principais os itens abaixo relacionados, sendo que o conjunto de lâminas apresentadas foi constituído por gravuras, mapas e textos que sintetizaram o atual estágio de elaboração do ZEE-TO:

- O que é o ZEE e ZEE-TO;
- Breve histórico e etapa atual dos trabalhos;
- Exposição sintética sobre o método utilizado para a compartimentação da paisagem e definição do zoneamento;
- Explicação sobre as zonas, suas características e diretrizes definidas por zona;
- Explicação sobre a organização do Plano de Ação do Zoneamento.

A exposição de mapa impresso contendo o zoneamento auxiliou a visualização das zonas definidas, como subsídio ao desenvolvimento das Consultas Públicas. Destaca-se que a proposta de zoneamento demonstrado foi estabelecido em conformidade com o Produto P15 do ZEE-TO apresentado à SEPLAN-TO, preliminarmente.

O conteúdo completo da apresentação encontra-se no Apêndice N. Após a apresentação da proposta de zoneamento, houve um debate com os participantes para sanar dúvidas quanto aos aspectos do território e quanto ao trabalho do ZEE-TO propriamente dito.

2.3.7 MANIFESTAÇÃO E REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Após a exposição técnica conforme apresentada no subitem anterior, o mestre de cerimônias seguiu com a conduta dos trabalhos, oportunizando ao público a realização de perguntas e exposições de pontos de vista.

Embora os participantes tenham recebido as fichas para o registro das perguntas, houve também a oportunidade de pronunciamentos em viva voz. Todas as perguntas e contribuições foram respondidas ou comentadas pela equipe técnica presente, ao mesmo tempo em que foram feitos registros para que posteriormente as sugestões apontadas fossem utilizadas no aperfeiçoamento do zoneamento.



2.3.8 ENCERRAMENTO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

Antes do encerramento oficial do evento o mestre de cerimônia realizou as seguintes ações:

- Reforçou sobre a necessidade dos participantes assinarem a lista de presenças;
- Certificou-se de que os questionários foram preenchidos e solicitou a entrega destes por parte dos participantes;
- Recolheu os questionários e a lista de presenças.

Após realização desses procedimentos e findados os trabalhos, o mestre de cerimônia agradeceu a todos por prestarem os informes finais e, via de regra, passava a palavra ao representante do Governo do Estado do Tocantins, o qual, por sua vez, convidava a todos para realizar contribuições à proposta de zoneamento, fazendo uso dos canais de comunicação com a SEPLAN-TO, seja por meio da rede de internet, diretamente no site da SEPLAN/ZEE-TO, ou por meio de telefone e e-mail. Esta fala foi acompanhada de exposição de lâminas em projeção multimídia. Após, agradecia cada um dos participantes pela presença e espírito colaborativo em dispor de seus tempos para contribuir na importante construção do ZEE-TO, procedendo dessa forma o encerramento formal das Consultas Públicas.

Em seguida, os participantes eram convidados e conduzidos à participar de um momento de confraternização onde serviu-se um lanche em todos os eventos realizados, finalizando-se os trabalhos das Consultas Públicas desta forma.

**DESENVOLVIMENTO DAS
CONSULTAS PÚBLICAS**



No presente item estão abordados todos os registros das mobilizações realizadas no estado visando a convidar e incitar os atores a participarem dos eventos em sua região, bem como os registros de execução das 9 Consultas Públicas, considerando a transcrição fidedigna dos registros realizados pelos atores participantes.

O processo de mobilização de atores sociais para as consultas públicas do ZEE, no estado do Tocantins, considerou os 139 municípios, porém, conforme já mencionado, 101 foram mobilizados de forma presencial e 38 apenas de forma indireta (convites realizados através de telefonemas e envio de ofício/convite em arquivos digitais por e-mail e Whatsapp. De mesma forma, os atores de municípios mobilizados de forma presencial receberam também ofícios/convites por meio de mídia digital.

A seguir estão apresentados alguns registros do processo de mobilização presencial nos municípios do estado do Tocantins para as consultas públicas sobre o ZEE.

3.1 REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Os registros do processo de mobilização, nos municípios já elencados, será detalhado conforme ordem das sedes em que se deu cada uma das consultas públicas, já apresentada anteriormente. Importante destacar que alguns municípios de determinadas regiões administrativas, foram destinados para consultas públicas em sedes de outras regiões por opção de seus representantes, conforme poderá ser observado em cada subitem que trata do tema e apresentados na sequência.

3.1.1 EQUIPE TÉCNICA PARA MOBILIZAÇÃO

Foram designadas para o processo de mobilização dos 139 municípios duas equipes formadas, cada uma delas, por uma técnica e um motorista. Conforme entendimentos havidos em reunião técnica com a equipe da SEPLAN, foram considerados aspectos logísticos e dinâmica de visitação aos municípios, por regional, respeitando um período de aproximadamente 10 dias antes de cada consulta pública. A dinâmica de visitação foi estabelecida considerando logística específica (quantidade de municípios por regional, bem como as distâncias entre eles e com relação ao município sede do evento, além da condição das estradas de ligação entre os municípios) e situações imprevisíveis que porventura pudessem surgir no decorrer do processo. Dessa forma, nem todos os municípios puderam receber a visita das equipes, tendo sido mobilizados de forma indireta (por contatos telefônicos, Whatsapp e e-mail). As visitas e contatos indiretos com atores dos municípios, por essas equipes, estão dispostos no Quadro 3.1, Figura 3.1 a Figura 3.3.

Quadro 3.1

MUNICÍPIOS TOCANTINENSES MOBILIZADOS PARA CONSULTAS PÚBLICAS DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA
Abreulândia	X	-	Lizarda	-	X ¹
Aguiarnópolis	-	X ¹	Luzinópolis	-	X ¹
Aliança do Tocantins	X	-	Marianópolis do Tocantins	X	-
Almas	X	-	Mateiros	X	-
Alvorada	X	-	Maurilândia do Tocantins	-	X ¹
Ananás	X	-	Miracema do Tocantins	X	-
Angico	X	-	Miranorte	X	-
Aparecida do Rio Negro	X	-	Monte do Carmo	X	-
Aragominas	X	-	Monte Santo do Tocantins	X	-
Araguacema	-	X ^{1,2}	Muricilândia	-	X ¹
Araguaçu	-	X ¹	Natividade	X	-
Araguaína	X	-	Nazaré	X	-
Araguanã	X	-	Nova Olinda	X	-
Araguatins	X	-	Nova Rosalândia	-	X ¹
Arapoema	-	X ¹	Novo Acordo	X	-



MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA
Arraias	X	-	Novo Alegre	X	-
Augustinópolis	X	-	Novo Jardim	X	-
Aurora do Tocantins	X	-	Oliveira de Fátima	X	-
Axixá do Tocantins	X	-	Palmas	X	-
Babaçulândia	X	-	Palmeirante	X	-
Bandeirantes do Tocantins	-	X ¹	Palmeiras do Tocantins	X	-
Barra do Ouro	X	-	Palmeirópolis	-	X ^{1;2;3}
Barrolândia	X	-	Paraíso do Tocantins	X	-
Bernardo Sayão	-	X ^{1;2;3}	Paraná	X	-
Bom Jesus do Tocantins	-	X ^{1;2;3}	Pau d'Arco	-	X ⁻¹
Brasilândia do Tocantins	X	-	Pedro Afonso	X	-
Brejinho de Nazaré	X	-	Peixe	X	-
Buriti do Tocantins	X	-	Pequizeiro	-	X ¹
Cachoeirinha	X	-	Pindorama do Tocantins	X	-
Campos Lindos	-	X ¹	Piraquê	X	-
Cariri do Tocantins	X	-	Pium	X	-
Carmolândia	X	-	Ponte Alta do Bom Jesus	X	-
Carrasco Bonito	X	-	Ponte Alta do Tocantins	X	-
Caseara	X	-	Porto Alegre do Tocantins	X	-
Centenário	-	X ¹	Porto Nacional	X	-
Chapada de Areia	-	X ¹	Praia Norte	-	X ¹
Chapada da Natividade	X	-	Presidente Kennedy	X	-
Colinas do Tocantins	X	-	Pugmil	X	-
Colmeia	X	-	Recursolândia	-	X ¹
Combinado	X	-	Riachinho	X	-
Conceição do Tocantins	X	-	Rio da Conceição	X	-
Couto de Magalhães	-	X ^{1;2;3}	Rio dos Bois	X	-
Cristalândia	X	-	Rio Sono	-	X ^{1;2}
Crixás do Tocantins	X	-	Sampaio	X	-
Darcinópolis	X	-	Sandolândia	-	X ¹
Dianópolis	X	-	Santa Fé do Araguaia	-	X ^{2;3}
Divinópolis do Tocantins	X	-	Santa Maria do Tocantins	-	X ¹
Dois Irmãos do Tocantins	X	-	Santa Rita do Tocantins	X	X ¹
Dueré	X	-	Santa Rosa do Tocantins	X	-
Esperantina	-	X ¹	Santa Tereza do Tocantins	X	-
Fátima	X	-	Santa Terezinha do Tocantins	-	X ¹
Figueirópolis	X	-	São Bento do Tocantins	X	-
Filadélfia	X	-	São Félix do Tocantins	X	-
Formoso do Araguaia	X	-	São Miguel do Tocantins	X	-
Fortaleza do Taboão	X	-	São Salvador do Tocantins	-	X ^{1;2;3}
Goianorte	-	X ^{1;2;3}	São Sebastião do Tocantins	-	X ¹
Goiatins	-	X ⁻¹	São Valério da Natividade	-	X ¹
Guaraí	X	-	Silvanópolis	X	-
Gurupi	X	-	Sítio Novo do Tocantins	X	-
Ipueiras	X	-	Sucupira	X	-
Itacajá	-	X ^{1;2;3}	Taguatinga	X	-
Itaguatins	-	X ¹	Taipas do Tocantins	X	-
Itapiratins	-	X ¹	Talismã	X	-
Itaporã do Tocantins	-	X ¹	Tocantínia	X	-



MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	MOBILIZAÇÃO PRESENCIAL	MOBILIZAÇÃO INDIRETA
Jaú do Tocantins	X	-	Tocantinópolis	X	-
Juarina	-	X ¹	Tupirama	X	-
Lagoa da Confusão	X	-	Tupiratins	-	X ^{1,2}
Lagoa do Tocantins	X	-	Wanderlândia	X	-
Lajeado	X	-	Xambioá	X	-
Lavandeira	X	-	TOTAL	101	38

Legenda:

1 - E-mail; 2 - Telefonema; 3 - Whatsapp.

Nota:

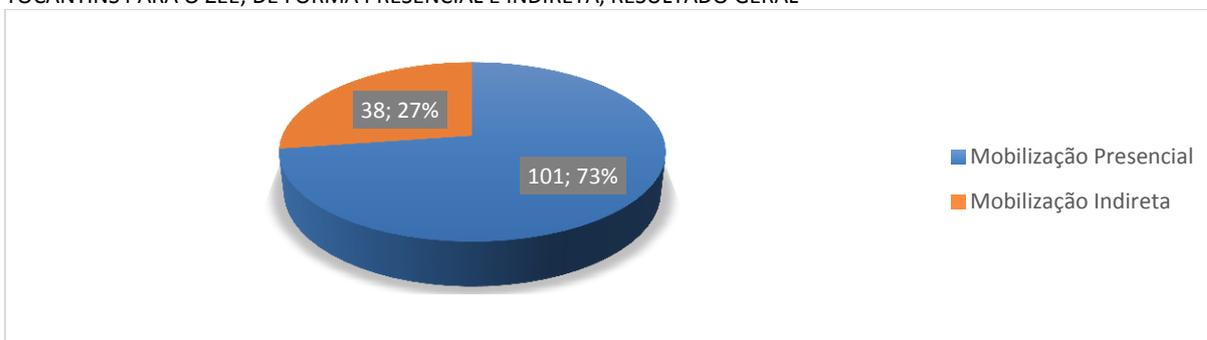
Ressalta-se que todos os 139 municípios foram mobilizados de forma indireta, sendo que 101 deles também foram mobilizados presencialmente.

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.1

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, RESULTADO GERAL

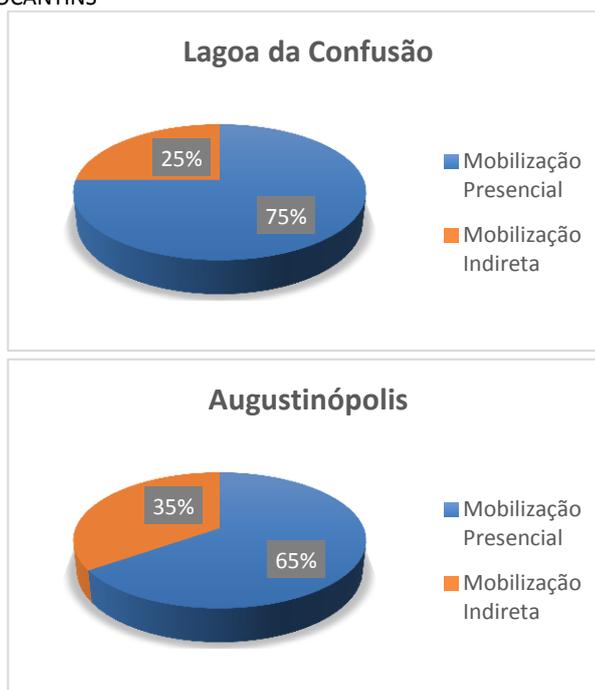


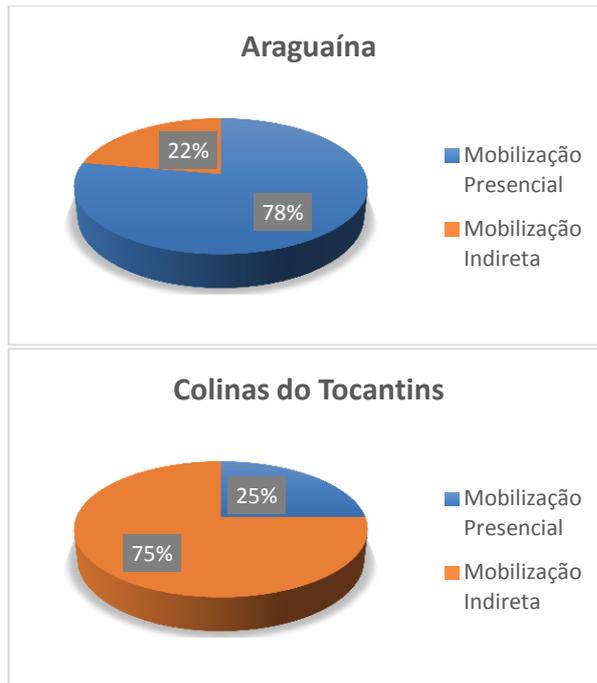
Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.2

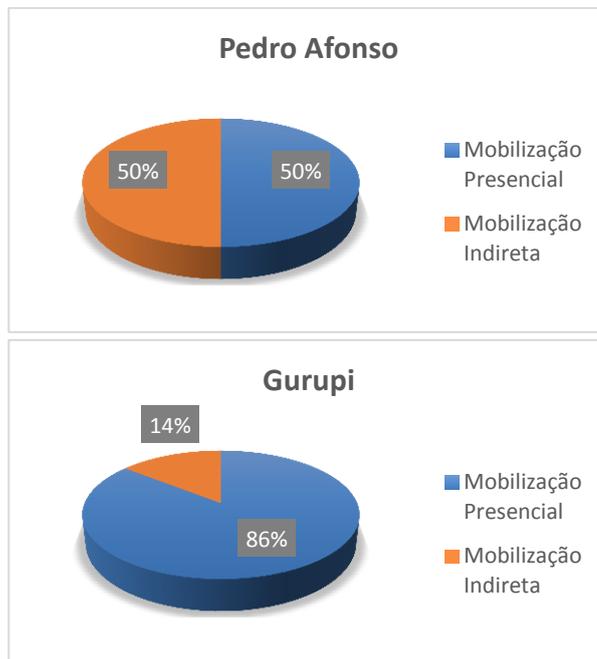
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, NAS REGIÕES DE LAGOA DA CONFUSÃO, AUGUSTINÓPOLIS, ARAGUAÍNA E COLINAS DO TOCANTINS

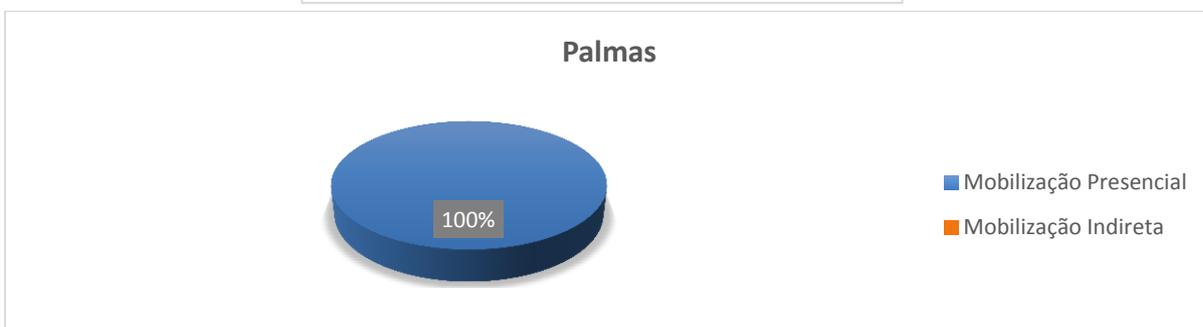
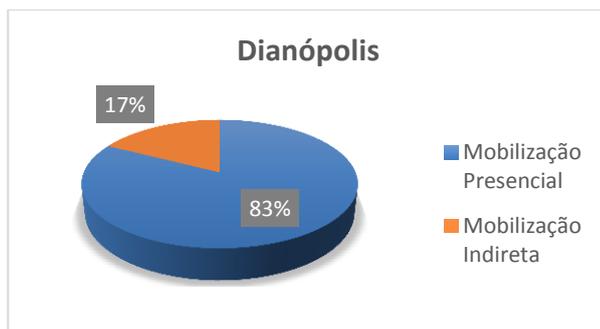




Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.3
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PORCENTAGENS DE MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE, DE FORMA PRESENCIAL E INDIRETA, NAS REGIÕES DE PEDRO AFONSO, GURUPI, DIANÓPOLIS, NOVO ACORDO E PALMAS





Fonte
Elaborado pelo Autor, 2018.

As equipes foram as mesmas que já haviam realizado o processo de mobilização dos atores sociais para as oficinas técnicas participativas em 2017, estando devidamente treinadas e equipadas para os procedimentos adequados de abordagem junto às instituições previamente selecionadas.

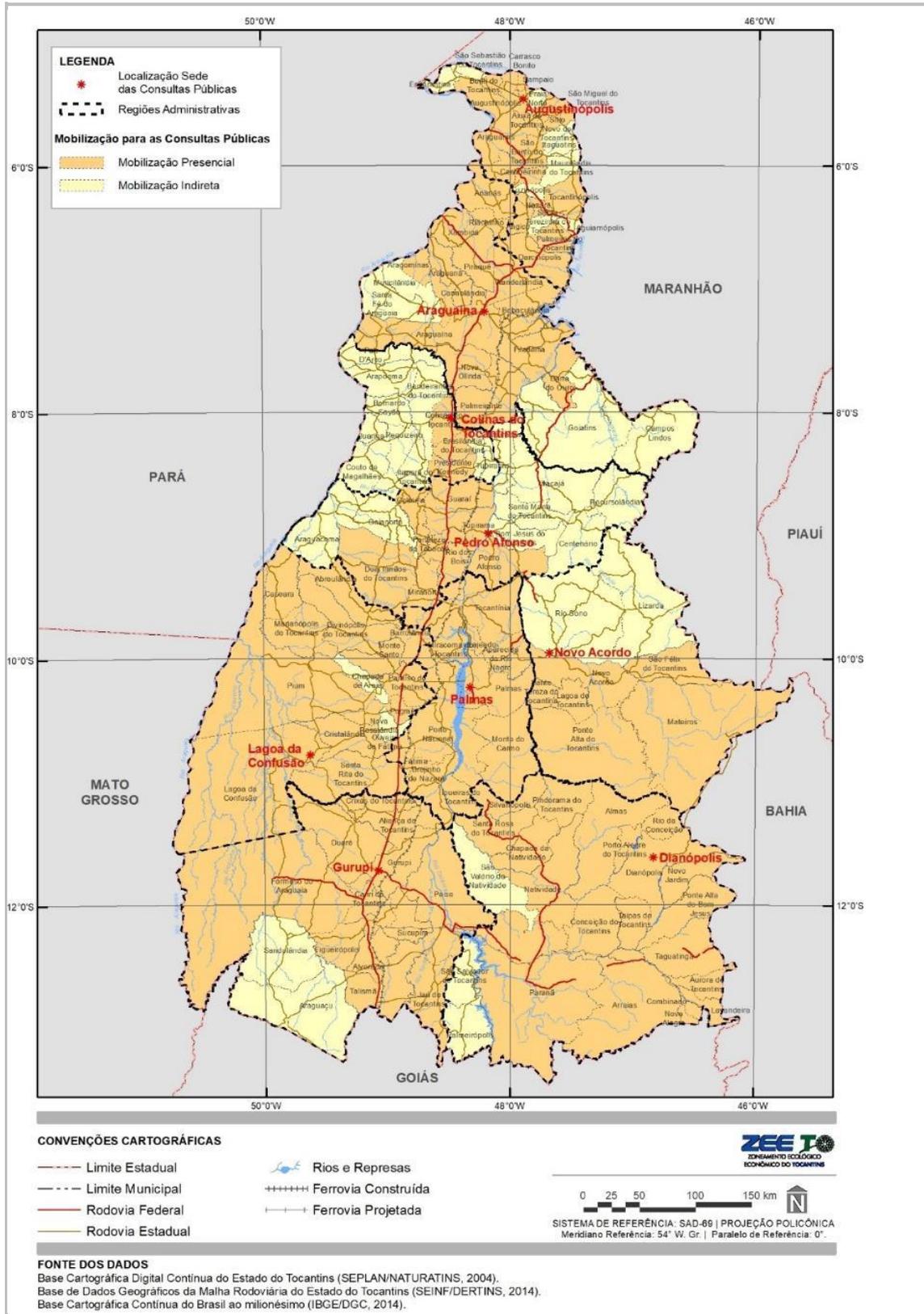
Equipe de técnicos da SEPLAN-TO reforçou o trabalho de mobilização visitando e revisitando os atores dos municípios nos dois dias que antecederam cada consulta pública, além de promover o encaminhamento de ofício destinado ao convite oficial para todos os municípios do estado do Tocantins.

Vale ressaltar que houve alteração, por parte da equipe técnica, no planejamento inicial de mobilização, considerando o período preestabelecido para as consultas públicas, uma vez que a grande maioria das prefeituras municipais e instituições de ensino (técnicas e superiores) entraram em recesso (período de praias), provocando ação de abordagens mais amplas e de reforço, principalmente, no apoio à divulgação dos eventos e visitas anteriormente não definidas. A Figura 3.4 traz a representação dos municípios mobilizados de forma presencial e indireta pela equipe técnica do Consórcio Executor.

Dessa forma, considerando a quantidade limite adequada para o pleno desenvolvimento das Consultas Públicas com aplicação do método e técnicas pertinentes, houve a preocupação em se mobilizar e convidar, oficialmente, até três vezes mais o número de atores limite abrangendo assim todos os segmentos considerando as possíveis faltas. Outro fator importante de ser destacado é o fato de, não raro, alguns atores sociais representarem mais de um segmento, as vezes até três segmentos como, por exemplo, ser membro de um conselho, presidente de uma associação e representar uma instituição de ensino. Na sequência, conforme já mencionado, apresentam-se os registros do processo de mobilização de atores sociais realizado nos municípios do estado do Tocantins nas ações presenciais.



Figura 3.4
MUNICÍPIOS MOBILIZADOS ÀS CONSULTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO TOCANTINS PARA O ZEE



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.1.2 REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS

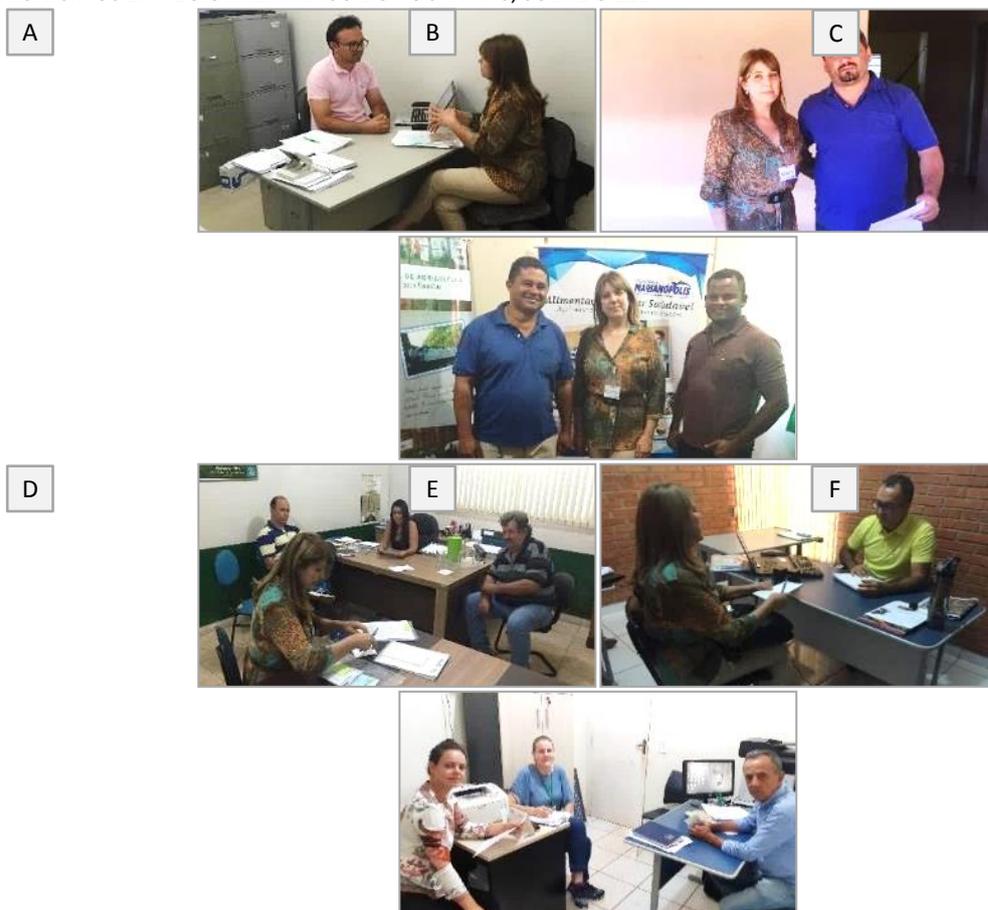
Os registros do processo de mobilização, nos municípios já elencados, será detalhado conforme ordem das sedes em que se deu cada uma das consultas públicas, apresentados nos subitens 3.1.2.1 a 3.1.2.9.

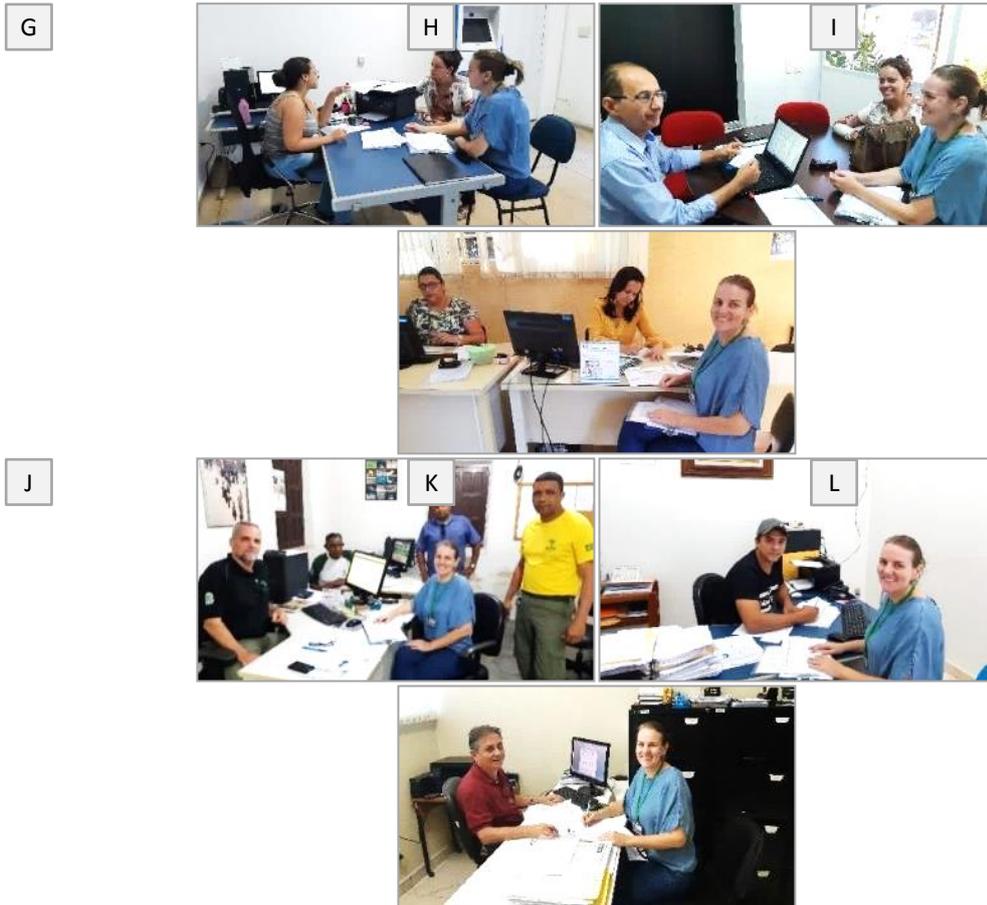
Importante destacar que alguns municípios de determinadas regiões administrativas, foram destinados para consultas públicas em sedes de outras regiões por opção de seus representantes, conforme poderá ser observado em cada subitem que trata do tema e apresentados na sequência.

3.1.2.1 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE LAGOA DA CONFUSÃO

Os municípios mobilizados para participação da Consulta Pública em Lagoa da Confusão, foram aqueles pertencentes à RA-XI Paraíso do Tocantins, em sua maioria, conforme apresentado no Quadro 3.1. Os municípios desta regional mobilizados para a consulta pública de Palmas, foram Barrolândia e Paraíso do Tocantins, os quais estão abordados no item 3.1.2.7. A Figura 3.5 traz registros do processo de mobilização para a sede Lagoa da Confusão.

Figura 3.5
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM LAGOA DA CONFUSÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIONAL PARAÍSO DO TOCANTINS, SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Monte Santo/Secretário de Administração e Planejamento; B - Prefeito de Divinópolis; C - Prefeitura Municipal de Marianópolis/Secretário de Agricultura à esquerda e Servidor à direita; D - Prefeitura Municipal de Caseara/ Prefeita, Secretário de Educação à esquerda e Secretário de Administração à direita; E - Prefeitura Municipal de Abreulândia/Secretário de Administração; F - Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão/Prefeito e Secretária Municipal de Meio Ambiente; G - Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão/Coordenadora do CRAS; H - Assessor Técnico da Diamante Agrícola de Lagoa da Confusão; I - Prefeitura Municipal de Cristalândia/Coordenadora de Gestão; J - Unidade do ICMBio de Pium/Gestor da Unidade e equipe; K - Prefeitura Municipal de Pium/Secretário de Administração; L - Prefeitura Municipal de Pugmil/Secretário de Administração.

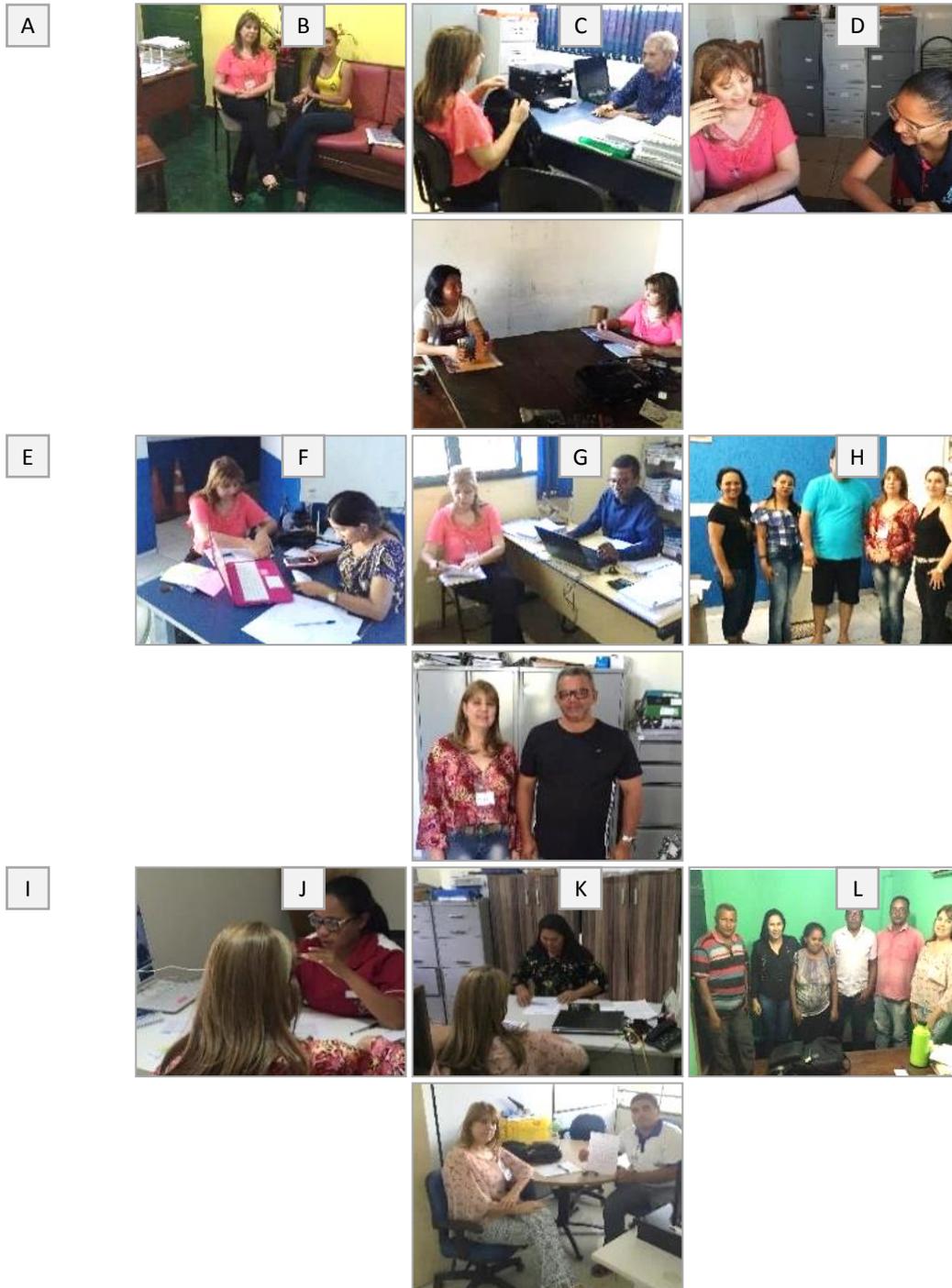
Fonte:

Registros do Autor, 2018.

3.1.2.2 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE AUGUSTINÓPOLIS

Os municípios mobilizados para participação da consulta pública em Augustinópolis, foram aqueles pertencentes à RA-I - Araguatins, RA-II - Augustinópolis e RA-III - Tocantinópolis, conforme consta no Quadro 3.1 Nenhum município desta região foi mobilizado para consultas públicas de outras sedes. Os municípios mobilizados de forma presencial, nessas regiões administrativas, foram: Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. A Figura 3.6 e a Figura 3.7 trazem registros do processo de mobilização de atores sociais para a consulta pública da sede Augustinópolis.

Figura 3.6
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-I - ARAGUATINS e RA-II - AUGUSTINÓPOLIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM AUGUSTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Augustinópolis; B - Faculdade do Bico do Papagaio - FABIC/Vice-diretor; C - Escola Técnica Santa Rita; D - APA-TO; E - Prefeitura Municipal de Sampaio/ Diretora de Comunicação; F - Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito/Servidor; G - Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins/Prefeito, Primeira Dama à direita, Secretárias Municipais à esquerda; H - Prefeitura Municipal de Sítio Novo do Tocantins/Servidor; I - Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins/Assessora de Imprensa; J - Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/Chefe de Gabinete; K - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguatins/Presidente, primeiro à esquerda; L - Unitins Campus Araguatins/Secretário; M - Prefeito de Buriti do Tocantins; N - MERGOSCIP/Raimunda Gomes da Silva; O - Sindicato dos Trabalhadores de Augustinópolis/Presidente ao centro; P - Associação Quebradeiras de Coco de Augustinópolis/Presidente; Q - IFTO Campus Araguatins/Secretária do Diretor à direita; R - Prefeitura Municipal de Araguatins/Secretário de Administração.

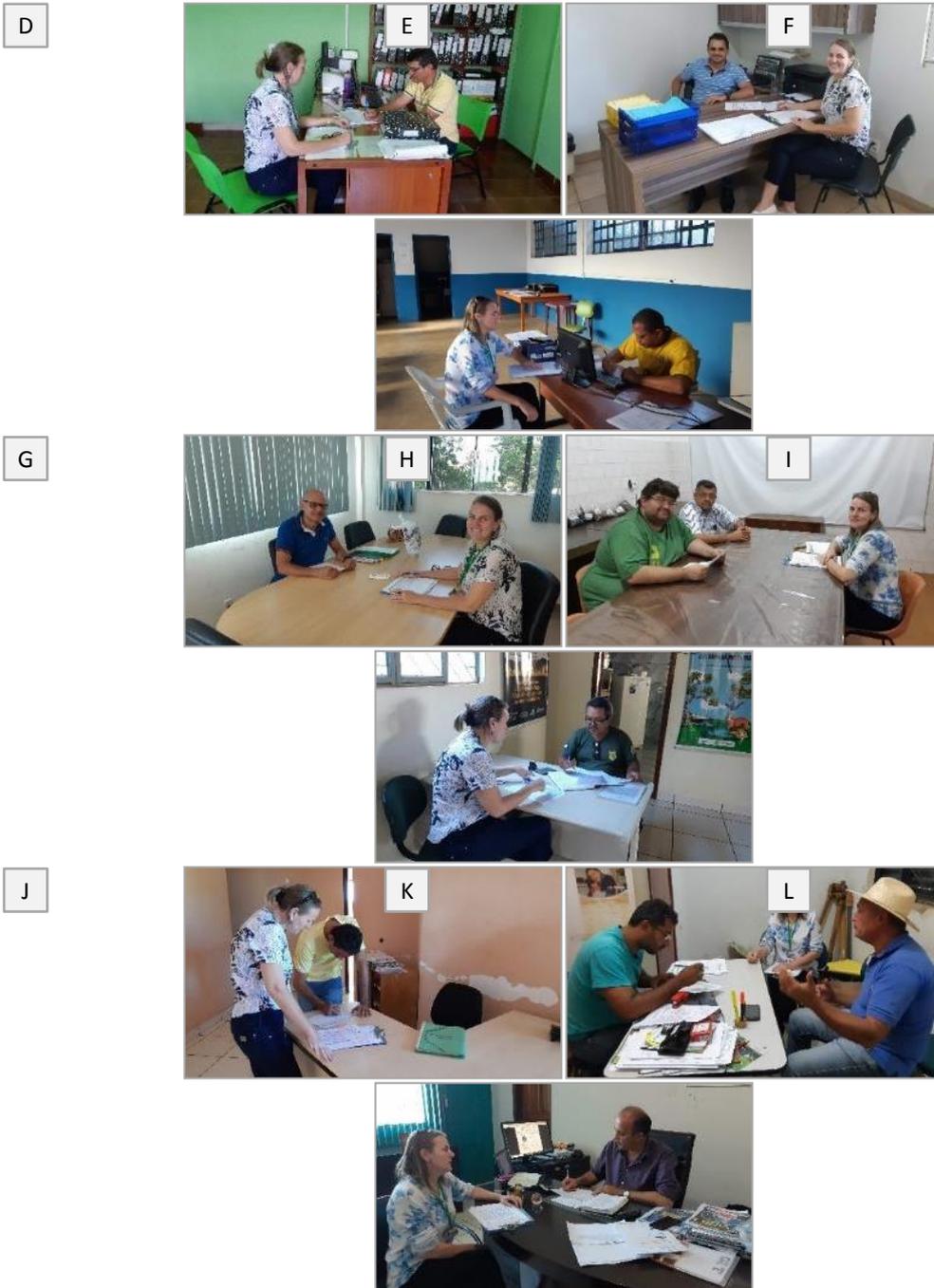
Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.7

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-III - TOCANTINÓPOLIS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM AUGUSTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeita Municipal de Palmeiras do Tocantins; B - Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins/Secretária do Meio Ambiente; C - Prefeitura Municipal de Nazaré/Secretário da Administração; D - Prefeitura Municipal de Angico/Secretário da Administração; E - Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/Secretário da Administração; F - Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis/Assessor Administrativo; G - UFT Campus Tocantinópolis/Diretor; H - Indústria TOBASA Biocombustível/ Funcionários; I - Naturatins Regional Tocantinópolis/Funcionário; J - IBAMA/FUNAI/ Chefe de Brigadista; K - Prefeitura Municipal de Darcinópolis/Secretário da Agricultura à direita e Coordenador à esquerda; L - Sindicato Rural de Tocantinópolis/Presidente.

Fonte:

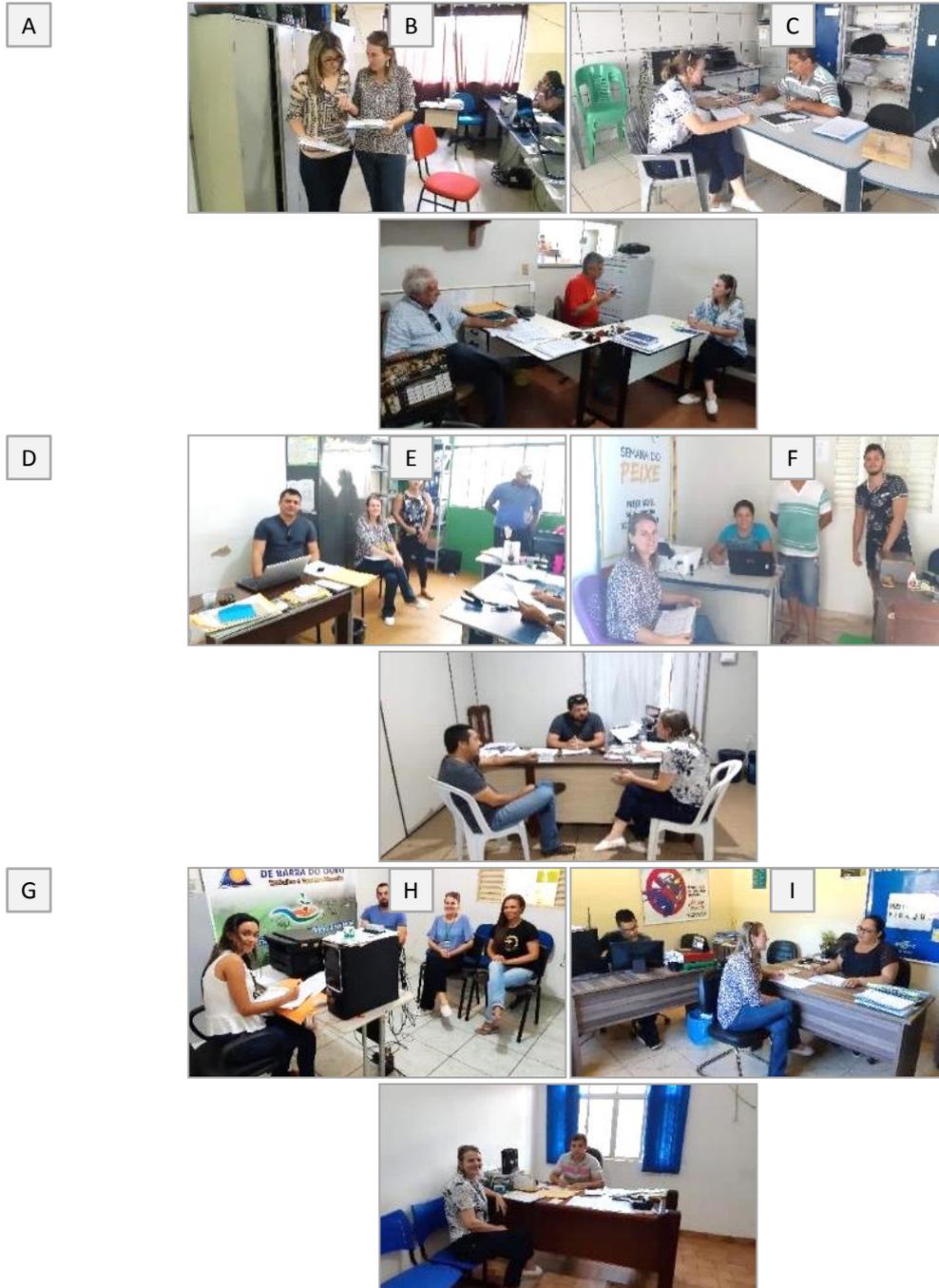
Registros do Autor, 2018.

3.1.2.3 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE ARAGUAÍNA

Os municípios mobilizados para participação da consulta pública em Araguaína, foram aqueles pertencentes à RA-IV - Xambioá, RA-V - Araguaína e RA-VII - Goiatins, conforme consta no Quadro 3.1. Nenhum município desta região foi mobilizado para consultas públicas de outras sedes. Os municípios mobilizados de forma presencial, foram: Ananás, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Babaçulândia, Barra do Ouro, Carmolândia, Filadélfia, Nova Olinda, Piraquê, Riachinho, Wanderlândia e Xambioá. A Figura 3.8 e Figura 3.9 apresentam registros do processo de mobilização de atores sociais para a consulta pública da sede Araguaína.

Figura 3.8

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IV - XAMBIOÁ E DA RA-VII - GOIATINS REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM ARAGUAÍNA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE

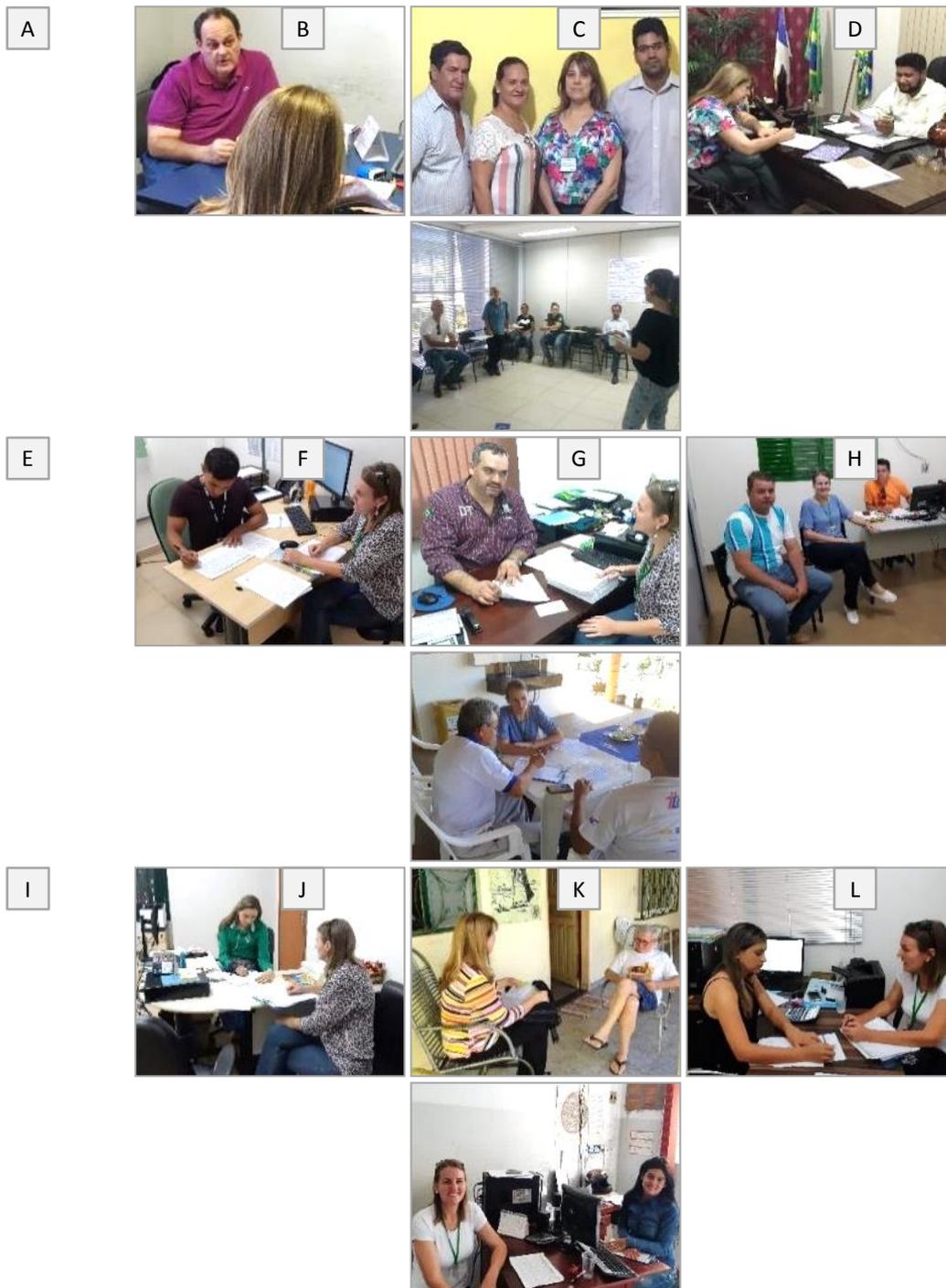


Legenda:

A - Prefeita Municipal de Araguanã/Secretária de Administração; B - Colônia de Pescadores de Xambioá/Presidente; C - Prefeitura Municipal de Wanderlândia/Secretários de Agricultura, à esquerda e de Administração, à direita; D - Prefeitura Municipal de Xambioá/Secretária de Meio Ambiente e funcionário da Divisão de Agricultura, à esquerda; E - Colônia de Pescadores Z-23 de Araguanã/Presidente e Secretária; F - Prefeitura Municipal de Riachinho/Secretários de Administração e Finanças e de Meio Ambiente; G - Prefeitura Municipal de Barra do Ouro/Secretários de Agricultura e de Meio Ambiente; H - Prefeitura Municipal de Piraquê/Coordenadora de Políticas; I - Prefeitura Municipal de Ananás/Secretário de Administração.

Fonte:
Registros do Autor, 2018.

Figura 3.9
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-V - ARAGUAÍNA REALIZADA PARA A CONSULTA PÚBLICA EM ARAGUAÍNA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE



Legenda:
A - Prefeitura Municipal de Araguaína/Secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; B - Prefeitura Municipal de Aragominas/Prefeita, Secretário de Infraestrutura à esquerda e Chefe de Gabinete à direita; C - Prefeitura Municipal de Carmolândia/Chefe de Gabinete; D - Sebrae Araguaína/Reunião Comitê de Bacias Rio Lontra e Corda/Naturatins/Prefeituras; E - UFT Campus Araguaína/Secretário; F - Sindicato Rural de Araguaína/Vice Presidente; G - Prefeitura Municipal de Filadélfia/Secretário de Meio Ambiente, à esquerda e de Governo, à direita; H - Prefeitura Municipal de Babaçulândia/Secretário de Meio Ambiente, à esquerda e Assistente Técnico, à direita; I - IFTO Campus Araguaína/Diretora substituta; J - Pastoral de Aragominas/Frei; K - Prefeitura Municipal de Nova Olinda/Secretária de Finanças; L - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaína/ Secretária.

Fonte:
Registros do Autor, 2018.

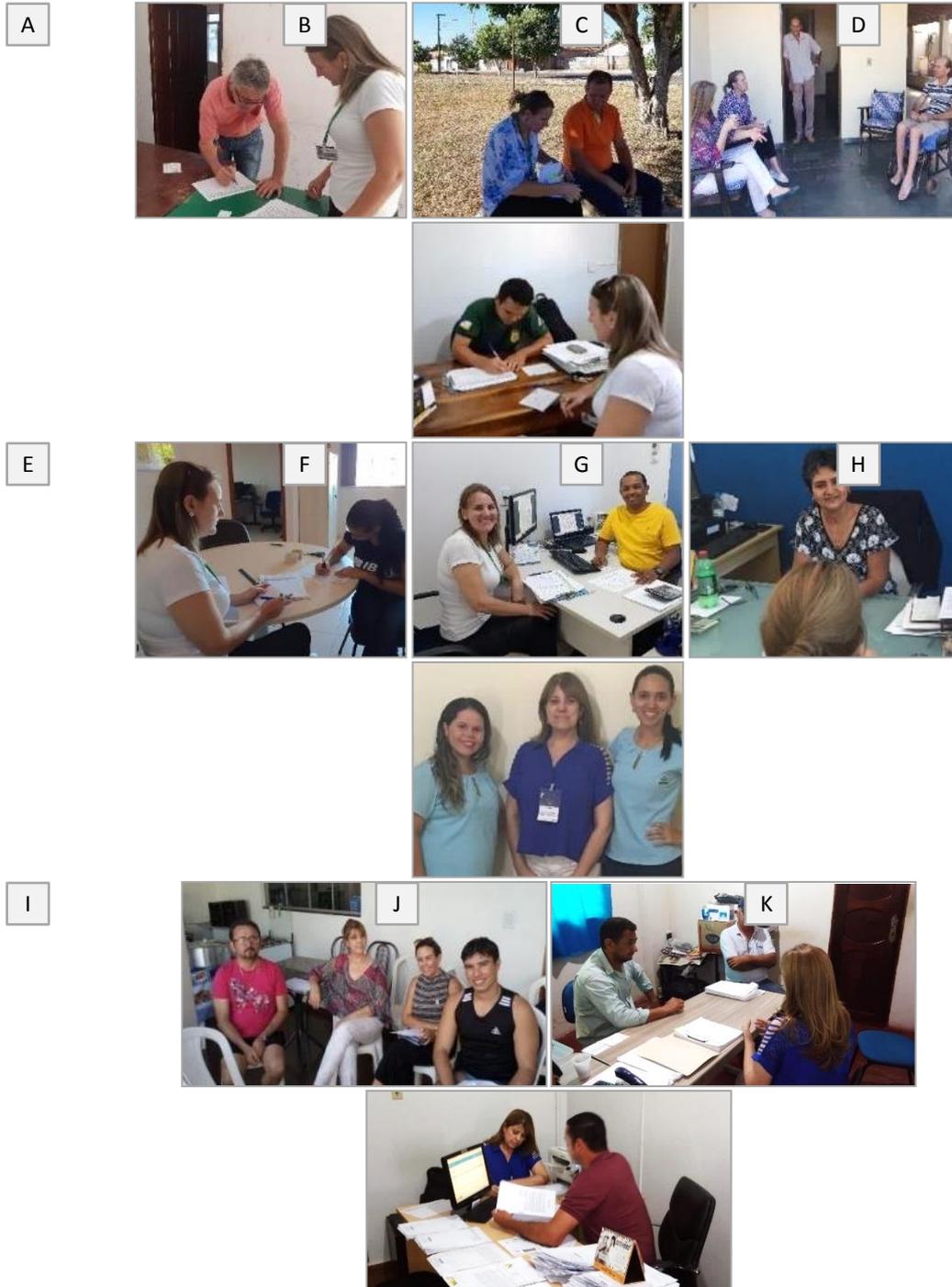
3.1.2.4 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE COLINAS DO TOCANTINS

Os municípios mobilizados para participação da consulta pública em Colinas do Tocantins, foram aqueles pertencentes à RA-VI - Colinas do Tocantins, conforme consta no Quadro 3.1. Nenhum município desta região foi mobilizado para consultas públicas de outras sedes.

Nesta região administrativa os municípios mobilizados de forma presencial, foram: Brasilândia do Tocantins, Colinas do Tocantins e Presidente Kennedy. A Figura 3.10 apresenta os registros do processo de mobilização de atores sociais para a consulta pública da sede Colinas do Tocantins.

Figura 3.10

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS PARA A CONSULTA PÚBLICA EM COLINAS DO TOCANTINS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE



Legenda:

A - Ruraltins Regional/Servidor; B - Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/Secretário de Agricultura; C - Diretor do Sindicato Rural de Colinas, à direita; D - Naturatins Regional Colinas/Servidor; E - IBGE de Colinas/Servidora; F - Sebrae Regional de Colinas/Gerente; G - Faculdade de

Colinas/ Diretora; H - Acicolinas/Gerente Executiva, à esquerda; I - IFTO Campus Colinas/Diretor, à esquerda, Diretora Adjunta e Gerente de Ensino, à direita; J - Prefeitura Municipal de Brasilândia do Tocantins/Secretário de Finanças, à esquerda e Secretário de Agricultura, à direita; K - Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/Chefe de Gabinete.

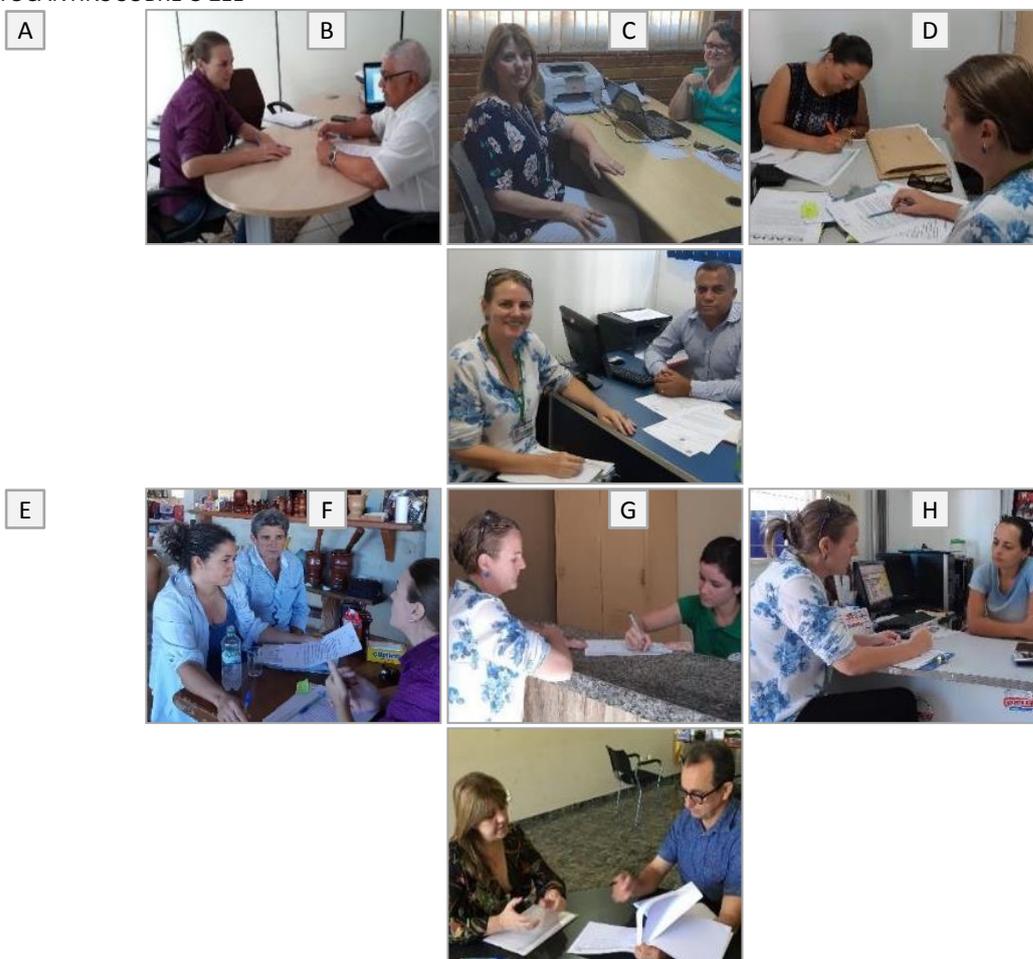
Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.1.2.5 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE PEDRO AFONSO

Os municípios mobilizados para participação da consulta pública em Pedro Afonso, foram aqueles pertencentes à RA-VIII - Guaraí e RA-X - Pedro Afonso, conforme consta no Quadro 3.1. Apenas o município de Araguacema foi mobilizado para a consulta pública que se realizou em Palmas, os demais foram mobilizados para o evento de Pedro Afonso.

Nestas regiões administrativas os municípios mobilizados de forma presencial, foram: Colmeia, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Guaraí, Miranorte, Pedro Afonso, Rio dos Bois e Tupirama. Na Figura 3.11 constam os registros do processo de mobilização presencial de atores sociais para a consulta pública da sede Pedro Afonso.

Figura 3.11
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS PARA A CONSULTA PÚBLICA EM PEDRO AFONSO NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Diretoria Regional de Ensino de Guaraí/Diretor; B - COAPA de Pedro Afonso/Secretária Administrativa; C - ACIAG de Guaraí/Secretária Executiva; D - Prefeitura Municipal de Guaraí/Secretário de Meio Ambiente; E - Associação dos Produtores de Abacaxi de Miranorte/ Presidente, à esquerda; F - Laticínio Volanda de Colmeia/Funcionária da Administração; G - Laticínio Pureza de Colmeia/Proprietária; H - Prefeitura Municipal de Miranorte/Prefeito; I - Prefeitura Municipal de Fortaleza do Tabocão/Secretário de Administração; J - Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins/Prefeito; K - Sebrae de Guaraí/Analista Técnica; L - IFTO Campus Pedro Afonso/Diretora; M - Prefeitura Municipal de Guaraí/Prefeita; N - Prefeitura Municipal de Rio dos Bois/Secretária do Meio Ambiente, à direita, e Secretário da Administração, ao lado; O - Prefeitura Municipal de Pedro Afonso/Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo/Assistente Administrativa, à esquerda/Secretária da Chefia de Gabinete, à direita; P - Prefeitura Municipal de Tupirama/Secretário de Administração e Planejamento.

Fonte:

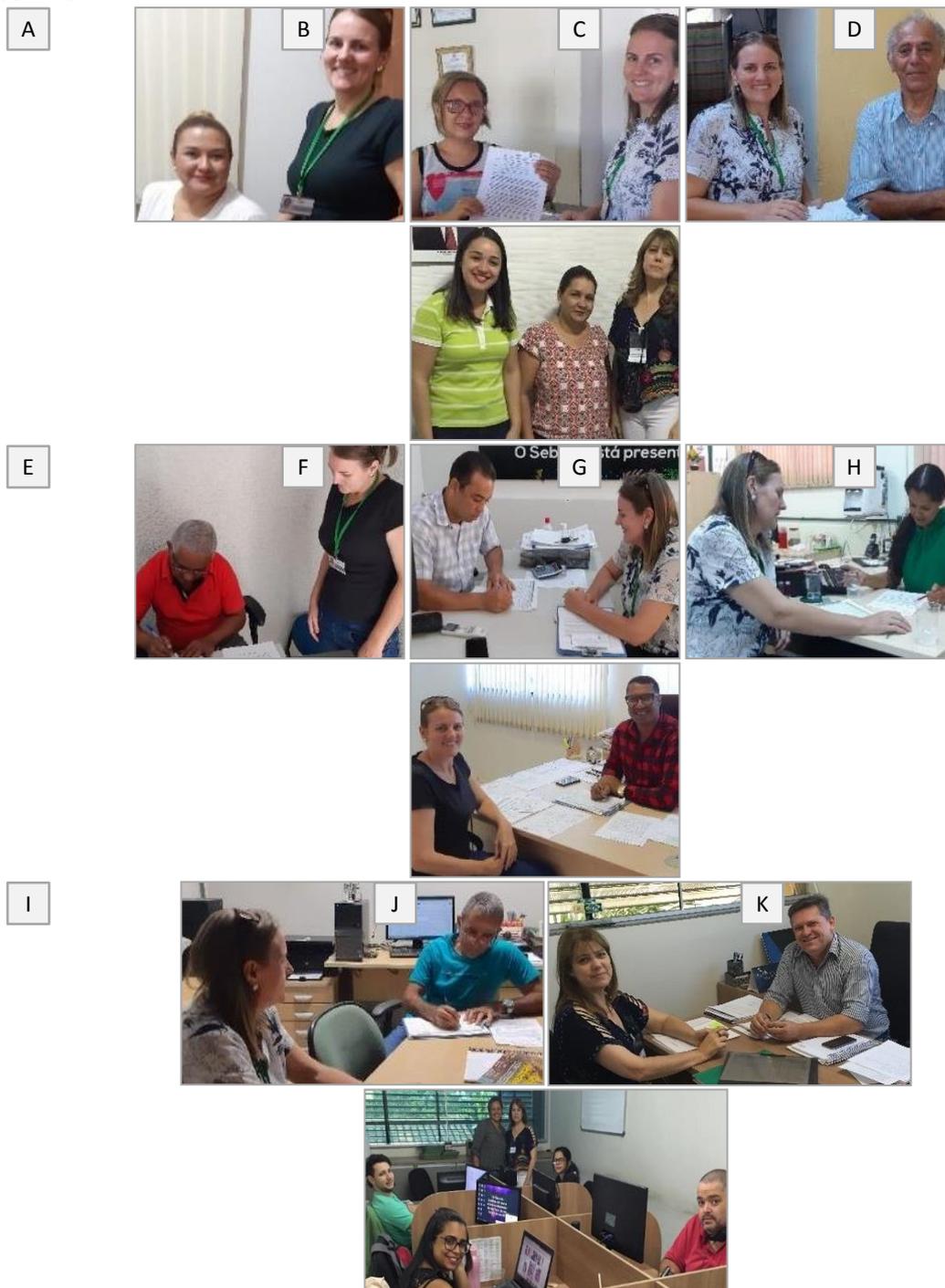
Registros do Autor, 2018.

3.1.2.6 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE GURUPI

Os municípios mobilizados para participação da consulta pública em Gurupi, pertencem todos à RA-XIV - Gurupi, conforme consta no Quadro 3.1. Nenhum município desta região foi mobilizado para consultas públicas de outras sedes. Desta região administrativa os municípios mobilizados de forma presencial, foram: Aliança do Tocantins, Alvorada, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Peixe, Sucupira e Talismã.

Os registros do processo de mobilização presencial, de atores sociais para a consulta pública da sede Gurupi, estão apresentados na Figura 3.12 e Figura 3.13.

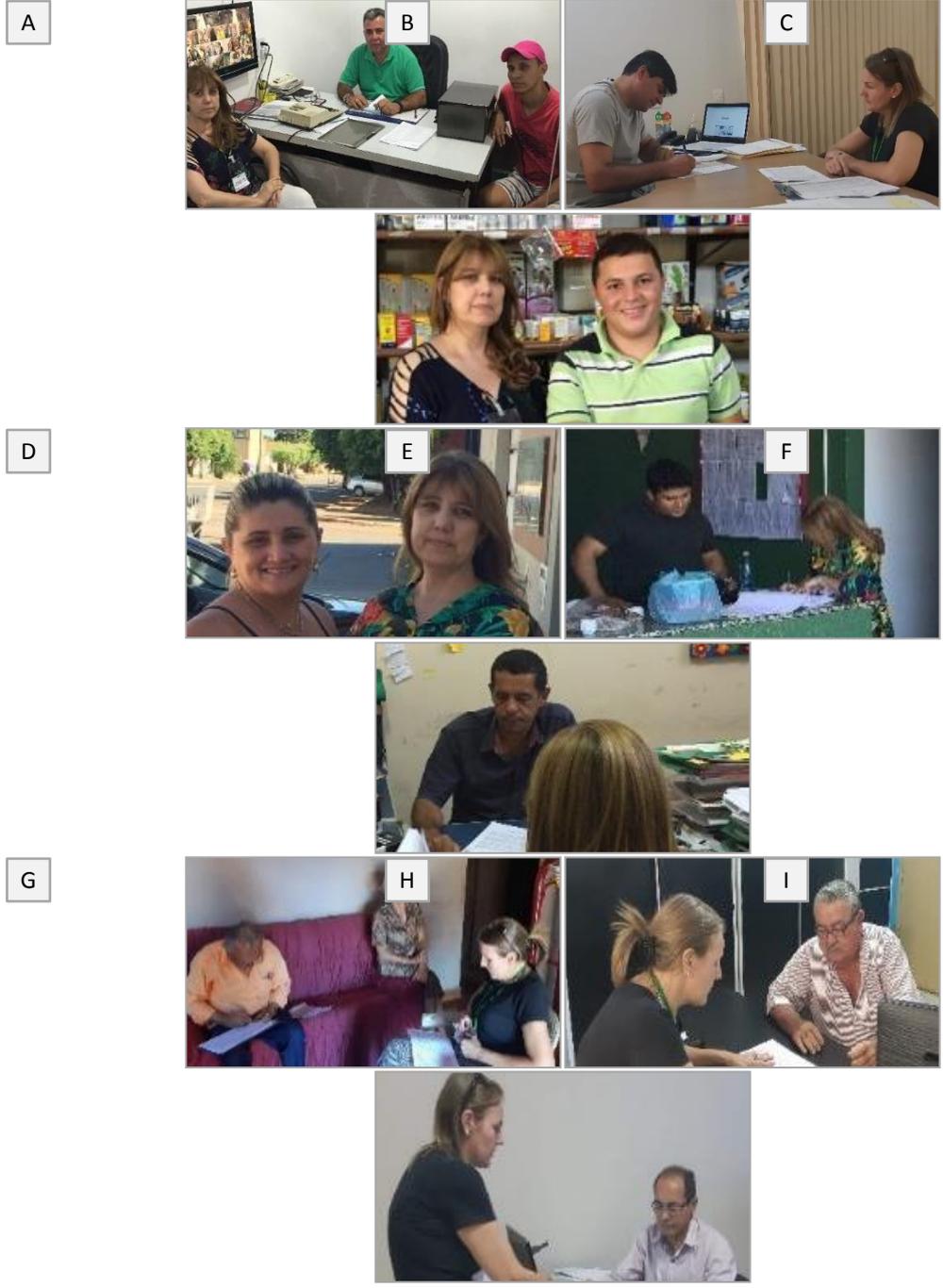
Figura 3.12
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DE GURUPI PARA A CONSULTA PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE

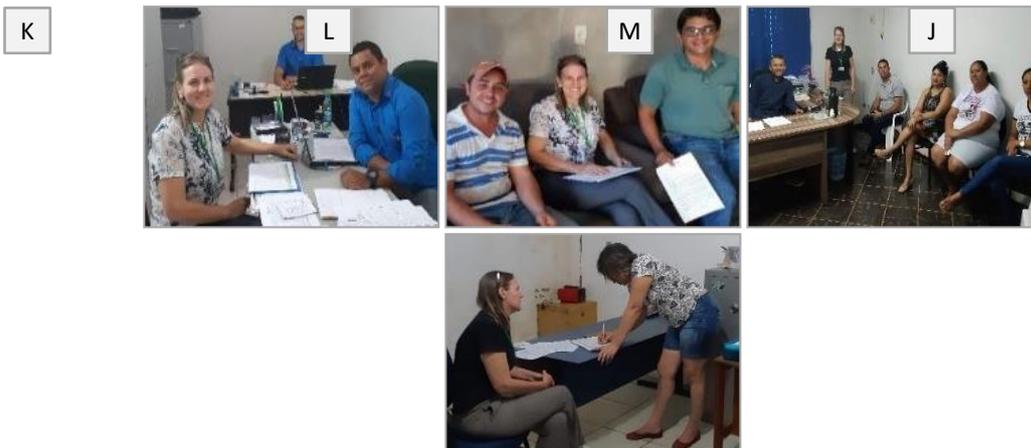


Legenda:
A - Naturatins Regional Gurupi/Apoio Administrativo; B - Sindicato Rural de Gurupi/Secretária; C - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupi/Presidente; D - Prefeitura Municipal de Gurupi/Secretaria de Produção e Meio Ambiente/Assistentes do Secretário; E - Ruraltins Regional Gurupi/Técnico Extensão Rural; F - Sebrae de Gurupi/Gerente; G - IFTO Campus Gurupi/Chefe de Gabinete; H - Diretoria Regional de Ensino de Gurupi/Diretor; I - UFT Campus de Gurupi/Diretor; J - Prefeitura Municipal de Gurupi/Chefe de Gabinete; K - Prefeitura Municipal de Gurupi/ Secretária de Comunicação, em pé, e Equipe.

Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.13
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XIV - GURUPI PARA A CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Figueirópolis/Prefeito; B - Prefeitura Municipal de Alvorada/Prefeito; C - Representante do Secr. de Agricultura de Talismã; D - Secr. Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente de Formoso do Araguaia; E - IFTO Campus Avançado Formoso do Araguaia/Professor; F - Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins/Prefeito; G - Secr. Municipal de Agricultura de Cariri; H - Prefeitura Municipal de Figueirópolis/ Secr. de Meio Ambiente; I - Prefeitura Municipal de Talismã/Secr. de Finanças; J - Prefeitura Municipal de Aliança do Tocantins/Secr. de Meio Ambiente; K - Prefeitura Municipal de Dueré/Secr. de Agricultura, à esquerda e Secr. de Meio Ambiente, à direita; L - Prefeitura Municipal de Sucupira/Prefeito, Equipe e Secr. de Meio Ambiente à esquerda; M - Prefeitura Municipal de Peixe/Secr. do Meio Ambiente.

Fonte:

Registros do Autor, 2018.

3.1.2.7 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE DIANÓPOLIS

Os municípios mobilizados para participação dos atores sociais na consulta pública em Dianópolis, pertencem à RA-XIII - Natividade, RA-XV - Dianópolis, RA-XVI - Paranã; RA-XVII - Arraias e RA-XVIII - Taguatinga, conforme consta no Quadro 3.1. O município de São Valério da Natividade foi mobilizado para a consulta pública da sede Gurupi, enquanto Palmeirópolis e São Salvador do Tocantins foram mobilizados para participar das consultas públicas de Gurupi, Dianópolis ou Palmas, conforme melhor logística aos atores sociais desses municípios, dado o significativo distanciamento entre eles e as sedes para eventos mencionadas.

Desta região administrativa foram mobilizados, de forma presencial, os seguintes municípios: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis, Taguatinga, Taipas do Tocantins. Os registros do processo de mobilização presencial, de atores sociais, para a consulta pública da sede Dianópolis, estão apresentados na Figura 3.14, Figura 3.15 e Figura 3.16.

Figura 3.14

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS PARA A CONSULTA PÚBLICA SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Dianópolis/Prefeito e Secr. de Finanças; B - Sebrae Regional de Dianópolis/Analistas Técnicos; C - Diretoria Regional de Ensino de Dianópolis/Assistente de RH; D - Jucetins de Dianópolis/Coordenadora; E - Naturatins Regional de Dianópolis/Gerente; F - Unitins Campus Dianópolis/Assistente Direção; G - Ruraltins Regional de Dianópolis/Coordenador; H - Representante da Câmara de Vereadores de Dianópolis/ Vereadora; I - IFTO Campus Dianópolis/ Secretária.

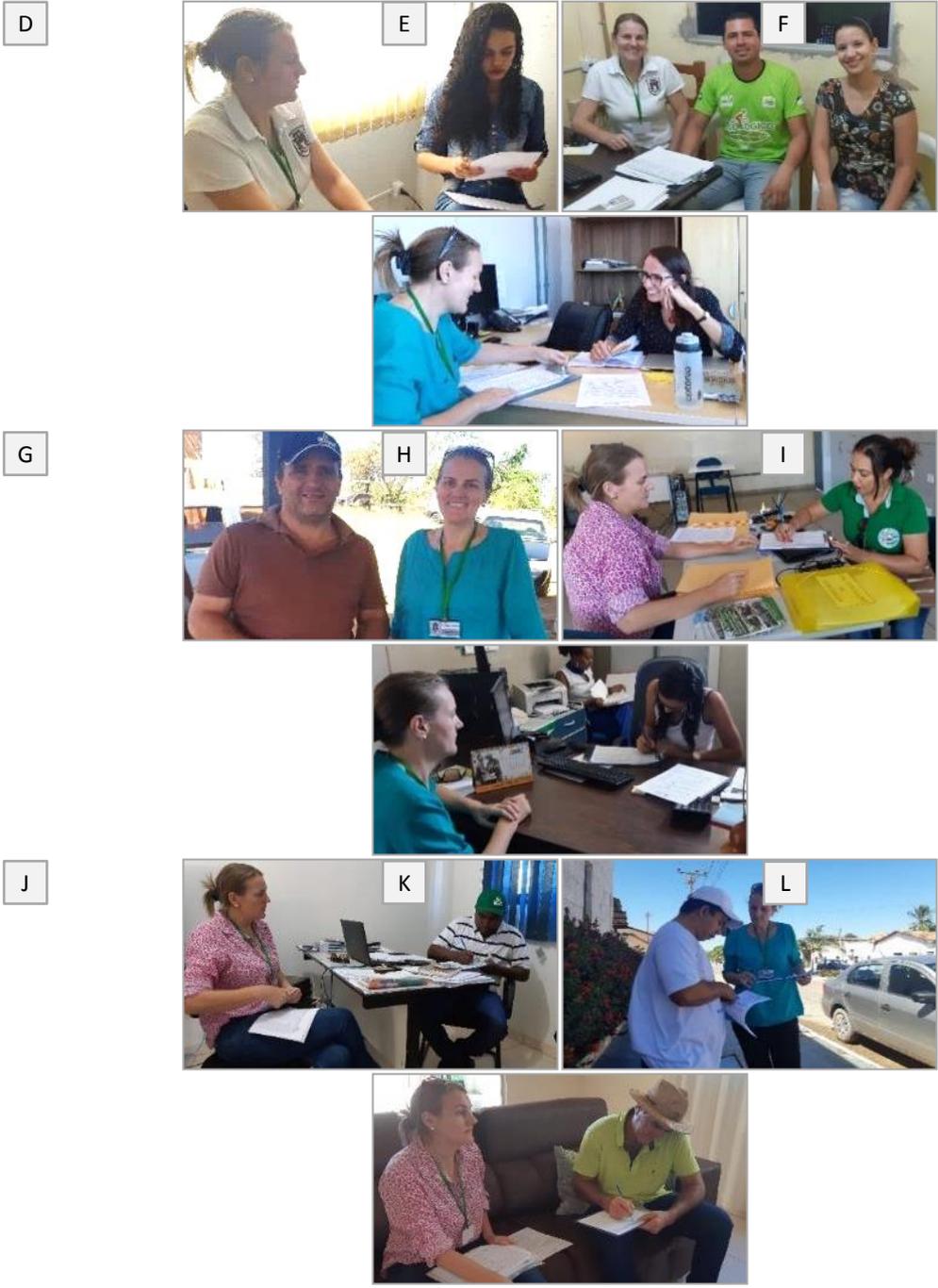
Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.15

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XIII - NATIVIDADE, RA-XVI - PARANÃ E RA-XVII - ARRAIAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE







Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Natividade/Prefeita e Secretário de Meio Ambiente; B - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Novo Alegre; C - IPHAN Regional de Natividade/Recepcionista; D - Prefeitura Municipal de Paranã/Assessora Especial da Secretaria de Meio Ambiente; E - Prefeitura Municipal de Combinado/Chefe de Gabinete, à esquerda e Assistente da Secretaria de Meio Ambiente de Lavandeira; F - UFT Campus Arraias/Diretora em exercício; G - Prefeito de Conceição do Tocantins; H - Colégio Agropecuário de Natividade/Diretora e Secretária do CBHRMA; I - Prefeitura Municipal de Arraias/Chefe de Gabinete; J - Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins/Secretário de Agricultura; K - Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade; L - Secretário de Agricultura da Prefeitura Municipal de Silvanópolis; M - Sindicato Rural de Natividade/Secretária; N - Ruraltins Regional de Pindorama do Tocantins/Supervisor Técnico, à esquerda.

Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.16

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XV - DIANÓPOLIS E RA-XVIII - TAGUATINGA PARA A CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

A - Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins/Prefeito; B - Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus/Secretário Municipal de Administração e Finanças; C - Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Rio da Conceição; D - Prefeitura Municipal de Taipas do Tocantins/ Secretário de Saúde, à esquerda e Secretário da Administração, à direita; E - Prefeitura Municipal de Taguatinga/Prefeito e Secretária Municipal de Educação; F - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Tocantins/Secretário de Agricultura, ao centro; G - Ruraltins Regional de Taguatinga/Supervisor; H - Prefeito Municipal de Almas; I - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Jardim.

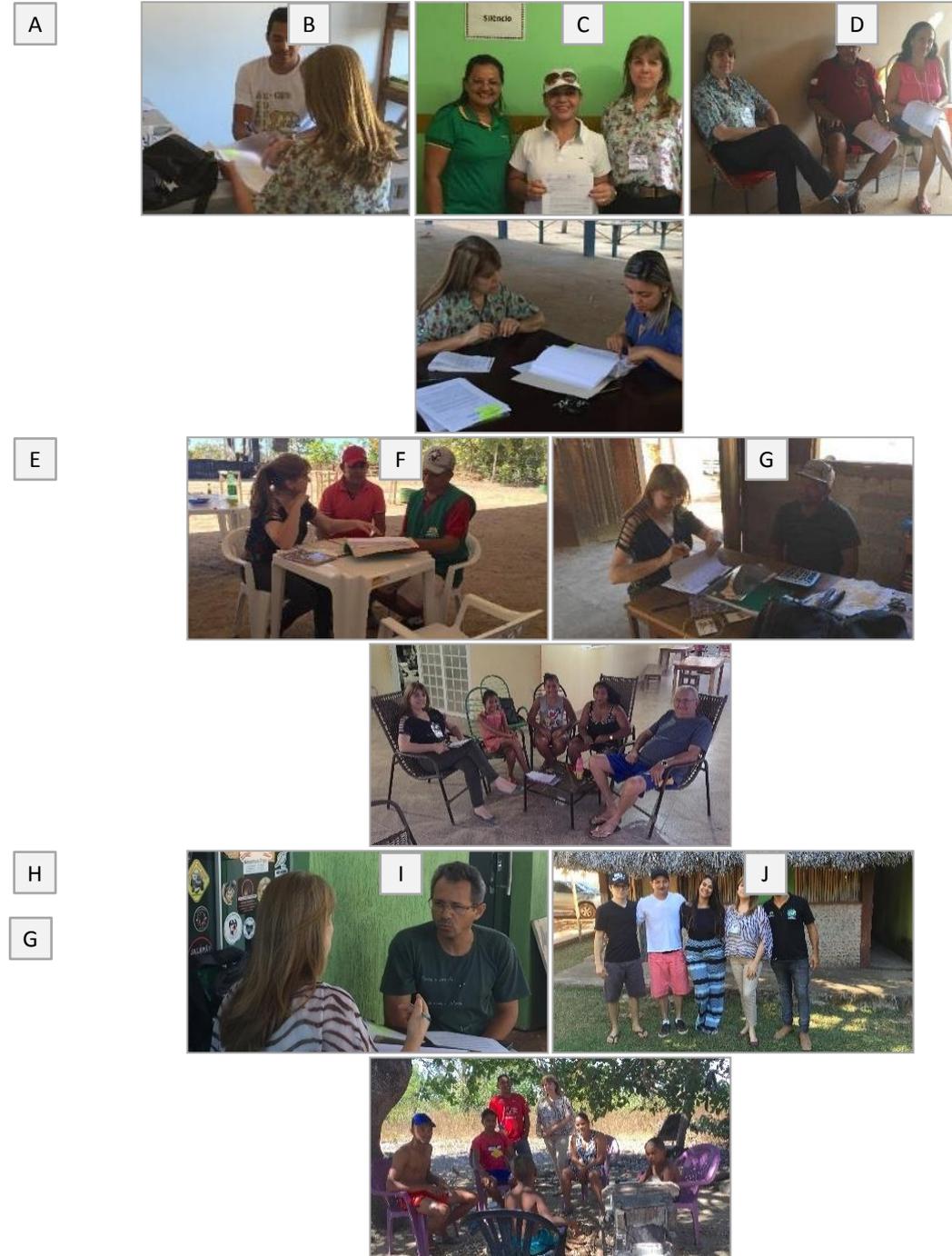
Fonte:

Registros do Autor, 2018.

3.1.2.8 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE NOVO ACORDO

Os atores sociais mobilizados para participação da consulta pública realizada em Novo Acordo, pertencem aos municípios da RA-XII - Novo Acordo, conforme consta no Quadro 3.1. Desta região administrativa foram mobilizados, de forma presencial, os seguintes municípios: Lagoa do Tocantins, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins. Os registros do processo de mobilização presencial, para a consulta pública da sede Novo Acordo, estão apresentados na Figura 3.17.

Figura 3.17
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-XII - NOVO ACORDO PARA A CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE



Legenda:
 A - Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins/Servidor; B - Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Tocantins /Secretária de Turismo e Meio Ambiente, à direita, e Recepcionista, à esquerda; C - Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Lagoa do Tocantins e Presidente da Associação de Artesãos de Capim Dourado de Lagoa; D - Secretária de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Novo Acordo; E - Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de São Félix do Tocantins, à direita, e Gerente do Monumento Natural Municipal Cânions e Corredeiras do Rio Sono; F - Presidente da Associação Extrativista Capim Dourado da Comunidade Quilombola do Mumbuca; G - Secretário da Administração da Prefeitura Municipal de Mateiros, à direita e membro da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros, ao lado; H - Supervisor do Parque Estadual do Jalapão; I - Presidente da Associação Ascombolos Rios (Ass. das Comunidades Quilombolas do rio Novo, rio Preto e Riachão), ao centro; J - Membros da Associação Quilombola Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio, na comunidade Quilombola Carrapato.

Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.1.2.9 MOBILIZAÇÃO REGISTRADA PARA SEDE PALMAS

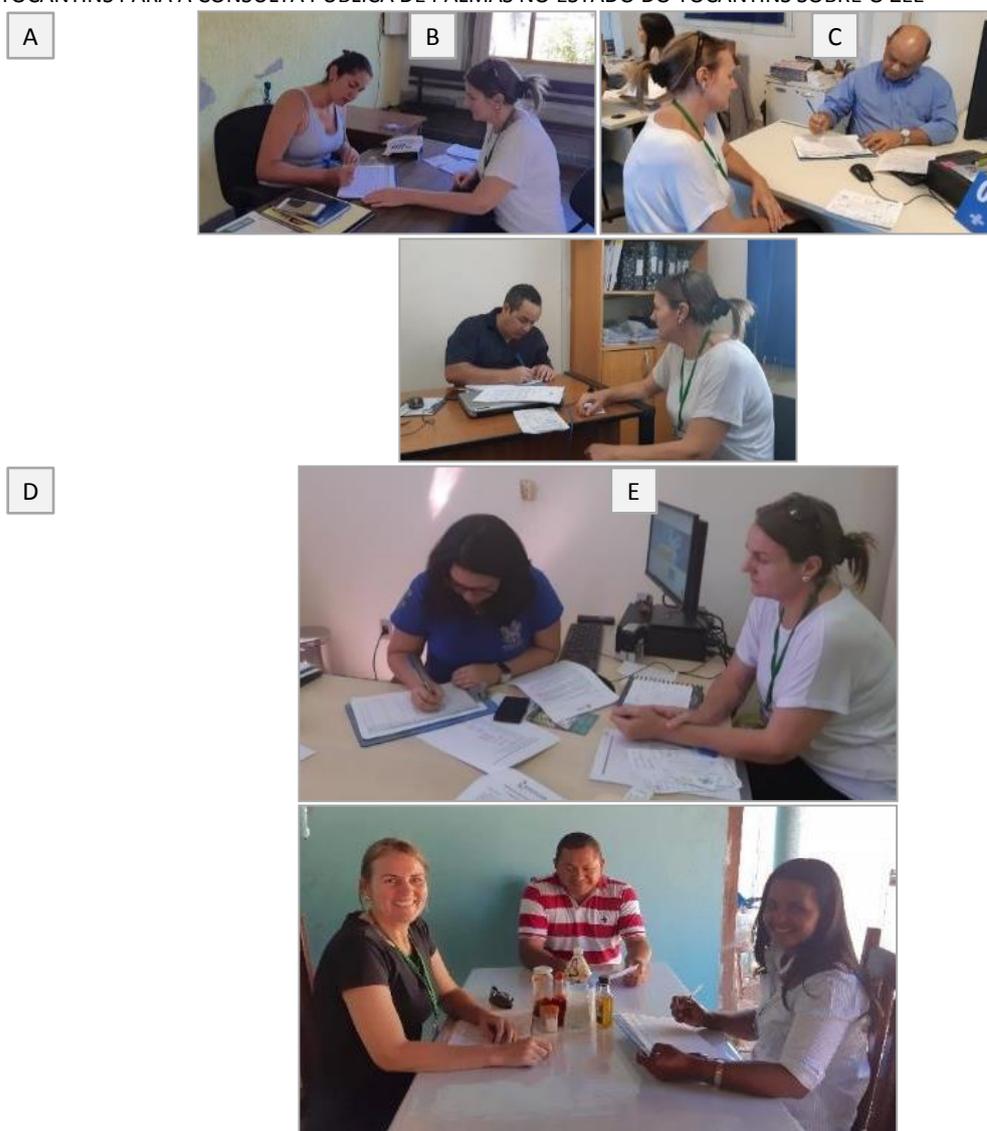
Para a consulta pública realizada em Palmas, foram mobilizados atores sociais de municípios pertencentes à RA-IX - Região Metropolitana de Palmas, conforme consta no Quadro 3.1.

Desta região administrativa foram mobilizados, de forma presencial, os seguintes municípios: Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia. Ressalta-se, conforme já mencionado, que os municípios de Barrolândia e Paraíso do Tocantins, pertencentes à RA-XI - Paraíso do Tocantins, foram mobilizados para a consulta pública de Palmas.

Os registros do processo de mobilização presencial, para a consulta pública da sede Palmas, estão apresentados na Figura 3.18, Figura 3.19 e Figura 3.20.

Figura 3.18

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DE BARROLÂNDIA, PARAÍSO DO TOCANTINS E SANTA RITA DO TOCANTINS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE



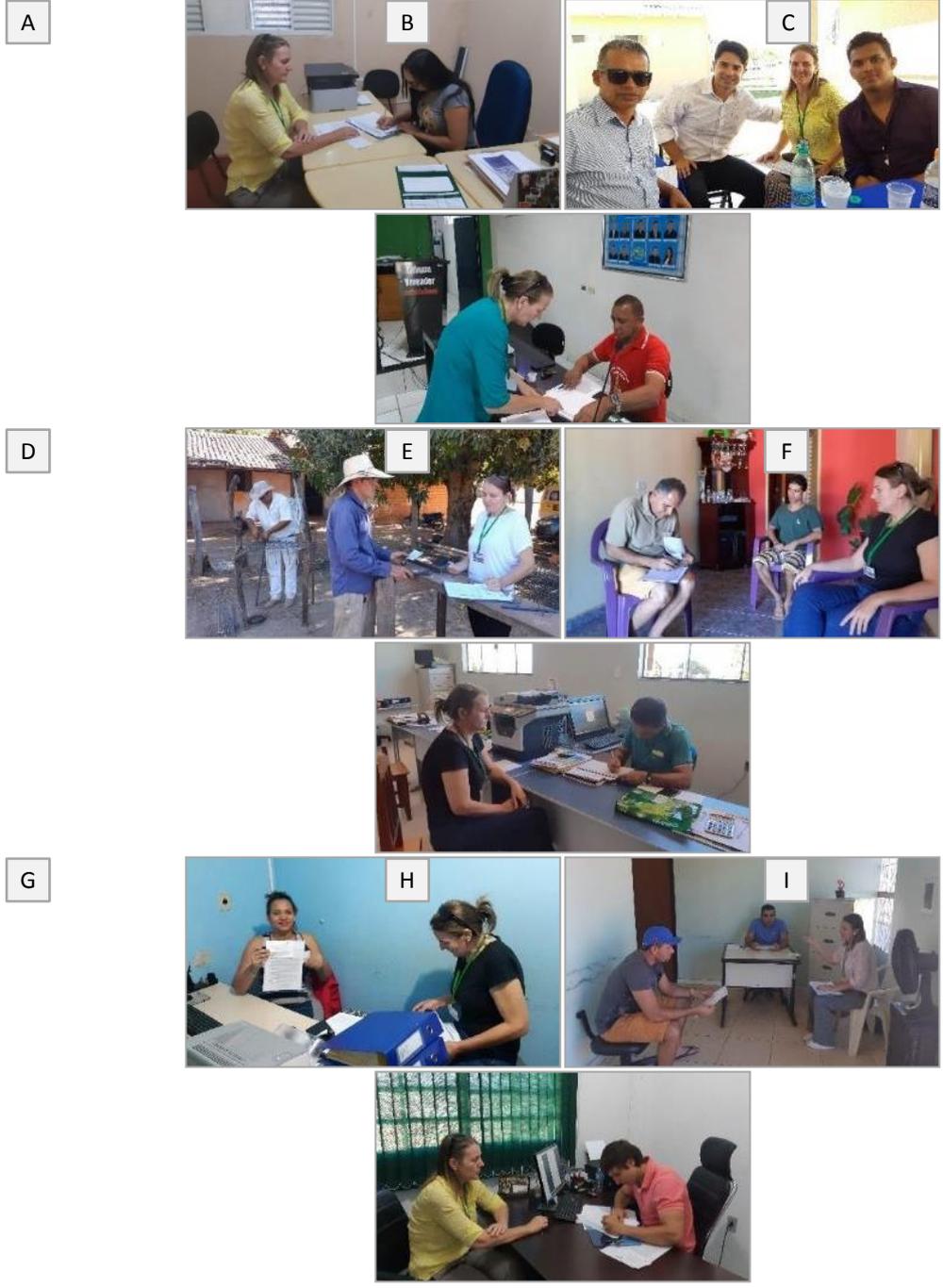
Legenda:

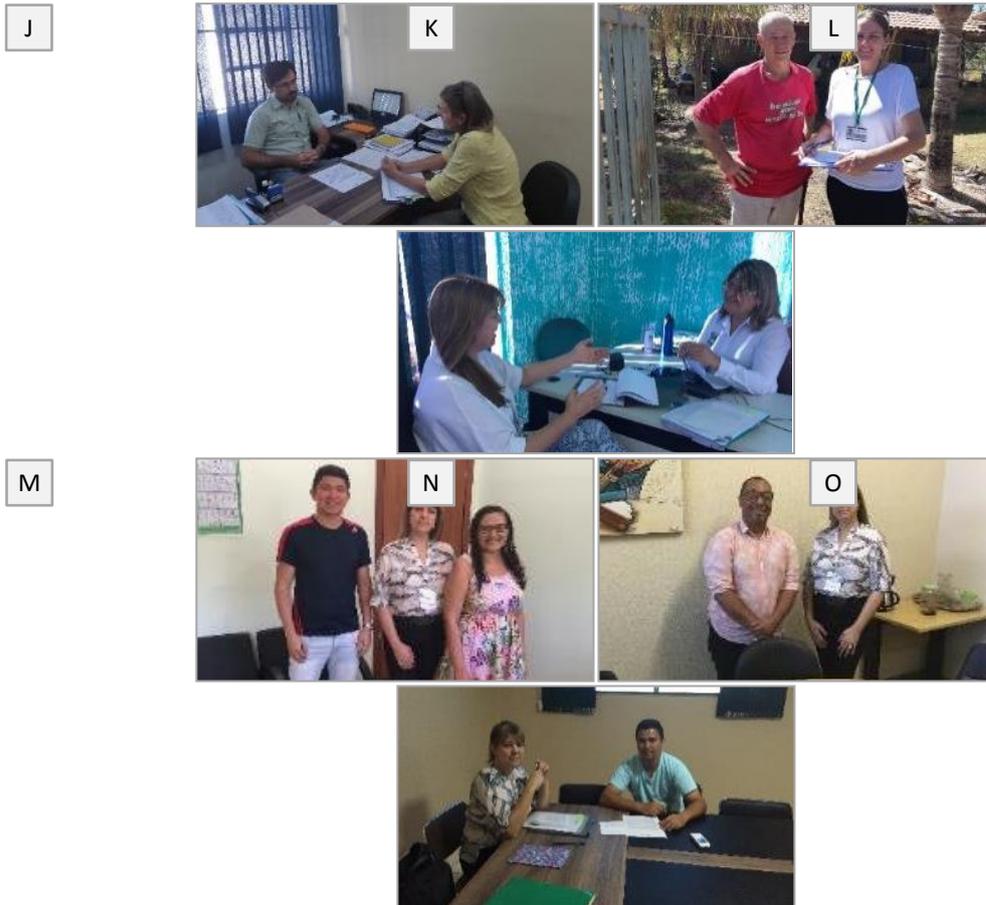
A - Prefeitura Municipal de Barrolândia/Servidora; B - Sebrae Regional de Paraíso do Tocantins/Analista; C - Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins/Servidor; D - IFTO Campus de Paraíso do Tocantins/Gerente Administrativo; E - Prefeitura Municipal de Santa Rita/Prefeita e Secretário de Meio Ambiente.

Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.19
REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





Legenda:

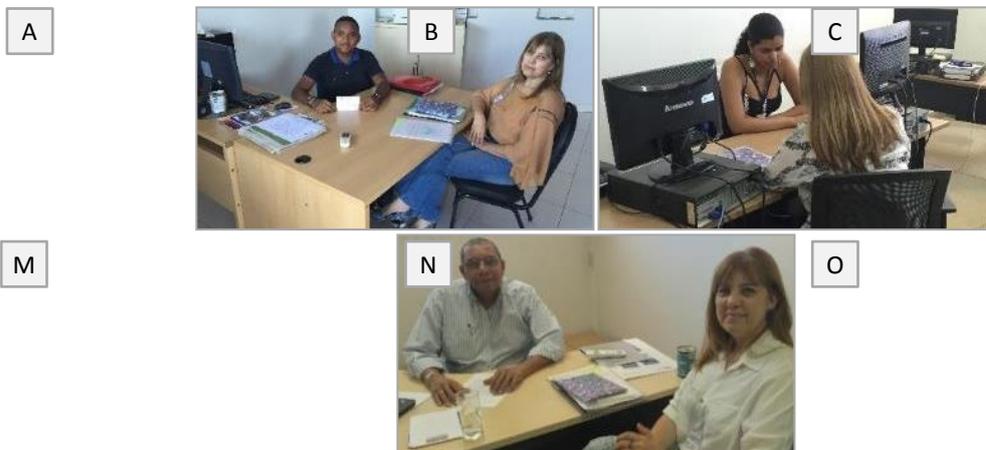
A - Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins/Coordenadora de Rec. Hídricos; B - Prefeitura Municipal de Lajeado/Secretário de Agricultura, à esquerda, Prefeito, ao centro, e Servidor, à direita; C - Prefeitura Municipal de Ipueiras/Secretário de Meio Ambiente; D - PA Irmã Adelaide de Miracema do Tocantins/Presidente; E - Secretário de Juventude da Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré, à esquerda; F - Prefeitura Municipal de Fátima/Secretário de Administração; G - Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima/Secretária de Administração; H - Prefeitura Municipal de Aparecida do Rio Negro/Secretário de Agricultura, à esquerda, e servidor; I - Prefeitura Municipal de Tocantínia/Secretário de Administração; J - Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins/Secretário de Administração; K - PA Nova Esperança de Miracema do Tocantins/Tesoureiro; L - Prefeitura Municipal de Porto Nacional/Secretária de Comunicação; M- IFTO Campus Porto Nacional/Técnico Informática e Assistente Administrativa; N - UFT Campus Porto Nacional/Diretor; O - Prefeitura Municipal de Monte do Carmo/Secretário de Finanças.

Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.20

REGISTROS DA MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RA-IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS PARA A CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS NO ESTADO DO TOCANTINS SOBRE O ZEE





D



H



L





Legenda:

A - Sindicato Rural de Palmas e Região/Diretor Geral; B - Unitins Campus Palmas/Assistente Administrativa; C - FIETO Palmas/Gerente UNIDEF; D - FECOMÉRCIO/Secretária da Diretoria; E - IPHAN Superintendência Palmas/Secretária; F - FACTO Campus Palmas/Vice-diretora Acadêmica; G - SESC-RTO/Secretário da Diretoria; H - ULBRA/Assessora da Diretoria; I - IFTO Campus Palmas/Diretora Geral Substituta; J - ACIPA e FACIET/Secretária Executiva; K - UFT Campus Palmas/Servidor Administrativo; L - APA-TO Palmas/Diretor; M - ONG GAIA de Palmas/Presidente; N - COPERAN de Palmas/Assistente Administrativa; O - Associação Francisco Galvão de Palmas/Presidente; P - Colônia de Pescadores Z-10 Palmas/Presidente; Q - Associação Coqueirinho de Palmas/Presidente; R - FATAET Palmas/Secretária; S - Estufa Produção de Flores de Palmas/Produtor.

Fonte:

Registros do Autor, 2018.

3.2 REGISTROS DAS CONSULTAS PÚBLICAS

De forma subsequente a mobilização dos atores em cada Região Administrativa foram realizadas as Consultas Públicas. O desenvolvimento das 9 Consultas Públicas, nos núcleos distribuídos pelo estado do Tocantins, se deu no período entre 05 de junho e 02 de agosto de 2018, sendo que cada consulta teve sua execução cerca de 7 a 10 dias após o término da mobilização em cada local.

A equipe do Consórcio Executor responsável pela execução das Oficinas Técnicas procedeu de maneira padrão em todos os eventos, organizando os espaços e locais de trabalho no dia anterior ou na manhã do dia da realização de cada Consulta Pública. Os registros de cada uma delas consta nos capítulos a seguir.

3.2.1 CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO

A Consulta Pública de Lagoa da Confusão realizou-se no Centro Cultural Leda Bernadon (Figura 3.21), situada na Avenida Vitorino Panta, 2254, centro da cidade, no dia 05 de julho de 2018. A Figura 3.21 apresenta imagens do local de realização da Consulta Pública e da organização do espaço disponível, gentilmente cedido pelos gestores da Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão.

Figura 3.21
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.2.1.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

Na Consulta Pública de Lagoa da Confusão sobre o ZEE-TO, compareceram 31 participantes convidados, sendo que os municípios representados foram: Caseara (7 representantes), Lagoa da Confusão (15 representantes), Pium (4 representantes) e Pugmil (4 representantes), além de um munícipe de Natal/RN. Os atores sociais participantes e os respectivos segmentos que representam estão apontados no Quadro 3.2.

Quadro 3.2

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
1	Admilton Dorta	Aldeia Horotoryhawa	Comunitário	Lagoa da Confusão
2	Aldeci Mota de Sousa	Diretoria das Mulheres	Governamental	Pugmil
3	Angélica Vieira	ONG Mão Amiga	Organização da Sociedade Civil	Lagoa da Confusão
4	Carlos P. Ciocheta	APROESTE	Organização da Sociedade Civil	Lagoa da Confusão
5	Cleber Pinto Cavalcante	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	Governamental	Caseara
6	Daiane Costa de Faria	Prefeitura	Governamental	Lagoa da Confusão
7	Dante Alessandro D. Mesquita	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pium
8	Elina Ferreira de Souza	Prefeitura	Governamental	Lagoa da Confusão
9	Ênio Nogueira Becker	APROESTE	Organização da Sociedade Civil	Lagoa da Confusão
10	Ildislene Bernando	Prefeitura	Governamental	Caseara
11	José Bonfim Batista C.	Câmara Municipal	Governamental	Caseara
12	José Juraci Batista Santos	ICMBIO	Governamental	Pium
13	Júnior Rodrigues	Câmara Municipal	Governamental	Caseara
14	Laudenir Marcelino	Empresário	Empresarial	Natal - RN
15	Lucino F. Martins	Diretor de Turismo	Governamental	Caseara
16	Luiz Edivaldo Coelho	Câmara Municipal	Governamental	Lagoa da Confusão
17	Maria de Jesus de Souza	Prefeitura	Governamental	Caseara

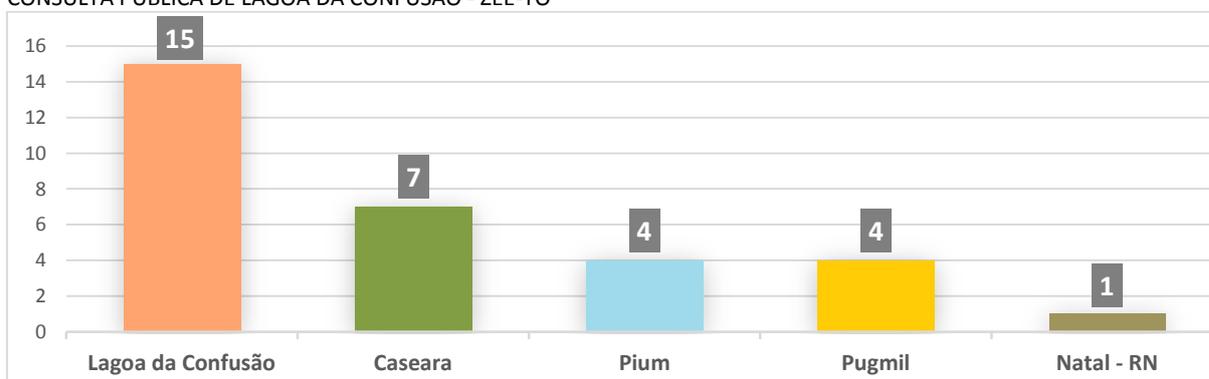


	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
18	Maria de Jesus R. da S. Mendes	Prefeitura	Governamental	Pugmil
19	Marilson Ferreira Santos	Prefeitura	Governamental	Lagoa da Confusão
20	Nelson Alves Moreira	Prefeitura	Governamental	Lagoa da Confusão
21	Nivaldo Rodrigues Braga	Secretaria de Turismo	Governamental	Pium
22	Normelir de Sá	Produtor Rural	Comunitário	Lagoa da Confusão
23	Paulo Cezar Lima Javaé	Horotoryhawa	Comunitário	Lagoa da Confusão
24	Peronete Maria Alves	Sindicato Rural	Organização da Sociedade Civil	Lagoa da Confusão
25	Priscila Guedes	Prefeitura	Governamental	Caseara
26	Renata Rodrigues M.	AESIIC	Organização da Sociedade Civil	Lagoa da Confusão
27	Suzanny Clayr Leão Coelho	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Lagoa da Confusão
28	Tainara Pereira Lopes	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pugmil
29	Trajano Coelho Neto	Secretaria Municipal de Planejamento	Governamental	Pium
30	Wanderlei Alves Ribeiro	Produtor Rural	Comunitário	Lagoa da Confusão
31	Welbis Mota Lima	Prefeitura	Governamental	Pugmil

Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2017.

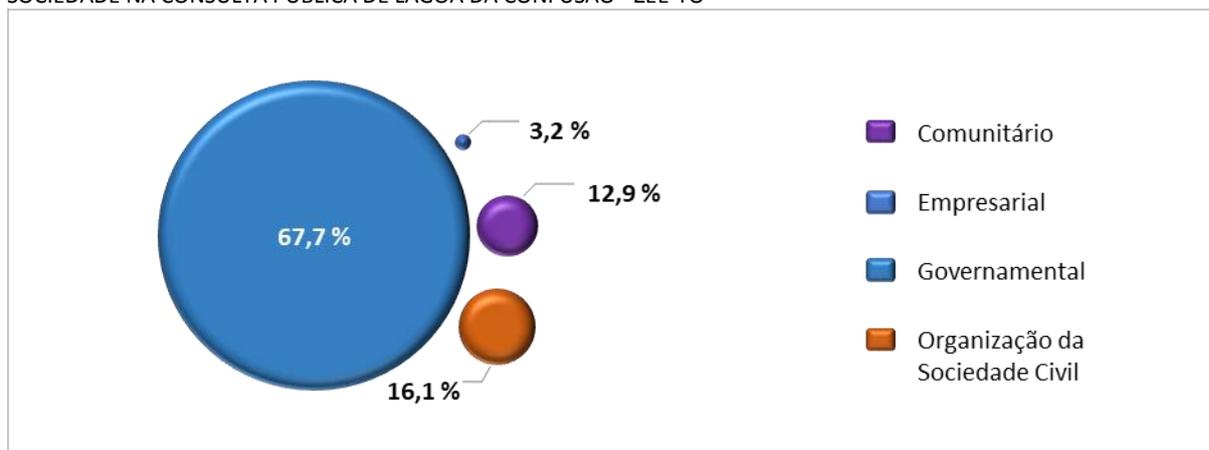
A Figura 3.22 apresenta a representatividade dos atores por município de origem na Consulta Pública de Lagoa da Confusão. Quanto a representatividade dos participantes por segmento de atuação, o gráfico apresentado na Figura 3.23 indica a proporcionalidade de atores presentes na Consulta Pública de Lagoa da Confusão e a Figura 3.24 apresenta a representatividade por gênero.

Figura 3.22
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



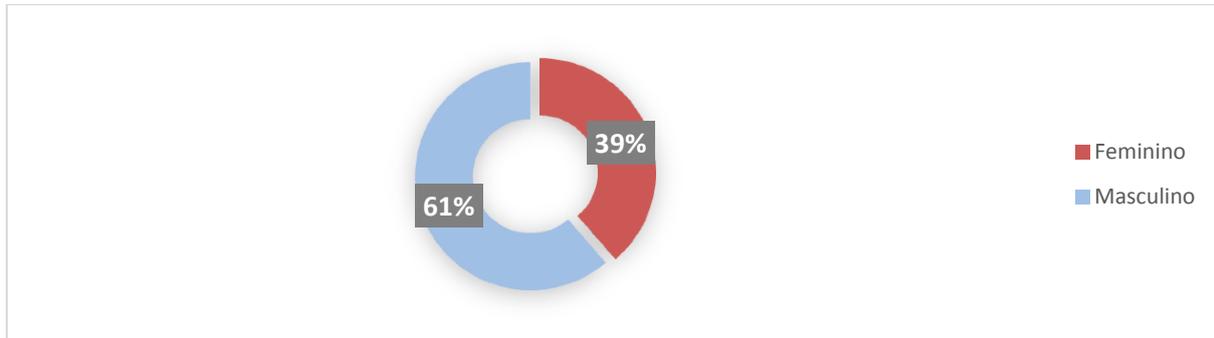
Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.23
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.24
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.1.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A Consulta Pública transcorreu normalmente conforme estabelecido no roteiro metodológico programado. Após a abertura realizada pelo representante da Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão, Sr. Marilson Ferreira que justificou a ausência do prefeito em função de diversos outros compromissos municipais, que incluíram a acolhida do governador do Estado ao município para realizar a inauguração do escritório da Ruraltins.

A mesa de abertura da Consulta Pública (Figura 3.25) foi composta por, além do representante da prefeitura de Lagoa da Confusão, pela Prefeita de Caseara Sra. Ildislene Bernardo, pela Prefeita de Pugmil Sra. Maria de Jesus, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Planejamento de Pium Sr. Trajano Coelho e pelo representante da aldeia indígena Horotoryhawa Sr. Admilton Dorta.

Figura 3.25
IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Os integrantes da mesa realizaram breve fala, todos exaltando a importância do zoneamento para a região, tendo em vista a pujança regional e a necessidade de se proteger o meio ambiente com destaque para a proteção dos recursos hídricos. O desenvolvimento econômico e social também foi a tônica da fala dos membros da mesa, que defenderam a promoção de desenvolvimento sustentável, baseado em planejamento tecnologias modernas. Destaques foram dados para a região, considerando que constitui-se no maior produtor mundial de melancias e terceiro maior produtor de arroz irrigado do Brasil, indicando o nível de representatividade econômica da região no cenário econômico brasileiro e tocantinense.

3.2.1.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Após os trabalhos de abertura do evento, foi realizada a apresentação técnica da proposta de Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento, iniciando com a fala do Sr. Rodrigo Borges citando o enquadramento do ZEE-TO nas políticas federal e estadual de meio ambiente.

A apresentação dos detalhes da proposta para o zoneamento foi realizada pelo Sr. Valmir Detzel conforme previsto no roteiro metodológico. A apresentação teve apoio de exposição multimídia cujo conteúdo pode ser acessado no Apêndice N. A Figura 3.26 apresenta imagens da plenária durante a execução da exposição técnica das propostas relacionadas ao zoneamento.

Figura 3.26

IMAGENS DA PLENÁRIA DA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.



Após a apresentação técnica, seguindo o rito estabelecido para a consulta, foi aberto espaço para perguntas e posicionamentos dos participantes. As principais contribuições estão registradas a seguir.

Sr. Trajano Coelho, representante de Pium, explicitou que tudo o que foi falado durante a exposição técnica pode ser relacionado ao programa chamado PRODOESTE que contemplará todas as ações previstas/apresentadas. Porém ressaltou que no momento o PRODOESTE encontra-se travado por questões técnicas e burocráticas demonstrando um pouco de inconformismo, posto que o programa envolve um grande volume de recurso a ser aplicado não só em Pium, mas em todo o Vale do Araguaia, o que certamente traria desenvolvimento e melhoria de condições para a sociedade regional. Perguntou se o PRODOESTE pode ser contemplado de alguma forma nas prioridades do ZEE, porque, segundo ele, sabe-se que ambos os programas foram desenhados na SEPLAN. Então questiona a equipe da SEPLAN que existem controvérsias em relação ao tema e gostaria de ouvir destes, o que realmente ocorre e o que pode ser feito para eliminar o impasse/travamento do PRODOESTE, que sem dúvidas pode ser a redenção econômica de Pium e de todo o Vale do Araguaia. O Sr. Rodrigo Borges, representante da SEPLAN-TO explica que não tem informações suficientes para esclarecer sobre o PRODOESTE, posto que trata-se de elemento vinculado a outro segmento institucional, porém coloca-se a disposição para auxiliar, encaminhando a questão aos responsáveis da SEPLAN-TO. Quanto ao enquadramento como prioridade do ZEE-TO, indica que o Plano de Ação do ZEE-TO contempla um amplo espectro de temas e que certamente as ações previstas para a implementação do zoneamento relacionam-se diretamente àquelas previstas no PRODOESTE, porém destaca que tratam-se de níveis de planejamento diferentes, sendo que ao ZEE-TO compete estabelecer diretrizes e estratégias de ordenamento territorial, enquanto ao PRODOESTE compete investir recursos para linhas de trabalho específicas à uma região. Embora relacionados, ambas abordagens apresentam-se em âmbitos e escalas diferentes de trabalho.

O Sr. Trajano complementou dizendo que vem desde o governo anterior esse entrave em relação ao PRODOESTE, e que a saída viável é que pessoas que tenham influência política, como os prefeitos, trabalhem politicamente para que tal programa não seja esquecido, mesmo que altere de nome, porque o importante é mostrar ao governo que o PRODOESTE é fundamental para todos. Acredita que de agora em diante, são as questões políticas que vão influenciar a viabilidade desse projeto tão importante para tais regiões. O Sr. Trajano encoraja os representantes do Vale do Araguaia a fazer uma visita aos mandatários do governador com o objetivo de moldar um documento pedindo que tal projeto avance, abordando que a prefeitura de Pium já esforça-se por essa questão e que é necessário várias vezes para se atingir o resultado esperado.

O Sr. Ênio Nogueira Becker de Lagoa da Confusão indica que a exposição técnica abordou como exemplo a questão do déficit hídrico e as ações de perenização que são realizadas em Dianópolis. Sobre isto, pede mais esclarecimentos sobre isto, posto que a perenização é ação que está sendo tentada na região, porém estão sofrendo questionamentos de instituições regulamentadoras do meio ambiente e do Ministério Público. Pergunta como está sendo feito em Dianópolis e manifesta interesse em aprender/entender o que seria aplicável na região. Sobre o tema o Sr. Trajano se manifesta sobre o assunto. Diz que conhece bastante Dianópolis e que na região é feita praticamente em programas governamentais que incentivam a formação de pequenas barragens de acúmulo d'água. Tendo chegado posteriormente a abertura, o Prefeito de Lagoa da Confusão, conhecido por Nelsinho (Figura 3.27), aborda que é interessante esse assunto sobre a água e que na região existem casos diferentes. Cita como exemplo a região do Pium, onde as pessoas estão fazendo algumas barragens no rio Pium para poder conter a água. O rio Pium é estreito e tem desnível, então as barragens ajudam, mas não é como na região de Formoso do Urubu, por exemplo, onde há uma associação chamada Associação dos Produtores Rio Formoso, composta por produtores da qual o próprio prefeito faz parte, onde foram inauguradas ano passado duas elevatórias feitas com dinheiro dos produtores rurais, ressaltando que deveriam ter o apoio de recursos do governo. Essas duas elevatórias já garantiram o plantio da entressafra do ano passado (2017). No presente ano também já foram inauguradas outras duas em outros locais, porém destaca que a situação local é diferente de Dianópolis, pois pode-se dizer que tem água sobrando na região da Lagoa da Confusão. Comenta que há 4 anos andou cerca de 20 km por dentro do rio Formoso de caminhonete. Ressalta, ainda, que existem polêmicas grandes, denúncias do Ministério Público denegrindo a imagem do produtor rural dizendo que ele acaba com a água, que estão secando o rio, entre outros comentários. Indica que na região da Lagoa da Confusão está acontecendo diferente porque a água da bacia do rio Formoso está aumentando, que está provado que muitos problemas hídricos da região estão sendo resolvidos.

Figura 3.27

IMAGEM DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS PELO SR. NELSINHO, PREFEITO MUNICIPAL NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

O prefeito abordou ainda sobre o PRODOESTE, dizendo que é um programa que precisa ser repensado, e que não acredita nele do jeito que foi desenhado, pois está mal elaborado, superestimando valores. Que dá pra fazer as barragens com menos dinheiro do que o programa prevê.

O Sr. Admilton Dorta (Figura 3.28), representante indígena abordou que os povos indígenas não são contra as barragens. Acha a barragem fundamental, viu o rio cheio e aquelas elevações e que é isso que os indígenas querem, na época certa baixou, o rio continuou, na época em que o rio secou, levantou-se a barragem, ficaram impressionados. Parabenizou o prefeito Nelson pelo trabalho realizado em Lagoa da Confusão e disse que se todos fizerem trabalho similar ao dele não haverá reclamações, pois o que todos querem é melhorar a situação, que o estado se desenvolva porém sem afetar de forma negativa a vida da população. Expressou que embora morem em uma área verde, também querem desenvolvimento agropecuário. E que contam com a ajuda dos técnicos e com a ajuda dos estudos do zoneamento. Disse que o povo indígena quer se desenvolver, trabalhar e dar potencialidade ao estado, pois também dependem do capital e precisam participar diretamente do que está acontecendo na sociedade, pois eles também fazem parte desta.

Figura 3.28

IMAGEM DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS PELO SR. ADMILTON DORTA, REPRESENTANTE DA ALDEIA INDÍGENA HOROTORYHAWA NA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

O Sr. Marilson Ferreira, da Prefeitura de Lagoa da Confusão perguntou como será o acesso ao resultado de todo esse trabalho apresentado na Consulta Pública. Foi esclarecido pelo Sr. Rodrigo Borges que todos os materiais produzidos no ZEE-TO, incluindo os da Consulta Pública, estarão disponíveis no site da SEPLAN-TO,



ou ainda, que podem ser solicitados diretamente a ele e que os interessados terão fornecimento pleno das informações requisitadas.

O Sr. Ênio disse que não acredita em trabalho com a natureza dentro do escritório, que é necessário ir a campo. A realidade é diferente, não se fala sobre o retorno da água, que ele particularmente acredita ser bastante significativo, atingindo mais de 80 % da água de retorno. Outra abordagem em questão é o reuso, segundo o Sr. Ênio, o IFTO vai fazer esse trabalho e convida os presentes a fazer uma visita no mínimo uma vez por mês ao Rio Formoso para observar os níveis das águas no tempo da irrigação e depois da finalização do período de rega. De acordo com o participante, o Rio Urubu aumenta de nível depois que se para de bombear, retornando mais ou menos um metro e meio da água antes mesmo do período das chuvas, e isso é uma coisa que não tem literatura que fale, sendo uma coisa que ele considera muito importante. Para ele, se existe ecologia quem está fazendo é a sociedade. Isso é uma grandeza muito grande e a população está sendo penalizada por estar fazendo isso.

O Sr. Trajano faz algumas afirmações e questionamentos. Afirma que o fator escoamento da produção deve ser contemplado enfocando inclusive a atividade turística e sua rentável indústria. Para ele, sem estradas não há logística ou a pretendida evolução do sistema de transporte e mobilidade, defendendo assim a questão de infraestrutura de meios de acesso. Indica que a viabilização do PRODOESTE, representa a redenção de Pium e municípios vizinhos com potencial de duplicação de safras e promoção de novas modalidades de produção.

Segundo Sr. Trajano, 42 % do território do município de Pium é considerado áreas de preservação, e que é justo que o município receba incentivos na forma de fomento para atividades turísticas, gerando a necessária sustentabilidade e proteção para os santuários ecológicos que o município detém.

3.2.1.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Finalizadas as discussões e comentários, os trabalhos da Consulta Pública foram finalizados com a fala do Sr. Rodrigo Borges que indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após o encerramento de Consultas Públicas programado para ocorrer durante todo o mês de julho de 2018. Destacou em sua fala a expectativa da equipe técnica da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor em receber contribuições dos participantes sobre a proposta apresentada e, para tanto, apresentou os canais de comunicação que poderiam ser acessados pelos atores interessados, assim como esclareceu que as cartilhas recebidas pelos participantes contém registros do site e dos telefones aptos a funcionar como meio de comunicação com a SEPLAN-TO.

Em sua fala final, o Sr. Rodrigo agradeceu a todos e declarou a Consulta Pública de Lagoa da Confusão formalmente encerrada.

3.2.2 CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS

Em Augustinópolis a Consulta Pública foi realizada no Auditório da Escola Técnica Santa Rita (Figura 3.29), situada na rua Planalto, 601, centro da cidade, no dia 10 de julho de 2018.

Figura 3.29
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.2.2.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

A comunidade de Augustinópolis compareceu à Consulta Pública em número de 46 pessoas, sendo que os municípios representados foram os seguintes: Aguiarnópolis (1 representante), Araguatins (1), Augustinópolis (24), Axixá do Tocantins (2), Buriti do Tocantins (1), Carrasco Bonito (2), Esperantina (2), Praia Norte (1), Sampaio (2), Santa Teresinha do Tocantins (2), São Miguel do Tocantins (5), Sítio Novo do Tocantins (2), Tocantinópolis (1). Os atores sociais participantes e os respectivos segmentos que representam estão apontados no Quadro 3.3.

Quadro 3.3

AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
1	Antônio Bezerra de Carvalho	Mergoscip	Organização da Sociedade Civil	São Miguel do Tocantins
2	Aresmar Alves da Costa	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
3	Elilson de Mesquita Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
4	Elto Abreu da Silva	Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO	Governamental	Praia Norte
5	Eresnaldo da Silva Oliveira	Associação das Quebradeiras de Coco	Governamental	Buriti do Tocantins
6	Erismar Souza Lima	Secretaria de Agricultura	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
7	Evandro Delfino Pereira	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
8	Fernando Rodrigues Cardoso	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Augustinópolis
9	Francinildo Queiroz do Nascimento	Secretaria de Agricultura	Governamental	Augustinópolis
10	Francisco Bezerra de Souza	Secretaria de Agricultura	Governamental	Sampaio
11	Francisco das C. Carvalho	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
12	Francisco Vieira Freitas	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
13	Gean Carlos de Souza	Prefeitura	Governamental	Aguiarnópolis
14	Genevara A. Bezerra Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
15	Geovana Guimaraes	Escola Família Agrícola Bico de Papagaio	Educação	Esperantina
16	Jocelia Gomes da Costa	Prefeitura Municipal de Santa Teresinha	Governamental	Santa Teresinha do Tocantins
17	John Kennedy F. Aguiar	Secretaria da Agricultura e Meio	Governamental	Sítio Novo do Tocantins



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
		Ambiente		
18	Jorcimar Alves Souza	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Governamental	Sítio Novo do Tocantins
19	Jorlando Ferreira Rocha	Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
20	José Cesario da Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
21	José de Mar P. de Souza	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Sampaio
22	José dos Reis C. de Almeida Neto	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Araguatins
23	José Garcia Pereira de Souza	Secretaria de Esporte	Governamental	São Miguel do Tocantins
24	José Ribamar da Costa Araújo	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
25	Josiane Lima dos Santos	Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito	Governamental	Carrasco Bonito
26	Jucilene Marques de Lima	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
27	Juversino A. Teixeira	Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito	Governamental	Carrasco Bonito
28	Luciane da Silva Alves	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
29	Luisa Guimarães da Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
30	Luzinete Pereira Lima	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
31	Manoel de Jesus Lima	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
32	Manoel Lopes de Araújo	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
33	Marcos Vinicius L. Amado	Escola Família Agrícola Bico de Papagaio	Educação	Esperantina
34	Maria Alci Oliveira da Silva (presidente)	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
35	Maria da Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
36	Maria das Dores Honório Barbosa	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
37	Mauro José R. Fragoso	Secretaria de Agricultura	Governamental	São Miguel do Tocantins
38	Raiane Pereira Leal	Prefeitura Municipal de Santa Teresinha	Governamental	Santa Teresinha do Tocantins
39	Raimundo José da Luz	Secretaria de Agricultura	Governamental	Axixá do Tocantins
40	Roney José Silva	Associação das Quebradeiras de Coco	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
41	Samara Andrade	Secretaria de Agricultura	Governamental	Axixá do Tocantins
42	Tainá Bezerra de Sousa	Sociedade Civil	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
43	Tatiana Maria Paixão Neves	Prefeitura - Defesa Civil	Governamental	São Miguel do Tocantins
44	Tomesinho Vieira da Silva	Sociedade Civil	Organização da Sociedade Civil	Augustinópolis
45	Wanver Pinto da Silva	Comunidade Local	Comunitário	Tocantinópolis
46	Waylkson Araújo Neves	Secretaria de Infraestrutura	Governamental	São Miguel do Tocantins

Fonte:

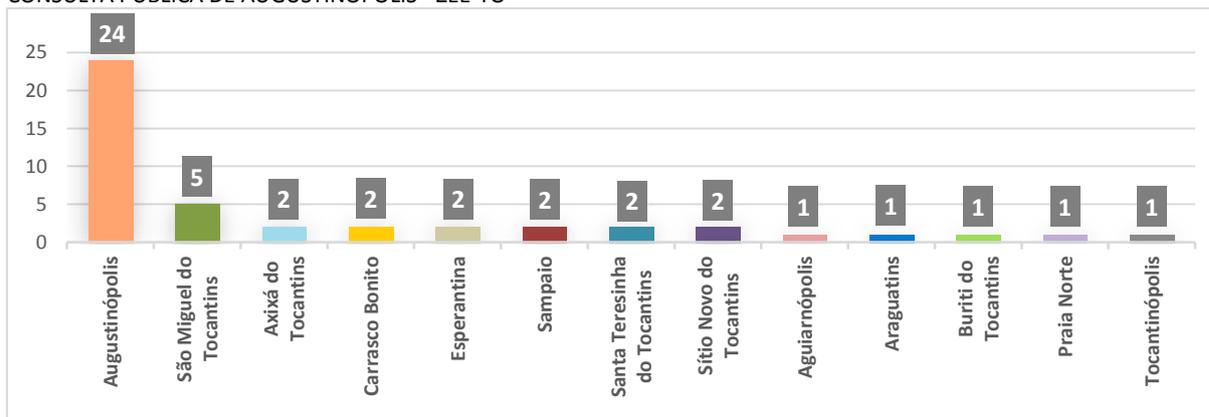
Elaborado pelo Autor, 2017.

A representatividade por município na Consulta Pública está representada na Figura 3.30, que apresenta uma representação gráfica das quantidades absolutas de atores por município de origem na Consulta Pública de Augustinópolis.

A Figura 3.31 apresenta uma representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade. E quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.32 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

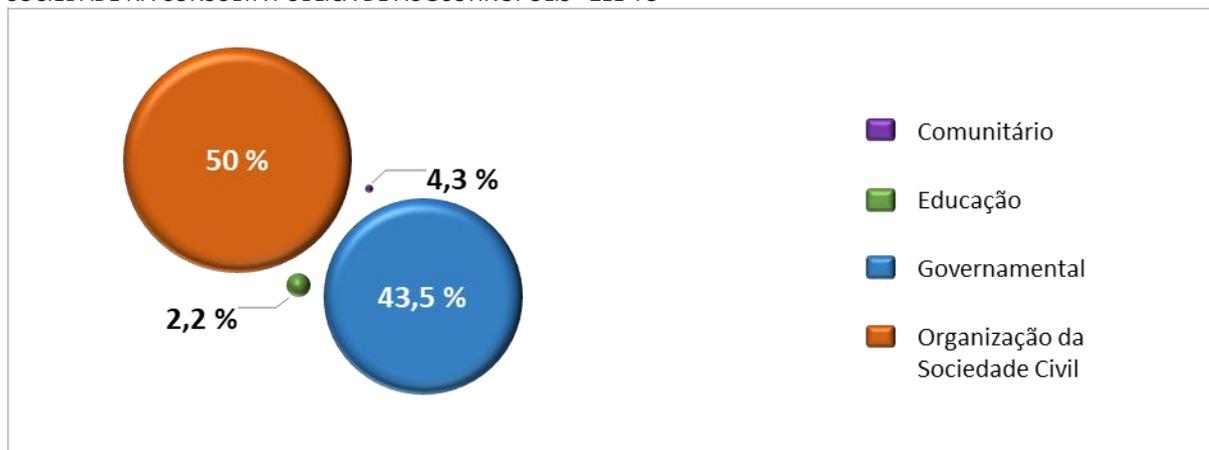


Figura 3.30
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



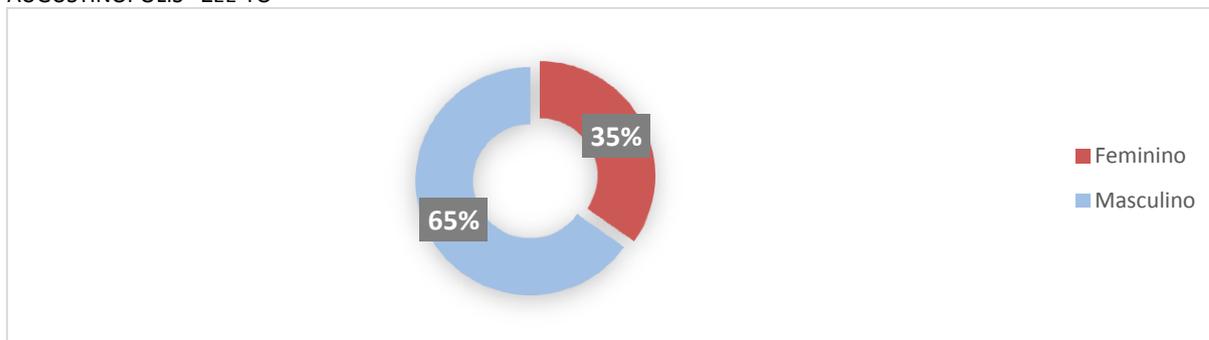
Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.31
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.32
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.2.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A mesa de honra para abertura da Consulta Pública de Augustinópolis foi formada pelo Mestre de Cerimônias, tendo sua a composição formada pelo representante da Prefeitura Municipal de Augustinópolis Sr. Fernando Rodrigo Cardoso, pela presidente da Associação das Quebradeiras de Coco, Babaçu Sra. Maria

Alci Oliveira da Silva, pela representante da SEPLAN-TO, Sra. Cecília Costa, e, como representante das Secretarias Municipais da região o Sr. Warnner Brito da Silva, do município de Tocantinópolis.

Após a abertura oficial da Consulta Pública, realizada pelo representante da Prefeitura Municipal, os membros da mesa fizeram suas falas indicando a importância do evento para a sociedade tomar ciência do tema zoneamento ecológico econômico (Figura 3.33). Destacaram a satisfação em contar com a presença de todos, desejando um bom trabalho ao longo da tarde. O Sr. Fernando justificou a ausência do prefeito em função de um compromisso de força maior (velório de servidora municipal). O representante de Tocantinópolis destacou que é um município autossustentável apesar de atualmente ter reservas ambientais e indígenas que são de propriedades da União. O município detém indústrias que processam o coco babaçu, e indica que isso é uma prova de que é possível conciliar desenvolvimento com preservação ambiental sem impacto ambiental. Valoriza a possibilidade de desenvolvimento associado a bons índices de preservação, como é o caso de Tocantinópolis.

Figura 3.33

IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.2.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Após os trabalhos de abertura do evento, foi realizada a apresentação técnica da proposta de Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e do Plano de Ação proposto para o ZEE-TO, seguindo o rito de apresentação combinado previamente com a coordenação da SEPLAN-TO. O Sr. Valmir Augusto Detzel, coordenador dos trabalhos de elaboração do ZEE-TO fez sua apresentação com o apoio de uma projeção multimídia (Apêndice N), destacando os pontos relevantes da proposta de zoneamento para o Tocantins. A Figura 3.34 apresenta o registro fotográfico deste momento.

Após a apresentação técnica, os convidados foram incitados a realizar seus comentários e perguntas, objetivando sanar dúvidas de todos e estabelecer diálogos e percepções sobre os pontos de vista dos ouvintes. Assim, os principais registros das contribuições constam registrados a seguir.

Durante a apresentação técnica houve um questionamento sobre as 4 comunidades quilombolas existentes da região que não aparecem como zonas especiais. Foi explicado que as Zonas Especiais contemplam áreas territoriais definidas por lei, tais como unidades de conservação e terras indígenas que pressupõem ordenamento territorial específico por meio dos planos de manejo e planos de gestão previstos na legislação. As comunidades quilombolas estão identificadas no ZEE-TO, no entanto não constituem Zonas Especiais por uma questão de critério adotado para o Zoneamento. Outro fator é que de todas as comunidades quilombolas do estado somente uma delas têm área/território definido formalmente, sendo todas as outras representadas pelo Instituto Palmares como um ponto de localização da comunidade em si, sem relacionar áreas ou superfícies territoriais agregadas à estas comunidades, ou seja, a delimitação e demarcação das comunidades quilombolas não está realizada oficialmente. O participante ressalta que todas as 4 comunidades são certificadas pela Fundação Palmares e inclusive a da Comunidade Quilombola ilha de São Vicente já tem reconhecimento formal. Questiona porque a ilha/Comunidade não aparece na apresentação. Outra participante registra que as RESEX também não aparecem. A explicação técnica dada pelo Sr. Valmir

Detzel baseia-se no fato de que as áreas menores que 5.000 ha não aparecem como zonas tendo em vista as limitações de escala estabelecidas para o ZEE-TO (1:250.000). Quanto à referida RESEX ele explicou que serão realizadas conferências sobre a falta da área indicada pela participante. Ele comentou, ainda, que a tabela de apresentação das RESEX, em multimídia, continha um erro, mas que no ZEE-TO as RESEX estavam contempladas.

Figura 3.34

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Os atores da oficina ainda indicaram que o município de Araguatins não tem terra indígena, nem tampouco o município de Santa Terezinha. A título de esclarecimento ressalta-se que há diferenças de base cartográfica da divisão municipal no estado, sendo que a base utilizada no ZEE-TO corresponde a oficialmente adotada pela SEPLAN-TO e, por outro lado, a base cartográfica de divisão municipal do IBGE apresenta algumas diferenças em relação à primeira, motivo que resulta a inclusão de ZETIs nos municípios citados pelos participantes.

Outro participante manifestou preocupação quanto à necessidade de discutir questão da Unidades de Conservação no Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Porque a visão geral quando há discussão no âmbito federal, há um leque aberto para falar sobre o tema, ao contrário das discussões no âmbito municipal. Há preocupações quanto a invasores nas RESEX, especialmente com atividades de fazendas. Perguntam o que acontecerá se na RESEX ficar com zoneamento de média conservação ambiental. O que vai acontecer com a Unidade de Conservação daqui a 10 anos? Não é que a visão de vocês esteja errada, é uma preocupação nossa que nós queremos ver ela ali no papel também, porque se estão falando de UC ela tem que ser tratada de fato como uma UC. A questão é tida como preocupante pelos participantes. O Sr. Valmir Detzel esclareceu que o ZEE-TO nas RESEX é previsto como Zona Especial de Uso Sustentável - ZEUS e que o zoneamento interno das RESEX compete ser realizado no plano de manejo/gestão.

O Sr. Francisco Bezerra de Souza, de Sampaio indica que na área do projeto Sampaio existe uma área desmatada e no entorno dela tem uma área de reserva, é uma área linda e ela também não aparece nos mapeamentos apresentados pelo ZEE-TO. Indica que essa área está com quase 300 pessoas dentro dela fazendo assentamento e o município hoje sofre muito com isso. O Sr. Valmir Detzel explica mais uma vez quanto a escala de mapeamento e zoneamento, indicando que o ZEE-TO tem função diretiva macro e que a escala de trabalho é restrita. As questões apontadas pelos participantes são mais afetas a planejamento regional ou mesmo a planos diretores municipais rurais.

A Sra. Raiane Pereira Leal, Secretária de Meio Ambiente de Santa Terezinha, indica a inconformidade da presença de terra indígena em seu município, solicitando correção.

O Sr. Eresmar Souza Lima, da Secretaria de Agricultura de Buriti solicita um esclarecimento sobre os critérios que foram utilizados, por exemplo, para definir a ZDI-2 e 3. Indica que a ZDI-3 tem muito mais áreas de rios, lagos essas coisas do que a ZDI-2. Quer saber esse critério utilizado. As explicações dos critérios foram novamente realizadas com mais detalhes para esclarecer as dúvidas.



A Sra. Maria Alci (Dona Nega), presidente da Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu pergunta sobre quais os projetos que o governo tem para preservar os babaçuais e garantir assim a subsistência dessas pessoas que buscam seu sustento no extrativismo do coco babaçu. O grupo técnico indica que os corredores propostos visam exatamente promover a conservação associada ao uso sustentável dos recursos naturais e isto constitui-se em política clara definida no ZEE-TO.

Outro participante solicita indicar se os municípios podem usar a mesma metodologia para o zoneamento em menor escala, escala municipal. O Sr. Valmir Detzel explica que é possível utilizar a metodologia similar, no entanto, ressalta que para zoneamentos municipais existem várias metodologias apropriadas. A metodologia utilizada para o ZEE-TO é complexa e estabelece análises que não são necessárias para um trabalho em áreas menores (municipais).

Outro participante solicita indicação sobre a construção da usina hidrelétrica de grande porte na região, indicando que os impactos serão enormes. Pergunta se o ZEE-TO está considerando este evento. Foi esclarecido que o ZEE-TO tem função de planejamento e considerou vários planos de governo, incluindo ações relacionadas a recursos hídricos e energia, no entanto, explica que o ZEE-TO não substitui as legislações ambientais destinadas ao licenciamento de empreendimentos potencialmente impactantes.

3.2.2.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos da Consulta Pública foram encerrados com a fala do Sr. Rodrigo Borges que indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após a finalização de todas as Consultas Públicas a partir de agosto.

Assim como na consulta anterior, o Sr. Rodrigo destacou que a equipe técnica de elaboração do ZEE-TO conta com as contribuições dos atores que podem ser encaminhadas por meio do site da SEPLAN-TO, em ficha específica para contribuições. Apresentou os canais de comunicação que poderiam ser acessados pelos atores interessados, assim como esclareceu que as cartilhas recebidas pelos participantes contém registros do site e dos telefones aptos a funcionar como meio de comunicação com a SEPLAN-TO. Em sua fala final, o Sr. Rodrigo agradeceu a todos e declarou a Consulta Pública de Augustinópolis formalmente encerrada.

3.2.3 CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA

A Consulta Pública de Araguaína foi realizada no Auditório Professor Jauro Studart Gurgel (Figura 3.35), situada na Rua 25 de Dezembro, 52, no loteamento Barros no dia 12 de julho de 2018.

Figura 3.35
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.2.3.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

A comunidade de Araguaína compareceu à Consulta Pública em número de 29 pessoas, sendo que os municípios representados foram os seguintes: Ananás (1 representante), Araguaína (14 representantes), Babaçulândia (3 representantes), Carmolândia (2 representantes), Darcinópolis (2 representantes), Nova Olinda (1 representante), Piraquê (2 representantes), Riachinho (1 representante), Santa Fé do Araguaia (1 representante), Xambioá (2 representantes). Os atores sociais participantes e os respectivos segmentos que representam estão apontados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4
AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
1	Adryelly Valadares de Moura Soares	Prefeitura	Governamental	Babaçulândia
2	Agest Bonival	Comitê de Bacias	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
3	Amaro J. dos Santos Neto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA	Governamental	Piraquê
4	Andreia Cristina Alves de Moura	Prefeitura	Governamental	Carmolândia
5	Ângelo Marzola Junior	Prefeitura	Governamental	Araguaína
6	Anibal Souza Neto	Prefeitura	Governamental	Araguaína
7	Artur Ângelo da Silva	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA	Governamental	Babaçulândia
8	Bruno Alves Inácio	Secretaria de Agricultura	Governamental	Xambioá
9	Domingos Alves da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Organização da Sociedade Civil	Darcinópolis
10	Francisco Alexandre Gomes	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Araguaína
11	Frederico Prado	Secretaria de Planejamento	Governamental	Araguaína
12	Jair Clarindo da Silva	Conselho Municipal de Saúde - CONSEIA	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
13	Joana Barbosa de Aguiar	Prefeitura	Governamental	Piraquê
14	José Ribamar Sousa	Prefeitura	Governamental	Babaçulândia
15	Josué Sousa Brito	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	Governamental	Araguaína
16	Lázaro Lemes da Silva	Secretaria Municipal de Meio Ambiente -	Governamental	Carmolândia



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
		SMMA		
17	Marcia Helena	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC	Governamental	Araguaína
18	Marivaldo Borges	Secretaria de Meio Ambiente - SEMA	Governamental	Xambioá
19	Mauro Alves dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Ananás
20	Natal Rodrigues Beto	Assentamento Levinha	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
21	Nelismar de Oliveira Dourado	Associação dos Produtores Rurais	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
22	Orialle A. C. Barbosa	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - SEDEMA	Governamental	Araguaína
23	Reginaldo Araújo Dourado	Associação dos Produtores Rurais - APROGLES	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
24	Rita Maria de Sousa	Assentamento Levinha	Organização da Sociedade Civil	Araguaína
25	Shesma Alves	Prefeitura	Governamental	Santa Fé do Araguaia
26	Valdemar Barbosa Barros	Associação Argrifate de Darcinópolis	Organização da Sociedade Civil	Darcinópolis
27	Valdivino Lorenço Filho	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA	Governamental	Riachinho
28	Victor Alves	Master Boi	Empresarial	Nova Olinda
29	Vinicius Aguiar	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Educação	Araguaína

Fonte:

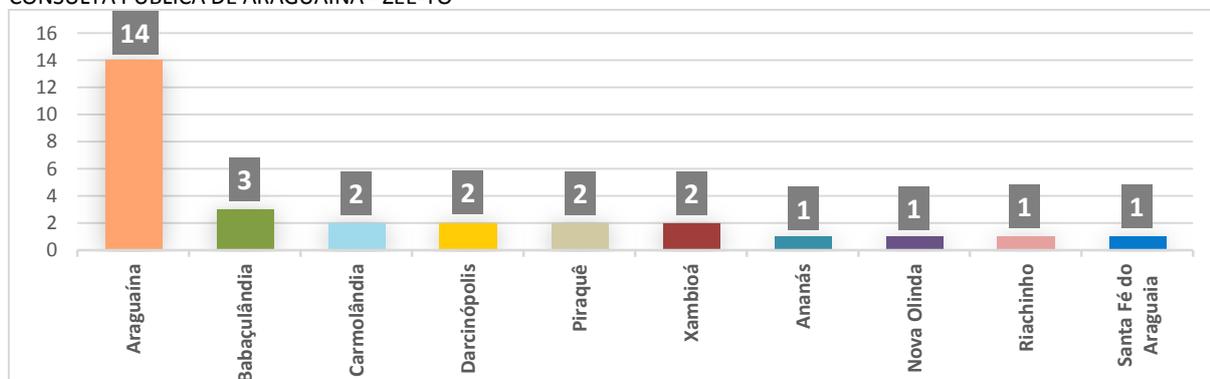
Elaborado pelo Autor, 2018.

A representatividade por município na Consulta Pública está representada na Figura 3.36, que apresenta uma representação gráfica das quantidades absolutas de atores por município de origem na Consulta Pública de Araguaína.

A Figura 3.37 apresenta uma representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade. E quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.38 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.36

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO

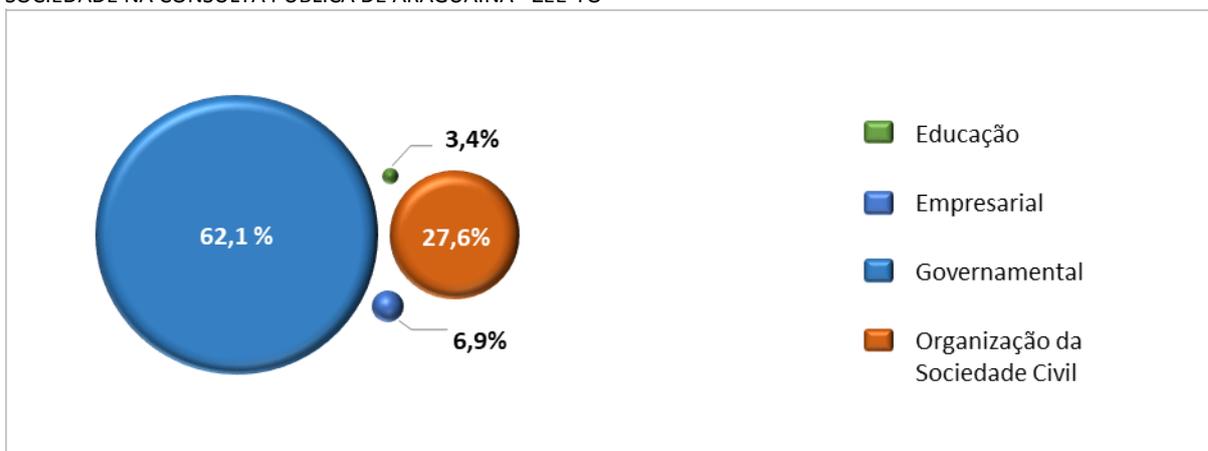


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.37

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO

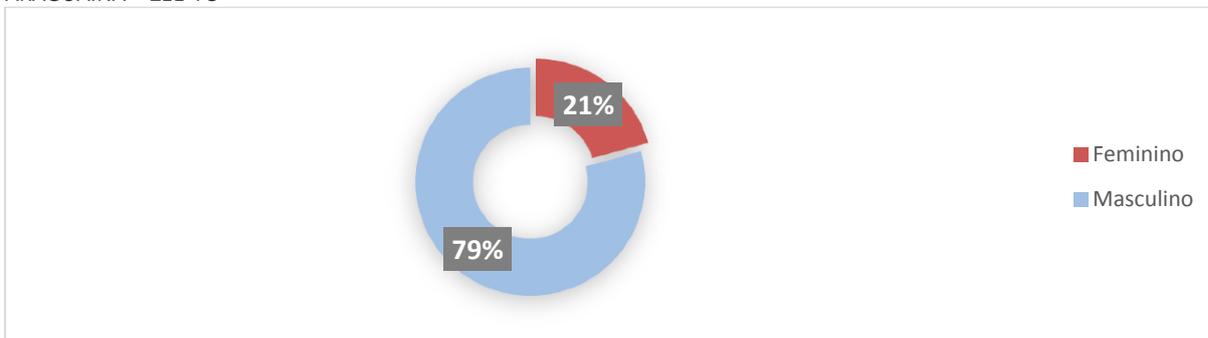


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.38

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.3.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A abertura da Consulta Pública de Araguaína foi realizada pelo Sr. Ângelo Marzola Júnior, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura de Araguaína que iniciou sua fala parabenizando a todos e seguiu seu discurso em favor do aumento de renda do pequeno agricultor. Destacou a realização e implementação de diversos programas municipais como o Programa de Agricultura e Pecuária, o Programa Compra Direta, o Programa do Microempreendedor Individual, o Serviço de Inspeção Municipal, entre outros. Indicou que o município está construindo o laticínio em favor da Cooperativa Valecoop, entre outros tantos. Destacou que o Zoneamento Ecológico Econômico é muito importante para o estado do Tocantins e manifestou interesse em discutir melhor a questão dos corredores propostos no ZEE-TO.

Os demais integrantes da mesa de honra, formada para a abertura do evento foram o Sr. Agrest Bonival, Presidente do Comitê de Bacias do Rio Corda e Lontra, que ressaltou o trabalho realizado pelo Sr. Ângelo Marzola e estabeleceu a disponibilidade do Comitê para a construção de um estado mais justo e melhor. Agradeceu a presença de todos e lamentou que o quórum presente não refletia a grandeza do evento. Os demais membros da mesa não quiseram se pronunciar.

A Figura 3.39 apresenta uma imagem da mesa composta para a abertura dos trabalhos.

Figura 3.39

IMAGEM DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

3.2.3.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Da mesma forma que os eventos anteriores, a proposta do Plano de Zoneamento e do Plano de Ação proposto para o ZEE-TO foi realizada a apresentação pelos Senhores Rodrigo Borges, da SEPLAN-TO e pelo Sr. Valmir Augusto Detzel do Consórcio Executor. O primeiro abordou sobre o enquadramento do ZEE-TO nas políticas federal e estadual, informando também um breve histórico sobre a construção do zoneamento no estado.

Com a palavra, o Sr. Valmir apresentou a abordagem de construção das propostas de ZEE-TO, indicando todas as características da proposta, conforme roteiro preestabelecido (Figura 3.40). Considerando a fala do Sr. Marzola, houve uma exposição mais longa da proposta de corredores, com explicações sobre a diferenciação da proposta em relação a corredores ecológicos ou de biodiversidade. Ou seja, foi dado destaque para o fato de que os corredores propostos no ZEE-TO constituem-se de áreas com maior limitação produtiva em função das características do meio físico e biológico e que essas propostas, portanto, destinam-se a aplicação de serviços ecossistêmicos associados a proteção da água e dos ambientes naturais. O Sr. Valmir destaca que a proposição de corredores, neste caso, difere dos corredores de biodiversidade mais restritivos.

Na sequência da exposição houve várias intervenções dos participantes, solicitando sanar dúvidas ou mesmo estabelecer sugestões. Um dos participantes indicou que a região nordeste do Ananás tem 70.000 ha com plantios de eucalipto com altíssima produção. Indicou que o ZEE-TO não levou em consideração o uso e ocupação e o uso econômico da região, porque estabeleceu para ela classificação como ZDI-2. Ressalta que há 800 empregos vinculados à indústria florestal em Ananás e região e que isto não pode ser desconsiderado. O Sr. Valmir esclareceu que a contribuição foi muito boa e que a equipe técnica fará análise sobre os aspectos considerados.

O município de Wanderlândia foi defendido pelos presentes, especialmente pelo Sr. Marzola. Comentou que o município de Wanderlândia é “sempre prejudicado” ressaltando que desde 1940 no mapeamento do IBGE foi registrada a região como Floresta Ombrófila Densa no mapa de tipologias florestais estabelecendo como consequência 80 % de reserva legal. Exalta que os investidores sentem dificuldade de estabelecer seus negócios no Tocantins, que perde para os estados vizinhos em termos de valor da terra (mais baratos no Pará e Maranhão) e em termos de qualidade dos solos e quantia de chuvas. Comenta sobre a necessidade de discutir os termos do ZEE-TO no sentido de rediscutir a reserva legal prevista na legislação federal. O Sr. Marzola questiona e exemplifica sobre diversos aspectos e pontos de visão relacionados a Amazônia Legal, competição entre estados, percentual de Reserva Legal, biomas e ecossistemas no Tocantins, SUDAM e incentivos fiscais, isenções tributárias para a agricultura, entre outros aspectos. Ressalta a diferença entre Amazônia Legal e Bioma Amazônia, afirmando que a exposição técnica não deixou isto claro. O Sr. Valmir agradece a contribuição e afirma que a equipe técnica sabe a diferença dos conceitos e legislação. Informa também que a Consulta Pública não tem o propósito de discutir alteração da legislação federal e agradece as

contribuições do Sr. Marzola, informando que serão consideradas em análises e ajustes posteriores do ZEE-TO.

Figura 3.40

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

O Sr. Marzola complementa informando que embora a lei federal estabeleça bases legais, são os estados que definem os biomas através do COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente. Criticou a ação do COEMA de colocar quase todos os municípios do Tocantins com previsão de 80 % de Reserva Legal, o que afugenta os investidores do estado. Defende que este índice deve ser rediscutido no âmbito estadual.

Os participantes manifestaram preocupação também com a necessidade de melhor esclarecer as diferenças de diretrizes entre as zonas de mesma classe, como por exemplo, a diferença entre ZDI-1 e ZDI-2. Preocupam-se que seja definido limite ambiental muito rigoroso a ponto de gerar ações de regulamentação excessivamente rígidas, exemplificando, o pedido de EIA/RIMA para licenciar pequenas propriedades. O Sr. Marzola propõe que a diferenciação de zonas seja clara em termos de limites de licenciamento ambiental, evitando generalizações ao estado que impeçam o desenvolvimento econômico.

O Sr. Marzola destaca que concorda com a ferramenta de zoneamento, indicando que o Tocantins está atrasado no tempo de conclusão do zoneamento, porém ressalta que o ZEE-TO deve ter abordagens que atraiam investimentos ao estado, evitando obter um produto somente bonito mas que não tenha praticidade neste sentido. Destaca a necessidade de uma abordagem estratégica ao estado.

O Sr. Marzola ainda comenta sobre as dificuldades que o produtor rural tem, citando o exemplo do frigorífico Master Boi. Indica que o estado exige uma licença ambiental “impossível de tirar” nas áreas definidas como corredores ecológicos (ver zoneamento do Norte do Tocantins, 2012). A falta de licenciamento do pequeno produtor rural impede a compra de gado pelas empresas, a exemplo da Master Boi, em função dos embargos de exportação. Manifesta preocupação com os corredores novamente.

Outra dúvida citada foi relativa a revisão do plano diretor municipal e a existência da APA das Nascentes em Araguaína. Comentou que foi realizado trabalho de planejamento territorial durante dois anos e que hoje percebem que algumas questões apontadas no Plano Diretor foram equivocadas. Manifesta preocupação que o ZEE-TO também estabeleça restrições ao desenvolvimento e que depois reflitam negativamente na economia do estado. Manifesta preocupação com os corredores propostos e as exigências que possam vir a prejudicar o desenvolvimento da agroindústria. Neste ponto o Sr. Valmir Detzel destaca mais uma vez que os propósitos dos chamados corredores apontados na proposta de ZEE-TO não são de estabelecer restrições, mas sim de estabelecer áreas prioritárias para o desenvolvimento de serviços ecossistêmicos. Informa que as restrições à ocupação de Áreas de Preservação Permanente correspondem à legislação federal apontada na

Lei Florestal nacional. Indica que uma das possibilidades seria a de mudar a denominação dos corredores do ZEE-TO.

O Sr. Mauro Alves dos Santos pergunta se o ZEE-TO vai interferir nos planos diretores municipais ou não. O Sr. Valmir Detzel explica que as escalas de trabalho são diferentes, sendo que o ZEE-TO tem escala mais macro, de 1:250.000 e que planos diretores tem escala mais próxima, normalmente de 1:50.000 ou maior, portanto a interferência do ZEE-TO restringe-se apenas ao estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento em níveis maiores. Explica que certamente a elaboração dos Planos Diretores deverá considerar o que está estabelecido no ZEE-TO, porém, resguardadas as diferenças de escalas de trabalho.

O Sr. José Ribamar Souza da prefeitura de Babaçulândia argumenta o porquê em termos estratégicos o ZEE-TO tem 70 % de foco no ecológico e somente 30 % no desenvolvimento econômico e industrial. Afirma que é por isto que os investidores estão se instalando no Maranhão. O Sr. Valmir Detzel discordou da afirmação e indica que esta interpretação está equivocada, porque a proposta apresentada para o zoneamento não têm o percentual de abordagem afirmado, muito pelo contrário. Esclarece que as abordagens das zonas ZDI e ZCE permitem perceber que o fomento ao desenvolvimento econômico é equilibrado ou mesmo superior ao fomento à proteção ambiental.

O Sr. Marzola novamente pede a palavra e explica sobre a questão do zoneamento. Indica que hoje, por exemplo, estão aprovando na câmara, em terceira votação, o zoneamento de uma área específica do município denominado o Complexo de Turismo e Negócio do Via Lago, que tem um regime tributário diferente, um regime de empreendedor diferente, pode mais coisa, é um regime diferenciado. Cita, também, a exemplo deste, que outros empreendimentos poderão ser desenvolvidos, relacionados a hotelaria, centros de convenção, shoppings e similares, indicando a possibilidade concreta de promover desenvolvimento. O Sr. Valmir Detzel explica que a adoção de ferramentas de incentivo fiscal em prol do desenvolvimento econômico industrial do município é ferramenta que pode ser adotada independentemente do que prevê o ZEE-TO. Esclarece mais uma vez as funções do ZEE-TO concordando que os exemplos citados pelo Sr. Marzola são completamente compatíveis com o proposto no zoneamento no dia de hoje.

O Sr. Anibal Souza Neto, da Diretoria de Agricultura de Araguaína pergunta se o ZEE-TO está incluindo as informações do CAR. O Sr. Valmir responde que sim, informando que o CAR foi disponibilizado pelo estado a tempo de incluir nas análises territoriais desenvolvidas para a proposta de ZEE-TO.

O Sr. Marzola sugere trocar o nome dos corredores propostos no ZEE-TO para “Zona de Proteção de Mananciais” dizendo que não há discriminatória e que é um nome bacana. O Sr. Valmir agradece as indicações informando que será feita análise sobre a proposta.

Figura 3.41

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.3.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Assim como no evento anterior os trabalhos da Consulta Pública foram encerrados com a fala do Sr. Rodrigo Borges que indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após a finalização de todas as Consultas Públicas a partir de agosto (Figura 3.42).

O Sr. Rodrigo destacou que a equipe técnica de elaboração do ZEE-TO conta com as contribuições dos atores que podem ser encaminhadas por meio do site da SEPLAN-TO, em ficha específica para contribuições. Apresentou os canais de comunicação que poderiam ser acessados pelos atores interessados, assim como esclareceu que as cartilhas recebidas pelos participantes contém registros do site e dos telefones aptos a funcionar como meio de comunicação com a SEPLAN-TO.

Em sua fala final, o Sr. Rodrigo Borges agradeceu a todos e declarou a Consulta Pública de Araguaína formalmente encerrada.

Figura 3.42

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.4 CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS

Em Colinas do Tocantins a Consulta Pública foi realizada no dia 17 de julho de 2018, no Auditório do Sindicato Rural da cidade (Figura 3.43).

Figura 3.43
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.2.4.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

O número de participantes na Consulta Pública de Colinas do Tocantins correspondeu a 18 pessoas, conforme demonstrado no Quadro 3.5 sendo que os municípios representados foram os seguintes: Arapoema (1 representante), Bernardo Sayão (1 representante), Brasilândia (1 representante), Colinas do Tocantins (12 representantes), Palmas (1 representante), Tupiratins (2 representantes). Os atores sociais participantes e os respectivos segmentos que representam estão apontados no Quadro 3.5.

Quadro 3.5
AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
1	Aldemir dos R. Alves	Secretaria Indústria e Comercio	Governamental	Colinas do Tocantins
2	Aldeni Batista Torres	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Colinas do Tocantins
3	Arielton Ferreira da S.	Secretaria de Saúde	Governamental	Tupiratins
4	Cassio Cambahuva Rufino	Associação de Apicultores de Colinas - Apiscicol	Organização da Sociedade Civil	Colinas do Tocantins
5	Constâncio A. D. Franco	Produtor Rural	Comunitário	Colinas do Tocantins
6	Divino Ferreira de Souza	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Brasilândia
7	Edivaldo de S. Galvão	Defesa Civil	Governamental	Colinas do Tocantins
8	Evandro R. Passarinho	Secretaria Municipal de Produção, Desenvolvimento e Meio Ambiente	Governamental	Colinas do Tocantins
9	Henrique Brum	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Colinas do Tocantins
10	Jocelino Ferreira Filho	Secretaria de Agricultura	Governamental	Tupiratins
11	José Luiz da C. Neto	Prefeitura	Governamental	Bernardo Sayão
12	Marcos Valério Soares	Vereador	Governamental	Colinas do Tocantins
13	Meire Mendes	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Colinas do Tocantins
14	Paulo de T. O. Pires	Secretaria Municipal de Produção, Desenvolvimento e Meio Ambiente	Governamental	Colinas do Tocantins
15	Renato Freitas Júnior	Sindicato Rural	Organização da Sociedade Civil	Arapoema
16	Rogério C. Alcântara	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Colinas do Tocantins



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
17	Rosilene Maria C. Reis	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Palmas
18	Wilma Feitosa	Associação Comercial e Industrial de Colina-Acicolinas	Organização da Sociedade Civil	Colinas do Tocantins

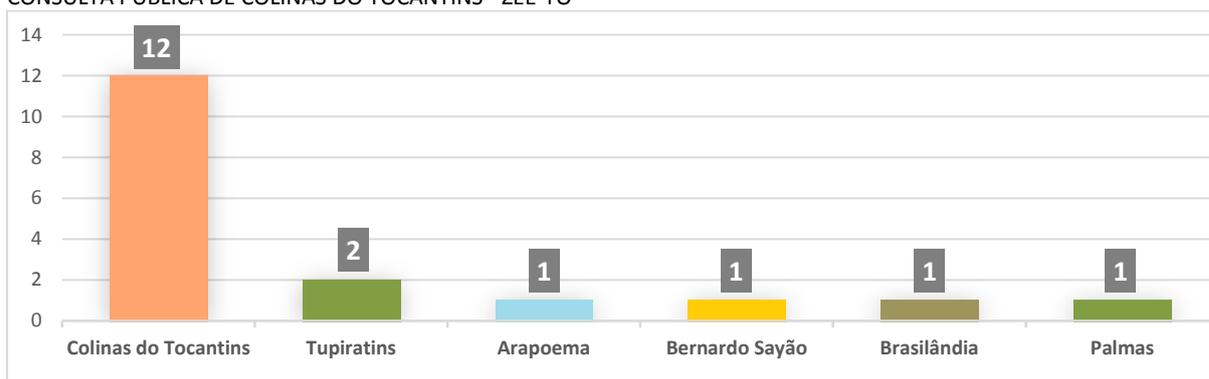
Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.44 apresenta a representatividade na Consulta Pública por município de origem dos participantes. A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.45 e quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.46 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.44

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO

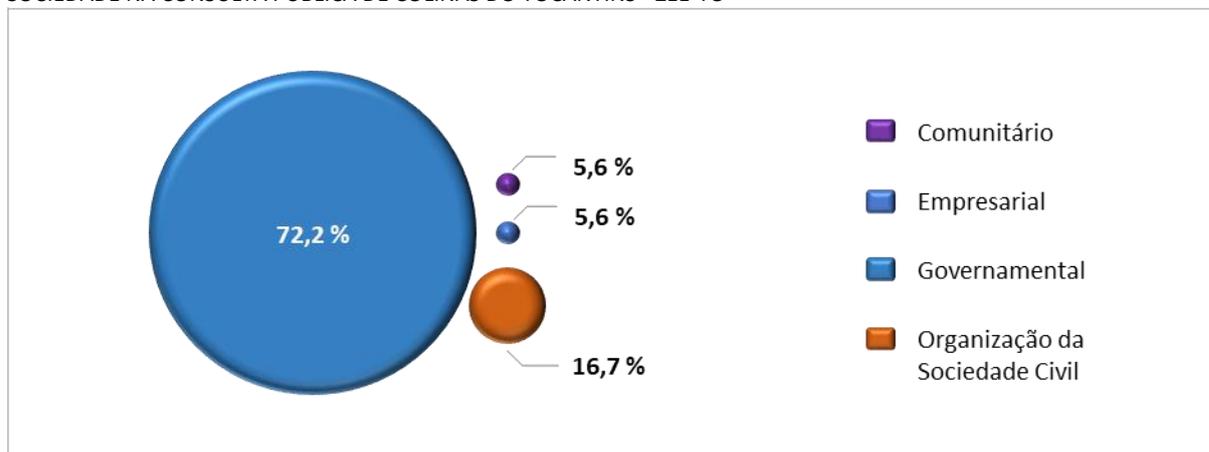


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.45

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO

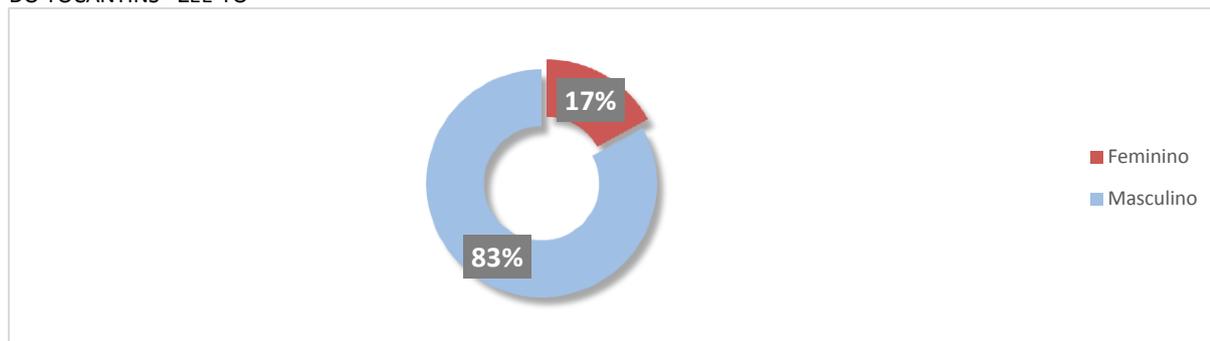


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.46

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO



Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.4.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

Uma mesa de honra foi formada para a abertura dos trabalhos, tendo sua formação composta pelo Sr. Ademir dos Reis Alves, Secretário de Indústria e Comércio de Colinas do Tocantins, representando a prefeitura da cidade, Sr. Marcos Valério Soares vereador de Colinas do Tocantins, Sr. Jocelino Ferreira Filho Secretário de Agricultura de Tupiratins, Sr. Aldeni Batista Torres do SEBRAE de Colinas do Tocantins e o Sr. Henrique Brum do Instituto Federal do Tocantins.

O Sr. Ademir, na condição de anfitrião, abre os trabalhos da Consulta Pública cumprimentando os presentes e agradecendo a todos. Realizou breve fala desejando um bom trabalho a todos destacando a importância do ZEE-TO para o planejamento da região. As falas dos demais membros da mesa seguiram linha similar, desejando a todos um excelente trabalho e informando quanto a importância do zoneamento para a região. Um comentário informando que a presença do pequeno público é derivada da época de realização da Consulta Pública que corresponde ao período de férias no estado.

Por parte da SEPLAN-TO o Sr. Rodrigo Borges deu as boas-vindas a todos e estabeleceu um esclarecimento de que a organização do ZEE-TO ficou limitada com o calendário no estado, tendo em vista o período de eleições extraordinárias realizadas no segundo trimestre do ano e a projeção de novas eleições cujo período de campanha se iniciará a partir de 15.08.2018. Tal calendário promoveu apenas uma “brecha” para a realização das Consultas no estado, restrita ao mês de julho, coincidindo com o período de férias. Há ciência da coordenação do ZEE-TO de que a realização das Consultas em outro período promoveria uma participação pública maior, no entanto as limitações provocadas pelo período eleitoral foram determinantes para o calendário do ZEE-TO.

3.2.4.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Logo após a abertura do evento, os participantes da mesa de honra foram convidados a se juntar à plenária para dar início a exposição técnica da proposta do Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do ZEE-TO. A exposição foi realizada à maneira preestabelecida, com a apresentação pelos Senhores Rodrigo Borges, da SEPLAN-TO e pelo Sr. Valmir Augusto Detzel do Consórcio Executor (Figura 3.47).

O Sr. Rodrigo Borges apresentou o enquadramento do ZEE-TO nas legislações federal e estadual e estabeleceu um breve histórico do zoneamento no estado, indicando os movimentos realizados pela SEPLAN-TO desde 2011, ocasião em que realizaram o Zoneamento do Norte do Estado do Tocantins na condição de piloto (Figura 3.48). Finalizou sua parte da apresentação indicando os conceitos aplicados para o zoneamento e as obrigações que o estado tem em relação ao Ministério do Meio Ambiente, seguindo a legislação federal, devendo apresentar o zoneamento à Comissão Nacional do Zoneamento Ecológico Econômico. O Sr. Valmir Detzel, seguiu com a apresentação técnica apoiado pela exposição multimídia (Apêndice N) e seguindo o roteiro predefinido. Indicou o histórico do processo de construção do ZEE-TO, a lógica de construção, as etapas de trabalho e detalhou a proposta de zoneamento propriamente dito, assim como detalhou as propostas de políticas, programas e projetos vinculados ao Plano de Ação do Zoneamento.

Figura 3.47

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO



Fonte:

Registros do Autor, 2018.

Figura 3.48

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Durante a apresentação das Zonas de Consolidação Estratégica, um dos participantes questionou a ausência das tabelas que estavam presentes na apresentação na cartilha. O Sr. Valmir Detzel ressalta que a apresentação é uma breve explanação do produto e para o acesso de todas as informações é possível fazer o download do documento completo e assim analisá-lo, indicar complementações e retificações para melhoria do produto final.

O Sr. Cassio Cambahuva Rufino, da APISCICOL indica que é sabido que o estado tem uma dificuldade muito grande no licenciamento ambiental de barragens, quer seja para sustento e armazenagem de água, quer seja para criação de peixes. Pergunta se o ZEE-TO indicando uma zona específica para isso ou se há previsão de alguma diretriz específica. O Sr. Valmir esclarece que o ZEE-TO não realiza indicações neste sentido de maneira específica, embora trate de recursos hídricos com diretrizes de ação para cada zona. Acrescenta que o ZEE-TO não é ferramenta que substitui a legislação e normas de licenciamento ambiental, sendo instrumento de fomento ao desenvolvimento e ordenamento territorial em escala mais macro.



Outro participante informou que sentiu dificuldade de estabelecer diferença entre as ZCE e as ZDI, parece que em ambos os casos então tentando fazer um alinhamento que consiga conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, porém as diferenças não são claras. O Sr. Valmir Detzel apresenta slide e informa as diferenças entre as ZCE e ZDI, indicando que elas se apresentam em uma escala que vai da diretrizes para maior conservação (ZDI-1, ZDI-2, ZDI-3 e ZDI4, nesta ordem) para a de maior desenvolvimento (ZCE-4, ZCE-3 ZCE-2 e ZCE-1, nesta ordem). Admite que as diretrizes precisam ser melhor trabalhadas de maneira a eliminar algumas subjetividades do texto definidor das diretrizes e refinar melhor as diferenças entre cada zona, justificando que este é um trabalho posterior às Consultas Públicas.

O Sr. Divino Ferreira de Souza, da prefeitura de Brasilândia, informa que não tem dúvidas iniciando fala de agradecimento e congratulações pelo trabalho, afirmando que a proposta do Plano é bem elaborada e está muito bem explanada. O Sr. Jocelino Ferreira Filho, da Secretaria de Agricultura define que a equipe técnica do ZEE-TO demonstrou competência e parabenizou pelos trabalhos realizados, indicando que gostou do que viu e percebeu que o plano é bem elaborado. Proferiu a frase “Parabéns Tocantins pela ação que o futuro nos espera”.

O Sr. Renato Freitas Junior do Sindicato Rural realiza “pergunta que não quer calar”. A região administrativa de Colinas do Tocantins terá qual reserva legal. O Sr. Valmir estabelece esclarecimento de que o ZEE-TO não abordará alteração da Reserva Legal prevista na lei federal. Indica que embora o ZEE-TO pudesse prever alteração da RL inicialmente, há um indicativo de que o prazo para estabelecer esta alteração já se expirou, conforme previsto na nova Lei Florestal brasileira.

O Sr. Marcos Valério Soares da Câmara de Vereadores de Colinas perguntou sobre os corredores naturais propostos no ZEE-TO, solicitando esclarecimento sobre os critérios para sua definição. O Sr. Valmir estabeleceu esclarecimento sobre os critérios e procedimentos definidores dos corredores. Esclareceu também que o propósito dos corredores é de estabelecer áreas prioritárias para a aplicação de serviços ecossistêmicos especialmente relacionados a proteção dos recursos hídricos, sem descartar outros. Indicou também que o nome “corredores naturais” será alterado, para não gerar confusão com corredores biológicos e para propiciar melhores condições de aceitação do conceito defendido pelos técnicos do ZEE-TO.

O Sr. Evandro Passarinho, Diretor de Agricultura de Colinas, parabenizou pelo trabalho desenvolvido e indica que o que foi apresentado é uma radiografia da região administrativa de Colinas. Destaca que os aspectos abordados há muito tem sido discutidos em diversos fóruns regionais, tratando da necessidade de industrialização dos municípios para gerar emprego e renda para a população. Observa que a região tem potencial e que muitas áreas poderão ter desenvolvimento consolidado a partir das diretrizes trazidas pelo ZEE-TO. Defende uma melhor representação política da região nos fóruns estadual e federal, dizendo que a representação política está concentrada com o Sul do estado. Indica também em sua fala que o ZEE-TO traz uma caracterização da região de Colinas muito útil para produzir o informação aos gestores e aos investidores. Informa que a região tem potencialidades relacionadas aos rios Araguaia e Tocantins, a proximidade da BR 153, da ferrovia e o potencial dos solos. Informou a todos que a região tem 188.000 ha de produção agrícola que resultou em 9 milhões de sacos de soja produzidos na última safra. Com o trabalho do ZEE-TO sendo aprovado, certamente haverá uma fonte segura de dados de importância para que os municípios possam orientar sobre o potencial da região aos investidores interessados. Destaca os municípios de Pau d’Arco que é longe e isolado mas apresenta potencialidade, porque tem terras férteis. Arapoema também têm terras boas, Bandeirantes, Juarina, Bernardo Sayão, Couto Magalhães todos esses municípios estão dentro da parte administrativa de Colinas e tendem a ser beneficiados com o trabalho do ZEE-TO. Agradece a todos pela oportunidade de conhecer o trabalho.

3.2.4.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos da Consulta Pública foram finalizados com a fala do Sr. Rodrigo Borges que indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após a finalização de todas as Consultas Públicas a partir de agosto.

O Sr. Rodrigo destacou as possibilidades de contribuições aos participantes, indicando os canais de comunicação com a SEPLAN-TO. Apresentou a ficha específica para emissão de questionamentos e contribuições ao longo do tempo, informando o prazo limite para manifestações (30.08.2018) e ao final, agradeceu a todos declarando a Consulta Pública de Colinas do Tocantins formalmente encerrada (Figura 3.49).

Figura 3.49
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.5 CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO

A Consulta Pública de Pedro Afonso foi realizada no Auditório da Prefeitura Municipal no dia 19 de julho de 2018 (Figura 3.50).

Figura 3.50
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.5.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

Em Pedro Afonso a representatividade da sociedade foi de 43 representantes (Quadro 3.6) que, adicionados dos 5 técnicos vinculados aos trabalhos de elaboração do ZEE-TO, somaram 48 participantes no evento. Os municípios representados foram os seguintes: Colméia (2 representantes), Dois Irmãos do Tocantins (3),



Fortaleza do Tabocão (3), Guaraí (6), Miranorte (3), Palmas (2), Pedro Afonso (19), Rio dos Bois (4), Tupirama (1).

Quadro 3.6

AÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIOS
1	Adelino Dantas Gonzaga	Comunidade Local	Comunitário	Pedro Afonso
2	Albino Mazzola	Secretaria de Agricultura	Governamental	Pedro Afonso
3	Alessandro José da Silva	Prefeitura	Governamental	Guaraí
4	Almerinda R. de S. Neves	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
5	Ana Paula S. de Almeida	Secretaria de Agricultura	Governamental	Guaraí
6	Antônio Cesareo de Oliveira	Secretaria de Agricultura	Governamental	Miranorte
7	Antônio Neto Gomes	Secretaria de Meio Ambiente e Comércio	Governamental	Colmeia
8	Benedito M. Medeiros	Secretaria de Agricultura	Governamental	Pedro Afonso
9	Carlos José Ferreira	Vigilância Sanitária	Governamental	Miranorte
10	Claudiomar P. da Silva	Secretaria de Agricultura	Governamental	Rio dos Bois
11	Eliane Ferreira dos Santos	Prefeitura	Governamental	Pedro Afonso
12	Elton Melo Batista	Diretor de Agricultura	Governamental	Fortaleza do Tabocão
13	Emerson Castro da Silva	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Obras	Governamental	Dois Irmãos do Tocantins
14	Francisco de Assis A. Carneiro	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
15	Francisco Mauricio Alves Francelino	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Comunitário	Pedro Afonso
16	Gil Hermes Ferreira Pires	Comunidade Local	Governamental	Rio dos Bois
17	Gleicimar A. de Souza	Câmara Municipal de Rio dos Bois	Governamental	Miranorte
18	Guilherme da Silva Bandeira	Prefeitura	Governamental	Pedro Afonso
19	Henrique Vieira Lopes	Prefeitura	Governamental	Colmeia
20	Iago Sousa Gomes	Prefeitura	Governamental	Dois Irmãos do Tocantins
21	Isabela Cristina E. N. Oliveira	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
22	Jailson dos Santos Costa	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Pedro Afonso
23	João Mendes Araújo	Prefeitura	Governamental	Dois Irmãos do Tocantins
24	José Pereira da Silva	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Governamental	Tupirama
25	Josefa Alves da Silva	Comunidade Local	Comunitário	Pedro Afonso
26	Kleibene Pereira Rodrigues	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Pedro Afonso
27	Lanucia Campos Ferreira	Prefeitura	Governamental	Pedro Afonso
28	Marcelo Albino de Souza	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Governamental	Guaraí
29	Nanashara Gomes Arrais	Secretaria de Agricultura	Governamental	Pedro Afonso
30	Nilva Lengert Goehgen	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
31	Oliane Sanches	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Fortaleza do Tabocão
32	Olívio Francisco dos Santos	Prefeitura	Governamental	Rio dos Bois
33	Pascoalina S. Wosicikosky	Prefeitura	Governamental	Guaraí
34	Peterson Lima Ferreira	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
35	Rafaela Mariene Teza Mazzola	Jornalista	Comunitário	Palmas
36	Roberto Carlos P. Fragoso	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Rio dos Bois
37	Rosângela F. Pires	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Pedro Afonso
38	Rosicléia Alves R. Farias	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Fortaleza do Tabocão
39	Rosilene Maria C. Reis	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Palmas
40	Rosimeire Vieira Abreu	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Obras	Governamental	Pedro Afonso
41	Sara Vargas de Macedo	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Guaraí
42	Vinícius Santos Tavares	Secretaria Extraordinária	Governamental	Pedro Afonso
43	Wanderlan Dora da Silva	Diretoria Regional de Educação	Governamental	Guaraí

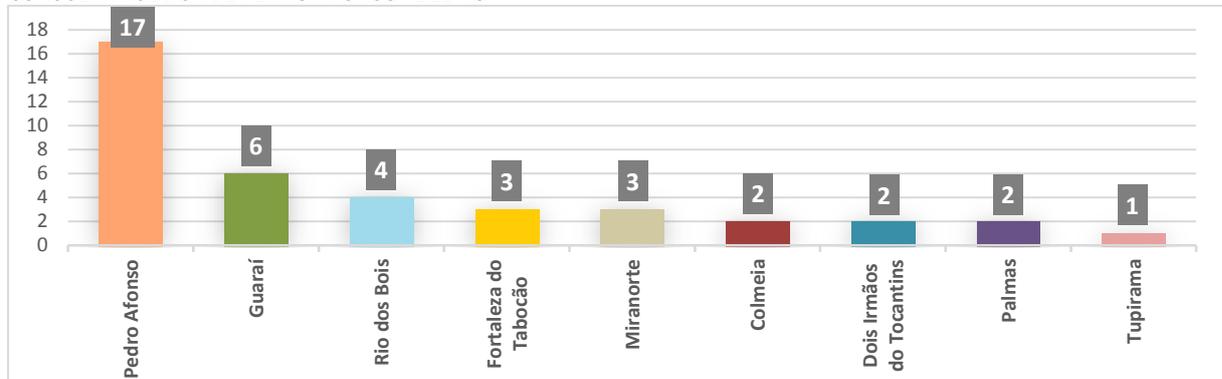
Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.51 apresenta a representatividade na Consulta Pública de Pedro Afonso por município de origem dos participantes.

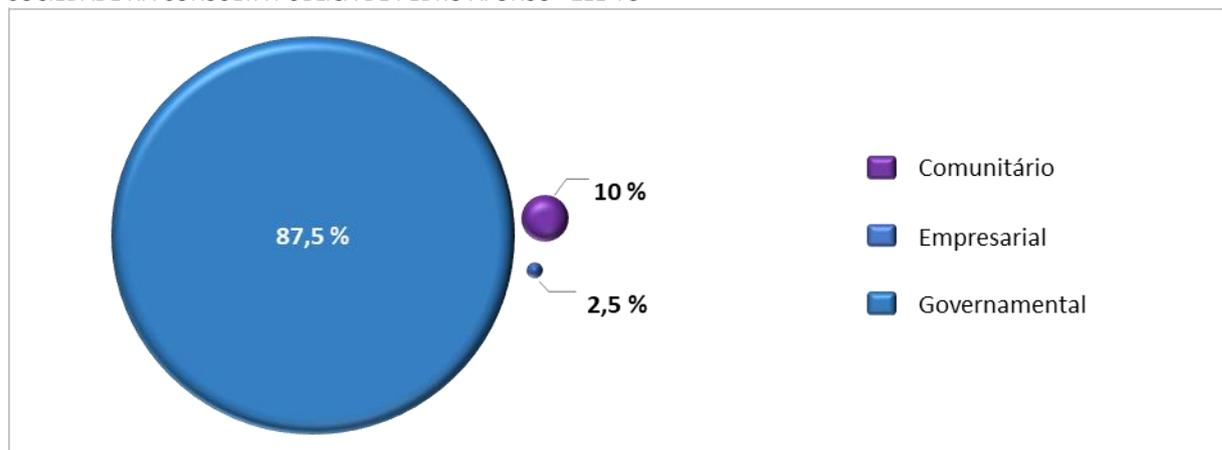
A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.52 e quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.53 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceram na Consulta Pública.

Figura 3.51
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



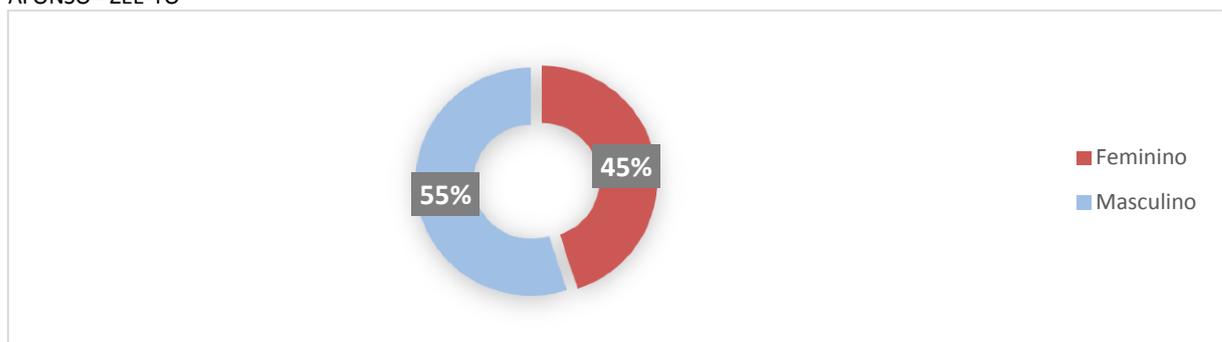
Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.52
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.53
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.5.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A abertura dos trabalhos em Pedro Afonso contou com a formação de uma mesa de honra onde o Sr. Peterson Lima Ferreira, Secretário de Meio Ambiente do município presidiu a mesa representando o município anfitrião. Os demais representantes que compuseram a mesa foram o Sr. Roberto Carlos Frago, Secretário de Meio Ambiente de Rio dos Bois, a Sra. Sara Vargas de Macedo, analista do SEBRAE, o Sr. Claudiomar Pereira da Silva, Secretário de Agricultura de Rio dos Bois, o Sr. Albino Mazzola, Secretário de Agricultura de Pedro Afonso e o Sr. Gleicimar A. de Souza Presidente da Câmara de Rio dos Bois.

O Senhor Peterson fez a abertura oficial dos trabalhos e em sua fala apontou que o ZEE-TO tem fundamental papel para a sociedade e para a região, considerando o seu papel de formular políticas públicas. Em uma fala curta desejou a todos um bom trabalho na tarde do evento, agradecendo a presença de todos os técnicos e participantes. O Sr. Gleicimar agradece a todos pela participação e corrobora as palavras do presidente da mesa ressaltando a importância do ZEE-TO para a região. O Sr. Albino Mazzola salienta a importância de que todos participem para construir ideias e proferir sugestões, agradecendo a oportunidade dada pela SEPLAN-TO de realizar o evento com vistas a participação pública.

3.2.5.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Os participantes da mesa de honra foram convidados a se juntar à plenária para dar seguimento ao rito de apresentação técnica do ZEE-TO (Figura 3.54).

O Sr. Rodrigo Borges iniciou a apresentação com a exposição sobre o enquadramento do ZEE-TO perante as legislações federal e estadual. Indicou todo o histórico do zoneamento no estado, que passou por diversas etapas desde 2012 quando foi oficializado o Zoneamento do Norte do Tocantins na condição de piloto. Entre 2012 e 2015 foram realizados preparativos para a contratação de serviços objetivando a elaboração do ZEE para todo o estado, culminando com a contratação do Consórcio Executor.

Figura 3.54

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Destacou os conceitos utilizados, os passos a cumprir perante a administração estadual e a Assembleia Legislativa do Tocantins, assim como os passos perante o Ministério do Meio Ambiente. Finalizou sua fala clamando a todos a contribuir com sugestões, críticas e considerações à proposta que seria apresentada na sequência.

O Sr. Valmir Augusto Detzel, do Consórcio Executor, deu sequência à apresentação técnica, com o apoio de multimídia, apontando todos os aspectos e elementos construídos no ZEE-TO até o momento (Figura 3.55). Explanou um breve histórico do processo, indicando os produtos já entregues e disponibilizados no site da SEPLAN-TO, assim como estabeleceu detalhamento de como a proposta de zoneamento foi elaborada passo a passo. Apresentou a proposta do Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e a proposta do Plano de

Ação do Zoneamento em detalhes, para que todos tivessem embasamento para as discussões que viriam a seguir. Indicou também que uma síntese da proposta de zoneamento poderia ser encontrada nas duas cartilhas que todos receberam no momento da inscrição, dentro do envelope entregue pela equipe de organização.

Figura 3.55

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Após finalizar a exposição, foi aberto o período de perguntas iniciadas pelo Sr. Olívio Francisco dos Santos, da Prefeitura de Rio dos Bois, que reconheceu a qualidade do trabalho realizado no ZEE-TO, afirmando que no início muitas perguntas foram surgindo, todavia esclarecidas ao longo da apresentação. Destacou que resta apenas a contribuição do governo em executar o plano, destacando a viabilidade do ZEE-TO.

Rosângela F. Pires, Secretária de Meio Ambiente, questiona sobre as ZETIs indicando que são derivadas de leis federais e pergunta como foram feitas as delimitações das áreas indígenas. Pergunta também sobre como as lavouras vizinhas aos cursos-d'água serão tratadas no ZEE-TO considerando o uso do recurso hídrico para abastecimento humano. O Sr. Valmir Detzel esclarece os dois questionamentos, sendo o primeiro respondido com a explicação de que as terras indígenas possuem delimitação definida pelo governo federal e o ZEE-TO incorporou estas delimitações cada uma como ZETI. Quanto a lavouras no entorno de cursos-d'água, foi explicado que a legislação federal já define Áreas de Preservação Permanente - APP, porém indica que o ZEE-TO propõe exatamente a constituição de áreas destinadas a serviços ecossistêmicos relacionados à proteção de mananciais.

O Sr. Iago de Souza, da Prefeitura de Colméia questiona se a aplicação do ZEE-TO irá implicar em aumento de impostos e se haverá isenções ou incentivos previstos relacionadas a sistemas tais como ICMS ecológico. O Sr. Valmir indica que o ZEE-TO não trata de isenções ou incentivos fiscais diretamente, posto que este tema é relacionado a outra esfera de decisão. A proposição de corredores naturais (cujo nome será alterado posteriormente) estabelece diretrizes para as áreas prioritárias para a implantação de serviços ecossistêmicos de forma geral, mas que o ZEE-TO não detalhará os programas especificamente, sendo esta uma tarefa a ser realizada posteriormente em derivação das indicações do zoneamento. O estabelecimento de serviços ecossistêmicos poderá pressupor incentivos ou isenções mas a definição sobre isto caberá ao detalhamento de cada projeto a ser elaborado no futuro.

O Sr. Carlos José Ferreira, da Vigilância Sanitária de Miranorte fez colocação referente aos cursos-d'água e destaca a importância do planejamento do ZEE-TO ter sido realizada para 20 anos.

O Sr. Peterson Lima Ferreira menciona que como Sec. de Meio Ambiente a experiência foi muito gratificante, pois pode perceber o interesse e preocupação da sociedade em debater os limites do estado. Complementa que o poder público deve fiscalizar, assim como a sociedade civil deve ter consciência que o ZEE-TO é um projeto para todos. Reforça que o projeto de ZEE-TO está sendo um trabalho excelente, no qual necessita que o poder público coloque-o em prática e fiscalize-o. Bem como usuários, toda a sociedade deve fiscalizar e acompanhar todo o processo de desenvolvimento, para que o projeto possa funcionar, não deixando apenas nas mãos do poder público. Por fim, agradece a todos pela participação e o interesse em contribuir para o

zoneamento, reconhecendo também o trabalho dos técnicos e gestores do projeto, reforçando que a apresentação foi muito esclarecedora.

Figura 3.56

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO MOMENTO DE COLETA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.5.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Mais uma vez os trabalhos da Consulta Pública foram finalizados com a fala do Sr. Rodrigo Borges que destacou a importância de que todos os convidados emitam e encaminhem suas contribuições sobre a proposta apresentada até o limite de 30.08.2018. Indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após a finalização de todas as Consultas Públicas a partir de agosto. Ao final agradeceu a todos e declarou a Consulta Pública de Pedro Afonso formalmente encerrada (Figura 3.57).

Figura 3.57

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.6 CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI

A Consulta Pública de Gurupi foi realizada no Auditório do SESC Nacional de Gurupi no dia 19 de julho de 2018 situado à Rua D, Qd 10, Lts 1 a 5, nº 109, St - Eng. Waldir Lins (Figura 3.58).

Figura 3.58

IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO.



Fonte:
Registros do Autor, 2018.

3.2.6.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

Em Gurupi a representatividade da sociedade foi de 22 representantes (Quadro 3.7), que, adicionados dos 5 técnicos vinculados aos trabalhos de elaboração do ZEE-TO, somaram 27 participantes no evento. Os municípios representados foram os seguintes: Aliança do Tocantins (3 representantes), Cariri (1), Crixás (3), Figueirópolis (1), Formoso do Araguaia (1), Formoso do Araguaia (1), Gurupi (11), Peixes (2).

Quadro 3.7

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
1	Adenevaldo da Silva Machado	Prefeitura	Governamental	Figueirópolis
2	Asafe Santa Barbara Gomes	Prefeitura	Governamental	Gurupi
3	Cid José Silva Pires	Prefeitura	Governamental	Peixe
4	Davi Pereira de Abrantes	Diretoria Regional de Ensino	Governamental	Gurupi
5	Dorian dos Santos Ribeiro	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Gurupi
6	Edileuza Nonata	Prefeitura	Governamental	Crixás do Tocantins
7	Emília Maria Pereira Pinto	Diretoria Regional de Ensino	Governamental	Gurupi
8	Fernando Scotta	Prefeitura	Governamental	Gurupi
9	João Rodrigues F. Neto	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Crixás do Tocantins
10	João Victor R. F. Cruz	Comunidade Local	Comunitário	Crixás do Tocantins
11	José Tavares de Oliveira	Prefeitura	Governamental	Aliança do Tocantins
12	José Vieira Jucá	Prefeitura	Governamental	Cariri do Tocantins
13	Kárita Carneiro Pereira Scotta	Centro Universitário de Gurupi - UNIRG	Educação	Gurupi
14	Letícia Silva Marine	Prefeitura	Governamental	Gurupi
15	Lizandra Pereira Vasconcelos	Comunidade Local	Comunitário	Gurupi



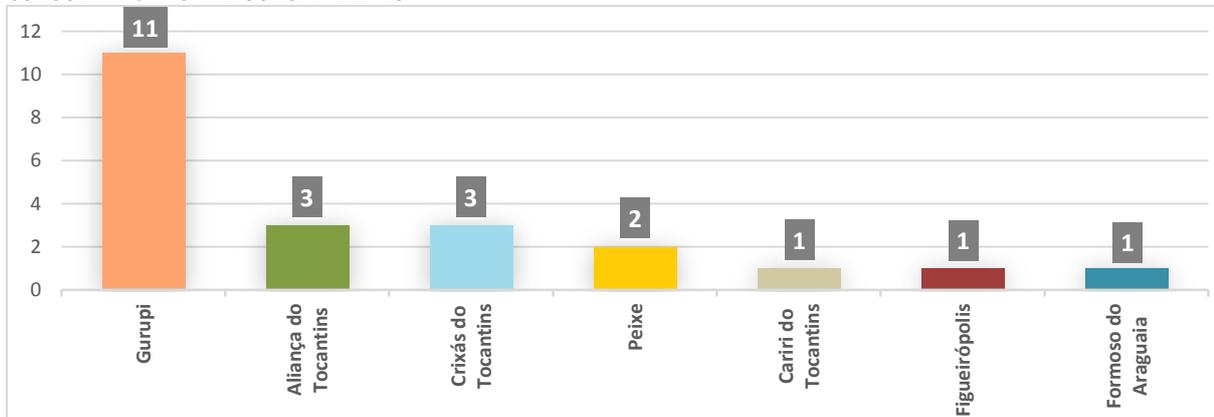
	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIO
16	Lucas Pereira de Araújo	Comunidade Local	Comunitário	Gurupi
17	Maria Luzia Moreira Lima	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Peixe
18	Marilene Alves Ramos Dias	Prefeitura - Meio Ambiente	Governamental	Gurupi
19	Mateus Rodrigues da Cunha	Prefeitura	Governamental	Gurupi
20	Waltamy Alves Sobrinho	Prefeitura	Governamental	Formoso do Araguaia
21	Weldimar S. Miranda	Prefeitura	Governamental	Aliança do Tocantins
22	Zuliama Monteis Cirqueira	Secretaria de Educação	Governamental	Aliança do Tocantins

Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.59 apresenta a representatividade na Consulta Pública de Gurupi por município de origem dos participantes.

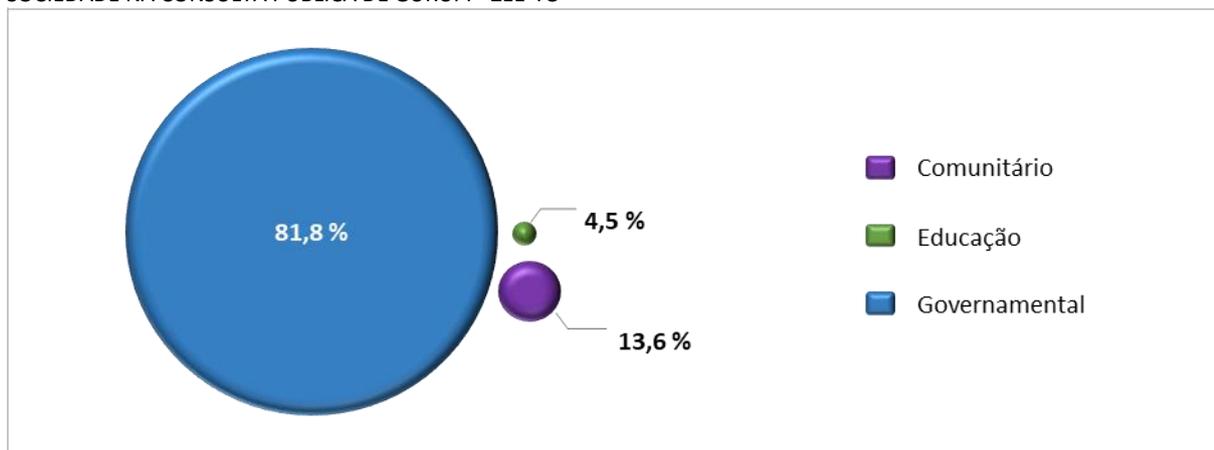
A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.60 e quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.61 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.59
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO



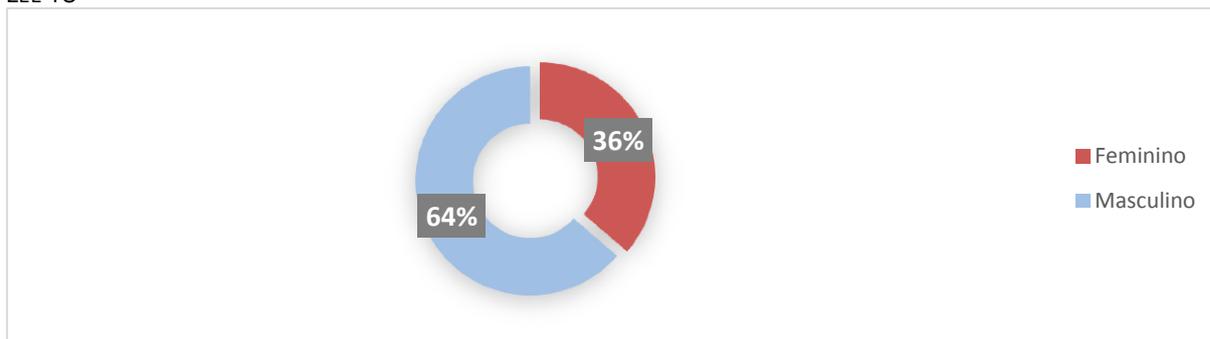
Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.60
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.61
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.6.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

Na ausência de uma mesa, no caso de Gurupi foi montada uma frente de honra destinada a propiciar a solenidade de abertura do evento. Nela participaram o Sr. Fernando Scotta, Secretário Municipal de Produção, Cooperativismo e Meio Ambiente do município anfitrião, o Sr. João Rodrigues Neto, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Crixás do Tocantins, o Sr. Davi Abranges Diretor Regional de Ensino de Gurupi, a Sra. Kárita Carneiro, representando a Fundação UNIRG e o Sr. José Tavares, Prefeito de Aliança do Tocantins na condição de presidente da frente de honra.

O Sr. José Tavares iniciou desejando uma boa tarde a todos e fez a abertura oficial do evento, destacando que planejamento é fundamental para os gestores públicos. Comenta que é necessário saber o que fazer, como fazer e onde fazer. Indica que somente através de encontros como os deste evento estabelecem-se oportunidades de trocas de informações e obtenção de conhecimentos adequados para que se possam traçar planejamentos objetivando o desenvolvimento do estado, municípios e bem estar para a população. Com isso, indica que todos estão presentes participando com muita satisfação e que tem a certeza que todos irão aprender muito, principalmente as representações de municípios pequenos que tem uma necessidade muito grande desses conhecimentos técnicos e específicos sobre desenvolvimento sustentável, que é uma coisa importante. Indica que é necessário usar os meios que a natureza oferece, mas também que as gerações futuras devem também ter recursos disponíveis para utilizar o que indica a necessidade de uso sustentável dos recursos. Ressalta a satisfação em estar presente, agradece e parabeniza o Governo do Estado pela iniciativa e que com certeza irá produzir bons conhecimentos e resultados para a população.

A Sra. Kárita Carneiro indica a satisfação estar presente e poder contribuir de alguma forma com a apresentação desse planejamento, do Zoneamento Ecológico Econômico, que é um instrumento muito importante da Política Nacional do Meio Ambiente, indicando que desde a década de 1980 se fala muito desse instrumento. E representando a Unirg instituição educacional da cidade de Gurupi, será um prazer contribuir de alguma forma no planejamento e na construção desses produtos técnicos, que visam a construção, o planejamento dentro das regiões, os potenciais econômicos em consonância com o desenvolvimento sustentável de todo o estado.

O Sr. Fernando Scotta agradece o convite da SEPLAN e parabeniza desde já em nome da prefeitura municipal de Gurupi, em nome do prefeito Laurez Moreira, essa bela iniciativa da SEPLAN-TO que já é um passo muito importante em um estado com vocação agropecuária. O trabalho do zoneamento é extremamente importante para haver o desenvolvimento do estado, mas de uma maneira sustentável de uma maneira que possa permitir a preservação de suas reservas, aproveitando melhor o potencial hídrico e dos solos da região. Em nome da nossa Secretaria de Produção, Meio Ambiente e Cooperativismo agradece a presença de todas as autoridades, técnicos e também em especial da Diretoria de Meio Ambiente que também está presente exaltando o bom trabalho que vem realizando. Deseja uma tarde de trabalho produtivo a todos.

3.2.6.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Os participantes da frente de honra foram convidados a se juntar à plenária para dar seguimento ao rito de apresentação técnica do ZEE-TO. Assim como nas outras ocasiões o Sr. Rodrigo Borges iniciou a apresentação com a exposição sobre o enquadramento do ZEE-TO perante as legislações federal e estadual. Destacou os conceitos utilizados, os passos a cumprir perante a administração estadual e a Assembleia Legislativa do Tocantins, assim como os passos perante o Ministério do Meio Ambiente.

Finalizou sua fala conclamando a todos a contribuir com sugestões, críticas e considerações à proposta que seria apresentada na sequência.

O Sr. Valmir Augusto Detzel, fez a apresentação técnica da proposta do Plano de Zoneamento do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento com o apoio de multimídia, destacando todos os aspectos e elementos construídos no ZEE-TO até o momento (Figura 3.62). Realizou logo de início um breve histórico do processo, indicando os produtos já entregues e disponibilizados no site da SEPLAN-TO, assim como estabeleceu detalhamento da proposta de zoneamento passo a passo. Apresentou a proposta do Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e a proposta do Plano de Ação do Zoneamento em detalhes, para que todos tivessem embasamento para as discussões que viriam a seguir.

Registra-se que o quórum da Consulta Pública de Gurupi foi o menor de todas as consultas públicas realizadas. Por isto o número de inserções e comentários dos participantes foi reduzido.

As intervenções foram praticamente todas realizadas no sentido de parabenizar a equipe de construção do ZEE-TO indicando a excelência do trabalho realizado.

Figura 3.62

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Houve um questionamento sobre os recursos hídricos e a abordagem realizada pelo ZEE-TO, solicitando melhor explicação de como os planos de bacias hidrográficas foram abordados no planejamento realizado. O Sr. Valmir Detzel explicou que a questão dos recursos hídricos foi considerada de maneira muito sólida no zoneamento, especialmente porque há ciência de déficit hídrico em várias regiões do estado. No caso da porção sul do estado sabe-se que há falta de água sistematicamente todos os anos e as análises técnicas indicam esta limitação da disponibilidade de água como um fator limitante (Figura 3.63). O Sr. Valmir Detzel destacou a importância do zoneamento como elemento direcionador de proteção aos mananciais e a Áreas de Preservação Permanente - APP, assim como exaltou a importância do uso racional de recursos hídricos para o abastecimento humano, animal e para a irrigação agrícola.

Outro questionamento disse respeito a abordagem das Unidades de Conservação Municipais, perguntando o porquê elas não foram contempladas como ZEPI ou ZEUS no zoneamento apresentado. O primeiro esclarecimento realizado pelo Sr. Valmir abordou o fato de que a proposta do Plano de Zoneamento apresentada contém um equívoco pelo fato de que foi estabelecida uma linha de corte relativa ao tamanho mínimo de 5.000 ha para o tamanho das zonas (em princípio nenhuma zona poderia ter tamanho menor do

que 5.000 ha, em função da escala estadual que o zoneamento trabalha). No entanto, explicou que para o caso das ZEPI, ZEUS e ZETI este critério não é aplicável, porque unidades de conservação e terras indígenas são constituídos formalmente por leis específicas e elas devem constar no mapeamento/zoneamento como zonas especiais independentemente do tamanho.

Figura 3.63

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Ainda sobre o mesmo tema, o Sr. Valmir Detzel segue com a explicação de que o zoneamento não contemplará mapeamento das unidades de conservação municipais em função das dificuldades de se obter mapeamento de UCs de todos os 139 municípios do estado. Neste sentido não pode ocorrer que o ZEE-TO apresente UCs indicadas em um mapeamento de um município e não apresente para o outro. A solução técnica indicada para este caso é o estabelecimento em texto e diretrizes no sentido de registrar formalmente que todas as unidades de conservação municipais de proteção integral ou de uso sustentável formalmente definidas constituem-se em Zonas Especiais, independentemente do tamanho, mesmo que não estejam mapeadas no zoneamento. Na prática o mapeamento das UCs municipais poderá ser incorporado ao banco de dados geográfico que a SEPLAN-TO detém, relacionado ao ZEE-TO. Destaca-se que muitos municípios tocantinenses tem UCs municipais estabelecidas mas não registradas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

3.2.6.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Na Consulta Pública de Gurupi não houve diferença em relação às anteriores para o encerramento dos trabalhos. O Sr. Rodrigo Borges agradeceu a participação de todos, destacando a importância de que os participantes emitam e encaminhem suas contribuições, sobre a proposta apresentada, até o limite de 30.08.2018. Indicou, com auxílio de exposição multimídia, todos os passos que serão cumpridos após a finalização de todas as Consultas Públicas a partir de agosto.

3.2.7 CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS

A Consulta Pública de Dianópolis foi realizada no Diretório Regional de Ensino, à rua Padre Luso, sem número, no centro da cidade, no dia 26.07.2018 (Figura 3.64).

Figura 3.64
IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.7.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

A representatividade da sociedade na Consulta Pública de Dianópolis foi de 31 representantes dos municípios de (Quadro 3.8): Almas (4 representantes), Aurora do Tocantins (3 representantes), Combinado (3 representantes), Dianópolis (15 representantes), Natividade (2 representantes), Novo Alegre (1 representante), Paranã (2 representantes), Taipas do Tocantins (1 representante). Somados aos 7 técnicos vinculados aos trabalhos de elaboração do ZEE-TO, a Consulta Pública totalizou 38 participantes no evento.

Quadro 3.8
RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGEMENTOS	MUNICÍPIOS
1	Adelmides José da Mata	Diretoria Regional de Educação	Governamental	Dianópolis
2	Adimirço Fernandes Silva	Fundo Especial de Previdência do Município de Dianópolis - FUNPREVI	Organização da Sociedade Civil	Dianópolis
3	Agnes Paulo Varanda	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Paraná
4	Aldenor Rodrigues Filho	Prefeitura	Governamental	Dianópolis
5	Aldory Trevisol Oliveira	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Dianópolis
6	Aloilson Tavares Cardoso	Prefeitura	Governamental	Aurora do Tocantins
7	Antônia Fernandes C. Valadarez	Comunidade Quilombola Poço Dantas	Comunitário	Almas
8	Celiomar Rego da Silva	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Governamental	Novo Alegre
9	Custódia Alves Varanda	Comunidade Quilombola Poço Dantas	Comunitário	Almas
10	Denise Póvoa Bezerra	Diretoria Regional de Educação	Governamental	Dianópolis
11	Eduardo Amaral Meireles	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Dianópolis
12	Eliene F. Crisóstomo Almeida	Comunidade Quilombola Baião	Comunitário	Almas
13	Fernando Nunes Cardoso	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Natividade
14	Gabriel Dias Barbosa	Prefeitura	Governamental	Dianópolis
15	Genilton Alves	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Paraná
16	Glauco Rafael da Costa M.	Prefeitura	Governamental	Combinado
17	Gleibson M. Almeida	Prefeitura	Governamental	Dianópolis
18	Ionara Cardoso Marques	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Dianópolis



	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGEMENTOS	MUNICÍPIOS
19	Jac Souza Santos	Prefeitura	Governamental	Combinado
20	Jordane Riela	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Dianópolis
21	José Eduardo Vaz	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Combinado
22	Juliana Almeida Calmon	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Dianópolis
23	Mara Marchette	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Dianópolis
24	Maria do Socorro C. Santos	Prefeitura	Governamental	Taipas do Tocantins
25	Orcini Vicente Borges Neto	Prefeitura	Governamental	Almas
26	Pedro Bernardes N. Silva	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Dianópolis
27	Raphaela Jácomo de Sousa	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Dianópolis
28	Rivaldo Leite Dias	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Natividade
29	Valda Maria Damaso Cardoso	Prefeitura	Governamental	Aurora do Tocantins
30	Vanessa Ribeiro Soares	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Dianópolis
31	Wagner José de Moura	Prefeitura	Governamental	Aurora do Tocantins

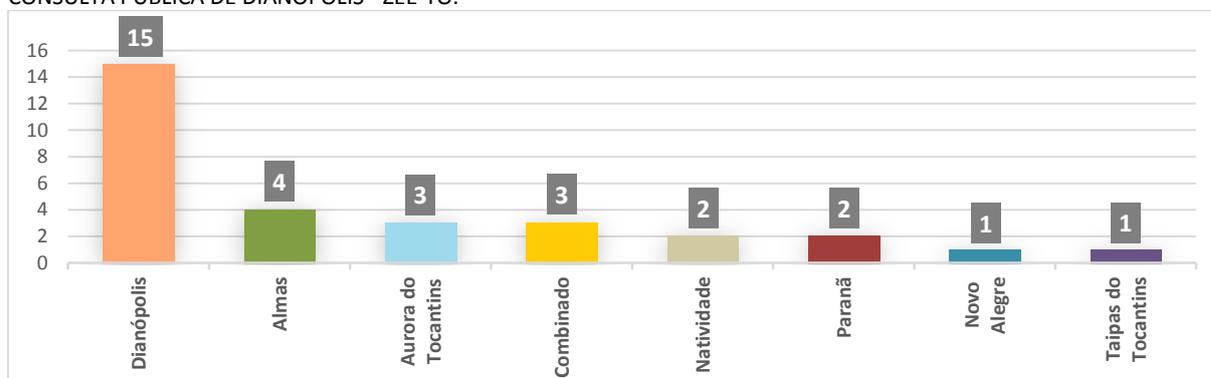
Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.65 apresenta a representatividade na Consulta Pública de Dianópolis por município de origem dos participantes. A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.66 e quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.67 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.65

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.

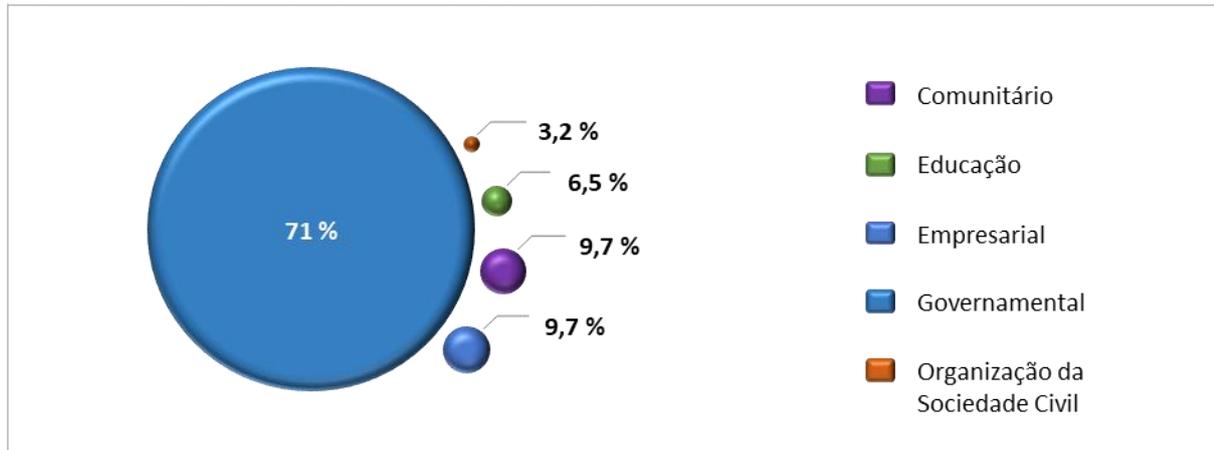


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.66

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO

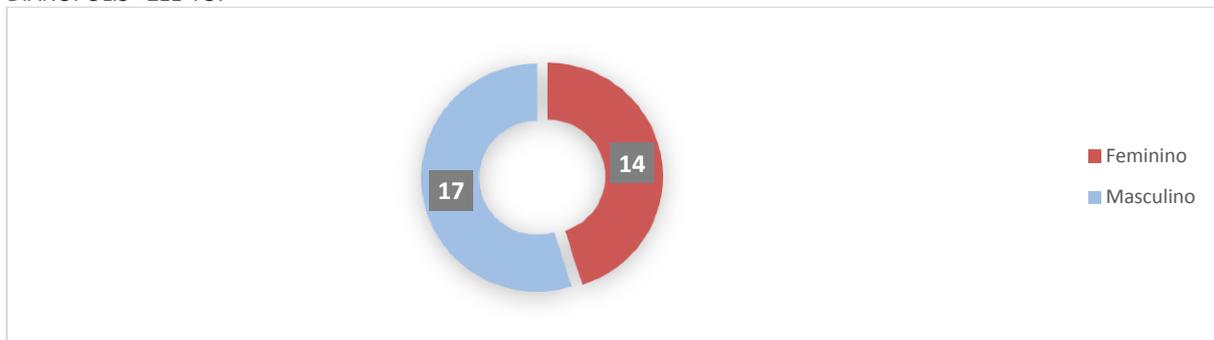


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.67

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.



Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.7.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A abertura dos trabalhos da Consulta Pública em Dianópolis ocorreu com a formação da mesa de honra, para onde foram convidadas as seguintes autoridades: representante da comunidade quilombola de Poço Dantas, Sra. Antônia Fernandes de Valadares; Diretor Regional de Ensino, Sr. Adelmides José da Mata; Prefeito Municipal de Dianópolis, que presidiu a mesa, Padre Gleibson Moreira Almeida; Diretor da Unitins, Sr. Pedro Bernardes Silva; Prefeito de Aurora do Tocantins, Sr. Aloilson Tavares Cardoso; e Vice-Prefeita de Taipas, Sra. Maria do Socorro Carvalho Santos.

A Sra. Antônia Fernandes falou sobre as dificuldades que as comunidades de populações tradicionais sofrem, em especial as relacionadas à falta de água. Citou a necessidade de solucionar a falta de água anual na comunidade quilombola onde vive e solicita apoio do governo para tal.

O Sr. Adelmides da Mata cumprimentou a mesa e aos presentes e destacou que a Diretoria de Ensino sempre está disposta a receber discussões e eventos de formação da sociedade. Destaca que é um momento oportuno em que está desenvolvendo o ZEE-TO para fazer ocupação ordenada do território do estado, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Então é só louvar esse momento. A Secretária de Planejamento do Estado, os prefeitos municipais aqui presentes, as comunidades representadas, como exemplo aqui a quilombola e enaltecer esse momento, para que a se possa desenvolver o estado de forma sustentável.

O Prefeito Padre Gleibson Almeida iniciou sua fala indicando preocupação quanto à realização do evento em época de férias no município. Comenta que independentemente da quantidade de pessoas presentes valeu a



pena ter acreditado porque vai acontecer de maneira positiva. Comentou sua compreensão quanto às limitações do calendário em função dos períodos eleitorais no estado e citou sua decisão de apoiar a realização do evento. Deu as boas-vindas a todos presentes. Citou que há um certo descontentamento em relação à essas consultas, encontros, mesmo que aconteçam as reuniões, fica a questão, quem vai botar isso em prática? A dificuldade da água lá no quilombola, a dificuldade da água em Taipas, a situação de toda a região, no sertão já clama por água. Pra citar a gravidade e a seriedade de um problema que certamente vai ser debatido, algumas outras realidades que nos tocam de perto. Uma região aonde tem uma quantidade de chuva satisfatória, porém, ao mesmo tempo, tem dificuldades com déficit hídrico é algo que tem que ser de fato debatido e estudado. Algumas outras realidades que certamente vão ser discutidas e colocadas no evento são dignas de discussão e dentro desse contexto a própria Dianópolis coloca à disposição a prefeitura para auxiliar. Cita que recebeu uma confirmação de evento para o dia 24, o dia de campo lá no Manoel Alves, então assim, ao mesmo tempo que há uma situação dolorosa no sertão, há também uma realidade tão perto que vale a pena ser debatida, vale a pena ser levada em consideração que demonstra sinais de transformação, de mudança acontecendo. Deseja a todos que a tarde seja muito proveitosa, cada um possa colaborar, contribuir. E dentro da situação do estado nós temos que ter a liberdade de tocar em cada situação e a gente ver como melhorar essa realidade econômica, social, financeira da região. Cita que é uma alegria tê-los presentes e deseja boa tarde a todos.

3.2.7.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Assim como nas outras ocasiões os participantes da mesa de honra foram convidados a se juntar à plenária para dar seguimento ao rito de apresentação técnica do ZEE-TO.

Seguindo o mesmo rito de apresentação técnica o Sr. Rodrigo Borges iniciou a apresentação justificando que a execução das Consultas Públicas em um mês tradicionalmente de férias no estado, derivou de uma dificuldade de enquadramento do calendário. Neste ano foi produzido um período eleitoral extraordinário, no segundo trimestre, que limitou a realização das Consultas Públicas antes e, em 15 de agosto, já se inicia outro período eleitoral limitando a realização das Consultas após as férias. Ou seja, a lacuna de tempo para realizar os eventos limitou-se ao mês de julho de 2018. Seguiu sua exposição como de praxe, percorrendo sobre o enquadramento do ZEE-TO perante as legislações federal e estadual. Destacou os conceitos utilizados, os passos a cumprir perante a administração estadual e a Assembleia Legislativa do Tocantins, assim como os passos perante o Ministério do Meio Ambiente. Finalizou sua fala conclamando a todos a contribuir com sugestões, críticas e considerações à proposta que foi apresentada na sequência.

O Sr. Valmir Augusto Detzel, seguindo o rito preestabelecido, fez a apresentação técnica da proposta do Plano de Zoneamento do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento com o apoio de multimídia, destacando todos os aspectos e elementos construídos no ZEE-TO até o momento. Realizou logo de início um breve histórico do processo, indicando os produtos já entregues e disponibilizados no site da SEPLAN-TO, assim como estabeleceu detalhamento da proposta de zoneamento passo a passo com detalhes suficientes para fomentar as discussões em plenária.

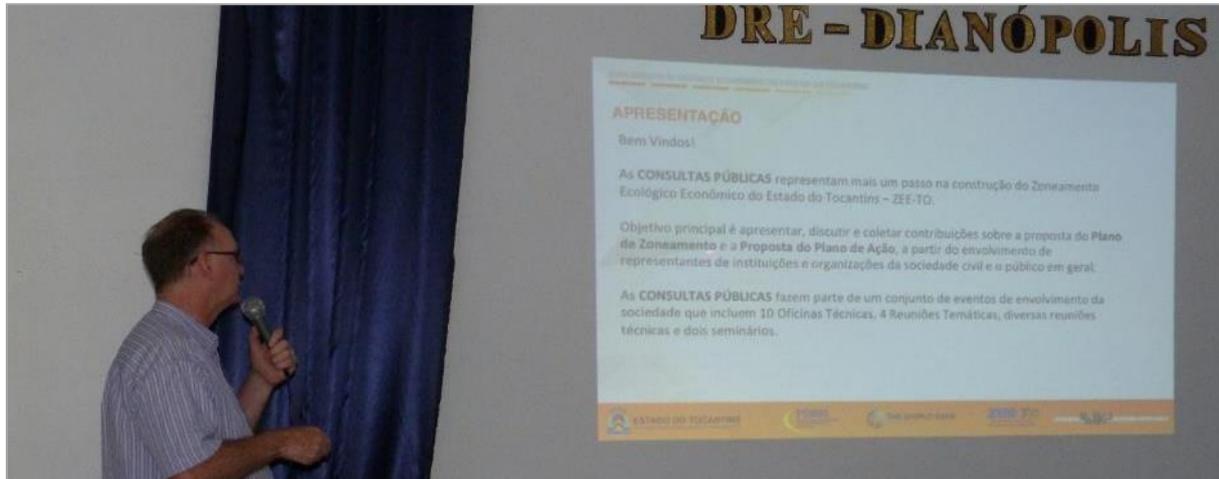
Um dos atores convidados solicitou explicação do porquê as comunidades quilombolas não estão mapeadas a exemplo do que consta para as comunidades indígenas. O Sr. Valmir explicou que no caso das terras e área indígena há uma definição legal dos perímetros das terras, o que permite um mapeamento correto (Figura 3.68). No caso das comunidades quilombolas esta definição territorial praticamente está limitada a duas áreas, sendo que todas as outras comunidades do estado tem mapeamento apenas com a inserção de pontos (indicações pontuais). Explica também que no caso indígena as áreas devem ter seus planos de gestão prevendo zoneamentos específicos, porém para o caso dos quilombolas o zoneamento específico não está previsto, portanto, todas as áreas quilombolas devem seguir o zoneamento proposto no ZEE-TO. Indica que embora as comunidades quilombolas não consolidem zonas especiais, elas estão mapeadas no banco de dados geográficos do ZEE-TO.

Outra pergunta foi correspondente às unidades de conservação municipais e às RPPNs, que não constam como zonas especiais no ZEE-TO. O Sr. Valmir esclareceu que todas as unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável, independentemente do tamanho ou da jurisdição (federal, estadual ou municipal), são consideradas ZEPI ou ZEUS, mesmo que não estejam mapeadas. Comentou sobre a dificuldade de disponibilização dos dados de unidades de conservação municipais, citando que nem todas as unidades municipais existentes estão cadastradas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação e que não há razão técnica para mapear UCs de alguns municípios e não mapear UCs de outros. Mesmo assim,

reafirma que todas as UCs são consideradas Zonas Especiais, devendo obedecer aos zoneamentos estabelecidos em seus planos de manejo.

Figura 3.68

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO.



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Outro questionamento diz respeito sobre como ficaria a região em termos da exploração agrícola, considerando que há muita gente chegando e impactando a região com agricultura. Nem sempre essa agricultura está sendo compatível com a conservação à base de sustentabilidade. Então como ficaria esse pessoal que está vindo pra cá, comprando áreas, em função do zoneamento proposto? O Sr. Valmir Detzel citou que o zoneamento definirá diretrizes de desenvolvimento e conservação e é ferramenta destinada a delinear usos e ordenar o território do estado. Indica que há necessidade de que a lei do zoneamento que futuramente será promulgada seja aplicada em conjunto com outras determinações legais, como por exemplo a nova Lei Florestal, a legislação aplicável ao licenciamento e tantas outras. Indica que a destinação de territórios com capacidade de suporte a produção deve ser considerada para produzir, respeitados os limites de ocupação e de suporte natural que cada área tem.

Outro participante indica que há uma grande preocupação para as comunidades quilombolas em relação ao agronegócio. Comenta que a Fundação Palmares emite uma certificação mínima entregando o documento que reconhece a comunidade e não vai muito além disto. Então as comunidades estão sofrendo impactos com a implantação de grandes empreendimentos agrícolas que vão ocupando áreas e “prensando” as comunidades quilombolas. Citam que as comunidades correm grande risco de perder as raízes, as terras, até porque não tem condições de conviver com tantos inseticidas aplicados nas áreas agrícolas. Ressalta a dificuldade de vida nas comunidades quilombolas e a falta de posicionamento dos órgãos governamentais a respeito disto.

A Sra. Eliene F. Crisóstomo Almeida (Figura 3.69), da Comunidade Quilombola Baião pede a fala e relata que gostaria de saber dentro desse projeto, a respeito da dificuldade das comunidades quilombolas. Faz um apelo:

“A gente pede sobre a escassez de água que a gente sofre sabe. Essa época do ano as comunidades sofrem e estão dependendo até de caminhão pipa, porque não tem outro jeito. Então assim, é uma dificuldade muito grande. Tem duas comunidades quilombolas e além dessas, uma parte da população também depende desse transporte de água, desse saneamento desta forma. É muito difícil. A preocupação nossa é com o êxodo rural, porque essa época do ano a gente não tem outra forma. Ou fica lá, ou tem que vir pra cidade, e muita gente as vezes acaba abandonando seus sítios pela sua situação. As vezes vende a qualquer custo, porque pensa que a propriedade não tem valor nenhum porque não tem água, aí desvaloriza sua propriedade, vai pra cidade, vai sofrer mais. O que nós sabemos é viver com a terra, vive com o nosso lar, mas nós precisamos do apoio do poder público, do governo para ver nossa situação, se pode ter uma solução de poços artesianos para resolver nosso problema. Uma solução definitiva, porque todo ano é essa demanda. Depende do Estado, depende do município e fica nesse empurra, empurra e nós que estamos sofrendo, quem paga por isso somos nós. É um ano eleitoral, e a gente sabe que os governantes, toda época de política, só sabe enxergar a gente nesse época, bater na

nossa porta e fazer promessas, e a gente vive lá, quem sabe o que é sofrimento é vive lá, no sertão sofrer com a falta de água, não é fácil. A água é vida. Água é tudo pra nós. Não queremos abandonar nossos lares, nossas sítios para ir viver a vida na cidade sofrendo, porque assim, o que nós sabemos fazer é lá com a terra, viver com a natureza, nós nascemos, criamos nessa situação. A gente pede um apelo, um socorro pra nós, resolver nossa situação. Temos participado de várias reuniões, inclusive esse é um projeto muito importante, muito amplo e bonito, e esperamos que não fique só no papel, que essas comunidades menos favorecidas sejam enxergadas com outros olhos. Porque é difícil. Sabemos que as comunidades cada vez mais estão ficando pequenas, porque nossos filhos não querem ficar lá. É difícil pra nós contermos esses jovens, dentro de uma situação dessas. As vezes saem em buscas de melhoras e não querem voltar porque lá não tem condições. As comunidades são carentes e não tem condições de sobreviver, tipo assim, furar um poço artesiano, vamos supor para se manter. É difícil a situação e mesmo assim não temos outra alternativa, tem que conviver e sobreviver lá. Não temos condições de vir para a situação enfrentar dificuldades ainda maior. É isso que a gente quer saber dos governantes, o que que eles tem pra nos oferecer nesse momento, porque falta caminhão para levar água pra nós. Então já começou a escassez, estamos vivendo essa época do ano, vivemos abastecidos daquela cisterna. Você chega numa propriedade, a água que tem é aquela cisterna e pronto. Ponto final, aquilo ali secou, acabou. As pessoas aproveitam muito nessa época, quem tem um caminhão pipa para abastecer uma caixa daquela, então eles cobram muito caro, se aproveitam da situação para se dar bem. Gostaríamos de ser atendidos de uma forma especial, que olhem para nossa realidade, somos quilombolas, temos o direito de ser assistidos e de ter uma vida digna lá como qualquer outro cidadão, sem sofrimento. Até que o município faz uma licitação para conseguir um caminhão ou então se o próprio estado designar um caminhão de lá pro município, até chegar. Então, uma época dessa já estamos sofrendo e não sabemos que dia vai chegar caminhão para abastecer a nossa região. Os aproveitadores já tem os caminhões e se aproveitam da situação. Às vezes você prefere ir pra cidade do que pagar um caminhão. Pagar um salário para um caminhão, pessoas que as vezes nem ganham um salário, então é difícil a situação. É isso. Meu muito obrigada.”

Figura 3.69

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Outro participante estabelece como raciocínio o seguinte:

“Eu queria só, nessas discussões de falta de água, contribuir um pouco, sendo um pouco ignorante nisso ai. Mas a gente sempre se preocupa em achar a solução da água. Ah, poço artesiano, chuva e tal. Eu acho que a gente tem que começar a se preocupar com nosso próprio consumo. Enquanto a gente estiver procurando tirar, a ter confortos demais, a gente só vai piorar o estado. Por quê? A gente faz com que as grandes empresas que tem capital a querer a conhecer só o nosso conforto. Eles não querem nem saber, querem saber do lucro. Quem está pela consequência de água somos nós aqui. Por quê? Por que nós operamos com o uso, somos os grandes consumidores. Enquanto estivermos vivos, esse problema vai existir. Agora se nós voltarmos atrás, não é viver os tempos das pedras, mas parar. Por exemplo, se nós temos hoje um celular zerado, daqui três dias sai um novo,

quero o que? Mais um celular novo. Então temos que pensar bem nisso, eu acho que a natureza está dando a resposta dela, está nos castigando em relação a isto, chamando a atenção sobre isto e nós não estamos atento. Então eu acho que isso precisa ser pensado. E outra, em relação a questão dos seus problemas, o Ministério de Integração hoje ele trabalha com esse tipo de projeto, resolver as questões que estão emergenciais, porque tem esse recurso pra isso”.

A partir dessas falas a plenária estabeleceu vários comentários e contribuições relacionadas à falta de água, tema que é recorrente nos eventos realizados em Dianópolis no âmbito do ZEE-TO. O Sr. Valmir estabeleceu esclarecimentos quanto as abordagens do zoneamento proposto, indicando que houve análise do déficit hídrico para definir zonas (em conjunto com outros elementos e variáveis). Cita que muitas das soluções dependem muito mais da postura individual e iniciativas no âmbito local ou regional do que propriamente do ZEE-TO. Lembra que a escala de trabalho do ZEE-TO é macro, indicando que as ações do zoneamento podem vir a ser efetivas se aplicadas em conjunto com outras políticas e ações institucionais.

Um participante pergunta quais são os próximos passos do ZEE-TO. Pergunta se haverá força de lei e como será a integração da lei do zoneamento nos procedimentos de licenciamento ambiental, visando a efetividade do ZEE-TO. O Sr. Valmir responde que sim, o ZEE-TO virará lei e que os órgãos estaduais deverão considerá-lo em suas atividades de gestão ambiental e de desenvolvimento. Porém destaca que ao zoneamento não compete estabelecer legislação substitutiva às leis de licenciamento, informando que a aplicação da lei do zoneamento deverá ser sempre associada a outras legislações vigentes.

3.2.7.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Na Consulta Pública de Dianópolis o encerramento dos trabalhos foi realizado pelo Sr. Rodrigo Borges agradeceu a participação de todos, destacando a importância de que os participantes emitam e encaminhem suas contribuições sobre a proposta apresentada até o limite de 30.08.2018. Destacou a importância de todos contribuírem para a formulação de melhorias na proposta do ZEE-TO e, agradecendo a presença de todos, declarou o evento finalizado.

3.2.8 CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO

Em Novo Acordo a Consulta Pública foi realizada na Câmara Municipal no dia 30.07.2018 (Figura 3.70).

Figura 3.70

IMAGENS DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.





Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.8.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

Estiveram na Consulta Pública de Novo Acordo os representantes dos municípios de Lagoa do Tocantins (3 representantes), Mateiros (3 representantes), Novo Acordo (56 representantes), Palmas (1 representante), São Félix do Tocantins (3 representantes) totalizando 66 participantes convidados (Quadro 3.9). Somados aos 7 técnicos vinculados aos trabalhos de elaboração do ZEE-TO, a Consulta Pública teve um total de 73 participantes no evento.

Quadro 3.9

RELAÇÃO DE ATORES PRESENTES NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO DO ZEE-TO, CITADA EM ORDEM ALFABÉTICA

	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIOS
1	Adão Rocha Braga	Comunidade Local	Comunitário	Mateiros
2	Aline Glória Amaral	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
3	Ana Carvalho D. de Andrade	Comércio e Turismo	Governamental	Novo Acordo
4	Ângelo Ricardo Bazana	Produtor Rural	Comunitário	Novo Acordo
5	Anna Karollyne S. Jorge	Escola Municipal Ruidelmar L. Borges	Educação	Novo Acordo
6	Aparecida T. Sobrinho	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
7	Cantidio Neto Machado Amorim	Prefeitura	Governamental	Lagoa do Tocantins
8	Carlos Israel Ribeiro dos Reis	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	São Félix do Tocantins
9	Celiana Amorin Soares	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
10	Celso Bazana	Produtor Rural	Comunitário	Novo Acordo
11	Denise Gomes Loureiro	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Palmas
12	Deuzani Soares S. Aguiar	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Governamental	Novo Acordo
13	Diana Márcia V. B. Gomes	Escola Estadual Pedro Macedo	Educação	Novo Acordo
14	Djalma Cirqueira Pugas	Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono - MONACC	Organização da Sociedade Civil	São Félix do Tocantins
15	Douraci B. da Silva Alencar	Escola Municipal Ruidelmar L. Borges	Educação	Novo Acordo
16	Edmilson Amorim Soares	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
17	Eliete Patrício de Souza	Associação de Artesanato	Organização da Sociedade Civil	Novo Acordo
18	Elson Lino de Aguiar	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
19	Eneas Arruda R. Neto	Vereador	Governamental	Novo Acordo
20	Ernanes Arruda Souza	Secretaria de Transporte	Governamental	Novo Acordo
21	Eudivane Pereira Xavier	Rede Estadual de Ensino	Educação	Novo Acordo
22	Euler Pereira Gomes	Rádio Comunitário	Comunitário	Novo Acordo
23	Eunice Alves Pereira	Câmara Municipal de Novo Acordo	Governamental	Novo Acordo
24	Evangelista R. dos Reis	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Lagoa do Tocantins
25	Fabiana Rodrigues Pinto	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
26	Flávio Honório de Oliveira	Produtor Rural	Comunitário	Novo Acordo
27	Helânio Pereira Gomes	Secretaria de Saúde	Governamental	Novo Acordo
28	Ione Oliveira de Andrade	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
29	Jairo Carvalho das Neves	Secretaria de Administração e Planejamento	Governamental	São Félix do Tocantins
30	Jéssica Cristina B. Batista	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Governamental	Novo Acordo
31	João Teixeira de Rezende	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
32	Jordel Maurício Macedo	Câmara Municipal de Novo Acordo	Governamental	Novo Acordo
33	José Ângelo de C. Santos	Comunidade Local	Comunitário	Novo Acordo
34	José Batista dos Reis Netos	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
35	Joseleide Macedo Tavares	Escola Municipal Ruidelmar L. Borges	Educação	Novo Acordo
36	Joseli Batista Gama	Secretaria de Educação	Governamental	Novo Acordo
37	Lahuana Aguiar Souza	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Mateiros
38	Leiane Américo de Castro	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Governamental	Novo Acordo
39	Lorena Porto dos Santos	Secretaria de Educação	Governamental	Novo Acordo



	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTO	MUNICÍPIOS
40	Luis Carlos Moreira Maciel	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
41	Luis Santana L. Andrade	Comunidade Local	Comunitário	Novo Acordo
42	Luzia Rodrigues da Silva	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
43	Luzileide Batista Glória	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
44	Luzinete A. B. Glória	Artesã	Comunitário	Novo Acordo
45	Marcelino Goffi	Produtor Rural	Comunitário	Novo Acordo
46	Marcelo Bispo de Jesus	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
47	Márcia Rodrigues Lopes	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
48	Maria de Lourdes B. da Silva	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
49	Maria Ires Araújo Glória	Escola Municipal Ruidelmar L. Borges	Educação	Novo Acordo
50	Maria José Batista Rocha	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Governamental	Novo Acordo
51	Marina Coelho Rodrigues	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
52	Meire Ivone Alves Lustosa	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
53	Moisés do Tocantins	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
54	Mylena P. da Silva	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Governamental	Novo Acordo
55	Nelsomar Antonio Lopes	Câmara Municipal de Novo Acordo	Governamental	Novo Acordo
56	Núria Susyane G. Leite	Escola Municipal Ruidelmar L. Borges	Educação	Novo Acordo
57	Ocelio Gama da Silva	Secretaria de Saúde	Governamental	Lagoa do Tocantins
58	Odi Ribeiro Monteiro	Secretaria de Administração e Planejamento	Governamental	Mateiros
59	Osailde Ribeiro Patrício	Câmara Municipal de Novo Acordo	Governamental	Novo Acordo
60	Osman dos Santos Lima	Secretaria de Controle Interno	Governamental	Novo Acordo
61	Pedro Andrade Neto	Câmara Municipal de Novo Acordo	Governamental	Novo Acordo
62	Síldomar Alves Pereira	Prefeitura	Governamental	Novo Acordo
63	Sivaldo Maciel Dourado	Comunidade Local	Comunitário	Novo Acordo
64	Talitha Gomes Ferreira	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Novo Acordo
65	Telvânia Rodrigues da Cruz	Creche Municipal de Novo Acordo	Educação	Novo Acordo
66	Valdeci Rodrigues de Sá	Artesã	Comunitário	Novo Acordo

Fonte:

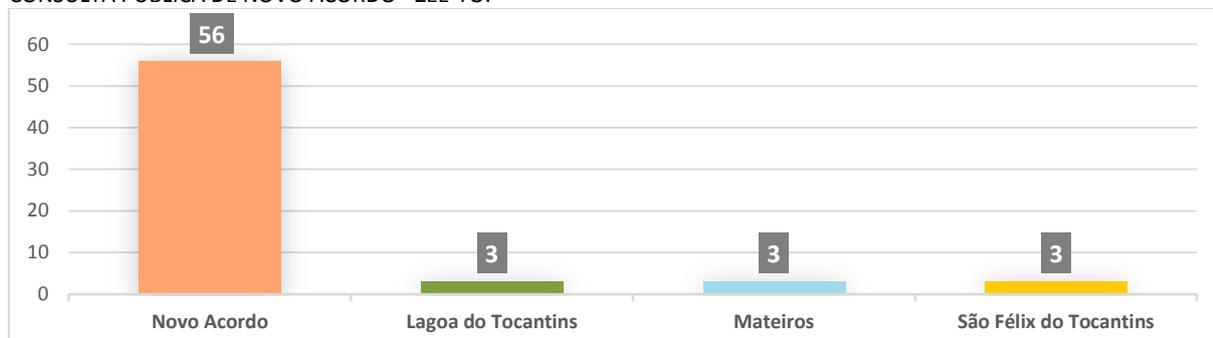
Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.71 apresenta a representatividade na Consulta Pública de Novo Acordo por município de origem dos participantes.

A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.72 e quanto a representatividade dos participantes por gênero a Figura 3.73 apresenta o gráfico indicando o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.71

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.

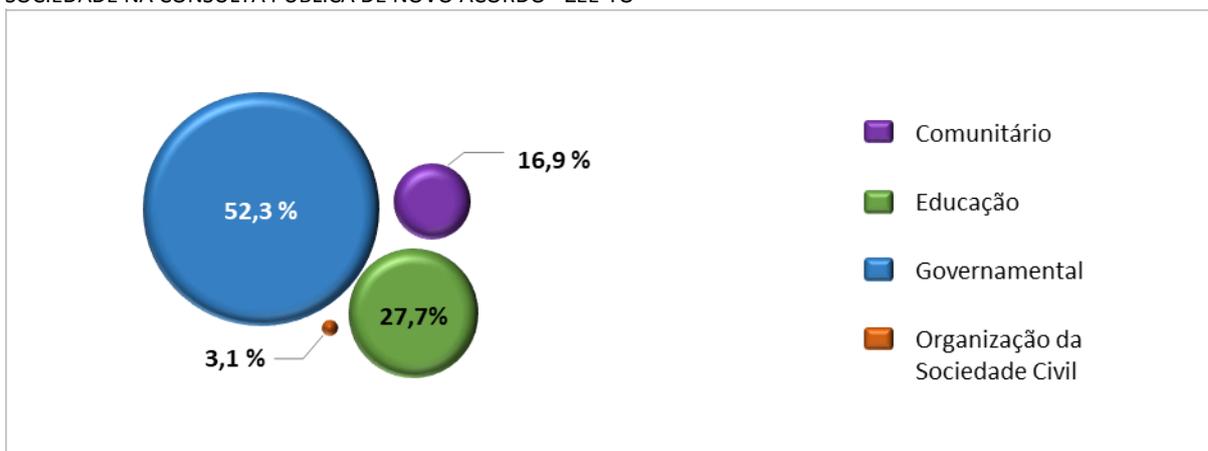


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.72

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO

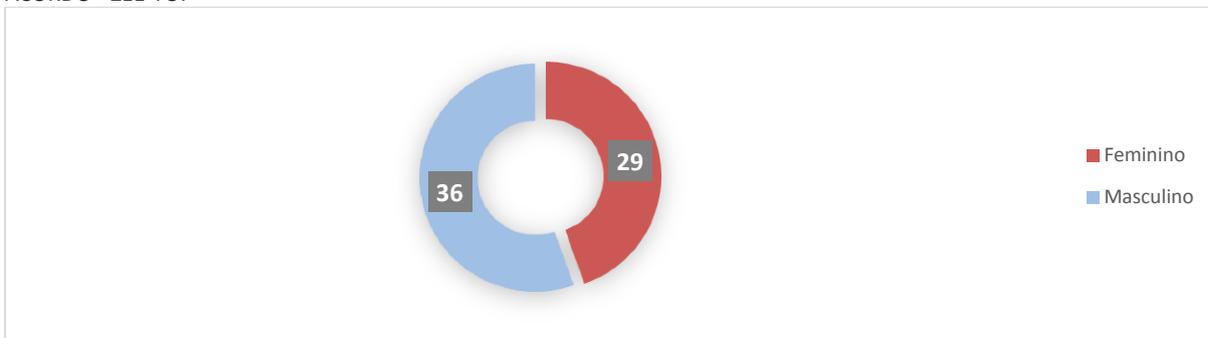


Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.73

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO.



Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.8.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

A mesa de honra para a abertura dos trabalhos foi formada com os convidados Prefeito Municipal Sr. Elton Lino Aguiar (Dotozim), o vereador Pedro Andrade Neto, a representante do Parque Estadual do Jalapão Sra. Lahuana Aguiar de Souza, e o Sr. Adão Rocha Braga representante de Mateiros (Figura 3.74).

O Sr. Adão Rocha Braga iniciou as falas indicando que foi funcionário público de Mateiros por 21 anos e 6 meses e que é hoje aposentado. Cita que a comunidade de Mateiros está de braços abertos para receber a todos os visitantes destacando os potenciais e a importância da região para o estado. A agradece ao convite realizado para a participação no evento, desejando um bom trabalho.

A Sra. Lahuana Aguiar deseja as boas-vindas a todos e destacou que esteve presente na Oficina Técnica do ZEE-TO ocorrida em 2017, indicando que ficou feliz em ver que os eventos ficaram lotados nas duas ocasiões. Indicou que sua presença não é apenas como ouvinte mas como participante ativa, recomendando a todos que também participem ativamente. Informou que ela é Inspectora de Recursos Naturais, servidora do Naturatins, e que representa o gestor do Parque Sr. João Miranda que não pode comparecer em função de sua presença no Congresso de Unidades de Conservação em Florianópolis/SC.

Figura 3.74

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

O vereador Pedro Andrade Neto desejou a todos uma tarde cheia de debates com resultados positivos a curto e longo prazo. Diz que está orgulhoso por ver uma casa cheia com unanimidade de apoio ao evento, indicando que é um sinal de que as coisas darão certo. Indica que está interessado no assunto do ZEE-TO, mas que tem expectativas no ICMS Ecológico melhorado para o município de Novo Acordo, porque trata-se do portal do Jalapão com muitas áreas de conservação.

O Prefeito Dotozim, como é conhecido, deseja boa tarde a todos e cumprimenta as caravanas que vieram dos municípios vizinhos. Cita que teve muitas vezes dificuldades de entender a criação do território do Jalapão realizado em muitas reuniões e que não enxergava as coisas acontecerem. Depois constatou a chegada dos benefícios e ganhos que o município teve. Destaca que o planejamento é importante e conclama a todos para contribuírem com a formulação de ideias para a construção do ZEE-TO. Dá as boas-vindas a todos e declara abertos os trabalhos da Consulta Pública.

3.2.8.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

A apresentação técnica iniciou com a fala do Sr. Rodrigo Borges, representante da SEPLAN-TO que agradeceu a presença de todos destacando que de todas as Consultas Públicas realizadas até o momento, foi esta que apresentou maior público. Explicou que a execução das Consultas Públicas em um mês tradicionalmente de férias no estado, ocorreu em função das dificuldades de cronograma que foram estabelecidas pelo calendário eleitoral, que prevê também um novo período de eleição a partir do mês de agosto.

Como de praxe, explicou sobre o enquadramento do ZEE-TO perante as legislações federal e estadual. Ressaltou todos os conceitos utilizados e as etapas desenvolvidas até o momento no ZEE-TO, indicando que os trabalhos encontram-se na reta final de elaboração do zoneamento, sendo este o período apto a coleta de críticas e contribuições.

Dando sequência aos trabalhos o Sr. Valmir Augusto Detzel, cumpriu com o rito de apresentar a proposta técnica do Plano de Zoneamento do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento com o apoio de multimídia (Figura 3.75). Estabeleceu detalhamentos sobre os métodos e formas de construção da proposta, os conceitos utilizados, os cenários projetados e os resultados das análises, apresentando passo a passo as características de cada uma das zonas propostas e de suas diretrizes. Fomentou as discussões com a plenária estabelecendo esclarecimentos e argumentações sobre a proposta.

Figura 3.75

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Um dos participantes argumenta que muitas áreas dos municípios da região são férteis mas ainda não recebem alta pressão porque o solo é mais pobre que outras localidades alternativas e muito ondulado, não sendo muito propício para a produção da monoculturas. Comenta então que as informações trazidas pelo ZEE-TO darão suporte para os grandes investidores decidirem suas iniciativas de investimento. Existem muitas conversas a respeito do desenvolvimento da região e as comunidades locais têm receio de que o asfaltamento e abertura de novas estradas tragam ocupações desordenadas. Ressalta que a tendência da região é de aproveitar o potencial turístico e cultural da região.

Outro participante manifestou preocupação com relação as estradas. Indica que sem acesso não haverá desenvolvimento algum na região, nem de turismo, nem de outra atividade qualquer. Cita que Mateiros, município no qual tem propriedades, apresenta muitas dificuldades de desenvolvimento pelas dificuldades de acesso. Comenta que é necessário ter consciência de aproveitar o potencial da região, defendendo infraestrutura adequada, porém com o estabelecimento de mecanismos que garantam um ordenamento territorial correto, evitando a degradação do ambiente. Por fim, defende o acesso com a implantação de estradas boas para possibilitar desenvolvimento associado à proteção ambiental. O Sr. Carlão defende que se o município não se mover no sentido de mudar a realidade local nada acontecerá. Comenta em suas palavras o seguinte:

“O que aconteceu em São Félix foi resultado de muito trabalho. Estou à frente da gestão do município nestes últimos treze anos, talvez até 14. Fiquei no máximo três anos fora da gestão, do turismo e meio ambiente, comecei a partir de 2005. Naquela época São Félix era visto como um ponto de passagem do turista para os atrativos do Parque Estadual do Jalapão. Quando eu assumi naquela época, teve uma pressão de algumas pessoas que já estavam lá para seguir apenas o previsto no Plano de Manejo do Parque, nada além. Eu fui despachar junto de Jaime, o prefeito da época, com o presidente da Naturatins que naquela época era o Dr. Izarde, e ele disse: olha, é o seguinte, aqui nós vamos ter problemas porque pelo plano de manejo essas áreas são áreas intangíveis, as áreas de uso público do Parque Estadual do Jalapão segundo o plano de manejo é Fervedouro do Ceíça, Cachoeira da Velha e Cachoeira da Formiga. Nós insistimos e o Naturatins permitiu então que a gente tentasse desenvolver usos públicos em outros locais da unidade de conservação, que a gente oportunizasse outras coisas para potencializar o Turismo de São Félix. Aí eu comecei a ir atrás da agência de turismo do estado pra fazer uma catalogação dos atrativos por meio de inventários, definindo quais potenciais que a gente tinha e que podia ser explorado naquela época. E mesmo assim tivemos muita dificuldade, os prefeitos não acreditavam que aquilo era investimento, era despesa. Com a vinda do projeto programa ecológico na região do Jalapão que era do ICMBIO financiado pela Agencia de Cooperação Internacional do Japão, a JICA. Ai eu aprovei o projeto técnico na JICA, com 10 pessoas com apoio da Naturatins, da SEMARH e nós tivemos uma conversa com o pessoal da JICA, o superintendente chefe, e eles realmente gostaram muito, a gente apresentou assim, fui apresentando tudo que era demanda para a estruturação turística e por isso a gente conseguiu com o apoio financeiro deles para implantar todos os marcos regulatórios. E hoje nós estamos conseguindo segurar o turista em São Félix, mas com um trabalho de

formiguinha feito lá trás. E hoje nós estamos alavancando, estamos fazendo um trabalho com o SEBRAE. O SEBRAE vai atuar em Mateiros, Ponte Alta e São Félix, numa parceria com as três prefeituras, colocando um pouco de dinheiro. Eu quero qualificar as pessoas no seu local de trabalho, os donos de restaurante, os donos de atrativos porque o turismo vai estar crescendo. O cara que vende espetinho ele está lá fardadozinho, capacitado com duas casas de fabricação, pra gente estar apoiando esses grandes grupos. Eu estava fazendo um levantamento econômico, que o pessoal do SEBRAE pediu, nós saímos assim, nos últimos anos, de duas três pousadas e hoje temos mais de dez, inclusive as melhores pousadas que tem na região, a Pousada São Félix está lotada direto. Os outros que estão abrindo pequeno negócios, restaurantes, mercados na carona do desenvolvimento que surgiu a partir destas iniciativas. Então tem mais de 30 microempreendedores no município atuando na área de turismo e no ramo de alimentação e hotelaria, porque hoje nós temos muitos turistas, tanto de dentro do país quanto de fora. São Felix não é mais uma cidade apenas de passagem”.

Outro participante comenta dois pontos. O primeiro de que o potencial da região não se restringe ao turismo, havendo um grande potencial de produção de energia solar na região ainda a ser explorada. Cita que há um projeto de energia hidráulica previsto para a região e que esta usina já recebeu licenciamento ambiental do Naturatins. Porém ressalta que houve um estudo e acordo relacionado ao rio Sono que definiu um bloqueio de implantação de empreendimentos hidroelétricos e este bloqueio não foi respeitado. Defende que a produção energética é necessária, porém há um enorme conflito de interesses neste caso, porque a população da região não aceita a implantação de usina hidroelétrica deste porte. Há necessidade de se proteger as águas do rio Sono e de outros rios da região, porque até o turismo que todos defendem poderá ser afetado negativamente com a implantação de hidroelétricas.

Outro ponto relevante citado pelos participantes diz respeito a saúde da comunidade. Indica que o asfaltamento e melhoria da estrada independente do turismo, é uma questão muito importante para garantir a qualidade de vida da população. Comenta que se alguém passa mal em Mateiros ou em Lizarda, a possibilidade de morte é elevadíssima, porque o acesso por estrada é muito ruim, demandando horas de viagem em condições de tráfego muito difíceis. Portanto, independente do turismo, há que se lembrar que a questão da saúde é fundamental argumento para a promoção da melhoria da infraestrutura na região, propiciando melhores condições de transporte às comunidades. Outro ponto a considerar é a questão do abastecimento e comércio. As condições de transporte atuais colaboram para o preço elevado dos bens de consumo, combustível, serviços em geral. O turista chega e é bem recebido, mas ainda falta profissionalização dos serviços e há necessidade de manter ou promover preços acessíveis ao turista evitando a elitização. Hoje o turista que vem ao Jalapão tem que desembolsar uma boa quantia de dinheiro em função da dificuldade de acesso que restringe os serviços a transporte especializado. Turismo a preço justo é uma meta a ser atingida.

Finalizados os comentários e exposições sobre a situação da região, ocasião em que houve oportunidade de todos se pronunciarem, foram encerrados os trabalhos desta etapa de esclarecimentos na Consulta Pública.

Figura 3.76

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.8.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Mais uma vez a Consulta Pública teve o encerramento dos trabalhos realizado pelo Sr. Rodrigo Borges, da SEPLAN-TO, que agradeceu a participação de todos, destacou a importância de que os participantes emitam e encaminhem suas contribuições sobre a proposta apresentada até o limite de 30.08.2018 (Figura 3.77).

Agradeceu muito a acolhida da comunidade local e regional destacando que a equipe técnica ficou bastante satisfeita com a importância dada ao evento, demonstrada a partir da presença marcante de muitos representantes institucionais e atores locais. Destacou que mais uma vez foi Novo Acordo que promoveu evento com maior número de participantes até o momento, repetindo o ocorrido na Oficina Técnica realizada em 2017.

Figura 3.77

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.9 CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS

A Consulta Pública realizada em Palmas para a apresentação da proposta do Plano de Zoneamento e do Plano de Ação do Zoneamento teve lugar no auditório da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, situado na Quadra 108 Sul, Alameda 11, Lote 03, sem número, Centro de Palmas. A Consulta Pública foi realizada no dia 02.08.2018, marcando o encerramento do conjunto de eventos de consulta a sociedade para esta etapa dos trabalhos (Figura 3.78).

Figura 3.78

IMAGEM DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA DA SEDE DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO.





Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.9.1 REPRESENTATIVIDADE NA CONSULTA PÚBLICA

Por ser um evento que congregou vários municípios da Região Metropolitana de Palmas, capital do estado, a Consulta Pública de Palmas foi marcada por um número maior de representações das instituições e da sociedade interessada em conhecer e contribuir com a proposta de zoneamento para o estado. Assim, o número total de representantes atingiu 106 atores. O número de técnicos da SEPLAN-TO e do Consórcio Executor que participaram da organização do evento foi de 8, o que permitiu totalizar 114 envolvidos na Consulta Pública

O Quadro 3.10 apresenta a lista dos participantes na Consulta Pública.

Quadro 3.10
PARTICIPANTES DA OFICINA TÉCNICA DE PALMAS - ZEE-TO

	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTOS	MUNICÍPIOS
1	Adelzon Aires Marinho	Faculdade Católica do Tocantins	Educação	Palmas
2	Alex Farias	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC	Governamental	Palmas
3	Alípio Rodrigues da Silva	Sindicato Rural	Organização da Sociedade Civil	Miracema do Tocantins
4	Ana Flávia Gouveia de Farias	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
5	Antônio Carlos S. Gonçalves	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Palmas
6	Bárbara R. de Souza	Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça - SECIJU	Governamental	Palmas
7	Benedito Aparecido da Silva	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
8	Carla Domingos	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
9	Cesar Augusto Costa Nascimento	Faculdade Católica do Tocantins	Educação	Palmas
10	Cleane Gomes Nogueira	Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça - SECIJU	Governamental	Palmas
11	Cleiton Silva F. Milagres	Comunidade Local	Comunitário	Palmas
12	Clementina Vilas Boas	Comunidade Local	Comunitário	Palmas
13	Conceição Pereira Costa	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Governamental	Palmas
14	Cristhyane Maria de N. Mariano	Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ	Governamental	Palmas
15	Daniel Alencar Bardel	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
16	Daniel Rodrigues de Souza P.	Prefeitura	Governamental	Palmas
17	Demetrio Castro Lopes	Produtor Rural	Comunitário	Miracema do Tocantins
18	Denise Gomes Loureiro	Fundação Natureza do Tocantins - Naturatins	Governamental	Palmas
19	Domingos Sobrinho Ramos	Sindicato Rural	Organização da Sociedade Civil	Miracema do Tocantins
20	Edson Leite de Sousa	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Porto Nacional
21	Eduardo Quirino	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Educação	Palmas
22	Elcio Dias	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO	Governamental	Palmas
23	Ephim Shluger	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IPUP	Governamental	Palmas
24	Érica Tavares Andrade Baia	Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça - SECIJU	Governamental	Palmas
25	Euvaldo Ferreira Gomes	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Santa Rita do Tocantins
26	Fabio Coelho Leite	Assembleia Legislativa	Governamental	Palmas
27	Fabio Lima da Silva	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Palmas
28	Fabio Strieder	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Brejinho de Nazaré
29	Felipe Lima Ramos Barbosa	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Governamental	Brasília
30	Francisca Marta B. dos Santos	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
31	Francisco O. R. Nardes	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Tocantínia
32	Geanny Carlos de A. Pinheiro	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e	Governamental	Palmas



	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTOS	MUNICÍPIOS
		Cultura - SEDEN		
33	Gilberto Ribeiro Brago	Produtor Rural	Comunitário	Miracema do Tocantins
34	Gilson Ney Bueno Cabral	Sindicato das Indústrias Frigoríficas do Estado do Tocantins - SINDICARNES/TO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
35	Giordane Martins	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Governamental	Palmas
36	Gisele Paiva	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Educação	Palmas
37	Gleisson Avelino Dias	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Monte do Carmo
38	Gracelena Miranda	Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEDUC	Governamental	Palmas
39	Gutemberg de Souza	Instituto Federal de Tocantins - IFTO - Campus Porto Nacional	Governamental	Porto Nacional
40	Heitor Coelho Teixeira	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Porto Nacional
41	Henrique Garcia	Ministério Público Estadual	Governamental	Palmas
42	Hosana Melo	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
43	Itamar Xavier	Comitê de Bacias Hidrográficas do Tocantins - CBHTO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
44	Ivo Nicerio da Silva	Cooperativa de Catadores de Produção de Recicláveis do Tocantins Amigos da Natureza - COOPERAN	Organização da Sociedade Civil	Palmas
44	Jackeline Vieira da Silva	Sindicato das Indústrias Frigoríficas do Estado do Tocantins - SINDICARNES/TO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
45	João Gomes Barbosa	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
46	João Luiz de Carvalho Loureiro	Banco do Empreendedor	Empresarial	Palmas
47	João Paulo Capanema	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Palmas
48	José Anunciação	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO	Governamental	Palmas
49	José de Assis Cardino	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
50	José Gilbert Arruda Martins	Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEDUC	Governamental	Palmas
51	José R. Lamadrid	Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	Educação	Palmas
52	José Roberto Fernandes	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Empresarial	Palmas
53	Joseliene de Sá	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU TO	Governamental	Palmas
54	Jovismar Lourenço	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Brejinho de Nazaré
55	Juliana Mariano Alves	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
56	Keury Juliana Nunes da Silva	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Governamental	Palmas
57	Lidiane B. de Moraes	Faculdade Católica do Tocantins	Educação	Palmas
58	Ligia Rodrigues de Almeida	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Governamental	Palmas
59	Lilian Aparecida	Agência Tocantinense de Transporte e Obras - AGETO	Governamental	Palmas
60	Lizandra Paz de Oliveira	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN	Governamental	Palmas
61	Loane Ariela Silva Cavalcante	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Governamental	Palmas
62	Luciana Barbosa Fonseca	Assembleia Legislativa	Governamental	Palmas
63	Luciana dos Santos D. de Oliveira	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
64	Luis Heimdebrando da Paz	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU TO	Governamental	Palmas
65	Luiz Alberto Soares Marques	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO	Governamental	Palmas
67	Luiz Gonzaga Pereira Lima	Produtor Rural	Comunitário	Miracema do Tocantins
68	Luiz Miguel Ricordi Barbosa	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	Governamental	Palmas
69	Marcelo Costa Maia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - CREA-TO	Governamental	Palmas
70	Marco Antônio Chaves	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	Governamental	Palmas



	NOME	INSTITUIÇÃO	SEGMENTOS	MUNICÍPIOS
71	Marcondes Martins	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN	Governamental	Palmas
72	Marcos Aurélio Câmara	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	Governamental	Palmas
73	Marcos Miranda	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN	Governamental	Palmas
74	Marcos Vinícius M. Bazoni	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IPUP	Governamental	Palmas
75	Maria Aparecida R. de Souza	COECTO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
76	Marta Eichemberger	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Governamental	Palmas
77	Mayko Antônio T. Cesar	Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ	Governamental	Palmas
78	Michelly Guedes	Assembleia Legislativa	Governamental	Palmas
79	Miguel Pinter Júnior	Energisa Tocantins	Empresarial	Palmas
80	Mônica R. da S. Medeiros	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IPUP	Governamental	Palmas
81	Neila Maria da S. Moraes	Prefeitura	Governamental	Santa Rita do Tocantins
82	Osmar Defante	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins - Fecomércio	Empresarial	Palmas
83	Otton Nunes Pinheiro	Autoenge Serviços de Geologia e Engenharia Ltda. e RMM-Rio dos Mangues Mineração Ltda.	Empresarial	Palmas
84	Pablo Vasconcelos de Souza	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Palmas
85	Paulo Mourão	Assembleia Legislativa	Governamental	Palmas
86	Paulo Rogério Gonçalves	Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO	Organização da Sociedade Civil	Palmas
87	Policarpo Fernandes A. Leão	Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento - SEPLAN-TO	Governamental	Palmas
88	Rafael Verli	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Educação	Palmas
89	Rômulo Rogério Mascarenas	Agência Tocantinense de Transporte e Obras - AGETO	Governamental	Palmas
90	Sandra dos Santos Correia	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
91	Silvia B. Gomes Souto	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos de Porto Nacional - ITPAC Porto	Governamental	Porto Nacional
92	Silvio Santos Coelho	Assembleia Legislativa	Governamental	Palmas
93	Simone Dutra Martins Guarda	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Palmas
94	Simonni Furtado	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	Governamental	Porto Nacional
95	Sônia Raimunda Lavagnoli	Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEDUC	Governamental	Palmas
96	Suiane Alves Sardinha	Secretaria de Meio Ambiente	Governamental	Tocantínia
97	Tatiane Gomes de Brito	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IPUP	Governamental	Palmas
98	Thaiana Brunes Feitosa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Governamental	Palmas
99	Thiago Fontolan Tardivo	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
100	Thiago José Arruda de Oliveira	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Educação	Palmas
101	Vag-Lan Borges	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Governamental	Palmas
102	Valdivia Dias P. de Carvalho	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins	Governamental	Palmas
103	Vinícius Mesquita Rincon	Ministério Público Federal	Governamental	Palmas
104	Vivian Athaydes C. Fernandes	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM - Serviço Geológico do Brasil	Governamental	Goiânia
105	Wesley Cardoso Batista	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Empresarial	Palmas
106	Wlisses Jason de Oliveira Negre	Secretaria Municipal de Planejamento	Governamental	Monte do Carmo

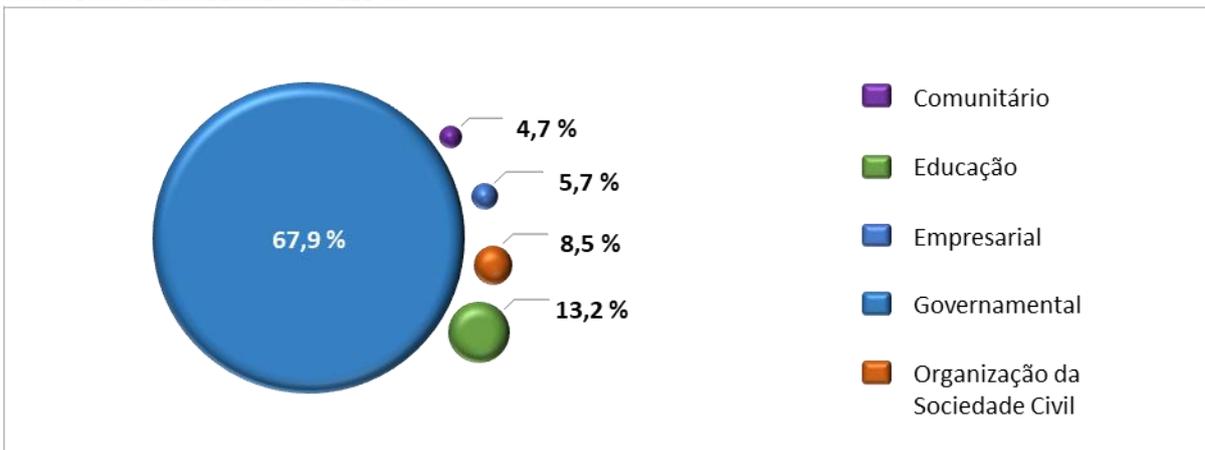


Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

A Figura 3.79 apresenta a representatividade na Consulta Pública de Palmas por município de origem dos participantes.

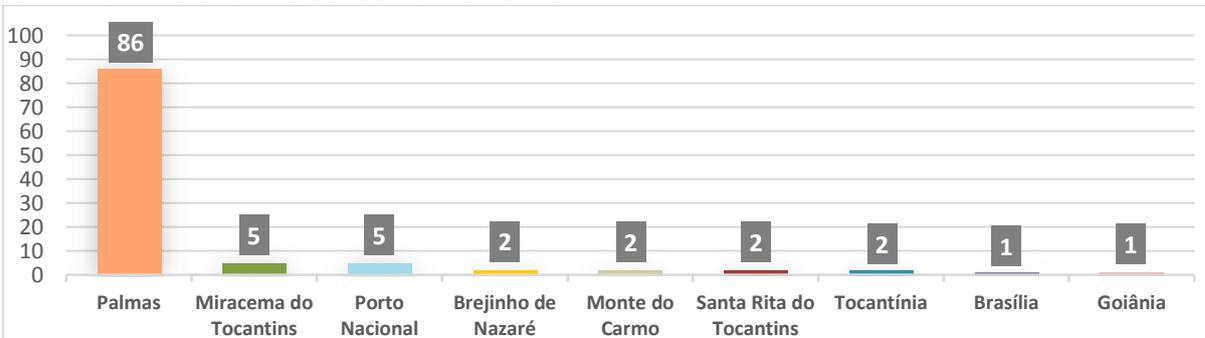
A representação gráfica da proporcionalidade de representação dos atores por segmento da sociedade está apresentada na Figura 3.80, enquanto a representatividade dos participantes por gênero consta na Figura 3.81 apresentando o gráfico com o percentual de homens e mulheres que compareceu na Consulta Pública.

Figura 3.79
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



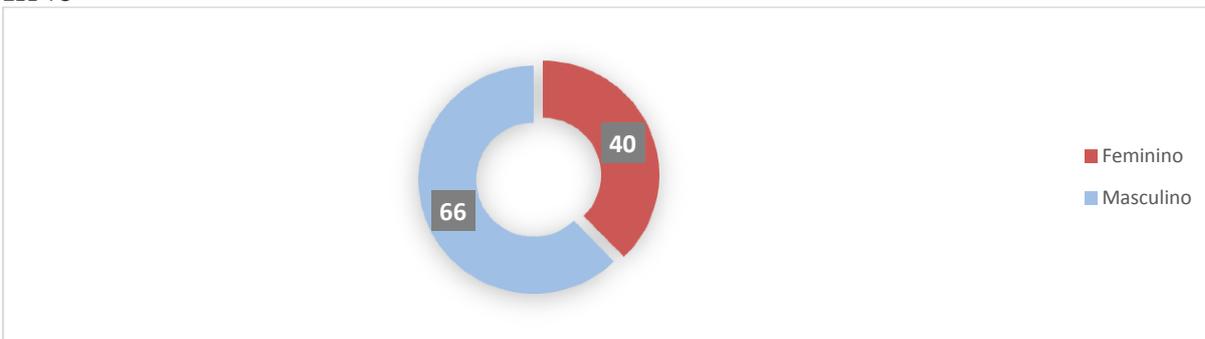
Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.80
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEGMENTO DA SOCIEDADE NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

Figura 3.81
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA REPRESENTATIVIDADE POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

3.2.9.2 ABERTURA DOS TRABALHOS

Para o evento em Palmas foram convidados a participar da mesa de honra as autoridades Deputado Estadual Paulo Mourão, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o Sr. Romildo Leite Dias, Superintendente de Planejamento da SEPLAN, representando Secretário do Estado de Planejamento e Orçamento Sandro Henrique Armando, o Sr. Felipe Limas Ramos Barbosa representando o Departamento de Gestão Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a Sra. Ana Flavia Gouveia de Farias representando a Universidade Estadual do Tocantins, o Sr. Ephim Shluger representando o Instituto de Planejamento Urbano de Palmas e o Sr. Itamar Xavier representando o Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas.

A Figura 3.82 apresenta imagem fotográfica da mesa de honra formada para a abertura dos trabalhos da Consulta Pública sobre o ZEE-TO em Palmas.

Figura 3.82

IMAGENS DA MESA DE HONRA FORMADA PARA A ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:

Registro do Autor, 2018.

Os discursos de abertura dos trabalhos foram realizados em falas distintas de quase todos os membros da mesa (Figura 3.83). O Sr. Romildo Leite Dias iniciou sua fala desejando uma boa tarde a todos os presentes e cumprimentando as autoridades que compuseram a mesa, bem como a todos os convidados. Justificou a ausência do Secretário de Estado do Planejamento por não poder comparecer em função de compromisso de força maior. Destacou em sua fala que o presente momento é muito importante para o estado do Tocantins pela definição deste instrumento de Política de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, que tem como principal objetivo subsidiar os planos de desenvolvimento do nosso estado. Ressalta agradecimentos aos representantes da coordenação do ZEE-TO e também aos representantes do Banco Mundial, cofinanciador dos estudos, em função do auxílio prestado ao Estado para a construção do Plano de Zoneamento. Valoriza o evento também como uma constante ação do Governo do Estado que privilegia a realização de Consultas Públicas objetivando que a sociedade tenha uma maior participação na elaboração de suas políticas e que permita maior atendimento dos anseios da sociedade. Finaliza afirmando que o evento representa um momento impar e fundamental de auxílio à sociedade, para que haja a correta promoção do desenvolvimento regional ao zoneamento ecológico de acordo com os anseios da sociedade.

Figura 3.83

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

O Sr. Itamar Xavier realizou sua fala destacando a importância de estar presente tratando de planejamento territorial. Comenta que todos têm a oportunidade de aprender realmente a trabalhar com planejamento, para discutir e aplicar na prática. Chama a atenção para a participação do Deputado Paulo Mourão, conclamando-o para que apoie na aprovação da proposta de ZEE-TO na Assembleia tal qual ela tenha sido elaborada, mantendo o conteúdo em conformidade com o que foi discutido e acordado nessa área de planejamento. Indica que o zoneamento trata de solos, floresta, bacias hidrográficas, desenvolvimento e, principalmente água. Ressalta que para pelo menos 80 % dos municípios tocantinenses e não tem como falar de zoneamento sem falar da famosa água. Tanto é que o plano de ação contempla uma gestão ambiental dos recursos hídricos. Não tem como mudar e desenvolver o estado sem ter água em quantidade e qualidade, e é isso o que o planejamento tem que buscar. Buscar administrar essas áreas, remanescentes, nascentes. Finaliza desejando a todos um excelente trabalho.

O Sr. Ephim Shluger faz sua fala destacando que o zoneamento do estado é um trabalho necessário para o território, diria essencial. Ressalta que na atualidade está muito difícil planejar alguma coisa e infelizmente o país tem passado por um período muito longo de planejamento deixado de lado. Não é só uma situação do Tocantins, mas de outros estados e cidades, onde o planejamento não recebe a atenção devida. Talvez seja esse o grande problema do país nos dias de hoje. Ressalta que no âmbito do planejamento da cidade de Palmas foi um ano bastante difícil e trabalhoso, dedicado a aprovação da Lei complementar nº 400/2018 referente a revisão do Plano Diretor de Palmas. No escopo do Plano Diretor foram abordadas diversas questões relacionadas a recursos hídricos, a questão toda do avanço da cidade para dentro de áreas de proteção, áreas de Unidades de Conservação e as dificuldades gigantescas de controlar a especulação imobiliária nas periferias. Destaca que a gestão do território representa um desafio gigantesco para todos e que se for mal conduzida resultará que a cidade não terá a densidade necessária de desenvolvimento futuro. O Plano Diretor Municipal de Palmas foi muito elogiado por técnicos mas destaca que, infelizmente houve muitas dificuldades na Câmara Municipal para manter alguns itens essenciais. A questão por exemplo do acesso público ao lago, há uma tendência gigantesca de desapropriarem aquele lago para fazer condomínios fechados, isso é um erro, um equívoco, vai contra a Constituição Nacional que estabelece que acesso ao corpo hídrico é público, não pode ser privatizado, não pode ser feito anexo. Outro ponto fundamental é a regeneração de córregos, que são muitos em Palmas e outros afluentes. Ressalta que se o planejamento for bem atendido, responsável e regulamentado, vai resultar positivo para o bem estar da sociedade sem dúvidas. Deseja que o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins estabeleça condições para que sejam tomadas as medidas corretas de gestão e ordenamento territorial do estado. Agradece e deseja bom trabalho a todos.

O Sr. Felipe Limas Ramos Barbosa, representante do MMA deseja boa tarde a todos e estabelece registro de que o Governo Federal tem atuado para auxiliar e promover os zoneamentos estaduais no país todo, indicando que este processo já vem acontecendo no Tocantins desde 2011/2012. Indica que as consultas públicas são um momento muito importante, que garante que a natureza do processo de planejamento seja realizada com a participação pública. Ressalta que é uma oportunidade de discutir e analisar as propostas e



ações do zoneamento como ferramenta de apoio a gestão territorial do estado. Agradece a todos e deseja uma excelente Consulta Pública.

Por sua vez o Deputado Paulo Mourão estabelece uma fala relativamente extensa e pertinente, destacando importantes aspectos da questão de planejamento no Tocantins. Indica que há coisas que precisam ser tratadas com prioridades nos estados brasileiros, mas assim deveriam ser tratados com maior prioridade o processo da gestão pública. No entanto no Brasil são de menor importância o debate e a construção delas. Se ouve falar de que uma das preocupações centrais desse novo século será a água e a superpopulação, principalmente em regiões urbanas. E a outra coisa que vem se preocupando muito é a questão da alimentação, pelo crescimento dessa população. O estado do Tocantins é considerado ainda, como uma das fronteiras agrícolas brasileiras e ele é tratado somente com o conceito de ocupação econômica, é preciso ocupar para gerar esse desenvolvimento. E o estado pecou muito ao longo desses 30 anos e tanto que só há um plano de zoneamento ecológico econômico feito para o Norte do Tocantins ao longo desse tempo. Indica que nos últimos 30 anos pouca importância se deu na gestão pública para o ordenamento territorial. Destaca a importância de se programar corretamente a ocupação dos solos, ocupação por processos produtivos ela precisa de um ordenamento e planejamento estratégico que mantenha a sustentabilidade. De 10 anos pra cá, no Tocantins algumas regiões sofrem com a falta água, aí as pessoas associam a falta de água com a falta chuva, não entendendo que o processo é muito mais complexo, que são justamente as águas profundas, os aquíferos os elementos que estão mais afetos a falta de água no estado. Mas mesmo com toda a riqueza de aquíferos, eles são finitos, e pode chegar ao momento que a água poderá faltar. O rio Javaé e o rio Formoso têm uma peculiaridade muito interessante que não tem nascente. São formados pelo braço da enchente do Araguaia, lá na região de Goiás, que é um dos principais fontes de rios abastecedores do processo de produção agrícola irrigada tocaninense. E o estado tem vivenciado problemas gravíssimos com a seca, em várias localidades ao longo do rio. É muito comum as vezes chegar no sertão e constatar que o rio secou, o rio mudou, a nascente do rio mudou. E por que a nascente do rio mudou? Justamente pelo processo de debilitação das águas profundas e dos aquíferos. O Brasil tem aquíferos importantíssimos, como o Guarani e o Urucuia. O Urucuia abastece Minas Gerais, Bahia e o Tocantins. Ali no Jalapão, uma das regiões mais importantes das águas do Cerrado, está inserido no aquífero Urucuia. É muito comum dizer que a Bahia desenvolveu muito a agricultura, mas se nós não fizermos uma política pública boa e uma interação dos dois estados, daqui a pouco nós vamos ter problemas de abastecimento de água no Jalapão. Manifesta preocupação quanto constata setores informando que vão liberar hidrelétrica no rio Sono e rio Balsa, não sabem a complexidade que é fazer uma hidrelétrica, ou se fazem que não sabem. O Tocantins tem um dos pontos turísticos mais bonitos do mundo que é o rio Azuis, com 174 metros de extensão, considerado o segundo menor rio do mundo, tende a sumir por falta de política pública, fazem de conta que não é com o Governo. É preciso estimular o debate e parabeniza a realização da Consulta Pública realizada dentro da universidade, manifesta preocupação com a matéria de tamanha importância não conte com a presença do Secretário e o Subsecretário que não estão presentes. Indica ser necessário que todo o setor produtivo rural por meio da Federação da Agricultura contribua com as projeções e planejamentos do estado. Importante a participação da Federação dos Trabalhadores, das comunidades rurais, dos povos indígenas, dos representantes da indústria e comércio, porque se não houver conscientização de todos, ocorrerá um problema muito sério daqui 10 a 15 anos que é a falta de água. No ano de 2000 houve o incentivo de várias hidrelétricas no Tocantins, tais como a Serra Mesa, Salvador, Peixe, Luiz Eduardo Magalhães. Em um percurso de mais ou menos 1000 e 1200 km existem 5 hidrelétricas e em nenhuma delas há o planejamento de uso das águas, só pensaram no sistema de produção de energia que é privado. No entanto, não pensaram para o processo sustentável de produção de gado, na geração de empregos e muito mais, não pensaram que elas estão acumulando metais pesados da agricultura dos produtos químicos, principalmente o que é de fósforo e potássio que são produtos que se acumulam no fundo da água e diminui a oxigenação dessa água e ao mesmo tempo se fala em produção e não falam das curvas de níveis, do assoreamento. O estado possui rios secando, nascentes mudando de lugar, mas não se falam do tema prioritário que é as águas profundas, os aquíferos que mantêm os rios e o regime hídrico. A chuva enche rio temporário, quem cria o processo são as águas profundas, e isso é matéria de discussão dentro do Ministério do Meio Ambiente, os estados precisam entender essa dinâmica melhor. Mas, para concluir, nesse momento das consultas públicas devem ser envolvidos todos os prefeitos e a câmara de vereadores, pois o processo da urbanização é um problema grave dentro da perspectiva da sustentabilidade. É necessário entender a dinâmica da produção, principalmente da soja e do milho, para alimentar o processo de desenvolvimento e fortalecimento econômico do estado, e entender essa dinâmica para a produção ao mesmo tempo saltar na geração de empregos formalizados. E é nesse sentido que, em nome da Assembleia Legislativa, trazemos algumas opiniões para o trabalho de hoje. Parabenizo a todos os presentes nesse evento e desejo um bom trabalho na tarde de hoje.

3.2.9.3 EXPOSIÇÃO TÉCNICA E CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

A apresentação técnica da Consulta Pública de Palmas não foi diferente das anteriores no que se refere a conteúdo e formas de apresentação. Iniciou com a fala do Sr. Rodrigo Borges, que agradeceu a presença de todos e destacou a importância do evento para consolidar a participação pública no processo de construção do ZEE-TO. Explicou o enquadramento perante as legislações federal e municipal apresentando um breve histórico do processo de construção do ZEE-TO até o momento e indicando os conceitos, abordagens e referenciais legais que foram utilizados para estruturação dos trabalhos.

Citou que o estado do Tocantins realizou o Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Tocantins na condição de piloto em 2012, aplicado neste momento para o estado todo. Destacou alguns pontos importantes de se considerar a partir da necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento e conservação. Comentou sobre os canais de comunicação que estão abertos para receber críticas e sugestões de todos, informando que a expectativa da SEPLAN-TO é de terminar o ZEE-TO ainda este ano.

Na sequência, o Sr. Valmir Detzel iniciou sua apresentação técnica destinada a dar ciência a todos sobre os elementos, critérios e cenários analisados para a consolidação de uma proposta para o Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e para o Plano de Ação do Zoneamento. Informou passo a passo todas as abordagens e análises realizadas desde o princípio dos trabalhos até chegar a proposta consolidada de zoneamento para o estado todo. A apresentação do representante do Consócio SDH também não diferiu das demais anteriores realizadas nas cidades distribuídas pelo estado, seguindo basicamente ao roteiro que foi estruturado previamente. Fomentou, ainda, as discussões com a plenária estabelecendo esclarecimentos e argumentações sobre a proposta. Durante a apresentação técnica foram realizadas solicitações de esclarecimentos sobre o conteúdo apresentado (Figura 3.84).

Figura 3.84

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

O Sr. Vinicius Mesquita Rincon do Ministério Público Federal parabenizou o trabalho realizado e comentou que em uma análise superficial olhando a cartilha, percebeu que tem algumas ZCEs bem próximas de ZPIs. Conhecendo um pouco da região, por exemplo, ao lado da Estação Ecológica Serra Geral. Outra ZCE 1 logo acima das ZETI Xerente, em Pedro Afonso, e ao lado da reserva indígena sabe-se que estão os investimentos da Bunge, bem próximo da terra indígena. Tem uma outra zona de desenvolvimento, a ZDI 4 que está nas bordas do Parque Nacional do Araguaia e das Terras Indígenas, e pelo gradiente de classificação que o Sr. Valmir citou estaria um pouco acima da ZCE 1. Nesta região tem os grandes projetos hidroagrícolas do estado, então o zoneamento está mostrando que foi feito um retrato da realidade que se tem hoje e está considerando que essas áreas vão permanecer assim, porque representam usos consolidados. Partindo deste raciocínio o Sr. Vinicius argumenta que muitos projetos hidroagrícolas estão em zonas altamente suscetíveis ecologicamente. Pergunta se o ZEE não deveria estudar mais essas áreas, essas questões próximas às UCs e Terras Indígenas, traçando um novo perfil ao invés de ZCE 1 ao lado dessas áreas. O Sr. Valmir explicou que as Zonas não se constituem em áreas de amortecimento de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas, indicando que as classificações das zonas obedecem as potencialidades e limitações do meio natural e



socioeconômico, considerando também os usos consolidados também. A sugestão de melhores estudos sobre os empreendimentos citados é positiva, no entanto, o Sr. Valmir esclarece que a escala de trabalho utilizada no Zoneamento não é adequada aos estudos sugeridos por ser macro. Também esclarece que os estudos poderão ser realizados por ocasião dos planos regionais de desenvolvimento que deverão suceder ao ZEE-TO.

O Sr. Henrique Garcia, assessor técnico do Ministério Público Estadual comenta que acha importante a disponibilização dos *shapes* que os interessados possam conseguir ver com os olhos mais de perto essas zonas. Manifesta dúvida se vai criar uma unidade de conservação na Serra da Cambiaria e uma no Parque do Paranã, devendo fazer constar nas ZEPI. Outro ponto que gostaria de verificar também que foi tratado nesse zoneamento, é o Zoneamento do Norte do Tocantins - Bico do Papagaio, que foi concluído em 2005 e só teve a lei aprovada em 2012. Pergunta como foi feita a comparação daquele zoneamento com esta nova atualização já que o Ministério Público falou que tem que atualizar o zoneamento a cada dez anos. Outra questão colocada diz respeito ao percentual de Reserva Legal argumentando se o ZEE-TO tratará do tema. O Sr. Valmir explicou quanto a disponibilização dos dados do ZEE-TO em *shape*, informando que a SEPLAN-TO detém todo o conjunto de informações geográficas e poderá disponibilizar os arquivos solicitados a partir de um pedido específico. Informa também que todas as Unidades de Conservação criadas formalmente constam como Zonas Especiais e que as proposições de novas unidades ainda em trâmite não podem fazer parte do zoneamento, porém, à medida que sejam criadas passarão a ser incorporadas no zoneamento na condição de Zonas Especiais. Quanto a Reserva Legal o Sr. Valmir indica que houve uma intenção da equipe técnica de incluir abordagem na proposta de ZEE-TO, mas que a SEPLAN-TO determinou a não inclusão em função de uma interpretação legal sobre o tema. O Sr. Felipe do Ministério do Meio Ambiente foi convidado a esclarecer melhor este enquadramento. Informou que a legislação determinou prazo de 5 anos para a possibilidade de alteração dos percentuais por meio dos zoneamentos ecológico econômico, mas que há variações de interpretação jurídica para estes prazos. Porém, em síntese a interpretação que está prevalecendo é de que o prazo disponível para a promoção de alterações venceu em 2017. Destaca somente que no artigo 12º, parágrafo 5º da nova lei florestal traz uma competência, que o poder público estadual também pode regular sua reserva legal desde que tenha o ZEE, indicando que como a lei fala do poder público estadual, não cabe ao governo federal regulamentar. Cita que o último caso de redução de reserva legal que teve foi em uma região da Amazônia, no sul do Amazonas, isso antes de mudar o código florestal, só que no momento que chegou no CONAMA, na câmara jurídica, e atualmente o processo está na Procuradoria Jurídica da Casa Civil parado até agora. Sua interpretação é de que a Casa Civil a princípio hoje não vai assinar nada que mexa com reserva legal.

Seguindo com os debates o Sr. Gilson Cabral, representante do Sindicato das Indústrias de Carnes, indica que uma das preocupações principais do nosso setor, é de que existem as áreas de limitações de produção no estado (corredores do Norte do estado) que não teve regulamentação nenhuma, e a condição desse corredor ecológico, como não tem regulamentação, determina que os frigoríficos, as indústrias frigoríficas não podem comprar gado lá produzido, em função das pessoas que assinaram aquele termo de ajuste de conduta com o ministério público federal. Da forma como está prejudica o produtor rural, a cadeia produtiva e as indústrias principalmente as situadas no estado. Esta restrição tem inibido o desenvolvimento do estado dificulta a produção de matéria prima e afeta a cadeia de produção de insumos relacionados a bovinocultura. Destaca que não há no estado uma política pública de preservação das nossas cadeias produtivas todinhas, por causa principalmente desse encontro de biomas que existe no Tocantins, do Cerrado, o Desértico e o Amazônico. Existem muitas legislações que são confusas e os próprios órgãos estaduais eles têm dificuldades em estabelecer critérios claros do que se pode fazer aqui, fica com dúvida do que não se pode fazer. Com esse estudo agora, a preocupação maior é definir essas zonas, fazendo esse novo mapa do estado. Pergunta como será a parte legal. O Sr. Valmir Detzel esclarece que é necessário entender que o zoneamento é uma ferramenta de planejamento e não de licenciamento. O zoneamento estabelecerá diretrizes para as diversas linhas de ação e certamente poderá influenciar os demais procedimentos relacionados ao licenciamento e gestão territorial. O Sr. Valmir destaca ainda que os corredores propostos no ZEE-TO terão seu nome alterado, posto já se ter constatado que a denominação não reflete o real sentido das áreas delimitadas como prioritárias para serviços ecossistêmicos, além de estabelecer compreensões equivocadas passíveis de produzir conflitos e não aceitação do ZEE-TO.

A Sra. Louane Ariela Cavalcante, representante da Fundação de Meio Ambiente de Palmas, indica que trabalhou na revisão do Plano Diretor de Palmas que redefiniu áreas e zonas. Aponta que uma das vertentes trabalhadas, principalmente pela equipe de meio ambiente foi a inserção do conceito e de territórios como corredores verdes. Afirmando que o município desenvolveu um convênio corredores verdes. *“A gente já está nesse desafio de realmente pensar na emissão zero de carbono e controle climático. Nesse conceito,*

considerando tudo que vocês já propuseram aí no zoneamento, eu vi que a área próximo a Palmas, é boa, é farta, então isso pra nós é um ponto positivo, porque vê que há uma compatibilização aí dos conceitos e divisões em nossa gestão do território. A pergunta é, quais serão os tipos de exceções que vocês estão pensando, que já foram desenvolvidas, pensado ou raciocinado nessas áreas, considerando que você trouxe para nós que a ideia é um desenvolvimento mas também conservação ali nas cidades” (Figura 3.85). O Sr. Valmir esclareceu que não é contra o conceito e o estabelecimento de corredores ecológicos ou de biodiversidade em sua abordagem clássica, mas indica que não houve uma opção técnica pela adoção deste conceito no ZEE-TO em função de vários fatores. Um deles diz respeito a novas práticas de conservação aliadas ao desenvolvimento, aplicadas aos critérios estabelecidos para o zoneamento. Outra razão diz respeito ao risco de se propor o estabelecimento de corredores no ZEE-TO e esta definição funcionar como gatilho para derrubadas da vegetação no intervalo de tempo entre a proposição do corredor no ZEE-TO e sua transformação em lei (comenta que foi isto que ocorreu com os corredores propostos no Zoneamento Norte do Tocantins) e o terceiro defende que a definição de corredores de biodiversidade deve ser estabelecido em planejamentos cuja escala seja regional, ou seja, com diagnoses e georreferências de maior precisão, por exemplo, em Planos Diretores ou em Planos de Desenvolvimento Regional.

Figura 3.85

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

Outro participante seguiu na mesma linha da pergunta anterior. Questiona quais são as estratégias de implementação dos corredores, que acabei de ouvir o comentário ali do colega falando que no Bico do Papagaio isso não teve tanto êxito, a implementação dos corredores ecológicos. Então diante dessa experiência, o que que vocês trazem, se já foi pensado no passado alguma estratégia? Também eu vi que é só na diretriz, mas se há alguma estratégia traçada para que esses corredores sejam realmente implementados? Novamente o Sr. Valmir explica que a estratégia para os corredores (que mudarão de nome) no ZEE-TO é de priorizar nestas áreas indicadas o incentivo ao desenvolvimento de ações e serviços ecossistêmicos vinculados a proteção dos recursos hídricos e das coberturas vegetais nativas. Explica também que, embora não tenha sido detalhado o escopo completo da proposição na data de hoje, em função do tempo disponível, há um delineamento completo para os corredores nos produtos P13 e P15 disponíveis no site da SEPLAN-TO, acrescentando ainda que as diretrizes e ações demonstradas na Consulta Pública, conforme definido na fala inicial, deverão ser refinadas e ajustadas ao longo dos próximos meses, na evolução das propostas rumando para a finalização do Zoneamento. Por este motivo ressalta a possibilidade de contribuição dos participantes para melhorar as definições e diretrizes apresentadas.

A participante Marta Eichemberger, geógrafa da Embrapa Pesca e Aquicultura, fez observação com relação aos projetos propostos na parte de Gestão Econômica, indicando que foram colocados em uma mesma caixinha o manejo pesqueiro e a aquicultura. Indica que há uma diferença grande entre as duas linhas de ação, sendo que uma delas, a pesca, corresponde atividade extrativista e a segunda, aquicultura, constitui atividade pecuária. Esclarece que nos 7 anos em que atua trabalhando na Embrapa fazem esforços para criar um projeto conjugado de pesca e aquicultura sem sucesso, justamente pela natureza das atividades serem completamente diferentes. Pra tentar retificar isso, concluiu-se a elaboração agora um projeto sobre pesca artesanal, com base em um diagnóstico da pesca artesanal ao longo do rio Araguaia, onde foram percorridas

16 comunidades pesqueiras. O que se pode perceber é que o problema passa longe de ser econômico, ele é muito mais social e está muito mais associado ao baixo nível tecnológico da pesca no Tocantins. Então solicita esclarecimentos do porque foi considerado na mesma caixinha o manejo pesqueiro e a aquicultura e sugere que sejam separados. Indica que o manejo pesqueiro se enquadraria muito mais ou na parte de meio ambiente ou numa política pública do que propriamente na gestão econômica. Então só pra resumir esclarece que o nível tecnológico da pesca artesanal ou profissional no Tocantins é muito baixo, não permitindo o enquadramento numa lógica de produção. O Sr. Valmir agradece pela intervenção e sugestões indicando que o tema será revisado. Conclama a Embrapa a realizar sugestões por escrito quanto aos itens elencados e outros que achar pertinente, de forma a contribuir com o refinamento das ações do projeto.

O último comentário da plateia na Consulta Pública foi do Sr. Otton Nunes Pinheiro que trata das atividades minerárias (Figura 3.86). Na condição de geólogo discorreu sobre o fato de as grandes empresas não se interessarem por investir, especialmente na área de produção de cimento, por questão de insegurança jurídica com relação ao licenciamento ambiental. Questiona se dentro do ZEE-TO foram consideradas, dentro dessa atividade minerária, as concessões e reservas cubadas. Cita que a independência futura do Tocantins vai ser o minério. Destacou a importância do tema e parabenizou a todos pela abordagem e apresentação realizada. Concluindo os esclarecimentos o Sr. Valmir Detzel comentou que o mapeamento dos direitos minerários foi considerado nas análises e diagnoses, sendo que contribuiu para a definição de cenários que, por sua vez, influenciaram a definição das zonas. Porém estabeleceu novamente o esclarecimento de que as zonas não indicam áreas específicas destinadas a mineração ou ao desenvolvimento de projetos relacionados a este tema, em função da escala de trabalho. Remete novamente a abordagem detalhada deste tema aos Planos Regionais de Desenvolvimento ou outros similares, que deverão ser desenvolvidos após o processo de zoneamento.

Figura 3.86

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO MOMENTO DE COLETA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO REALIZADA NA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS - ZEE-TO



Fonte:
Registro do Autor, 2018.

3.2.9.4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Com a finalização dos trabalhos da Consulta Pública de Palmas, se estabeleceu o fim de um dos ciclos de construção do ZEE-TO, relacionado ao conjunto de consultas realizadas no estado com o propósito de coletar informações, contribuições e incitar a sociedade tocantinense a colaborar com o refinamento das propostas apresentadas ao longo do mês de julho e início de agosto.

O Sr. Rodrigo Borges, na condição de coordenador geral do ZEE-TO na SEPLAN-TO agradeceu muito a presença de todos, destacando que as colaborações são muito bem vindas, sendo que os interessados poderão acessar o site da SEPLAN-TO e emitir seus posicionamentos fazendo uso da ficha e canal próprios do ZEE-TO. Ou ainda, indicou que o acesso para sanar outras dúvidas e contribuir com o trabalho poderia ser feito de forma direta para por e-mail ou telefone, indicando que os dados de contato constam na última página da cartilha que todos receberam no momento da inscrição.



Com seu agradecimento final, o Sr. Rodrigo Borges declarou encerrados os trabalhos de Consultas Públicas sobre as propostas de Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins e sobre o Plano de Ação do Zoneamento.

ANÁLISE DE RESULTADOS



As análises apresentadas no presente item correspondem às avaliações realizadas quanto à efetividade do processo de mobilização de atores sociais para as Consultas Públicas realizadas no Tocantins, em um primeiro momento, e à compilação de resultados obtidos a partir das contribuições obtidas nos eventos.

O propósito principal das análises é subsidiar as fases de trabalho posteriores relacionadas ao refinamento das propostas de Zoneamento propriamente dito e de um Plano de Ações do Zoneamento, visando a consolidação final dos planos. A seguir estão expostos os principais resultados analisados por etapa, mobilização e contribuições a partir dos eventos realizados.

4.1 RESULTADOS DOS TRABALHOS DE MOBILIZAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

4.1.1 NÚMERO DE ATORES MOBILIZADOS E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

O ponto de partida para o processo de mobilização correspondeu aos levantamentos secundários de campo realizados por ocasião das Oficinas Técnicas em 2017. Partindo dos conhecimentos adquiridos sobre o estado e a distribuição/localização dos atores influentes e formadores de opinião, os trabalhos de mobilização foram estruturados de maneira a percorrer municípios em todo o território do Tocantins.

No presente caso os trabalhos de mobilização tiveram um preceito um tanto diferente das mobilizações anteriores, na medida em que interessava à organização dos eventos a participação do maior número possível de atores, de forma a estabelecer amostras representativas da sociedade em cada um dos eventos.

Nove foram as Consultas Públicas realizadas, organizadas em seu cronograma para acontecer duas a duas, a cada semana do mês de julho (terças e quintas) e primeira semana do mês de agosto, tendo sido a primeira realizada no dia 05.07.2018 e a última no dia 02 de agosto. Tal arranjo determinou que as mobilizações ocorressem considerando 7 a 10 dias de antecedência de cada evento. Portanto, destaca-se que os trabalhos de mobilização foram realizados no período entre 27.06.2018 e 30.07.2018, ou seja, à exceção da primeira semana de mobilização, praticamente todo o restante do período de trabalho coincidiu com o período das férias escolares e temporada de praias tocantinenses (Período em que muitos trabalhadores optam por sair também de férias).

Embora cientes do efeito de menor público atingido na mobilização, em função das dificuldades em se encontrar as pessoas em seus locais de trabalho e moradia, a equipe técnica foi compelida a realizar seu trabalho com maior empenho. No ano de 2018 houve a excepcionalidade de uma nova eleição a Governador do Estado no segundo trimestre do ano, provocando a ocorrência de um período eleitoral que impediu a proposição de eventos com caráter público, por parte do Governo, entre os meses de abril e junho, seguindo a legislação eleitoral brasileira. Apesar das eleições realizadas no segundo trimestre terem sido bem sucedidas em sua execução, ela teve caráter excepcional de “tampão” resultando em uma gestão curta aos novos governantes eleitos. Pois, nesse mesmo ano de 2018, ocorreram as eleições regulares com período eleitoral iniciando em 15.08.2018, novamente impedindo a realização de eventos públicos governamentais, conforme lei eleitoral. Assim sendo, a janela de cronograma possível de acolher a realização dos eventos, restringiu-se ao final do mês de junho, mês de Julho e início do mês de agosto.

Os trabalhos de mobilização foram intensos, realizados de domingo a domingo, por duas equipes constituídas por profissionais experientes com formação superior. O rito de mobilização teve sempre seu início, em cada município, com uma visita oficial à Prefeitura e, muitas vezes, à Câmara de Vereadores, visando anunciar os eventos que estariam por vir e oficializar os convites às autoridades máximas de cada localidade. Na sequência, as equipes de mobilização percorriam outras instituições e estabeleciam contato com atores líderes ou formadores de opinião, solicitando a estes que contribuíssem com ações de divulgação do evento, utilizando-se de seus já instituídos canais de comunicação (mídias sociais, entre outros).

Uma descrição das aglutinações foi realizada para fins de classificação dos segmentos de atuação mobilizados para as Consultas Públicas. Os segmentos definidos são:



- **Comunitário** - corresponde às comunidades tradicionais tais como quilombolas e quebradeiras de coco. Pode ser também constituído por representantes individuais integrantes dessas e demais comunidades;
- **Organizações da Sociedade Civil** - corresponde às associações, projetos de assentamentos (PA), comitês, cooperativas, sindicatos, colônias de pescadores, organizações não governamentais, e similares;
- **Educacional** - corresponde às instituições de ensino e pesquisa, considerando o ensino fundamental, médio e superior;
- **Empresarial/Setor Privado** - corresponde às organizações de direito privado com fins lucrativos e empresas atuantes no mercado com o provimento de bens e serviços;
- **Governamental** - corresponde aos segmentados dos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, considerando a administração direta, as instâncias legislativas (câmaras de vereadores), e, incluindo organizações públicas da administração indireta, tais como fundações, institutos, empresas públicas e autarquias (EMBRAPA, INCRA, IPHAN, NATURATINS, RURALTINS, entre outras).

Quadro 4.1

NÚMERO DE MOBILIZADOS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE E NÚMERO TOTAL DE MOBILIZAÇÕES REALIZADAS NO PROCESSO DE PREPARO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO

SEGMENTO DE ATUAÇÃO	Nº DE INSTITUIÇÕES CONVIDADAS	REPRESENTAÇÃO EM %
Comunitário	05	1,48
Organização da Sociedade Civil	81	23,96
Educacional	48	14,20
Empresarial/Setor Privado	28	8,28
Governamental Federal	09	2,66
Governamental Estadual	23	6,80
Governamental Municipal	144	42,60
TOTAL	338	100,00

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

O resultado das mobilizações realizadas indica que o maior número de atores mobilizados corresponde ao segmento Governamental com um total de 176 instituições convidadas, sendo 09 na esfera federal, 23 na esfera estadual e 144 na esfera municipal. Somadas as três esferas governamentais, este segmento representa pouco mais da metade de todos os segmentos mobilizados, ou seja, 52,06 %. Considerando, ainda, o quantitativo de atores mobilizados, o segmento com o segundo maior número de convidados foi Organização da Sociedade Civil com um total de 81 instituições contatadas, seguido pelo Educacional com 48, o Empresarial/Setor Privado com 28 e o Comunitário com 05 instituições convidadas.

Observa-se um quantitativo bem maior para o segmento Governamental, tendo em vista a sua forte representatividade junto à sociedade, pois, conforme já mencionado no início deste Subitem, o rito de mobilização teve sempre seu início, em cada município, com uma visita oficial à Prefeitura e, muitas vezes, à Câmara de Vereadores, visando anunciar os eventos que estariam por vir e oficializar os convites às autoridades máximas de cada localidade.

A representatividade do Setor Educacional também foi significativa, atingindo 48 atores mobilizados, ou seja, 14,20 % do total convidado. Os convidados do segmento privado corresponderam a 8,28 % do total.

A análise destes valores indica que, seguramente, todos os segmentos do estado do Tocantins foram contatados, mobilizados e sensibilizados a participar das Consultas Públicas, na pessoa dos atores sociais que os representam.

Destaca-se que esta mobilização tinha o propósito de incitar às personalidades líderes de cada segmento a convocarem outras pessoas eventualmente interessadas, dando ao processo um efeito multiplicador.

O processo de mobilização contou com apoio das prefeituras municipais, associações, sindicatos, comitês, órgãos estaduais, entre outros no sentido de repassar o convite de participação na Consulta Pública à população, após o contato da equipe técnica que atuou nos trabalhos efetivos de mobilização em campo, bem como cedendo espaços para a realização do evento. Este apoio foi de grande importância para a otimização



dos trabalhos ampliando a rede de contatos e garantindo que um número maior de atores sociais pudesse ser convocado.

Destaca-se, ainda, que também houve grande esforço no sentido de convocação da população em geral, através de chamadas realizadas por carros de som que percorriam as principais vias públicas dos municípios sede de cada evento.

4.1.1.1 ATORES MOBILIZADOS À CONSULTA PÚBLICA CONFORME SEDE DOS EVENTOS

O Quadro 4.2 apresenta o quantitativo da mobilização dos conforme a sede dos eventos (regional administrativa) para os quais foram convidados, bem como a representatividade em porcentagem em relação a regional referência e ao total mobilizado.

Quadro 4.2

ATORES MOBILIZADOS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO CONFORME SEDE DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO

ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DO ZEE-TO			
SEGMENTO DE ATUAÇÃO	Nº DE ATORES MOBILIZADOS	% EM RELAÇÃO À REGIONAL ADMINISTRATIVA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL MOBILIZADO
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO			
Comunitário	4	17.39	1.18
Organização da Sociedade Civil	1	4.35	0.30
Educacional	2	8.70	0.59
Empresarial/Setor Privado	5	21.74	1.48
Governamental Federal	1	4.35	0.30
Governamental Estadual	0	0.00	0.00
Governamental Municipal	10	43.48	2.96
TOTAL	23	100.00	6.80
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	13	30.95	3.85
Educacional	7	16.67	2.07
Empresarial/Setor Privado	2	4.76	0.59
Governamental Federal	1	2.38	0.30
Governamental Estadual	2	4.76	0.59
Governamental Municipal	17	40.48	5.03
TOTAL	42	100.00	12.43
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA			
Comunitário	1	2.63	0.30
Organização da Sociedade Civil	10	26.32	2.96
Educacional	4	10.53	1.18
Empresarial/Setor Privado	1	2.63	0.30
Governamental Federal	0	0.00	0.00
Governamental Estadual	1	2.63	0.30
Governamental Municipal	21	55.26	6.21
TOTAL	38	100.00	11.24
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE COLINAS DO TOCANTINS			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	3	20.00	0.89
Educacional	5	33.33	1.48
Empresarial/Setor Privado	1	6.67	0.30
Governamental Federal	1	6.67	0.30
Governamental Estadual	2	13.33	0.59
Governamental Municipal	3	20.00	0.89
TOTAL	15	100.00	4.44
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE PEDRO AFONSO			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	13	41.94	3.85



ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DO ZEE-TO			
SEGMENTO DE ATUAÇÃO	Nº DE ATORES MOBILIZADOS	% EM RELAÇÃO À REGIONAL ADMINISTRATIVA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL MOBILIZADO
Educacional	3	9.68	0.89
Empresarial/Setor Privado	3	9.68	0.89
Governamental Federal	0	0.00	0.00
Governamental Estadual	1	3.23	0.30
Governamental Municipal	11	35.48	3.25
TOTAL	31	100.00	9.17
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE GURUPI			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	4	12.12	1.18
Educacional	6	18.18	1.78
Empresarial/Setor Privado	1	3.03	0.30
Governamental Federal	0	0.00	0.00
Governamental Estadual	3	9.09	0.89
Governamental Municipal	19	57.58	5.62
TOTAL	33	100.00	9.76
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE DIANÓPOLIS			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	6	12.50	1.78
Educacional	6	12.50	1.78
Empresarial/Setor Privado	2	4.17	0.59
Governamental Federal	1	2.08	0.30
Governamental Estadual	7	14.58	2.07
Governamental Municipal	26	54.17	7.69
TOTAL	48	100.00	14.20
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE NOVO ACORDO			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	9	34.62	2.66
Educacional	0	0.00	0.00
Empresarial/Setor Privado	0	0.00	0.00
Governamental Federal	0	0.00	0.00
Governamental Estadual	2	7.69	0.59
Governamental Municipal	15	57.69	4.44
TOTAL	26	100.00	7.69
ATORES MOBILIZADOS PARA CONSULTA PÚBLICA DE PALMAS			
Comunitário	0	0.00	0.00
Organização da Sociedade Civil	22	26.83	6.51
Educacional	15	18.29	4.44
Empresarial/Setor Privado	13	15.85	3.85
Governamental Federal	5	6.10	1.48
Governamental Estadual	5	6.10	1.48
Governamental Municipal	22	26.83	6.51
TOTAL	82	100.00	24.26
TOTAL GERAL	338	-	100

Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.

4.1.2 CORRESPONDÊNCIA ENTRE MOBILIZADOS E A REPRESENTAÇÃO NAS CONSULTAS PÚBLICAS

As nove Consultas Públicas realizadas resultaram em um público presente de 388 atores (excluindo os membros da equipe técnica de organização do ZEE-TO), o que indica um índice de efetividade de mobilização bastante bom, considerando todos os meios utilizados

A despeito das dificuldades de mobilização resultantes do período de férias mencionado, entende-se que o trabalho teve efetividade e eficácia. Embora o número de atores presentes nas Consultas Públicas não tenha sido representativo para todos os municípios do estado, entendemos como positivos os resultados alcançados no processo de mobilização.

O Quadro 4.3 apresenta síntese do número atores presentes nas Consultas Públicas por Região Administrativa, que indica a origem geográfica dos atores presentes em cada evento, apontando a efetividade das mobilizações realizadas ao longo do período.

Quadro 4.3

NÚMERO DE PARTICIPANTES POR REGIÃO ADMINISTRATIVA E TOTAL DE PARTICIPAÇÃO NAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO

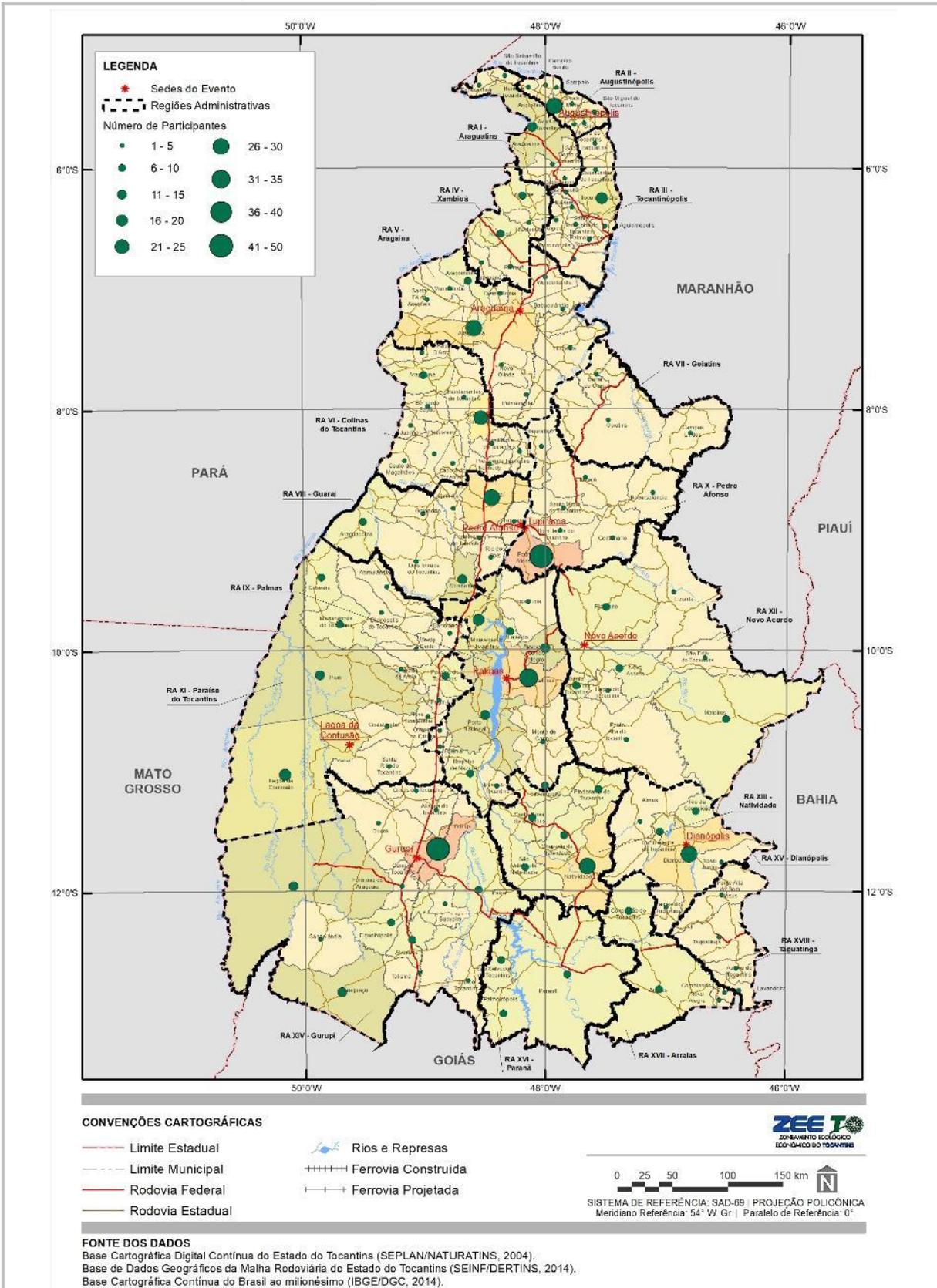
REGIÃO ADMINISTRATIVA	PRESENTES NA CONSULTA
Paraíso do Tocantins	32
Tocantinópolis	3
Gurupi	20
Dianópolis	20
Xambioá	6
Araguaína	21
Guaraí	15
Araguatins	3
Colinas do Tocantins	18
Arraias	4
Augustinópolis	15
Taguatinga	3
Goiatins	0
Pedro Afonso	19
Palmas	105
Natividade	2
Novo Acordo	65
Paranã	2

Nota: Nos registros acima não foram computados 1 participante de Brasília/DF, 1 participante de Natal/RN e 1 participante de Goiânia/GO.
Fonte:

Elaborado pelo Autor, 2018.



Figura 4.1
NÚMERO DE REPRESENTANTES, POR MUNICÍPIO, PRESENTES NAS CONSULTAS PÚBLICAS DO ZEE-TO



Fonte:
Elaborado pelo Autor, 2018.

As representações por domicílio do participante não necessariamente indicam uma relação de interesse local pelo ZEE-TO. Alguns municípios, mesmo tendo sido mobilizados de forma presencial, não puderam enviar



representantes às Consultas Públicas, ou enviaram em menor quantidade, como por exemplo alguns da região sudeste do estado. Isso ocorreu em função de dificuldades derivadas das grandes distâncias entre as sedes das Consultas Públicas e os locais de origem dos convidados. Outro fator que contribuiu para este cenário foi o período de férias, ocasionando que muitos dos atores mobilizados ficaram impedidos de estar presentes por compromissos de viagens anteriormente assumidos em função de férias escolares/familiares, ou mesmo, por impedimentos de presença dos profissionais vinculados às instituições públicas que declararam recesso no mês de julho.

4.2 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEMÁTICAS DAS CONSULTAS PÚBLICAS

Ao concluir as Reuniões Temáticas e Consultas Públicas depreende-se que o envolvimento da sociedade produziu resultados significativos para o ajuste das propostas apresentadas com base nos produtos P13 e P15, estabelecendo uma contribuição valiosa ao refinamento das abordagens realizadas com vistas à elaboração do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento finais. Em cada uma das Consultas Públicas foram absorvidas percepções importantes pela equipe técnica de elaboração do ZEE-TO que permitiram certificar positivamente o método adotado para construir o zoneamento.

Entre todas as intervenções realizadas pela sociedade, nos diversos eventos realizados, diversas delas se relacionou a anseios que não são passíveis de solução com o ZEE-TO, seja pela limitação da escala de trabalho ou pela inadequação do objeto/ferramenta. De toda forma, as percepções coletadas sobre pontos de vista e formas de relacionamento da população com ferramentas de gestão foi positiva para auxiliar a equipe técnica responsável pela construção do zoneamento.

De todas as contribuições coletadas, algumas foram fundamentais para a compreensão da equipe técnica quanto à necessidade de ajustes na proposta do ZEE-TO, as quais destacam-se a seguir:

- No caso das Zonas Especiais, o critério de limitação de tamanho para cada zona (de forma a não ter zonas menores do que limitado a 5.000 ha) não deve ser aplicado, posto que unidades de conservação e terras indígenas constituem-se institucionalizadas por legislação específica que define delimitação de territórios formalmente. Adiciona-se o fato de que em ambos os casos a legislação e normatização aplicada prevê a elaboração de zoneamentos e planos de gestão individuais o que estabelece concretamente a gestão territorial específica. Portanto, serão verificadas e inseridas todas as Unidades de Conservação Federais e Estaduais, bem como todas as Terras e Áreas Indígenas no zoneamento, com a configuração de Zonas Especiais, independentemente do tamanho que elas apresentem;
- Quanto às unidades de conservação municipais e privadas, catalogadas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação definido pela Naturatins, serão consideradas também Zonas Especiais, no entanto, sem que constituam apontamentos no mapa do Zoneamento. A provisão destas UCs na condição de ZEs será realizado por inserção de texto 'específico designando o status que estas unidades passarão a ter perante o zoneamento e os procedimentos de gestão territorial à elas relacionados. A justificativa para não inclusão das UCs municipais no mapeamento do ZEE-TO relaciona-se ao fato de que não há homogeneidade de registros geográficos de todas as que existem no estado. Realizar apontamento em mapas de UCs presentes em um grupo de municípios e não realizar em outros (por falta de dados geográficos validados) provocará fragilidade no mapeamento do ZEE-TO, sendo melhor alternativa a realização de apontamento somente em texto, prevendo diretrizes específicas;
- Algumas divergências foram citadas quanto à presença ou ausência de Terras Indígenas em determinados municípios, sendo que alguns municípios manifestaram objeções à presença de terras indígenas identificadas em seus territórios. As verificações e correções cabíveis serão devidamente adotadas no P18 - Produto final, o Zoneamento Ecológico Econômico com os devidos ajustes de enquadramento territorial;
- O clamor das populações tradicionais quilombolas no sentido de que estejam constantes do mapeamento do ZEE-TO as terras definidas formalmente pelo Instituto Palmares, embora legítimo, não promove alteração nos resultados do zoneamento propriamente dito. Destaque-se que as terras quilombolas não são delineadas pelo Instituto Palmares (com pouquíssima exceção) e, mesmo que o



delineamento fosse concreto, o zoneamento aplicável à estas terras ficaria exatamente em conformidade com a proposta atual. A existência de terras quilombolas não afeta ou altera os critérios de zoneamento aplicados ao território do Tocantins, tendo em vista que ele foi realizado em função das potencialidades naturais do território. Mesmo assim, registra-se que todas as terras e comunidades quilombolas existentes no estado constam mapeadas em um plano de informação específico, sendo possível a produção de mapa de zoneamento com a sobreposição das áreas quilombolas;

- A proposta do Plano de Zoneamento definiu o termo “Corredores Naturais” para áreas importantes que contém limitações legais ou naturais para usos e arranjos produtivos tradicionais. A proposta dos corredores no âmbito do ZEE-TO não se relaciona ao congelamento de áreas com remanescentes de vegetação natural. Também não houve intenção de criação de corredores para propósitos de criação de unidades de conservação ou áreas de preservação permanente. Neste sentido, percebeu-se que a denominação de “Corredores Naturais”, utilizadas na proposta de zoneamento, demonstrou-se inadequada por remeter à interpretação de corredores de biodiversidade ou ecológicos. O propósito para estas áreas no ZEE-TO foi de estabelecer prioridades para aplicação de serviços ecossistêmicos como alternativa a usos tradicionais, não só pelas limitações físicas e naturais que estas áreas apresentam, como também pela necessidade de proteção dos recursos hídricos e mananciais nelas incorporados. Como solução, surgiu a proposta de alteração da denominação “Corredores Naturais” por outra mais adequada que promova associação direta à abordagem “prioritária para serviços ecossistêmicos”, “proteção de recursos hídricos” ou similares. A equipe técnica definirá nova proposta de denominação ao longo do trabalho que está em andamento para conclusão do ZEE-TO;
- Embora a equipe técnica já tivesse ciência da necessidade de ajustes na proposta do ZEE-TO, confirmou-se com as Consultas Públicas a necessidade de melhorias significativas nos delineamentos das diretrizes para cada uma das zonas. Os 132 quadros correspondentes cada qual a uma zona, contém textos designando diretrizes que demandam melhores especificações e diferenciações. Há um certo nível de subjetividade nas descrições e definições, o que torna difícil a diferenciação entre diretrizes aplicadas à zonas diferentes, porém, de mesma categoria (ZDIs ou ZCEs). Há que se trabalhar com a melhor especificação das diretrizes de cada zona, tornando-as mais claramente definidas no produto final do ZEE-TO;
- Os programas e projetos apresentados como propostas no Plano de Ação do Zoneamento Ecológico Econômico, carecem de melhorias e ajustes, tanto no que tange a conteúdo de ações propostas como também de reorganização estrutural, especialmente no que diz respeito à Política de Gestão Institucional. Neste caso o número de programas e projetos deve ser reduzido por aglutinações, gerando alternativa organizacional de maneira a obter uma otimização das linhas de ação propostas. A equipe de elaboração do ZEE-TO produzirá proposta alternativa. As contribuições dos atores envolvidos nas Reuniões Temáticas, nas Consultas Públicas, bem como nas Oficinas Técnicas ocorridas por ocasião da proposta do pré-zoneamento, foi fundamental para uma otimização do Plano de Ação proposto considerando que muitos deles são especialistas e/ou responsáveis institucionais.

No mais, como conclusão, se estabelece o entendimento de que as propostas apresentadas foram bem aceitas pela sociedade tocantinense, não tendo sido, no geral, constatadas divergências ou contraposições quanto ao método utilizado, delineamento geográfico das zonas, critérios para o delineamento de diretrizes ou quanto à proposição de ações de implementação do ZEE-TO tanto em conteúdo quanto em responsabilidades institucionais sugeridas. No conjunto, as observações, críticas e contribuições foram consideradas dentro da normalidade para o conteúdo complexo e amplo que o ZEE-TO apresenta.



REFERÊNCIAS



CORDIOLI, S. Enfoque Participativo: **um processo de mudança**. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Primeira reimpressão. Porto Alegre. Genesis, 2009. 232p.:il.



APÊNDICES



Apêndice A
 CARTILHA DE ORIENTAÇÃO SOBRE O ZEE-TO



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Mauro Carlesse - Governador
 Wanderlei Barbosa - Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Sandro Henrique Armando - Secretário

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Sergislei Silva Moura - Superintendente

DIRETORIA DE PESQUISA E INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Francis Ney Prado Maia - Diretor

GERÊNCIA DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Rodrigo Sabino Teixeira Borges - Gerente
 Bacharel Geografia / Mestre

EQUIPE TÉCNICA

Cecília Amélia Miranda Costa - Bacharel Processamento de Dados / Mestre
 Klejane Sousa Costa - Bacharel Administração
 Leandro Roeder - Bacharel Economia
 Paulo Augusto Barros de Sousa - Bacharel Ciência da Computação / Mestre

O ZONEAMENTO DO TOCANTINS

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins – ZEE-TO é uma ferramenta de apoio ao planejamento e organização de todas as regiões do estado, que estabelece importantes orientações para a ocupação e desenvolvimento do território considerando também a proteção e uso sustentável dos recursos naturais.

A presente cartilha destina-se a apoiar as Consultas Públicas para apresentação, recebimento de contribuições e validação da proposta do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

Atualmente o ZEE-TO está em fase de construção. Quando terminado, o ZEE-TO definirá diretrizes para cada pedaço do território do estado, conforme a capacidade de suporte do ambiente e os potenciais de desenvolvimento que poderão ser aproveitados em cada região. A proposta de zoneamento agora apresentada nas Consultas Públicas, corresponde a penúltima etapa do processo de construção do Zoneamento Ecológico Econômico definitivo que será finalizado ainda em 2018. Ele virará lei estadual e será obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas.

O ZEE-TO apontará o futuro do Tocantins, mirando em um amplo desenvolvimento social e econômico da população tocaninense, mas de forma equilibrada com a proteção ambiental, assegurando qualidade aos nossos recursos hídricos, nossos solos e a conservação da biodiversidade.

A construção do ZEE-TO passo a passo

Para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins foram realizadas análises integradas sobre os recursos naturais, a sociedade, a produção e a infraestrutura do território estadual, obtendo-se produtos técnicos com grande volume de informações inéditas, elaborados conforme metodologias e diretrizes legais definidas em nível nacional. Dentre estes produtos técnicos, podem ser destacados: (i) a definição das unidades de paisagem do território; (ii) o diagnóstico ambiental, socioeconômico e jurídico-institucional; (iii) e a construção de cenários e diretrizes para desenvolvimento desejáveis para o estado, focando sempre no aumento da qualidade de vida da população.

A divisão do território do Tocantins em zonas foi orientada por princípios de utilidade e de simplicidade para gerar fácil compreensão e reconhecimento de todos os cidadãos. Desta forma a proposta de zoneamento do estado resultou em 132 zonas ecológico-econômicas, classificadas em 11 tipos definidos conforme as características e possibilidades de usos atuais e potenciais de cada região.

Com exceção das Unidades de Conservação destinadas à Proteção Integral, já existentes, nenhuma das zonas é completamente restritiva ao desenvolvimento econômico e social. Vamos conhecê-las!

Texto: Cristiano Cit, Lorena Carmen Folda Detzel, Valmir Augusto Detzel
 Imagens e mapas: Sandy Plasmann Lambert
 Projeto gráfico: Totem Design - Izabel Portugal

Cartilha destinada a apoiar as Consultas Públicas sobre a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins, realizadas nos meses de julho e agosto de 2018. O conteúdo corresponde à síntese dos documentos Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e Plano de Ação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins, submetidos à apreciação da sociedade tocaninense para coleta de contribuições e validação.
 A elaboração do ZEE-TO segue as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e legislações e normas federais e estaduais.
 O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins está sendo conduzido pela Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, com elaboração do Consórcio Senografia/Detzel/Hardt.
 Palmas: SEPLAN, julho de 2018.

Fotos capa: Marcelo Camargo (Instituto)
 Eliane Trindade e Elmano da Dós (Senografia)
 Demetrius Torres Augusto ZEE-TO



ZONAS ESPECIAIS (ZEs)

As Zonas Especiais comportam Unidades de Conservação e Terras Indígenas. As Unidades de Conservação são áreas com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação. Quanto às Terras Indígenas são as áreas tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades extrativistas e produtivas necessárias a sua sobrevivência física, social e cultural e pleno bem-estar.

São 29 Zonas Especiais que ocupam 21,49% do território do Tocantins.



Zonas Especiais de Proteção Integral (ZEPIs)

Correspondem as áreas de Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral federais e estaduais. O objetivo básico das ZEPIs é conservar a natureza, sendo admitido nelas apenas o uso indireto, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

As ZEPIs no Tocantins são: a Estação Ecológica (ESEC) da Serra Geral do Tocantins, destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas; os Parques Nacionais das Nascentes do Rio Parnaíba e do Rio Araguaia; os Parques Estaduais do Cantão, do Jalapaão e do Lajeado, destinados à proteção de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico; e o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins, que é designada para a preservação de sítio natural raro, singular e de grande beleza cênica.



Zonas Especiais de Uso Sustentável (ZEUS)

As ZEUS correspondem a 14 Unidades de Conservação de Uso Sustentável distribuídas pelo estado. O objetivo principal desta zona é de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável. As ZEUS permitem a exploração do ambiente de forma economicamente viável e socialmente justa, desde que se garanta a proteção dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos.

As ZEUS encontradas no Tocantins são: a Reserva Extrativista (RESEX) do Extremo Norte do Tocantins; e as 13 Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Tabatinga; dos Meandros do Rio Araguaia; da Foz do Rio Santa Tereza; da Ilha do Bananal Cantão; da Serra do Lajeado; das Nascentes de Araguaína; do Jalapaão; do Lago de Palmas; do Lago de Peixe Angical; do Lago de Santa Isabel; do Lago de São Salvador do Tocantins; do Rio Taquari; e, Sapucaia.

A RESEX corresponde a área utilizada por populações tradicionais que atuam com extrativismo e agricultura e pecuária de subsistência, sendo destinada à proteção dos seus meios de vida e da sua cultura.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) são áreas com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais ou culturais especialmente importantes

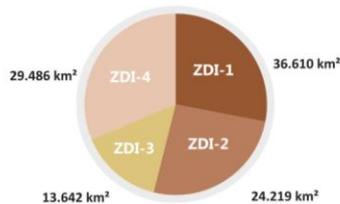
Zonas Especiais de Terras Indígenas (ZETIs)

As ZETI correspondem a todos os territórios indígenas existentes no Tocantins. São áreas federais, portanto pertencentes a União, sendo que constituem-se em bens inalienáveis e indisponíveis, onde os direitos dos índios sobre elas não caducam.

As ZETIs propostas nesta categoria incluem as terras indígenas de Apinayé, Parque do Araguaia, Funiil, Khraolândia, Reserva Krahô-Kanela, Taego-Áwa, Xambioá e Xerente.

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (ZDI)

São 76 grandes áreas que correspondem às Zonas de Desenvolvimento Integrado destinadas a conservação ambiental em transição equilibrada para o desenvolvimento socioeconômico. Em função de limites e condicionantes físicas e biológicas há certa prioridade para a conservação dos recursos naturais. As atividades de produção econômica devem priorizar usos sustentáveis. As ZDIs são subdivididas em 4 categorias, que abrangem ao todo 10.395.777 hectares (37,33%) do território do estado, atingindo 121 municípios.



ZDI-1

As ZDIs-1 são áreas com maior aptidão para conservação ecológica em função do ambiente nelas ser de alta fragilidade. Em sua maioria as áreas tem baixa potencialidade de desenvolvimento econômico. As ZDIs-1 visam garantir a proteção e a restauração muito intensiva dos ecossistemas naturais em harmonia com as condições sociais e econômicas.

As ZDIs-1 abrangem área total de 36.610 mil km² (13,15% do estado), englobando 65 municípios.

ZDI-2

As ZDIs-2 compreendem áreas de elevada aptidão para conservação ecológica. Pelas suas características de média a alta fragilidade do meio ambiente, geralmente com pouca ou nenhuma intervenção humana, as ZDIs-2 destinam-se à proteção e a restauração dos ecossistemas naturais, permitindo desenvolvimento social e econômico baseado em atividades sustentáveis.

As ZDIs-2 abrangem área total de 24.219 mil km² (8,7% do estado), englobando 47 municípios.

ZDI-3

As ZDIs-3 são áreas com mediana aptidão para conservação ecológica. A média fragilidade do meio ambiente e a média intervenção humana existente determinam que as ZDIs-3 tenham destino de proteção e restauração dos ecossistemas naturais permitindo um desenvolvimento econômico um pouco mais intenso do que nas ZDIs 1 e 2.

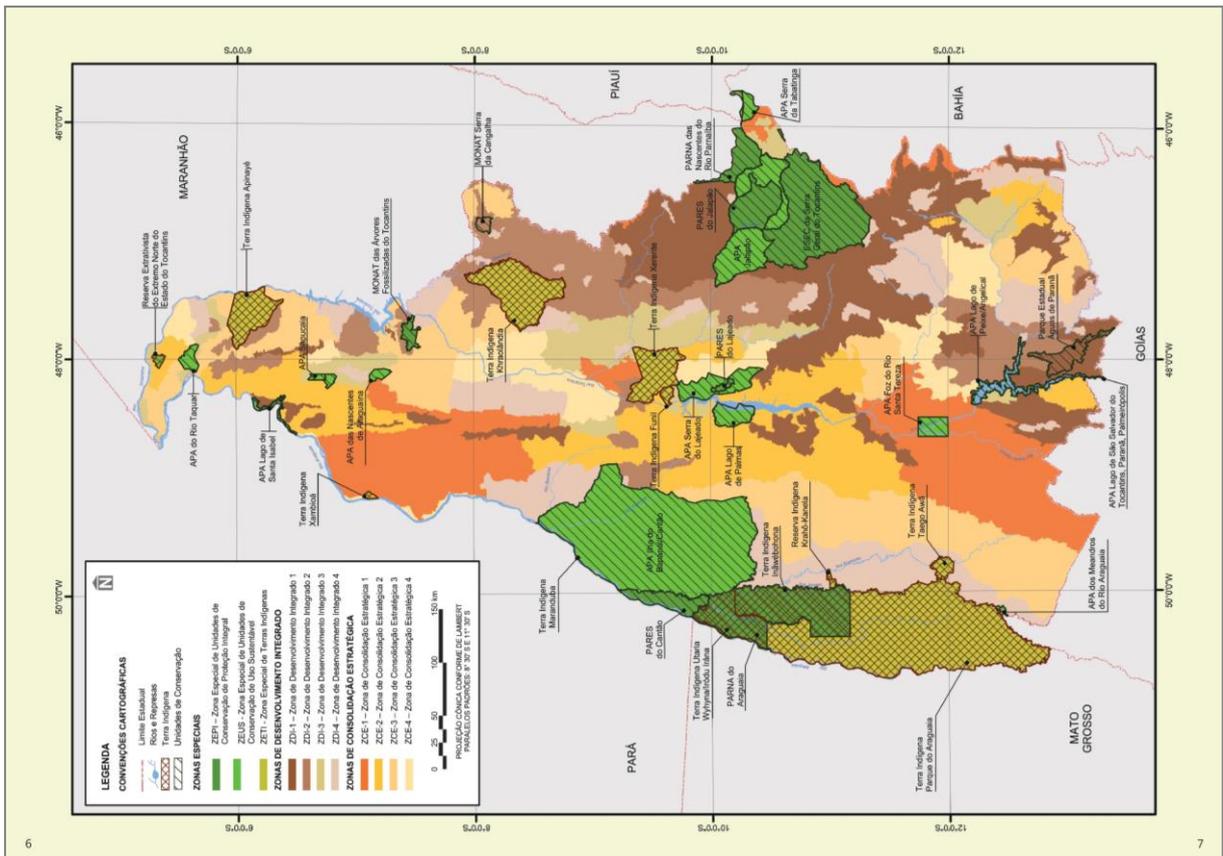
As ZDIs-3 abrangem área total de 13.642 mil km² (4,9% do estado), englobando 50 municípios.

ZDI-4

As ZDIs-4 compreendem as áreas intermediárias entre mediana aptidão para conservação ecológica e potencial para desenvolvimento socioeconômico. Esta subzona visa associar a proteção e a restauração dos ecossistemas naturais à dinamização socioeconômica.

Nos casos peculiares daquelas delimitadas como entorno de sedes municipais ou distritais quando inseridas em áreas de fortes restrições ambientais, o intuito básico foi possibilitar o desenvolvimento urbanístico em harmonia com os recursos naturais. As ZDIs-4 abrangem área total de 29.486 km² (10,59% do estado), englobando 74 municípios.





ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA (ZCEs)

As Zonas de Consolidação Estratégica (ZCE) correspondem aos setores de desenvolvimento socioeconômico em transição para conservação ecológica. Visam consolidar as atividades da sociedade e da economia em equilíbrio com as condições ecológicas. As ZCEs são também subdivididas em 4 categorias, que abrangem ao todo 11.459.718 hectares (41,15%) do território do estado, atingindo 130 municípios.



ZCE-1

As ZCEs-1 correspondem às áreas de maior potencialidade para desenvolvimento socioeconômico. Têm o objetivo básico de garantir a muito intensa dinamização socioeconômica em equilíbrio com a proteção e a recuperação de ecossistemas naturais.

Suas potencialidades e baixa fragilidade ambiental reforçam a sua prioridade para o fortalecimento de estruturas de desenvolvimento. As ZCEs-1 abrangem área total de aproximadamente 32.692 mil km² (12% do estado), englobando 53 municípios.

ZCE-2

As ZCEs-2 compreendem as áreas de elevada potencialidade para desenvolvimento. As características de médio a alto índice de antropização com média a baixa fragilidade do meio ambiente, as ZCEs-2 têm o objetivo básico de promover a intensa dinamização socioeconômica em equilíbrio com a proteção e a recuperação de ecossistemas naturais.

Suas potencialidades reforçam a sua função de fortalecimento de estruturas de desenvolvimento. As ZCEs-2 abrangem área total aproximada de quase 32 mil km² (11,43% do estado), englobando 73 municípios.

ZCE-3

As ZCEs-3 correspondem às áreas de mediana potencialidade para desenvolvimento socioeconômico. Por serem áreas com mediana potencialidade antrópica, e com mediana fragilidade do meio natural, as ZCEs-3 visam propiciar dinamização socioeconômica em equilíbrio com a proteção e a recuperação de ecossistemas naturais.

Suas características também permitem o fortalecimento de estruturas de desenvolvimento. As ZCEs-3 abrangem área de 35.326 mil km² (12,68% do estado), englobando 62 municípios.

ZCE-4

As ZCEs-4 compreendem as áreas de mediana potencialidade para desenvolvimento socioeconômico associada à média fragilidade do meio ambiente. As ZCEs-4 visam associar a dinamização socioeconômica com proteção e a recuperação dos ecossistemas naturais.

As ZCEs-4 abrangem área total de 14.845 mil km² (5,33% do estado), englobando 50 municípios.

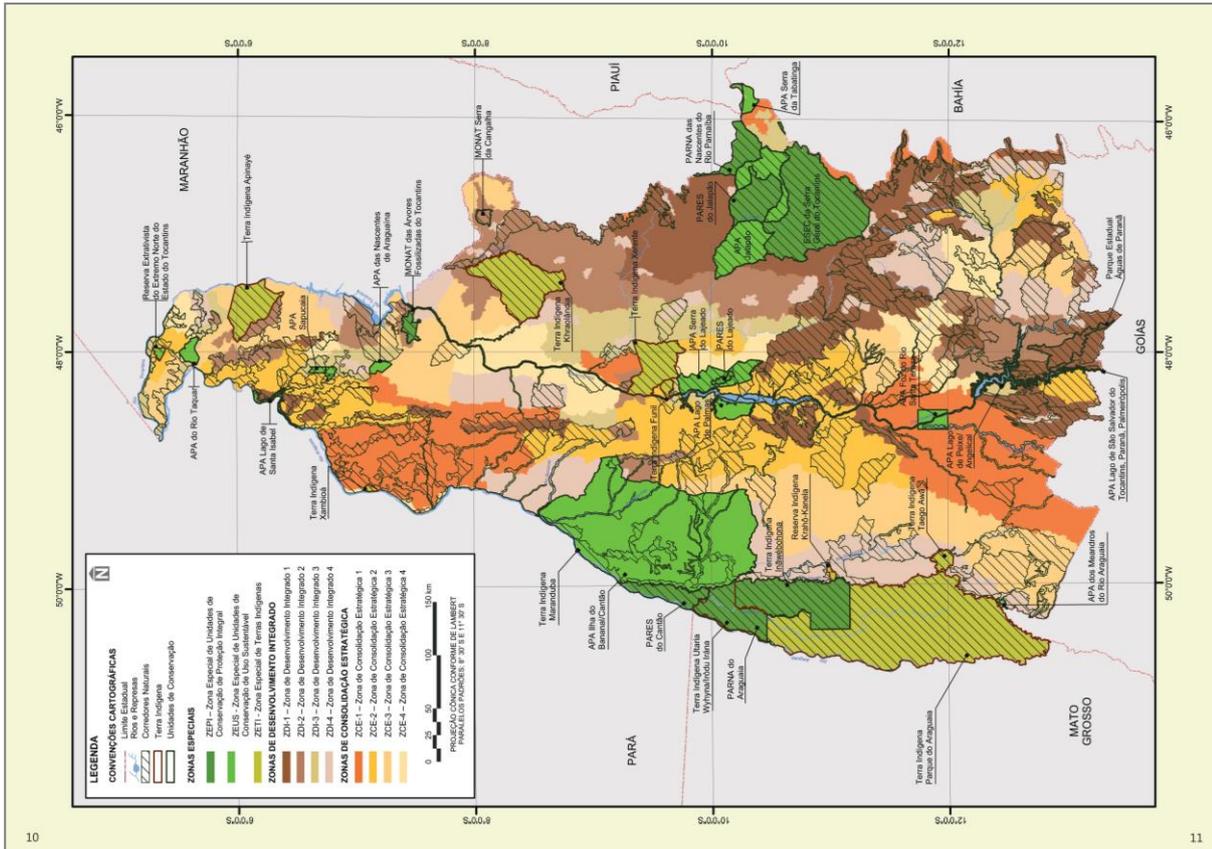
OS CORREDORES NATURAIS

A proposição de corredores naturais no ZEE-TO tem o sentido de estabelecer conexões entre remanescentes naturais considerados prioritários para a biodiversidade. Têm por objetivo a proteção dos recursos hídricos e a manutenção da boa qualidade ambiental local e regional no estado, propiciando ainda a possibilidade de sua utilização como base para serviços ambientais relevantes.

A concepção dos corredores ecológicos incluiu áreas com maior fragilidade, relevantes para a manutenção de diversos serviços ambientais como conservação de áreas de nascentes e de recarga de aquíferos, áreas de maior declividade e fragilidade em relação a deslizamentos, solos mais frágeis, dentre outros formações geológicas importantes, incluindo cavernas, serras e lagoados.

Quando envolvem nascentes e ladeiam cursos d'água, corredores geram benefícios múltiplos, diminuindo a chegada de sedimentos e poluentes, consequentemente melhorando a qualidade de água, aumentando a provisão de recursos pesqueiros, reduzindo assoreamentos e propiciando maior disponibilidade de recursos hídricos para abastecimento e maior navegabilidade dos rios, dentre outros.

Para a definição dos corredores naturais foram considerados elementos como: suscetibilidade ambiental; áreas prioritárias para conservação; cadeias montanhosas; formações florestais importantes; corredor ecológico do norte do tocantins e unidades de conservação e terras indígenas.



O PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO

O ZEE-TO determina o futuro do Tocantins e implementá-lo não é tarefa fácil. Para auxiliar na implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico em âmbito estadual foi elaborado um Plano de Ação, que define as ações prioritárias em termos de Gestão Ambiental, Gestão Territorial, Gestão Econômica, Gestão Social e Gestão Institucional, a serem realizadas em conformidade com as políticas e competências institucionais dos órgãos públicos e organizações setoriais.

GESTÃO AMBIENTAL			
MEIO FÍSICO		MEIO BIOLÓGICO	
SOLO SUBSOLO	CLIMA AR	ÁGUA	FLORA FAUNA
PROGRAMAS	CONSERVAÇÃO DA GEODIVERSIDADE	ACOMPANHAMENTO CLIMÁTICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PROJETOS	Monitoramento climático	Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas	Proteção e recuperação da vegetação nativa e ecossistêmica
	Preservação do patrimônio geonatural	Adequação a mudanças climáticas	Implementação de corredores de biodiversidade e serviços ambientais
		Conservação e permeação de corpos hídricos	Consolidação de reservas legais
			Fortalecimento de sistemas de áreas naturais protegidas

GESTÃO TERRITORIAL			
ESTRUTURA ESPACIAL		INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA	
USOS DA TERRA	CIRCULAÇÃO	SANEAMENTO	ENERGIA E COMUNICAÇÕES
PROGRAMAS	INTEGRAÇÃO URBANO-REGIONAL	ORDENAMENTO URBANO-RURAL	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE MOBILIDADE
PROJETOS	Desenvolvimento de regiões programadas	Fortalecimento de municípios polo e regiões metropolitanas	Estruturação de assentamentos rurais
	Integração de sistemas de mobilidade	Consolidação do sistema rodoviário	Proteção de mananciais de abastecimento de água
	Consolidação do sistema ferroviário	Manejo integrado de resíduos	Incentivo a fontes alternativas de energia
	Consolidação do sistema aeroviário	Organização dos serviços de transporte e logística	

GESTÃO ECONÔMICA				
PRODUÇÃO				INOVAÇÃO
SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO	TURISMO	TECNOLOGIA
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
PROJETOS	Expansão da agroecologia multissetorial	Agregação de valor à produção familiar	Agregação de valor à produção mineira	Diversificação do comércio e serviços
	Fortalecimento da agricultura familiar	Agregação de valor à produção mineral	Organização de distritos e polos industriais	Diversificação e integração de segmentos turísticos
	Aperfeiçoamento da irrigação	Melhoramento da pecuária	Manejo pesqueiro e aquíicultura	Promoção da biotecnologia
	Desenvolvimento Florestal	Estabelecimento de cadastros produtivos de inclusão socioeconômica		Expansão de parques tecnológicos
				Diversificação tecnológica e inovação na produção

GESTÃO SOCIAL		GESTÃO INSTITUCIONAL		
SOCIEDADE		PROCESSOS E PROCEDIMENTOS		
POPULAÇÃO	CULTURA	GERENCIAIS	TÉCNICOS	PARTICIPATIVOS
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CONSERVAÇÃO DA SOCIODIVERSIDADE	ADMINISTRAÇÃO DO ZEE	MONITORAMENTO DO ZEE
PROJETOS	Preservação da cultura indígena	Valorização de populações tradicionais	Inclusão social estratégica	Operacionalização do sistema de informações compartilhadas
	Preservação do patrimônio sociocultural	Monitoramento e educação socioambiental		Normalização legislativa e executiva
				Regulamentação de arranjos institucionais
				Detalhamento de projetos e estágios periódica
				Compartilhamento de informações
				Participação democrática de atores sociais

Se você tem interesse em conhecer mais do ZEE-TO ou precisa de maiores informações, acesse o site da Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins - SEPLAN/TO no endereço <https://zee.seplan.to.gov.br/> e faça a cópia (download) de todos os produtos que compõem todo o processo de construção do Zoneamento Ecológico-Econômico até o momento. Os produtos que correspondem a abordagem tratada nas Consultas Públicas são denominados Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins (Produto P15) e Plano de Ação do Zoneamento do Estado do Tocantins (Produto P13). Outras dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail zee@seplan.to.gov.br ou pelos fones (63) 3212-4495 e 3212-4482 no setor da SEPLAN/TO responsável pela condução do instrumento zoneamento ecológico-econômico em âmbito estadual.



Apêndice B
 TEXTO REFERENCIAL AO TEMA APRESENTADO PELA SEPLAN-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – CONCEITOS GERAIS

Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um instrumento estratégico de planejamento do uso e gestão do território que objetiva orientar políticas públicas e empreendimentos privados para o desenvolvimento econômico regional em bases ambientalmente sustentáveis.

O ZEE do Tocantins tem por objetivo orientar o planejamento e a tomada de decisões com relação ao adequado uso do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.

Em linhas gerais, este mecanismo de gestão ambiental consiste na delimitação de zonas (unidades territoriais) e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – CONCEITOS GERAIS

A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico é fundamentada numa série de etapas obrigatórias, conforme metodologia unificada (Decreto Federal nº 4.297/2002). Destacando-se:

Análise detalhada e integrada do território com base em aspectos ambientais, produtivos, sociais e legais, para a delimitação de zonas (zoneamento);

Atribuição de diretrizes e critérios para atividades que sejam compatíveis com as características de cada zona (por exemplo, expansão produtiva ou recuperação ambiental);

Discussão com a sociedade de formas de gestão, visando otimizar as potencialidades e enfrentar as limitações para o uso sustentável dos recursos e para a ocupação do território, assegurando a manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas;

BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Lei Federal nº 6.938/1981
 Política Nacional de Meio Ambiente. Indica o zoneamento ambiental entre os instrumentos de planejamento.

Decretos Federais nº 4.297/2002 e 6.288/2007
 Regulamentam a Lei Federal nº 6.938/1981 e estabelecem critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

Diretrizes metodológicas, Zoneamento Ecológico-Econômico, 2006.
 Delimita concepção geral, arranjos institucionais, fundamentos e diretrizes para os procedimentos operacionais necessários à execução do ZEE no país.

Lei Federal nº 12.651/2012
 Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; indica percentuais de reserva legal, conforme indicação ZEE Estadual e aprovação pelo Poder Federal; e define prazos p/ Estados elaborarem e aprovar ZEEs.

Lei Estadual nº 2.265/2012
 Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e adota outras providências.

BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Decreto Federal nº 4.297/2002 - Objetivos e Princípios

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 4º O processo de elaboração e implementação do ZEE:

I - buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, (...);

II - contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; (...).

BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O ZEE articula-se a outros instrumentos de gestão territorial, ambiental e produtiva em diversos níveis, havendo lacunas legais e de informação que cabem a este instrumento. Dentre as sinergias com instrumentos legais e técnicos destaca-se:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Plano Estadual de Florestas;
- Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC (Lei Estadual nº 1.560/2005);
- Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (Lei Estadual nº 1.917/2008);
- Planos Diretores Municipais.

ZEE-TO
 ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Para conhecer mais sobre o ZEE-TO, acesse o endereço www.zee.seplan.to.gov.br e faça o download dos produtos que compõem todo o processo de construção do zoneamento ecológico-econômico até o momento.

Os produtos que correspondem a abordagem tratada nas consultas públicas são denominadas Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins (Produto P15) e Plano de Ação do Zoneamento do Estado do Tocantins (Produto P13). Outras Dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail zee@seplan.to.gov.br ou pelos fones 63 3212-4495 / 4482 na coordenação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

Solicitamos que as considerações sobre os documentos apresentados nas consultas públicas sejam encaminhadas por meio do formulário de contribuição disponível no portal do zoneamento até o dia 17 de agosto de 2018.



Apêndice C
CONTEÚDO APRESENTADO NA OFICINA TÉCNICA

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

REUNIÕES TEMÁTICAS
Consultas à Sociedade

ABERTURA

1.1. BASE LEGAL – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Lei Federal nº 6.938/1981
Política Nacional de Meio Ambiente. Indica o zoneamento ambiental entre os instrumentos de planejamento.

Diretrizes metodológicas: Zoneamento Ecológico-Econômico, 2006.
Definida concepção geral, arranjos institucionais, fundamentos e diretrizes para os procedimentos operacionais necessários à execução do ZEE no país.

Decretos Federais nº 4.297/2002 e 6.288/2007
Regulam a Lei Federal nº 6.938/1981 e estabelecem critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.651/2012
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis; indica percentuais de reserva legal, conforme indicação ZEE Estadual e aprovação pelo Poder Federal; e define prazos p/ Estados elaborarem e aprovar ZEEs.

Lei Estadual nº 2.265/2012
Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e adota outras providências.

ABERTURA

1.1. BASE LEGAL – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Decreto Federal nº 4.297/2002.

Objetivos e Princípios

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 4º O processo de elaboração e implementação do ZEE:
I - buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais; (...);
II - contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; (...).

ABERTURA

O ZEE articula-se a outros instrumentos de gestão territorial, ambiental e produtiva em diversos níveis, havendo lacunas legais e de informação que cabem a este instrumento. Dentre as sinergias, destaca-se o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano Estadual de Florestas, o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC (Lei Estadual nº 1.560/2005), a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (Lei Estadual nº 1.917/2008), e os Planos Diretores Municipais

APRESENTAÇÃO

BEM VINDOS!

OS EVENTOS “REUNIÕES TEMÁTICAS” REPRESENTAM MAIS UM PASSO NA CONSTRUÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS – ZEE-TO.

OBJETIVO PRINCIPAL É DAR OPORTUNIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE ZONEAMENTO E A PROPOSTA DO PLANO DE AÇÃO COM A GESTORES E COLABORADORES CONHECEDORES DO TEMA.

AS REUNIÕES TEMÁTICAS FAZEM PARTE DE UM CONJUNTO DE EVENTOS DE CONSULTAS À SOCIEDADE QUE INCLUEM AS OFICINAS TÉCNICAS JÁ REALIZADAS, AS REUNIÕES TEMÁTICAS, AS CONSULTAS PÚBLICAS QUE OCORRERÃO EM JULHO E OS SEMINÁRIOS.

O ZEE-TO REALIZARÁ AO TODO 26 EVENTOS ENVOLVENDO CERCA DE 1.000 ATORES, REPRESENTANTES E LÍDERES SOCIAIS.

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO

08:30h Abertura e organizações iniciais

08:45h Apresentação das propostas do PLANO DE ZONEAMENTO (Produto P15) e do PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO (Produto P13)

10:00h Intervalo para lanche

10:15h Continuação da apresentação das propostas do PLANO DE ZONEAMENTO e do PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO (Produto P13)

11:30h Intervalo para o almoço

13:30h Trabalhos em Plenária – discussão e coleta de contribuições sobre aspectos relevantes

15:30h Intervalo para lanche

17:00h Encerramento e término dos trabalhos do dia

ORGANOGRAMA DE TRABALHO

ROTEIRO METODOLÓGICO

PLANEJAMENTO: COMPARTILHAMENTO DA FASEADA (P03, P04, P05, P06), PROPOSTA PRELIMINAR DO PLANO DE ZONEAMENTO (P07, P10, P11, P12), PRECISÃO DO PROCEDEDIMENTO (P08), OPINAS TÉCNICAS E CONSULTAÇÃO DO ZONEAMENTO (P14, P15), CONSULTAS PÚBLICAS E VALIDAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO (P16, P17)

PARTICIPAÇÃO: SELECÇÃO DO DIAGNÓSTICO (P07), CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS (P09), OFICINAS TÉCNICAS (P13), CONSULTAS PÚBLICAS (P18)

PROPOSTA FINAL DO PLANO (P16, P17)

GESTÃO

BREVE HISTÓRICO – LINHA DO TEMPO

1. PLANO DE TRABALHO (Set / 2015)

2. COLETA E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES (Nov / 2015)

3. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS (Dez / 2015)

4. DIAGNÓSTICO E COMPARTILHAMENTO PRELIMINAR (Out / 2016)

5. OFICINAS TÉCNICAS E ZONEAMENTO PRELIMINAR (Mai / 2017)

6. PROPOSTA DE ZONEAMENTO (Nov / 2017)

7. PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO (Fev / 2018)

8. REUNIÕES TEMÁTICAS (Jun / 2018)

9. CONSULTAS PÚBLICAS (Jul / 2018)

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO

FASES DE CONSTRUÇÃO DO ZONEAMENTO

- CONSTRUÇÃO DO MODELO
- CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS
- ESTRUTURAÇÃO DO PRÉ-ZONEAMENTO
- PLANO DE ZONEAMENTO Produto – P15
- AVALIÇÃO DE CONSISTENCIA
- PLANO DE AÇÃO Produto – P13

ZEE-TO
 ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONSTRUÇÃO DO MODELO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA — CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DA CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

	ESTABILIDADE FÍSICA	1	2	3	4	5	6	7	8
FRAGILIDADE BIOLÓGICA	1	2	3	4	5	6	7	8	9

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA — CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA — DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA — CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA — DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIO

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DO MODELO PREVIO

	ESTABILIDADE FÍSICA	1	2	3	4	5	6	7	8
FRAGILIDADE BIOLÓGICA	1	2	3	4	5	6	7	8	9
CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA	1	2	3	4	5	6	7	8	9
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	1	2	3	4	5	6	7	8	9

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA — CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — MODELO PREVIO — MODELO BASICO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA — CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — MODELO PREVIO — MODELO BASICO — PRÉ-ZONEAMENTO

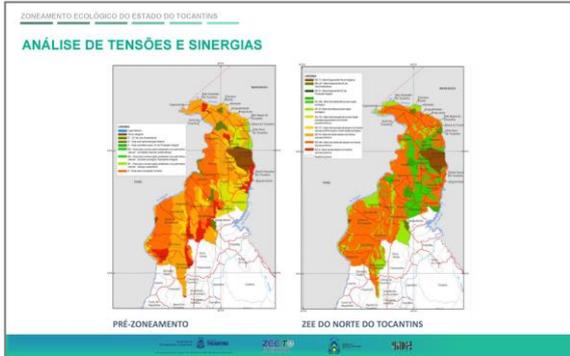
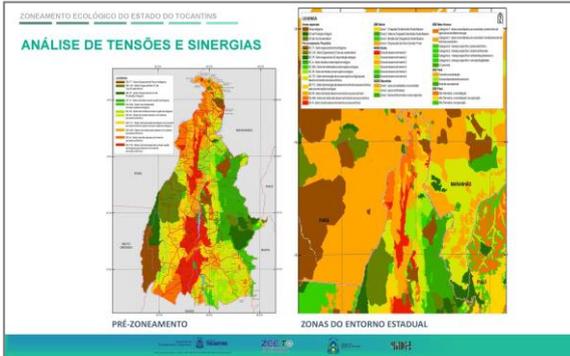
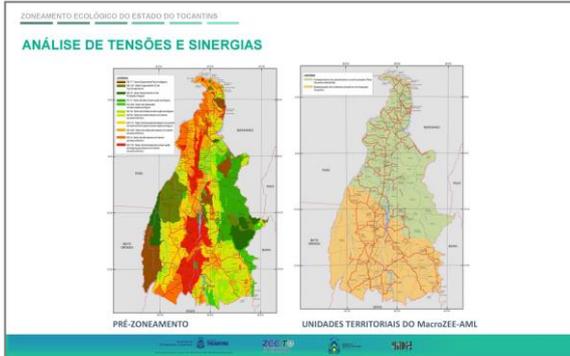
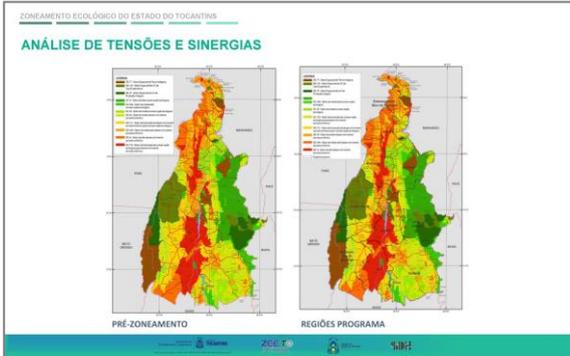
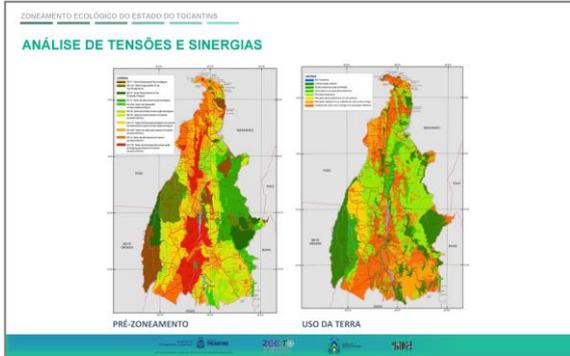
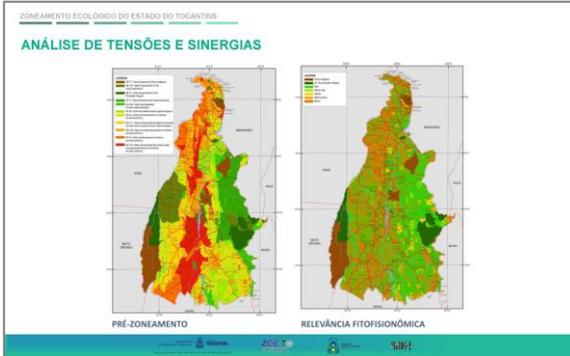
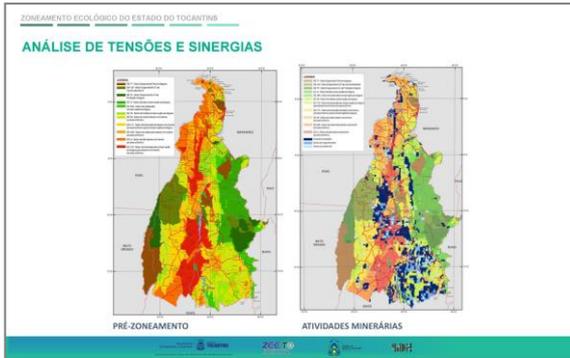
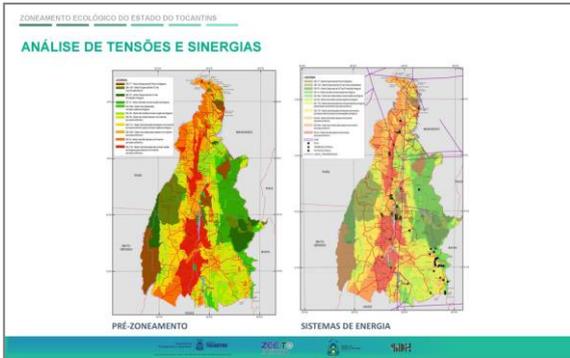
ZEE-TO
 ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AValiação DE CONSISTÊNCIA

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANÁLISE DE TENSÕES E SINERGIAS

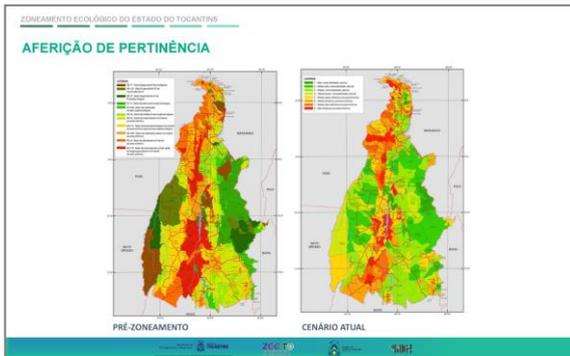
PRÉ-ZONEAMENTO — SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE



ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS

This block features a landscape image of a waterfall and forest. It includes the title 'ZEE-TO' and the subtitle 'ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS'. Below that, it says 'CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS'. Logos for the Government of Tocantins, ZEE-TO, and other institutions are at the bottom.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AFERIÇÃO DE PERTINÊNCIA

PRÉ-ZONEAMENTO CENÁRIO TENDENCIAL

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AFERIÇÃO DE PERTINÊNCIA

PRÉ-ZONEAMENTO + SIST. DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE CENÁRIO PROPOSITIVO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO (P15)

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

REDELIMITAÇÃO

- APROXIMAÇÃO AOS LIMITES DAS UNIDADES DE PAISAGEM**
Garantia de homogeneidade e consistência, por intermédio de marcos passíveis de reconhecimento em campo
- ÁREA MÍNIMA**
Menor unidade de paisagem (5 000 ha)
- POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**
Máximo de 80% de conservação

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

NOMENCLATURA

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS	SIGLA	EXEMPLOS DE ESPECIFICAÇÃO POR ZONA
Zona Especial de Unidades de Conservação de Proteção Integral	ZEPH	ZEPH - Parque Nacional do Araguaia
Zona Especial de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	ZEUS	ZEUS - Área de Proteção Ambiental do Iapó
Zona Especial de Terra Indígena	ZETI	ZETI - Karité
Zona de Desenvolvimento Integrado 1	ZDI1	ZDI1 - Serra das Andorinhas
Zona de Desenvolvimento Integrado 2	ZDI2	ZDI2 - Rio Franchin
Zona de Desenvolvimento Integrado 3	ZDI3	ZDI3 - Mateiros
Zona de Desenvolvimento Integrado 4	ZDI4	ZDI4 - Planície do Araguaia
Zona de Consolidação Estratégica 4	ZCE4	ZCE4 - Guaraí
Zona de Consolidação Estratégica 3	ZCE3	ZCE3 - Patamar de Porto Franco
Zona de Consolidação Estratégica 2	ZCE2	ZCE2 - Pedro Afonso
Zona de Consolidação Estratégica 1	ZCE1	ZCE1 - Eixo Sul

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

DESCRIÇÃO → DIRETRIZES GERAIS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

DESCRIÇÃO → DIRETRIZES GERAIS

MODELO DA SÍNTESE DESCRITIVA DOS CENÁRIOS ATUAL E FUTURO DO MEIO ANTRÓPICO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

DESCRIÇÃO → DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SÍNTESE COMPOSITIVA EM MACRO ESCALA

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

DESCRIÇÃO → DIRETRIZES ESPECÍFICAS

POR TIPOLOGIA DE ZONA

TABELA
Indicativos ou determinantes segundo classes

TIPO	INDICATIVOS	DETERMINANTES
CONDICIONANTES FÍSICAS	tipo climático (h, curvas de isoterma mensais, % de umidade), componentes geomorfológicos (%), declividade (%), unidade hidrográfica (%), unidade pedológica (%), unidade de tempo (%)	condicionantes físicas
CONDICIONANTES BIÓLOGICAS	cobertura vegetal nativa (%), remanescentes florestais e savanais (%), fita edáfica natural (%), condicionantes antrópicas	condicionantes biológicas
CONDICIONANTES ANTRÓPICAS	uso do solo (%), infraestrutura (densidade de malha rodoviária e ferroviária - inclusive % planície, quantidade de hidrovias e aeródromos públicos) e estrutura de desenvolvimento (parques, áreas verdes)	condicionantes antrópicas

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

DESCRIÇÃO → DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SÍNTESE DESCRITIVA



ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DETALHAMENTO DAS ZONAS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

- **Especiais (ZEs)** – 29 espaços naturais protegidos por lei (21,49% do estado), classificados em três tipos;
- **de Desenvolvimento Integrado (ZDIs)** – 76 espaços com níveis diferenciados de aptidão à conservação ecológica (37,36% do Tocantins), agrupados em quatro tipos;
- **de Consolidação Estratégica (ZCEs)** – 27 espaços com graus diversificados de aptidão ao desenvolvimento socioeconômico (41,15% do território estadual), enquadrados em quatro tipos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS (ZE)

COMPORTAM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, LEGAL E INSTITUCIONAL:

- **Unidades de Conservação (UC)** – espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público;
- **Terras Indígenas (TI)** – comportando as glebas tradicionalmente ocupadas pelos índios, sendo estas:
 - habitadas em caráter permanente;
 - utilizadas para atividades produtivas;
 - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais (bem-estar e reprodução física e cultural).
 (BRASIL, 1988, Artigo 231, Parágrafo 1º)

- Área total: 5.985.223,25 ha (21,49% do estado)
- Municípios: 63
 - ✓ 07 ZEPI (Zona Especial de Proteção Integral)
 - ✓ 14 ZEUS (Zona Especial de Uso Sustentável)
 - ✓ 08 ZETIs (Zona Especial de Terras Indígenas)

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL (ZEPI)

ZONA	PRINCIPAIS INDICATIVOS DE ENQUADRAMENTO
A ZEPI – ESEC da Serra Geral do Tocantins	Classe C1&K1, florestas, aptidão para conservação natural, campo, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.
B ZEPI – PARNA das Nascentes do Rio Paranaíba	Classe C1&K1, compartimentos geomorfológicos de chapadas, neossolos, aptidão para conservação natural, campo, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.
C ZEPI – PARNA do Araguaia	Fitossocios, parque de cerrado, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D ZEPI – PARES do Cantão	Geossolos, aptidão para conservação natural, Floresta Estacional, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.
E ZEPI – PARES do Itaipó	Classe C1&K1, neossolos, aptidão para conservação natural, campo, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.
F ZEPI – PARES do Lajeado	Fitossocios, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.
G ZEPI – MONAT dos Azeites Fossilizados do Tocantins	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e corredores naturais.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL (ZEPI)

ZEPI – ESEC da Serra Geral do Tocantins

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL (ZEPI)

ZEPI – PARES do Cantão

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE UNIDADES SUSTENTÁVEIS (ZEUS)

ZONA	PRINCIPAIS INDICATIVOS DE ENQUADRAMENTO
A ZEUS – RESEX do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Fitossocios, aptidão para cultura de ciclo curto e longo e/ou pecuária extensiva, corredores naturais e proteção de uso do solo para agricultura.
B ZEUS – APA da Serra do Tabatinga	Classe C1&K1 e compartimentos geomorfológicos de chapadas.
C ZEUS – APA dos Meandros do Rio Araguaia	Geossolos, aptidão para áreas especiais para produção, Floresta Estacional, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D ZEUS – APA da Serra do São Tomé	Cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
E ZEUS – APA do Ilhéu do Bonassuá Combu	Fitossocios e remanescentes florestais e savânicos.
F ZEUS – APA da Serra do Lajeado	Densidade significativa de cursos d'água, fitossocios, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
G ZEUS – APA das Nascentes de Araguaia	Neossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
H ZEUS – APA do Itaipó	Classe C1&K1, neossolos, aptidão para conservação natural, campo, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
I ZEUS – APA do Lago de Palmas	Remanescentes florestais e savânicos.
J ZEUS – APA do Lago de Princesa Angélica	Cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
K ZEUS – APA do Lago de Santa Helena	Densidade significativa de cursos d'água e corredores naturais.
L ZEUS – APA do Lago de São Salvador do TQ	Remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
M ZEUS – APA do Rio Tegeau	Neossolos, aptidão para conservação natural e remanescentes florestais e savânicos.
N ZEUS – APA Salsipêdi	Densidade significativa de cursos d'água, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE USO SUSTENTÁVEL

ZEUS – RESEX do Extremo Norte do Estado do Tocantins

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE USO SUSTENTÁVEL

ZEUS – APA da Serra da Tabatinga

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE TERRAS INDÍGENAS (ZETIs)

ZONA	PRINCIPAIS INDICATIVOS DE ENQUADRAMENTO
A ZETI – Apiayá	Aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
B ZETI – Araguaia	Densidade significativa de cursos d'água, fitossocios, aptidão para conservação natural, parque de cerrado, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
C ZETI – Funil	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D ZETI – Khraulândia	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, aptidão para áreas especiais para produção e cerrado sentido restrito.
E ZETI – Reserva Krahô-Baniá	Fitossocios, aptidão para áreas especiais para produção, parque de cerrado, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
F ZETI – Taegu-Ava	Fitossocios, parque de cerrado, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
G ZETI – Xambúá	Densidade significativa de cursos d'água, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
H ZETI – Xenenta	Fitossocios, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE TERRAS INDÍGENAS (ZETIs)

ZETI – Araguaia

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS DE TERRAS INDÍGENAS (ZETIs)

ZETI – Xerente

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (ZDIs)

Correspondendo basicamente aos setores de conservação ecológica e de sua transição para desenvolvimento socioeconômico.

Área total: 10.405.574,34 ha (37,36% do estado).

Municípios: 121, incluindo todos os macrocompartmentos de paisagem.

Compreendem:

- 18 zonas na classe 1 – de grau superior de conservação ecológica (ZDI-1s – 35,18% das ZDIs).
- 13 zonas na classe 2 – de grau intermediário superior de conservação ecológica (ZDI-2s – 23,37% das ZDIs).
- 11 zonas de classe 3 – de grau intermediário inferior de conservação ecológica (ZDI-3s – 13,11% das ZDIs).
- 34 zonas de classe 4 – de grau inferior de conservação ecológica (ZDI-4s – 28,34% das ZDIs).

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 1

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
A ZDI-1 – Ananás	Densidade significativa de cursos d'água, declividades (tão significativas no planejamento), remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
B ZDI-1 – Angico	Neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
C ZDI-1 – Aurora do Tocantins	Clima CAsV, densidade significativa de cursos d'água, declividades maiores que 40%, neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D ZDI-1 – Babaculândia do Leste	Declividades maiores que 40%, neossolos, campo rupestre, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
E ZDI-1 – Complexo Montanhoso Verdeiro-Aral	Compartimentos geomorfológicos de complexos montanhosos, declividades maiores que 45%, neossolos, campo e corredores naturais.
F ZDI-1 – Intermédio Tocantins-Aripitã	Densidade significativa de cursos d'água, declividades maiores que 45%, aptidão para conservação natural, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
G ZDI-1 – Nova Olinda	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos e corredores naturais.
H ZDI-1 – Potámaras das Miralhas	Neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos.
I ZDI-1 – Potámaras do Araguaia	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, aptidão para conservação natural, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 1

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
J ZDI-1 – Planalto do Alto	Declividades maiores que 45%, campo rupestre e corredores naturais.
K ZDI-1 – Planalto do Leste	Neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
L ZDI-1 – Serra da Natividade	Clima CAsV, compartimentos geomorfológicos de terras, declividades maiores que 40%, neossolos, aptidão para conservação natural, campo rupestre, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
M ZDI-1 – Serra das Andorinhas	Densidade significativa de cursos d'água, compartimentos geomorfológicos de terra e corredores naturais.
N ZDI-1 – Serra de Kambóá	Densidade significativa de cursos d'água, declividades maiores que 40%, neossolos, aptidão para conservação natural, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
O ZDI-1 – Serra Malhada Alta	Compartimentos geomorfológicos de serras, declividades maiores que 45%, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
P ZDI-1 – Serrapólis	Declividades maiores que 40%, neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
Q ZDI-1 – Serra de Araras e do Camo	Compartimento geomorfológico de serras, declividades maiores que 45%, neossolos, aptidão para conservação natural, campo rupestre, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
R ZDI-1 – Serra de Santo Antônio e São Damão	Compartimento geomorfológico de serras, plintossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 1

ZDI-1 – Ananás

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 1

ZDI-1 – Angico

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 2

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
A ZDI-2 – Inbaqueitã	Compartimento geomorfológico de chapadas, neossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
B ZDI-2 – Espírito Santo	Cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
C ZDI-2 – Filadélfia	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D ZDI-2 – Miranorte	Densidade significativa de cursos d'água, plintossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
E ZDI-2 – Páris	Neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
F ZDI-2 – Rio das Bóas	Neossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
G ZDI-2 – Rio dos Bois	Neossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
H ZDI-2 – Rio Paridá	Compartimento geomorfológico de vales, neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
I ZDI-2 – Rio Piranhas	Densidade significativa de cursos d'água, plintossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
J ZDI-2 – São João	Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
K ZDI-2 – São Bento de Jesus	Cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
L ZDI-2 – São Novo do Tocantins	Aptidão para conservação natural, campo rupestre, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
M ZDI-2 – Três Pedras	Neossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 2

ZDI-2 – Babaculândia

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - 2

ZDI-2 – Miranorte



ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 3

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
A	2013 - Araguatins: Neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
B	2013 - Fortaleza do Taboão: Densidade significativa de cursos d'água, plintossolos, aptidão para pecuária extensiva e remanescentes florestais e savânicos.
C	2013 - Formoso: Densidade significativa de cursos d'água, neossolos, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
D	2013 - Jacaré: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
E	2013 - Laje: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
F	2013 - Mateiros: Clima Cfa4'v, neossolos, aptidão para conservação natural, campo e remanescentes florestais e savânicos.
G	2013 - Miracema do Tocantins: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
H	2013 - Pódua Dura: Plintossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
I	2013 - Ponta Alta do Bem: Clima Cfa4'v, plintossolos, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
J	2013 - São Salvador do Maranhão: Gleissolos, aptidão para conservação natural, capoeira e corredores naturais.
K	2013 - São Salvador do Tocantins: Cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO -3

ZDI-3 - Araguatins

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO -3

ZDI-3 - Mateiros

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-4

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
A	2014 - Alta Bomba: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
B	2014 - Campainha: Densidade significativa de cursos d'água, compartimentos geomorfológicos de chapadões, neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e predomínio do uso do solo para agropecuária.
C	2014 - Castelo de Miquilim: Densidade significativa de cursos d'água, plintossolos, aptidão para pecuária extensiva, remanescentes florestais e savânicos, predomínio do uso do solo para agropecuária e existência de aeródromos públicos.
D	2014 - Darcinópolis: Compartimentos geomorfológicos de chapadas, aptidão para pecuária extensiva, campo e densidade significativa da malha ferroviária.
E	2014 - Diamantina: Neossolos, aptidão para conservação natural, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
F	2014 - Estrelita: Plintossolos, aptidão para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
G	2014 - Galiléia: Plintossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e predomínio do uso do solo para agropecuária.
H	2014 - Itacajá: Plintossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e predomínio do uso do solo para agropecuária.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-4

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
I	2014 - Itaguaita: Argissolos, aptidão para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, remanescentes florestais e savânicos, corredores naturais e predomínio do uso do solo para agropecuária.
J	2014 - Palmeiras: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos e densidade significativa de malha rodoviária estadual, existência de aeródromos públicos e presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente eixo e polo.
K	2014 - Planalto do Araguaia: Plintossolos, aptidão para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, remanescentes florestais e savânicos, corredores naturais, predomínio do uso do solo para agropecuária e existência de aeródromos públicos.
L	2014 - Ponta Alta do Tocantins: Argissolos, aptidão para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, campo, remanescentes florestais e savânicos, e corredores naturais.
M	2014 - Rio Sono: Neossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito e remanescentes florestais e savânicos.
N	2014 - Taguatinga: Clima Cfa4'v, densidade significativa de cursos d'água, cerrado para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e savânicos, corredores naturais, predomínio do uso do solo para agropecuária e existência de aeródromos públicos.
O	2014 - Wanderlândia: Argissolos e plintossolos, corredores naturais, predomínio do uso do solo para agropecuária e densidade significativa de malha rodoviária federal.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-4

ZDI-4 - Arraias

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-4

ZDI-4 - Darcinópolis

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA (ZCEs)

Correspondendo basicamente aos setores de desenvolvimento socioeconômico e de sua transição para conservação ecológica.

Objetivo: promover a consolidação estratégica das atividades da sociedade e da economia em equilíbrio com as condições ecológicas.

Área total: 11.459.718,02 ha (41,15% do estado).
Municípios: 130.

Predomínio do uso do solo para agropecuária (50,22% das ZCE), onde também estão localizadas as sedes urbanas de 104 municípios.

Compreendem:

- 5 zonas na classe 1 - de grau superior de desenvolvimento socioeconômico;
- 7 zonas de classe 2 - de grau intermediário superior de desenvolvimento socioeconômico;
- 8 zonas de classe 3 - de grau intermediário inferior de desenvolvimento socioeconômico;
- 7 zonas de classe 4 - de grau inferior de desenvolvimento socioeconômico.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-1

ZONA	PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO
A	ZCE-1 - Eixo Norte: Declividades entre 5 e 10%, argissolos, aptidão para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, predomínio de uso do solo para agricultura, densidade significativa da malha rodoviária estadual, existência de aeródromos públicos e destacada presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente eixo e polo.
B	ZCE-1 - Eixo Sul: Declividades entre 5 e 10%, latossolos, aptidão para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, predomínio de uso do solo para agricultura, densidade significativa da malha rodoviária estadual, existência de aeródromos públicos, presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente eixo e polo.
C	ZCE-1 - Mateiros do Leste: Declividades entre 5 e 10%, latossolos, aptidão para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, predomínio de uso do solo para agricultura, existência de aeródromos públicos e presença de estruturas de desenvolvimento.
D	ZCE-1 - Pódua Alameda: Declividades entre 5 e 10%, latossolos, aptidão para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, predomínio de uso do solo para agricultura, densidade significativa da malha rodoviária estadual e presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente eixo.
E	ZCE-1 - Rio Palma: Latossolos, predomínio de uso do solo para agricultura e presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente eixo.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA - 1

ZCE-1 - Eixo Norte



ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA - 1

ZCE-1 – Eixo Sul

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-2

ZCE-2 – Aparecida do Rio Negro

ZCE-2 – Augustinópolis

ZCE-2 – Caladine

ZCE-2 – Eixo Rio do Paraíso

ZCE-2 – Eixo Central

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-2

ZCE-2 – Palmeiras

ZCE-2 – São José

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA -2

ZCE-2 – Augustinópolis

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-3

ZCE-3 – Eixo Central

ZCE-3 – Barra do Ouro

ZCE-3 – Cabeceira Verde

ZCE-3 – Espantina

ZCE-3 – Jardim

ZCE-3 – Moura dos Furtados

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-3

ZCE-3 – Patamar de Porto Franco

ZCE-3 – Rio Formoso

ZCE-3 – Santa Rosa de Tocantins

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA -3

ZCE-3 – Cabeceira Verde

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-4

ZCE-4 – Araguaia

ZCE-4 – Conceição do Tocantins

ZCE-4 – Guaraná

ZCE-4 – Maracaju

Each slide includes a table of 'PRINCIPAIS DETERMINANTES DE ENQUADRAMENTO' (Main Determinants of Framing) with details on soil types, agricultural suitability, and infrastructure. It also features a map of the state of Tocantins with the specific zone highlighted, and a grid of smaller maps showing detailed views of the zone's boundaries and characteristics.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA-4

ZEE-TO

ZEE-4 – Ribeirão do Largo
 Densidade significativa de cursos d'água, declividades entre 5 e 10%, solos férteis, aptidão para pecuária extensiva, campo, remanescentes florestais e saúnicos, corredores naturais, predomínio de uso do solo para agropecuária e destacadada de estruturas de desenvolvimento.

ZEE-4 – São Miguel do Tocantins
 Argissolos, aptidão para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, corredores naturais e predomínio de uso do solo para agropecuária.

ZEE-4 – Tocantópolis
 Densidade significativa de cursos d'água, plintossolos, aptidão para pecuária extensiva, cerrado sentido restrito, remanescentes florestais e saúnicos e destacada presença de estruturas de desenvolvimento, notadamente viveis.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA - 4

ZEE-4 – Conceição do Tocantins

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA - 4

ZEE-4 – Guaraí

ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

1ª ETAPA – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS

- Susceptibilidade Ambiental;
- Áreas Prioritárias para Conservação;
- Cadeias Montanhosas;
- Formações Florestais;
- Corredor Ecológico do Norte do Tocantins;
- Unidades de Conservação e Terras Indígenas

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

2ª ETAPA – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS

- Limite das propriedades rurais declaradas no CAR;
- Reserva Legal declarada no CAR;
- Rios de primeira e segunda ordem;
- Cavidades Naturais;
- Pontos e áreas das bacias com captação superficial de água;

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

3ª ETAPA – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS

- Áreas de Proteção Integral e Terras Indígenas;
- Área lateral delimitada ao longo da hidrografia (buffer).

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

4ª ETAPA – RETIFICAÇÃO DOS LIMITES DAS ÁREAS DOS CORREDORES

(base cartográfica CAR 1:25.000 e mosaico de imagens de satélite 2017)

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES RESULTANTES – FASE 1

PROPOSTA DE CORREDORES NATURAIS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES RESULTANTES – FASE 2

PROPOSTA DE CORREDORES NATURAIS COM ACRÉSCIMO DAS ÁREAS DAS BACIAS COM CAPTAÇÃO DE ÁGUA



ZEE-TO
 ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

GESTÃO AMBIENTAL		GESTÃO TERRITORIAL		GESTÃO SOCIAL	GESTÃO ECONÔMICA		GESTÃO INSTITUCIONAL
MEIO FÍSICO	MEIO BIOLÓGICO	ESTRUTURA ESPACIAL	INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA	SOCIEDADE	PRODUÇÃO	INOVAÇÃO	PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

GESTÃO AMBIENTAL

MEIO FÍSICO			MEIO BIOLÓGICO
PROGRAMAS	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS	Controle geotécnico Preservação do Patrimônio Geonatural	Monitoramento climático Adequação às mudanças climáticas	Proteção e recuperação da vegetação nativa e ecossistêmica Implementação de comitês de biodiversidade e serviços ambientais Consolidação de reservas legais Fortalecimento do sistema de áreas naturais protegidas

GESTÃO TERRITORIAL

ESTRUTURA ESPACIAL		INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA			
PROGRAMAS	INTEGRAÇÃO URBANO-REGIONAL	ORDENAMENTO URBANO-RURAL	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SANEAMENTO	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES
PROJETOS	Desenvolvimento das Regiões Programadas Fortalecimento dos municípios polos e RM	Acompanhamento da situação fundiária Estruturação de assentamentos rurais	Consolidação do sistema rodoviário Consolidação do sistema ferroviário Consolidação do sistema hidroviário Consolidação do sistema aéreo	Proteção de mananciais de abastecimento de água Manejo integrado das águas Manejo integrado de resíduos	Aprimoramento dos sistemas de energia e comunicações Incentivo a fontes alternativas de energia

GESTÃO SOCIAL

SOCIEDADE

DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE
Preservação da cultura indígena Valorização das populações tradicionais Inclusão social estratégica	Preservação do patrimônio sociocultural Monitoramento e educação ambiental

GESTÃO ECONÔMICA

PRODUÇÃO				INOVAÇÃO	
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
PROJETOS	Expansão da agroecologia multifuncional Aperfeiçoamento da irrigação Manejo florestal e silvicultura Incentivo de atividades rurais alternativas	Fortalecimento da agricultura familiar Melhoria da pecuária Manejo pesqueiro e aquícola Estabelecimento de cadeias produtivas de inclusão socioeconômica	Agregação de valor à agricultura Agregação de valor à produção madeireira Agregação de valor à produção mineral	Diversificação do comércio e serviços Diversificação e integração dos segmentos do turismo	Diversificação tecnológica e inovação Promoção da biotecnologia Expansão de parques tecnológicos

GESTÃO INSTITUCIONAL

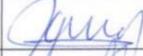
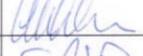
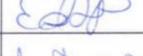
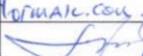
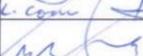
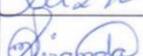
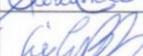
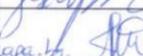
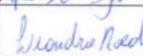
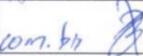
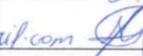
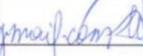
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

ADMINISTRAÇÃO DO ZEE	MONITORAMENTO DO ZEE	ACOMPANHAMENTO DO ZEE
Composição organizacional integrada Internalização do plano Recursos para implementação	Operacionalização do sistema de informações Normalização legislativa e executiva Desaparelhamento de projetos e atualização periódica Controle de atividades	Regulamentação e arranjos institucionais Compartilhamento de informações Participação democrática de atores sociais



Apêndice D

LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA TÊMÁTICA DE MEIO AMBIENTE

 			
REUNIÃO TEMÁTICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE TO)			
LISTA DE PRESENÇA			
12/06/18			
DATA: de junho de 2018			
HORÁRIO: das 08h30 até as 11h45 - 14:00 as 17h (MEIO AMBIENTE)			
NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. Rondinelli Benício Silva	SECOM	4.8121.1425 rondinbenicio@gmail.com	
2. ALDO A. AZEVEDO	SEMARH	999857877	
3. JAMILY FERREIRA CUNHA	CI-BRASIL	999786681	
4. Vitor Lam Borges	Seapago	(63) 984421549	
5. Joaquim C. Fuentes	Seplan	992418368	
6. Ricardo Menezes de Brito	Detzel	41999827605	
7. Alexandre Uhlmann	EMBRAPA	63 991082962	
8. FIDER SOARES PIATO	ULBRA	999506901	
9. Jomer Alves de Saiz	IFTO	62 99186-6686	
10. Fernanda Maria Silva	Semarh	(63) 99991-3247 fernanda.marcelo.nascimento@gmail.com	
11. ITAMAR XAVIER SILVA	CBHLP	99218-2634 itaxavier@ua.com.br	
12. PAUL RODRIGUES FREITAS	SEPLAN	PAULABRAGUATINS@hotmail.com	
13. MAURICIO FREGONESI	UGP/SEPLAN	63- 32124467 mauriciofregonesi@gmail.com	
14. DIMAS CLEMENTE	SEVOGNATIA	1999726875	
15. Cristiano S. Mendonça	ceconsucio	992994142	
16. Cecilia Amélia Miranda Costa	Seplan	98100-7777	
17. Gisele B. Paiva	UFT	Sisde. Prime UFT. div. br 98968-7687	
18. Flávia Milene M. de Oliveira	Embrapa	98117-3537 flavia.oliveira@embrapa.br	
19. Leonardo Rader	SEPLAN	leonardo.rader@seplan.to.gov.br	
20. Paulo August. Barros de Saiz	SEPLAN	3212-4463 Paulo saiz@seplan.to.gov.br	
21. JOÃO BOSCO ARAÚJO	CONSULFOR	98116-6009 AraujoJB@consulfor.com.br	
22. Denise G. Loureiro	NATURATINS	992149307 loureiro_dg@gmail.com	
23. Nilza Verônica Amaral	NATURATINS	981184168 nilza.veronicaamaral@gmail.com	



24.	Walmir El de Sousa Lima	Semarte	clatimny.com@gmail.com 3618 2420	
25.	Jordy P. do Ambiente	Detzel	Jordy@detzel.com.br	
26.	Tos D'Angelis	Hardt	tosdangelis@outlook.com 69182291916	
27.	MARTA EICHAUER DE OLIVEIRA	EMBRAPA	MARTA.EICHAUER@EMBRAPA.MG	
28.	Rodrigo Sabino Borges	Seplan	3212 11935 rodribo.borges@seplan.toc.br	RIGB
29.	Waldemar Rodrigues	UFT	69182291916 WaldemarRodrigues@uft.br	
30.	Raimundo José	SEPLAN/TO	3212-4137	COORDENADORIA DE ECONOMIA STACASE@SEPLAN.TO
31.	LUIZ ACACIO S. MORAIS	SEPLAN/TO	3212 4512	CASUATORIA@SEPLAN.TO
32.	RICARDO HAIDAR	RVRALTINS/TO	984571212	
33.	Kleymir Sousa Costa	Seplan	kleymir.sousa@seplan.toc.br	
34.	MARCOS H. P. ROCHA	NATURATINS	marcos.rocha@naturatins.toc.br	
35.	WALDIR MAGALHÃES DEZEL	DEZEL	992698866	WALDIR@DEZEL.COM.BR
36.				
37.				
38.				
39.				
40.				
41.				
42.				
43.				
44.				
45.				
46.				
47.				
48.				



Apêndice E

LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

 		REUNIÃO TEMÁTICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE TO)	
LISTA DE PRESENÇA			
14/06/19			
DATA: de junho de 2018 HORÁRIO: das 08h30 até as 11h45 - 14h as 17h (AGRICULTURA-PECUÁRIA)			
NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. MARCO ANTÔNIO CHAVES	CONAB	marcochaves@conab.gov.br	
2. Ricardo M. de Brito	D&T ZEL	rmbrito@gmail.com	
3. Paulo Augusto B. Sousa	SEPLAN	3212-4493	
4. Leandro Haider	SEPLAN-TO	3212-4494 leandro.haider@seplan.to.gov.br	
5. Tais S. R. D'Angelis	HARDT/CONSORCIO	taisdangelis@hotmail.com	Tais D'Ang
6. Fca Marta Balena dos Santos	SEAGRO/DZSS	3218 2144	
7. Romigley Pereira de C. Tito	IBGE	3215 1907	
8. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS LINDOSO	IBGE	3215-1907	Carlos Eduardo
9. Thomas Vieira Nunes	IFTO	(63) 999155708	
10. Thiago Portelindo	FACTO/UFT	98401-1800	
11. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA	EMBRAPA	9 9943-3872	PA
12. Vagner Borges	Seplan		
13. José Alberto José da Silva	ADAPEC	(63) 991131105	
14. Cleonir Barbosa Lufs	ADAPEC	(63) 99217-3540	
15. Mary Lúcia Silveira de Souza	IFTO	(63) 99966-7456	Marylúcia
16. Kleijane Daura Costa	Seplan	98417-2435	Porta
17. Cécilia Amélia Miranda Costa	Seplan	3212-4482 cecilia.costa@seplan.to.gov.br	
18. Rodrigo Sabino G. Borges	Seplan	3212-4495 rodrigo.borges@seplan.to.gov.br	Rodrigo Borges
19. Rodolfo Alves da Luz	UFT-GEOGRAFIA	981388891 rodolfoalves@uft.edu.br	
20. Paulo Rogério Gonçalves	APA-TO	3216 3484 paulo@apa.to.gov.br	
21. Patrícia A.S. Xavier Vidal	SEPLAN	PATRICIA.PORIS@seplan.to.gov.br	Patrícia Xavier
22. VALMIR AUGUSTO DETZEL	DETZEL CONSULTING	VALMIR@DETZEL.COM.BR	
23. Ricardo Haider	RURALTINS	ricardohaider@yahoo.com.br	PA
24. Sandy P. Lombardi	Detzel	3121 3333	
25.			
26.			
27.			



Apêndice F

LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA

 		ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO TOCANTINS REUNIÃO TEMÁTICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE TO)	
LISTA DE PRESENÇA			
15/06/18 DATA: de junho de 2018 HORÁRIO: das 08h30 até as 11h45 - 14h às 17h (DESENVOLVIMENTO)			
NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. ROBSON FREITAS CORREAS	IPUP	RobsonFreitasArq@IPUP@GMAIL.COM	[Signature]
2. JOSÉ ANUNCIACAL	SEPLAN	32124466 joze.botsteflho@hotmail.com	[Signature]
3. RICARDO NEVES	ATM	992044895 Riccardoneves@6.com.br	[Signature]
4. MANOEL LUIZ RIBEIRO FILHO	AGETO	32187188 luis@ageto.toc.gov.br	[Signature]
5. RICARDO GREGACIO	INFRA/SEINF	32187150 SITE@SEINF.TOC.GOV.BR	[Signature]
6. Geizomne P. Cunha	SEPLAN TO	3212-4476 geizomne.cunha@seplan.toc.gov.br	[Signature]
7. Wendro Rieder	SEPLAN-TO	3212-4494 wendro.rieder@seplan.toc.gov.br	[Signature]
8. Tarcisio de Oliveira M. Cruz	SEDEN	tarcisio@sic.toc.gov.br 63 328-2336	[Signature]
9. Ricardo M. de Brito	Detzel	rmbr19@gmail.com (11) 953821605	[Signature]
10. WILTON MARCIANO ARANTES	ITERTINS	32182518 wilton.marcao@itertins.com	[Signature]
11. Flávia A. Cappelluzzo	SEPLAN TO	3219-3378 FLAVIA.CAPPELLUZZO@SEPLAN.TOC.GOV.BR	[Signature]
12. Vagner Mauro Detzel	DETZEL	41 99269 8860 VMAUR@DETZEL.COM.BR	[Signature]
13. Cécilia Amélia Miranda Costa	Seplan	3212-4452 cecilia.costa@seplan.toc.gov.br	[Signature]
14. Joaquim E. M. C. F. Santos	Soplas	3212-4512	[Signature]
15. SOÃO HERCULANO JUNIOR	SEFAZ - TO	3218-2094	[Signature]
16. Paulo Augusto D. Sousa	SEPLAN	3212-4433	[Signature]
17. SONDY P. DOMBATE	Detzel	sondy@detzel.com.br 3121 3333	[Signature]
18. TARS S. R. DAVREUS	HARDT	tarsdavreus@hotmail.com	[Signature]
19. Marcus Vinício da Bazar	IPUP	mvbazar@ipup@gmail.com	[Signature]
20. EPHIM SHLUGER	IPUP	E.SHLUGER@GMAIL.COM	[Signature]
21. Rodrigo Sabino de Bargas	Seplan	rodriigo-borges@seplan.toc.gov.br	[Signature]
22. ANTONIO CLAYTON E. ALMEIDA	SEINF/AGETO	clayton.almeida@ageto.toc.gov.br	[Signature]
23. Kleijane D. Costa	Seplan	98417-2435	[Signature]



24.	Carla Soares de França	Sefaz	carla@sefaz.to.gov.br CarlaSoares
25.	Gisela B. Pereira	UFT	gisela.pereira@uft.edu.br Gisela
26.	Waldey Pedro	UFT	waldey@uft.edu.br Waldey
27.	Lúcia Leiko T. Morais Garcia	AGETO	lucia.garcia@ageto.to.gov.br Lucia
28.	Marcondes Martins Gadelton	SEDEN	marcondes@sedn.to.gov.br Marcondes
29.	Regina Borges	Seapros	ReginaBorges
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			
40.			
41.			
42.			
43.			
44.			
45.			
46.			
47.			
48.			



Apêndice G

LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA TÊMÁTICA DE REUNIÃO DE POVOS E TERRAS INDÍGENAS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS
REUNIÃO TEMÁTICA COM REPRESENTANTES DE ETNIAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS EM PALMAS – DATA: 03.08.2018

NOME	INSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO	MUNICÍPIO	CONTATO	ASSINATURA
JULIO CESAR DE LUCENA ARAUJO	CÂMARA DE VERGADORES - INDIGENISTA	ITACATA	(63) 98481-1090	[Handwritten Signature]
EDUARDO BIAGIONI	FUNAI	PALMAS	(63) 98145-5755	[Handwritten Signature]
CÉLIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA	ETNIA KANELA	ARAGUAGU	(63) 98453-2420	[Handwritten Signature]
LUIZ ALBERTO SOARES MARRAS	SEPLAN-TO	PALMAS	(63) 99222-5137	[Handwritten Signature]
DARCI MAUREZERI JAVAE	ETNIA JAVAE	I. BANANAL - FORMOSA A.	(63) 99963-6371	[Handwritten Signature]
JOSUÉ LEIBURUNA JAVAE	ETNIA JAVAE	SANDOLÂNDIA I. BANANAL - FORMOSA ARAG.	(63) 99947-9183	[Handwritten Signature]
CLEYTEN OLIVEIRA MARTINS JAVAE	ETNIA JAVAE	I. BANANAL - FORMOSA ARAG.	(63) 98492-0723	[Handwritten Signature]
KLEITJANE SOUSA COSTA	SEPLAN-TO	PALMAS	(63) 98417-2435	[Handwritten Signature]
LEANDRO ROEDER	SEPLAN-TO	PALMAS	(63) 99291-9639	[Handwritten Signature]
DIMAS CLEMENTE	CONSORCIO SDI	CURUMBA	(41) 99972-6875	[Handwritten Signature]
MILO S. WERRERIA	KARATA	I. BANANAL - LAGOA CONF.	(63) 99975-8187	[Handwritten Signature]
JOÃO CARLOS PEREIRA JAVAE	ETNIA JAVAE - ALUNA BOTO VELHO	LAGOA DA CONFUSÃO	(63) 99293-8938	[Handwritten Signature]
JOÃO WERRERIA	ETNIA KARATA	LAGOA CONF. / FORMOSA ARAG.	(63) 98466-8124	[Handwritten Signature]
WAGNER MAIREA JAVAE	ETNIA JAVAE	LAGOA CONFUSÃO / PIUM	(63) 99921-3841	[Handwritten Signature]
JOSMAR SITIRO	ETNIA XERENTE	TOCANTINEA	(63) 99225-9970	[Handwritten Signature]
IVYRARI KARATA	ETNIA KARATA	LAGOA DA CONFUSÃO	(63) 98438-6064	[Handwritten Signature]
CHEBE IXUDEO KARATA	ETNIA KARATA	LAGOA DA CONFUSÃO	(66) 98405-0020	[Handwritten Signature]

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS
REUNIÃO TEMÁTICA COM REPRESENTANTES DE ETNIAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS EM PALMAS – DATA: 03.08.2018

NOME	INSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO	MUNICÍPIO	CONTATO	ASSINATURA
NARUZIA WERRERIA	ETNIA KARATA	LAGOA DA CONFUSÃO	(63) 98126-8259	[Handwritten Signature]
ELIANE SILVA	RURALTINS	PALMAS	(63) 99291-9639	[Handwritten Signature]
KUBERIA DE ANDECIWALA	ETNIA KARATA	LAGOA DA CONFUSÃO	(63) 98462-3604	[Handwritten Signature]
Rodrigo Sobrinho T. Borges	Seplan	Palmas	(63) 3212-4495	[Handwritten Signature]
Cécilia Amélia Miranda Costa	Seplan	Palmas	(63) 3212-4482	[Handwritten Signature]
Bizandra Paz de Oliveira	SEDEN	Palmas - Tocantins	(63) 99937-8705	[Handwritten Signature]
TATIANE CORREIA DE SOUZA	ETNIA KANELA	PALMAS-TO	(63) 98510-9514	[Handwritten Signature]
Paulo Augusto B. Sousa	SEPLAN	Palmas	63 3212-4493	[Handwritten Signature]



Apêndice H

MODELO DO CONVITE ENTREGUE DURANTE AS MOBILIZAÇÕES PRESENCIAIS

GOVERNO DO
ESTADO DO TOCANTINS
www.to.gov.br

CONVITE

O Estado do Tocantins, através da Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, está elaborando o seu ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO e isto vai trazer muitos benefícios para sua população.

Você pode participar deste importante trabalho, comparecendo à CONSULTA PÚBLICA

Esse encontro acontecerá para discutir assuntos do interesse de todos e sua presença é de grande importância.

Data e Horário: No dia 12 de julho de 2018, das 13 h às 17 h.

Local: Na cidade de Araguaína – Auditório Prof. Jauro Studart Gurgel

Endereço: Rua 25 de Dezembro, 52, Lot. Barros

Maiores informações com a SEPLAN-TO, através do Site: <https://seplan.to.gov.br/>;
telefones: (63) 3212-4495 / 4493 ou e-mail: rodrigo.borges@seplan.to.gov.br

CONSÓRCIO



GENOGRAFIA DETZEL HARDT



Apêndice I
DIVULGAÇÃO EM IMPRENSA ESCRITA (JORNAL)

ANO XXX - ESTADO DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2018

DIÁRIO OFICIAL Nº 5.148 21

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 50/2018/GABSEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o disposto no Ato nº 581 - DSG, de 19 de abril de 2018, e conforme o art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993,

CONSIDERANDO que o servidor José Orlando Bezerra Lima Júnior, matrícula nº 11640383-1, Gerente de Desenvolvimento de Projetos de Irrigação e Drenagem, desenvolve suas atividades nos Projetos de Irrigação do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a inviabilidade de deslocamento do referido servidor para registro de ponto na Secretaria do Planejamento e Orçamento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, §3º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar do registro eletrônico de ponto o servidor JOSÉ ORLANDO BEZERRA LIMA JÚNIOR, matrícula nº 11640383-1, Gerente de Desenvolvimento de Projetos de Irrigação e Drenagem.

Parágrafo único. A frequência do referido servidor será atestada por seu chefe mediato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 15 dias do mês de junho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Estadual nº 2.986, de 13 de julho de 2015, torna público e CONVOCA entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações do terceiro setor, associações comunitárias, representantes de setores empresariais, agropecuário, produção familiar, desenvolvimento econômico e meio ambiente, e público em geral para a CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS, com o objetivo de apresentar, receber contribuições e validar a proposta de Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

As Consultas Públicas para apresentação do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins serão regionalizadas e sediadas em nove cidades do Estado, iniciando pelos municípios de Lagoa da Confusão, Augustinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso, conforme cronograma abaixo.

Município	Data	Local
Lagoa da Confusão	05 de julho	Audatório do Centro Cultural Léda Bernadon, Avenida Vitorino Panta, 2254, Centro
Augustinópolis	11 de julho	Audatório da Escola Técnica Santa Rita, Rua Planalto, 801, Centro
Araguaína	12 de julho	Audatório Municipal Professor Jauro Studart Gurgel - Rua 25 de Dezembro, 285, 2º Andar, Centro
Colinas do Tocantins	17 de julho	Audatório do Sindicato Rural, Avenida Joel Camilo da Silva, s/n, Setor Dourado
Pedro Afonso	19 de julho	Audatório da Prefeitura Municipal, Rua Getúlio Vargas, 400, Centro

As informações necessárias para subsidiar o debate, bem como a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico e documentos técnicos estão disponíveis para consulta eletrônica no Portal do ZEE-TO, no endereço eletrônico <https://zee.seplan.to.gov.br/consultas-publicas/>. Contribuições à proposta do referido documento poderão ser encaminhadas por meio do endereço <https://zee.seplan.to.gov.br/consultas-publicas/-/formulario-de-contribuicao/>, até o dia 16 de agosto de 2018.

Palmas, 3 de julho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA/SES/GABSEC Nº 456, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §1, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III, c/c o art. 67 da Lei 8.666 e a Instrução Normativa TCE-TO nº. 002/2008, de 07 de maio de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Gestor e Fiscal de Contrato e seus respectivos Suplentes, como abaixo segue:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO
15/2018	2015/30550/004008	O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos permanentes, destinados ao Hospital de referência de Araguaína/ Unidade de Radioterapia.

FISCAL	SUPLENTE	GESTOR (Diretor Administrativo)
HENDLY DA SILVA CARVALHO Matrícula 569498-3	ROBERTO AIRES MONTENEGRO Matrícula 569498-3	RIVANIA DE SOUSA BATISTA Matrícula 982547-1

Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato:

- I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- II - verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- IV - atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- V - comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;
- VI - solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- VII - acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- VIII - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;



ANO XXX - ESTADO DO TOCANTINS, TERÇA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2018

DIÁRIO OFICIAL Nº 5.156 9

**AVISO DE ADIAMENTO Nº 043/2018
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 131/2018**

PROCESSO Nº 00.182/2500/2018
RECURSO: BID/PROFISCO

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações da SECRETARIA DA FAZENDA comunica aos interessados o adiamento "SINE DIE" da licitação em epigrafe, tem como objeto a aquisição de sistema de videoconferência, para alterações a serem procedidas no edital.

Palmas, 13 de julho de 2018.

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Pregoeira

**AVISO DE ADIAMENTO Nº 044/2018
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 127/2018**

SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA
PROCESSO Nº 00.234/1701/2018

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações comunica aos interessados o adiamento "Sine Die" da licitação em epigrafe, tem como objeto prestação de serviços contínuos de alimentação mediante o fornecimento de refeições prontas, por conveniência administrativa.

Palmas, 16 de julho de 2018.

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Superintendente de Licitações.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 55/2018/GABSEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os arts. 86 e 87 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR o gozo de quinze dias das férias do servidor JOSAFÁ MACHADO PEREIRA, Técnico Agrícola, portador do CPF 534.704.191-91, número funcional 654.118-1, referentes ao período aquisitivo de 28 de abril de 2013 a 27 de abril de 2014, suspensas pela PORTARIA SEMARH Nº 047, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.415, de 15 de julho de 2015, para que sejam fruídas no período de 5 a 19 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 5 de julho de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 10 dias do mês de julho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício

PORTARIA Nº 56/2018/GABSEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os arts. 86 e 87 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

Art. 1º DETERMINAR o gozo de cinco dias das férias da servidora VIVIAN DIAS DINIZ, Analista Técnico-Administrativo/Diretor de Gestão para Captação de Recursos, portadora do CPF 710.937.101-87, número funcional 822.880-4, referentes ao período aquisitivo de 1º de

abril de 2016 a 31 de março de 2017, suspensas pela Portaria nº 22, de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.075, de 21 de março de 2018, para que sejam fruídas no período de 9 a 13 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 9 de julho de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 11 dias do mês de julho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício

PORTARIA Nº 57/2018/GABSEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os arts. 86 e 87 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

Art. 1º DETERMINAR o gozo de trinta dias das férias do servidor LEONEL BRIZOLA SEIXAS, Economista, portador do CPF 254.472.891-49, número funcional 323.618 -3, referentes ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2013 a 12 de maio de 2014, suspensas pela PORTARIA SEPLAN nº 260/2014, de 1º de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.227, de 3 de outubro de 2014, para que sejam fruídas no período de 16 de julho a 14 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 16 dias do mês de julho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A CONSULTA PÚBLICA DO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO ESTADO DO TOCANTINS**

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Estadual nº 2.986, de 13 de julho de 2015, torna público e CONVOCA entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações do terceiro setor, associações comunitárias, representantes de setores empresariais, agropecuário, produção familiar, desenvolvimento econômico e meio ambiente, e público em geral para a CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS, com o objetivo de apresentar, receber contribuições e validar a proposta de Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

As Consultas Públicas para apresentação do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins serão regionalizadas e sediadas em nove cidades do Estado, finalizando pelos municípios de Gurupi, Dianópolis, Novo Acordo e Palmas, conforme cronograma abaixo:

Município	Data	Local
Gurupi	24 de julho	Audatório da Unidade Operacional do Serviço Social do Comércio - SESC, Rua D, Quadra 10, Lotes 01 a 05, nº 109, Setor Engº Waldir Lins
Dianópolis	26 de julho	Audatório da Diretoria Regional de Ensino - DRE, Rua Padre Luso, s/n, Centro
Novo Acordo	31 de julho	Câmara Municipal, Avenida Getúlio Vargas 463-567
Palmas	2 de agosto	Audatório da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Quadra 108 Sul, Alameda 11, Lote 03, s/n, Centro

As informações necessárias para subsidiar o debate, bem como a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico e documentos técnicos estão disponíveis para consulta eletrônica no Portal do ZEE-TO, no endereço eletrônico <https://zee.seplan.to.gov.br/consultas-publicas/>. Contribuições à proposta do referido documento poderão ser encaminhadas por meio do endereço <https://zee.seplan.to.gov.br/consultas-publicas/formulario-de-contribuicao/>, até o dia 16 de agosto de 2018.

Palmas, 16 de julho de 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário do Planejamento e Orçamento, em exercício



Apêndice J
TEXTO BASE DO SPOT DE DIVULGAÇÃO POR RÁDIO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

TEXTO PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONOMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Estadual nº 2.986, de 13 de julho de 2015, torna público e CONVOCA entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações do terceiro setor, associações comunitárias, representantes de setores empresariais, agropecuário, produção familiar, desenvolvimento econômico e meio ambiente, e público em geral para a CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONOMICO DO ESTADO DO TOCANTINS, com o objetivo de apresentar, receber contribuições e validar a proposta de Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins, a ser realizada na cidade de Lagoa da Confusão, no período das 13:00 às 17:30 horas do dia 5 de julho de 2018 no Auditório de Centro Cultural Lêda Bernadon, localizado na Avenida Vitórino Panta, nº 2254, Centro, Lagoa da Confusão - TO.

As informações necessárias para subsidiar o debate, bem como a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico e documentos técnicos estão disponíveis para consulta eletrônica no Portal da SEPLAN, no endereço eletrônico <https://zee.seplan.to.gov.br/relatorios-tecnicos/reunioes-tecnicas-zoneamento-ecologico-economico-do-tocantins/>. Contribuições à proposta do referido documento poderão ser encaminhadas por meio do endereço **[inserir endereço]**, até o dia 16 de agosto de 2018.

As Consultas Públicas para apresentação do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins serão regionalizadas e sediadas em nove cidades do Estado: Lagoa da Confusão, Augustinópolis, Araguatins, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso, Gurupi, Dianópolis, Novo Acordo e Palmas.

SEPLAN -TO, Palmas, 26 de junho de 2018.

SPOT DE RADIO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A CONSULTA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONOMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

A SEPLAN - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO TOCANTINS, COM APOIO DO PROJETO PDRIS E DA PREFEITURA MUNICIPAL **[nome]** CONVIDAM TODA A COMUNIDADE PARA PARTICIPAR DA CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAR, RECEBER CONTRIBUIÇÕES E APROVAR O PLANO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO TOCANTINS. O EVENTO ACONTECE NESTA **[dia da semana]** NO **[local]** A PARTIR DAS **[horas]** FAÇA SUA OPINIÃO VALER NAS QUESTÕES QUE ENVOLVEM OS RECURSOS NATURAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO TERRITORIAL DA SUA REGIÃO // GOVERNO DO TOCANTINS



Apêndice K

PLANO DE ZONEAMENTO E PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONSULTA PÚBLICA
Consultas a Sociedade

APRESENTAÇÃO

Bem Vindos!

As **CONSULTAS PÚBLICAS** representam mais um passo na construção do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins – ZEE-TO.

Objetivo principal é apresentar, discutir e coletar contribuições sobre a proposta do **Plano de Zoneamento** e a **Proposta do Plano de Ação**, a partir do envolvimento de representantes de instituições e organizações da sociedade civil e o público em geral.

As **CONSULTAS PÚBLICAS** fazem parte de um conjunto de eventos de envolvimento da sociedade que incluem 10 Oficinas Técnicas, 4 Reuniões Temáticas, diversas reuniões técnicas e dois seminários.

O ZEE-TO realizará ao todo 26 eventos envolvendo cerca de 1.000 atores, representantes e líderes sociais.

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

BREVE HISTÓRICO

ORGANOGRAMA DE TRABALHO

BREVE HISTÓRICO – LINHA DO TEMPO

- 1 PLANO DE TRABALHO
- 2 COLETA E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES
- 3 CARACTERIZAÇÃO ATORES SOCIAIS
- 4 DIAGNÓSTICO E COMPARTIMENTOS PAISAGEM
- 5 OFICINAS TÉCNICAS E ZONEAMENTO PRELIMINAR
- 6 PROPOSTA DE ZONEAMENTO
- 7 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DO ZONEAMENTO
- 8 REUNIÕES TEMÁTICAS
- 9 CONSULTAS PÚBLICAS

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO

FASES DE CONSTRUÇÃO DO ZONEAMENTO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONSTRUÇÃO DO MODELO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA | FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA | FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA | DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA | FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA | DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIJO

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA | FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA | DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIJO

MODELO BÁSICO

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA | FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA | DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIJO

MODELO BÁSICO

PRE-ZONEAMENTO

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AVALIAÇÃO DE CONSISTÊNCIA

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

ANÁLISE DOS DADOS

SISTEMAS DE ENERGIA | ATIVIDADES MINERÁRIAS | REGIÕES PROGRAMA

Macro ZEE da AM | ZEE DO NORTE DO TOCANTINS

PRE-ZONEAMENTO | SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE | USO DA TERRA | RELEVÂNCIA DA FITOFISIONOMIA | ZONAS DO ENTORNO ESTADUAL

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

AFERIÇÃO DE PERTINÊNCIA

PRE-ZONEAMENTO | CENÁRIO ATUAL | CENÁRIO TENDENCIAL | SIST. DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE | CENÁRIO PROPOSITIVO

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO (P15)

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIIS | THE WORLD BANK | ZEE TO



ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

REDELIMITAÇÃO

- APROXIMAÇÃO AOS LIMITES DAS UNIDADES DE PAISAGEM**
Garantia de homogeneidade e consistência, por intermédio de marcos passíveis de reconhecimento em campo
- ÁREA MÍNIMA**
Menor unidade de paisagem (5.000 ha)
- POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**
Máximo de 80% de conservação

NOMENCLATURA ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS

ZONAS ESPECIAIS

- ZEPI: Zonas Especiais de Unidades de Conservação de Proteção Integral
- ZEUS: Zonas Especiais de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- ZETI: Zonas Especiais de Terras Indígenas

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

- ZDI-1: Zona de Desenvolvimento Integrado 1
- ZDI-2: Zona de Desenvolvimento Integrado 2
- ZDI-3: Zona de Desenvolvimento Integrado 3
- ZDI-4: Zona de Desenvolvimento Integrado 4

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

- ZCE-1: Zona de Consolidação Estratégica 1
- ZCE-2: Zona de Consolidação Estratégica 2
- ZCE-3: Zona de Consolidação Estratégica 3
- ZCE-4: Zona de Consolidação Estratégica 4

Zonas Especiais
Zonas de Desenvolvimento Integrado
Zonas de Consolidação Estratégica

AS 132 ZONAS ECOLÓGICO-ECONÔMICAS SÃO CLASSIFICADAS EM TRÊS TIPOLOGIAS PRINCIPAIS.

ZONAS

- Zonas Especiais
- Zona de Desenvolvimento Integrado
- Zonas de Consolidação Estratégica

132 ZONAS

- Especiais (ZEs) – 29 espaços naturais protegidos por lei (21,49% do estado), classificados em três tipos;
- de Desenvolvimento Integrado (ZDIs) – 75 espaços com níveis diferenciados de aptidão à conservação ecológica (37,33% do Tocantins), agrupados em quatro tipos;
- de Consolidação Estratégica (ZCEs) – 28 espaços com graus diversificados de aptidão ao desenvolvimento socioeconômico (41,18% do território estadual), enquadrados em quatro tipos.

Quais municípios fazem parte desta região administrativa?

SEDE ADMINISTRATIVA

MUNICÍPIOS

- Lagoa do Tocantins
- Lizarda
- Mateiros
- Novo Acordo
- Ponte Alta do Tocantins
- Rio Sono
- Santa Tereza do Tocantins
- São Félix do Tocantins

Está região equivale a 18,77 % do estado do Tocantins.

COMO FICA O ZONEAMENTO NA SUA REGIÃO?

REGIÃO ADMINISTRATIVA

SEDE ADMINISTRATIVA

Zonas Especiais
Zona de Desenvolvimento Integrado
Zonas de Consolidação Estratégica

ZONAS ESPECIAIS (ZE)

COMPORTEM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, LEGAL E INSTITUCIONAL:

- Unidades de Conservação (UC) - espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público;
- Terras Indígenas (TI) - comportando as glebas tradicionalmente ocupadas pelos índios, sendo elas:
 - habitadas em caráter permanente;
 - utilizadas para atividades produtivas;
 - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais (bem-estar e reprodução física e cultural) (BRASIL, 1988, Artigo 231, Parágrafo 1º)
- Área total: 5.985.223,25 ha (21,49% do estado)
- Municípios: 63
 - ✓ 07 ZEPI (Zona Especial de Proteção Integral)
 - ✓ 14 ZEUS (Zona Especial de Uso Sustentável)
 - ✓ 08 ZETIs (Zona Especial de Terras Indígenas)

ZE's

CLASSES

- ZEPI
- ZEUS
- ZETI

ZEUS – APA do Jalapão

ZEPI – Parque Nacional das Nascentes do Rio Paraitaba

ZEPI – Parque Estadual do Jalapão

ZEUS – APA da Serra da Tabatinga

ZEPI – Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins

ZEUS – Parque Estadual do Jalapão

ZONAS ESPECIAIS

A região administrativa central, com sede administrativa em Novo Acordo, possui 8 municípios. Sendo que:

- 4 municípios ficam nas Zonas Especiais;
- 3 na ZEPI;
- 3 na ZEUS;

Municípios	ZEPI	ZEUS
Mateiros	597.276,10	215.792,84
Novo Acordo	112.640,85	
Ponte Alta do Tocantins	198.790,97	9.813,20
São Félix do Tocantins	23.876,67	
Total Geral	821.943,74	338.266,89

33,92% da área administrativa central é composta por ZE, divididas em 24,03% de ZEPI e 9,89% de ZEUS.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (ZDIs)

Correspondendo basicamente aos setores de conservação ecológica e de sua transição para desenvolvimento socioeconômico.

Área total: 10.405.574,34 ha (37,36% do estado).
Municípios: 121

Compreendem:

- 18 zonas na classe 1 – de grau superior de conservação ecológica (ZDI-1s – 35,18% das ZDIs);
- 13 zonas de classe 2 – de grau intermediário superior de conservação ecológica (ZDI-2s – 23,37% das ZDIs);
- 11 zonas de classe 3 – de grau intermediário inferior de conservação ecológica (ZDI-3s – 13,11% das ZDIs);
- 34 zonas de classe 4 – de grau inferior de conservação ecológica (ZDI-4s – 28,34% das ZDIs).

ZDI

ZDI-4 Mansinha
ZDI-3 Pedra Dura
ZDI-4 Rio Sono
ZDI-4 Novo Acordo
ZDI-4 Santa Tereza do Tocantins
ZDI-4 Lagoa do Tocantins
ZDI-2 Três Pedras
ZDI-4 Ponte Alta do Tocantins
ZDI-1 Planaltos do Leste

ZDI-4 Alto Bonito
ZDI-4 Lizarda
ZDI-1 Patamares das Mangabeiras
ZDI-4 São Félix do Tocantins
ZDI-3 Mateiros

CLASSES

- ZDI-1
- ZDI-2
- ZDI-3
- ZDI-4

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Para as Zonas de Desenvolvimento Integrado, dos 8 municípios pertencentes a esta região, ficamos com:

→ 8 municípios nas Zonas de Desenvolvimento Integrado, onde:

- 06 na ZDI-1;
- 06 na ZDI-2;
- 05 na ZDI-3;
- 07 na ZDI-4;

Municípios	ZDI-1	ZDI-2	ZDI-3	ZDI-4
Lagoa do Tocantins	441.798,02	49.488,63	39.803,99	
Munizópolis	1.058,87	78.812,44		
Novo Azeite	6.264,67	97.186,46	44.084,77	5.510,36
Ponte Alta do Tocantins	218.131,43	112.539,52	65.237,62	43.863,82
Rio Sono	198.270,09	158.963,70	222.252,39	38.435,69
Santa Tereza do Tocantins		20.988,28	27.895,36	5.832,52
São Félix do Tocantins	157.673,86			6.883,02
Total Geral	1.023.827,81	564.896,33	438.893,12	149.226,42

63,65% da área administrativa central é composta pelas ZDI, divididas em 29,93% de ZDI-1, 16,92% de ZDI-2, 12,83% de ZDI-3 e 4,37% de ZDI-4.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA (ZCEs)

Correspondendo basicamente aos setores de desenvolvimento socioeconômico e de sua transição para conservação ecológica.

Objetivo: promover a consolidação estratégica das atividades da sociedade e da economia em equilíbrio com as condições ecológicas.

Área total: 11.459.718,02 ha (41,15% do estado).
Municípios: 130

Predomínio do uso do solo para agropecuária (50,22% das ZCE), onde também estão localizadas as sedes urbanas de 104 municípios.

Compreendem:

- 5 zonas na classe 1 – de grau superior de desenvolvimento socioeconômico;
- 7 zonas de classe 2 – de grau intermediário superior de desenvolvimento socioeconômico;
- 8 zonas de classe 3 – de grau intermediário inferior de desenvolvimento socioeconômico;
- 7 zonas de classe 4 – de grau inferior de desenvolvimento socioeconômico.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

Para as Zonas de Consolidação Estratégica dos 8 municípios pertencentes a esta região, ficamos com:

→ 2 municípios nas Zonas de Consolidação Estratégica 1 (ZCE-1), representando 2,43% da área administrativa central.

Municípios	ZCE-1	ÁREA HECTARES
Lizarda		9.796,98
Mateiros		73.273,90
Total Geral		83.070,88



Para detalhamento das diretrizes de cada zona, indicamos a leitura do Produto P15, este possui de forma detalhada e individual a Síntese Descritiva das zonas, como exemplo desta figura.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Situada na porção centro leste do Tocantins, a ZDI-1 – Patamares das Mangabeiras – possui área total 801.827,72 ha (2,88% do estado), englobando seis municípios, cabendo destaque a Lizarda (95º em população estimada para 2017 no estado), devido à sua maior participação territorial (55,10% da zona). Também inclui três macrocompartmentos de paisagem, com maior expressão do E (86,02%), o qual, em sua totalidade, cobre 3.53% do Tocantins e está relacionado com o bioma Cerrado.

CONDICIONANTES FÍSICAS
É principalmente vinculada ao tipo climático C2wa'a' (87,55% da zona), cujas características são pertinentes ao clima úmido subúmido, com moderada deficiência hídrica no inverno e com pluviosidade média entre 1.400 e 1.800 mm anuais. Dentre as duas bacias hidrográficas existentes, a do Rio Sono é a de maior extensão (53,26%), sendo a densidade de cursos d'água da zona de 7,89 km/1.000 km². Geomorfologicamente, é especialmente representada por patamares (88,52%), motivo pelo qual seu relevo é predominantemente suave ondulado com expressiva presença de declividades de 5,00 a 10,00% (69,76%). É constituída por rochas sedimentares (100,00%), sobre as quais predominam neossolos (85,11%), relacionados com a prevalência da potencialidade de uso das terras para pecuária extensiva (85,11%).

CONDICIONANTES BIOLÓGICAS
Há predomínio de cerrado sentido restrito (48,94% da zona). Com 6,29% da sua área destinada a usos antrópicos, parcela equivalente a 9,48% é sobreposta pelos corredores naturais propostos.

CONDICIONANTES ANTRÓPICAS
A agropecuária é a atividade humana preponderante da zona (6,14%), onde também estão localizadas a sede urbana dos municípios identificados – São Félix do Tocantins. Seu principal componente de infraestrutura e serviço de circulação corresponde às rodovias estaduais TO-020, TO-030, TO-110, TO-245, e TO-330 (densidade da malha rodoviária de 0,44 km/1.000 km² – 2,52 % planejada). Inexistem rodovias federais, ferrovias, hidrovias e aeródromos públicos. Dentre as estruturas de desenvolvimento estadual está vinculada com o Eixo Leste-Oeste Central e com o Arco Jalapão, além das regiões-programas Leste-Jalapão e Nordeste. Não há polos e regiões metropolitanas nesta zona.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Situada na porção centro leste do Tocantins, a ZDI-1 – Patamares das Mangabeiras – possui área total 801.827,72 ha (2,88% do estado), englobando seis municípios, cabendo destaque a Lizarda (95º em população estimada para 2017 no estado), devido à sua maior participação territorial (55,10% da zona). Também inclui três macrocompartmentos de paisagem, com maior expressão do E (86,02%), o qual, em sua totalidade, cobre 3.53% do Tocantins e está relacionado com o bioma Cerrado.

CONDICIONANTES FÍSICAS
É principalmente vinculada ao tipo climático C2wa'a' (87,55% da zona), cujas características são pertinentes ao clima úmido subúmido, com moderada deficiência hídrica no inverno e com pluviosidade média entre 1.400 e 1.800 mm anuais. Dentre as duas bacias hidrográficas existentes, a do Rio Sono é a de maior extensão (53,26%), sendo a densidade de cursos d'água da zona de 7,89 km/1.000 km². Geomorfologicamente, é especialmente representada por patamares (88,52%), motivo pelo qual seu relevo é predominantemente suave ondulado com expressiva presença de declividades de 5,00 a 10,00% (69,76%). É constituída por rochas sedimentares (100,00%), sobre as quais predominam neossolos (85,11%), relacionados com a prevalência da potencialidade de uso das terras para pecuária extensiva (85,11%).

DIRETRIZES ESPECÍFICAS
Esta zona é vizinha à Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins e ao Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba; portanto, está inserida em parte nas suas zonas de amortecimento. Em função das suas condicionantes naturais (físicas e biológicas), com relevante existência de neossolos, a principal diretriz desta zona é voltada à alta conservação ecológica com equilíbrio social e econômico. Mesmo sem significativa sobreposição de corredores naturais, também é prioritária a conexão e conservação de remanescentes naturais com vistas a ganhos ambientais e socioeconômicos representativos. Tendo em vista a presença de estruturas de desenvolvimento, também são associadas às diretrizes secundárias de: consolidação de eixos logísticos e estruturadores do espaço, visando à diversificação dos modais e ao fortalecimento do papel integrador do estado; e, no caso do Arco do Jalapão, incentivo ao desenvolvimento do turismo ecológico e cultural sustentável. Em associação com os projetos do plano de ação, essas diretrizes são vinculadas aos objetivos específicos de gestão da zona.

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CORREDORES NATURAIS

CORREDORES NATURAIS
Os corredores foram estabelecidos concomitante ao zoneamento, já que em todas as zonas existem aspectos ambientais específicos que devem ser tratados de forma a compatibilizar as questões ambientais as sócio econômicas. Ou seja, as zonas possuem áreas que são de maior importância para a conservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ambientais e conservação da geodiversidade, onde serão estabelecidos políticas específicas.

Assim foi utilizada a concepção dos corredores ecológicos por se tratar de um delineamento espacial para a conservação, incorporando outras questões que podem ser espacializadas além do tema conectividade, como áreas prioritárias para a conservação, incluindo habitats de maior fragilidade, áreas relevantes para a manutenção de diversos serviços ambientais, propiciar maior resiliência a possíveis mudanças climáticas por causas naturais ou antrópicas e formações geológicas importantes.

CORREDORES NATURAIS
Para a sua concepção foi utilizado os seguintes dados como base analítica:

Suscetibilidade ambiental	Pontos e áreas das bacias com captação superficial de água	Limite das propriedades rurais declaradas no Cadastramento
Formações florestais	Cadeias Montanhosas	Áreas prioritárias para conservação
Cavidades naturais	Reserva Legal declarada no CAR	Unidades de conservação e terras indígenas
Corredor ecológico do norte do Tocantins	Rios de primeira e segunda ordem	

Todos estas camadas de informações foram sobrepostas em um ambiente de sistema de informações geográficas.

CORREDORES NATURAIS
Após a sobreposição destas informações os corredores naturais começaram a ter conexão com áreas de grande relevância para a conservação.

OBSERVE!

E com isso nos temos :

ZONEAMENTO

SOBREPOSTO PELOS...

CORREDORES NATURAIS

Vamos analisar sua região!

CORREDORES NATURAIS
ocupam 39,30% da região administrativa Central.

As Unidades de Proteção Integral e Terras Indígenas foram consideradas nos corredores naturais.



ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE AÇÃO

1	2	3	4	5
GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO TERRITORIAL	GESTÃO SOCIAL	GESTÃO ECONÔMICA	GESTÃO INSTITUCIONAL

GESTÃO AMBIENTAL

		MEIO FÍSICO		MEIO BIOLÓGICO		
PROGRAMAS	CONSERVAÇÃO DA GEODIVERSIDADE	ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA		PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS		
	Controle geológico	Monitoramento climático		Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas		
PROJETOS	Preservação do Patrimônio Geonatural	Adequação às mudanças climáticas		Conservação e preservação de corpos d'água		
	Proteção e recuperação da vegetação nativa e ecossistêmica				Conservação da biodiversidade	
	Implementação de corredores de biodiversidade e serviços ambientais				Conservação de reservas legais	
				Fortalecimento do sistema de áreas naturais protegidas		

GESTÃO TERRITORIAL

		ESTRUTURA ESPACIAL		INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA		
PROGRAMAS	INTEGRAÇÃO URBANO-REGIONAL	ORDENAMENTO URBANO-RURAL		INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE MOBILIDADE		INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SANEAMENTO
	Desenvolvimento dos Programas	Acompanhamento da situação fundiária		Consolidação do sistema rodoviário		Proteção de mananciais de abastecimento de água
PROJETOS	Fortalecimento dos municípios polos e RM	Estruturação de assentamentos rurais		Consolidação do sistema ferroviário		Manejo integrado das águas
	Consolidação do sistema hidroviário				Manejo integrado de resíduos	
	Consolidação do sistema aeroviário				Organização dos serviços de transporte e logística	
	Aproximamento dos sistemas de energia e comunicações					
Incentivos a fontes alternativas de energia						

GESTÃO SOCIAL

		SOCIEDADE	
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CONSERVAÇÃO DA SOCIODIVERSIDADE	
	Preservação da cultura indígena	Preservação do patrimônio sociocultural	
PROJETOS	Valorização das populações tradicionais	Monitoramento e educação ambiental	
	Inclusão social estratégica		

GESTÃO ECONÔMICA

		PRODUÇÃO				INOVAÇÃO
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
	Expansão da agroecologia multifuncional	Fortalecimento da agricultura familiar	Agregação de valor à agroindústria	Diversificação do comércio e serviços	Diversificação e integração dos segmentos do turismo	
PROJETOS	Aperfeiçoamento da irrigação	Melhoria da pecuária	Agregação de valor à produção madeireira	Promoção da biotecnologia		
	Manejo florestal e silvicultura	Manejo pesqueiro e aquicultura	Agregação de valor à produção mineral	Expansão de parques tecnológicos		
	Incentivo de atividades rurais alternativas	Estabelecimento de cadeias produtivas de inclusão socioeconômica	Organização de distritos e polos industriais			

GESTÃO INSTITUCIONAL

		PROCESSOS E PROCEDIMENTOS		
PROGRAMAS	ADMINISTRAÇÃO DO ZEE	MONITORAMENTO DO ZEE	ACOMPANHAMENTO DO ZEE	
	Composição organizacional integrada	Operacionalização do sistema de informações	Regulamentação e arranjo institucionais	
PROJETOS	Internalização do plano	Normalização legislativa e executiva	Compartilhamento de informações	
	Recursos para implementação	Detalhamento de projetos e atualização periódica	Participação democrática de atores sociais	
	Controle de atividades			

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Para ter conhecimento de todos os projetos propostos no Zoneamento consultar o Produto 13. P13 - PROPOSIÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Exemplo de produto

1. OBJETIVO

2. JUSTIFICATIVA

3. ATRIBUIÇÕES

4. METAS

5. INDICADORES

6. RECURSOS

7. RISCOS

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. OBJETIVO

2. JUSTIFICATIVA

3. ATRIBUIÇÕES

4. METAS

5. INDICADORES

6. RECURSOS

7. RISCOS

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. OBJETIVO

2. JUSTIFICATIVA

3. ATRIBUIÇÕES

4. METAS

5. INDICADORES

6. RECURSOS

7. RISCOS

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Continua...

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Continuação...

Este é um exemplo de projeto de um dos programas do plano de ação!

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

OBRIGADO!

NA SEQUENCIA TEREMOS UMA SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS



Apêndice L

MODELO DE FICHA UTILIZADA PARA COLETA DE PERGUNTA

<p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO TOCANTINS – ZEE-TO CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE A PROPOSTA DE ZONEAMENTO</p> <p>Nome Completo: _____</p> <p>Instituição: _____ Fone: _____</p> <p>Pergunta/Contribuição: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	 <p>SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</p>
---	--

Apêndice M

ROTEIRO PREESTABELECIDO DE BOAS-VINDAS E INTRODUÇÃO AO EVENTO

CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO**ESTADO DO TOCANTINS ROTEIRO DE CERIMONIAL CONSULTA PÚBLICA DE LAGOA DA CONFUSÃO****Mestre de Cerimônias - Chamada Inicial**

O Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN com o apoio do Projeto Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins - PDRS e a Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão, dão as boas-vindas a todos por ocasião da realização das Consultas Públicas sobre o Zoneamento Ecológico Econômico do Tocantins.

O Zoneamento Ecológico Econômico é uma importante ferramenta de apoio ao planejamento e organização de todas as regiões do estado. Estabelece orientações fundamentais para a ocupação e desenvolvimento do território considerando também a proteção dos recursos naturais.

A Consulta Pública que ora se inicia destina-se a apresentar a proposta de zoneamento ecológico econômico e do plano de ação do zoneamento, para receber contribuições da sociedade e validar o processo de construção participativa com a sociedade tocaninense.

Este evento congrega convidados dos municípios de Abreulândia, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil e Santa Rita do Tocantins.

Informamos a todos que esta Consulta Pública está sendo gravada em vídeo e áudio.

Bem vindos!

Mestre de Cerimônias - Chamado de composição da mesa

Neste momento chamamos para a composição da Mesa e dar início aos trabalhos da Consulta Pública as autoridades presentes:



Convidamos para integrar e presidir a mesa o Exmo Sr. [nome] Prefeito Municipal de Lagoa da Confusão.

Convidamos para integrar a mesa o Sr. [nome] (organizar lista de autoridades presentes com base na ficha de inscrição e na orientação de pessoas locais).

Mestre de Cerimônias - Declaração de abertura dos trabalhos

Passamos a palavra ao Exmo Sr. [nome], prefeito municipal para dar início aos trabalhos do dia. (Mestre de cerimônias deve controlar o tempo de fala tendo como limite 10 minutos - Verificar outras autoridades presentes com “direito” a fala.)

Presidente da Mesa - Declaração de abertura dos trabalhos

Bom dia a todos. Pequena fala de boas-vindas a todos e declaração de abertura dos trabalhos.

Mestre de Cerimônias - Declaração de abertura dos trabalhos

Dando sequência aos trabalhos, realizaremos a apresentação técnica da Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins e do Plano de Ação do Zoneamento, a ser realizada pelos Senhores Rodrigo Sabino Borges, representando a Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins e pelo Senhor Valmir Augusto Detzel, representando o Consórcio Executor dos trabalhos do zoneamento.

O Sr. Rodrigo Sabino Borges é Geógrafo e Mestre em Geografia. Atua na SEPLAN como Gerente de Indicadores Econômicos e Sociais e na Coordenação do Programa de Zoneamento do Estado do Tocantins, respondendo pela coordenação e supervisão de todos os trabalhos de elaboração do zoneamento ecológico econômico do estado.

O Sr. Valmir Augusto Detzel é Engenheiro Florestal e Mestre em Conservação Ambiental. É responsável pela Coordenação Geral da equipe e dos trabalhos técnicos de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins.

Para a apresentação foram reservados 90 minutos.

Informamos que as perguntas serão respondidas somente após a apresentação técnica, para não atrapalhar nosso controle do tempo. Teremos tempo de 90 minutos para as explicações e respostas. As perguntas e sugestões deverão ser feitas por escrito e encaminhadas à mesa. No envelope que receberam no momento da inscrição tem duas fichas destinadas ao registro de suas perguntas. Solicitamos a gentileza de preencher a ficha com seus dados completos sem utilizar siglas ou abreviações. Nossos assistentes poderão ajudá-los a registrar as perguntas.

Passaremos agora a exposição técnica e, para tanto, passamos a palavra ao Sr. Rodrigo Borges. (Mestre de cerimônias deve controlar o tempo de exposição tendo como limite 90 minutos)

SEPLAN - Abertura da exposição técnica com apoio das lâminas multimídia

Exposição do Rodrigo, conforme rito.

Consórcio Executor - Exposição técnica com apoio das lâminas multimídia

Exposição do Valmir, conforme rito

Mestre de Cerimônias - Início dos debates

Muito bem senhoras e senhores, terminada a apresentação técnica, passaremos agora ao período de esclarecimentos e respostas para as perguntas dos participantes. Organizaremos as perguntas por ordem de chegada. Os autores das perguntas poderão fazer uma réplica, com tempo limitado a 2 minutos, objetivando complementos de esclarecimentos para os casos em que as respostas não tenham atendido ao solicitado.

(Mestre de cerimônias deve controlar o tempo de debate tendo como limite 90 minutos)

(Mestre de cerimônias deve controlar as perguntas e respostas e conduzir as falas dos participantes, organizando o debate)

Mestre de Cerimônias - Finalização dos debates

Tendo finalizado as perguntas e respostas, passaremos a palavra aos representantes da SEPLAN para os anúncios complementares a respeito do processo de elaboração do zoneamento ecológico econômico do Tocantins.

SEPLAN - Finalização dos debates

Rodrigo indicará os prazos e canais de comunicação para envio de contribuições e questionamentos da sociedade (@@ de agosto).

Rodrigo indicará próximos passos a cumprir no processo de elaboração do ZEE-TO

Rodrigo finalizará fala com agradecimentos a participação de todos, retornando a palavra ao mestre de cerimônias.

Mestre de Cerimônias - Finalização dos trabalhos

Chegando ao final dos trabalhos da Consulta Pública de Lagoa da Confusão, passamos agora a palavra ao Presidente da mesa, Exmo Senhor [nome], prefeito municipal de Lagoa da Confusão, para suas palavras finais e encerramento dos trabalhos.

Presidente da Mesa - Declaração de encerramento dos trabalhos

Pequena fala de finalização dos trabalhos e agradecimentos por parte da autoridade presente.

Apêndice N

CONTEÚDO APRESENTADO NA CONSULTA PÚBLICA

<p>ZEE-TO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS</p> <p>CONSULTA PÚBLICA Consultas a Sociedade</p>	<p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS</p> <p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – CONCEITOS GERAIS</p> <p>Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um instrumento estratégico de planejamento do uso e gestão do território que objetiva orientar políticas públicas e empreendimentos privados para o desenvolvimento econômico regional em bases ambientalmente sustentáveis.</p> <p>O ZEE do Tocantins tem por objetivo orientar o planejamento e a tomada de decisões com relação ao adequado uso do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.</p> <p>Em linhas gerais, este mecanismo de gestão ambiental consiste na delimitação de zonas (unidades territoriais) e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas</p>
<p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS</p> <p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – CONCEITOS GERAIS</p> <p>A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico é fundamentada numa série de etapas obrigatórias, conforme metodologia unificada (Decreto Federal nº 4.297/2002). Destacando-se.</p> <p>Análise detalhada e integrada do território com base em aspectos ambientais, produtivos, sociais e legais, para a delimitação de zonas (zoneamento);</p> <p>Atribuição de diretrizes e critérios para atividades que sejam compatíveis com as características de cada zona (por exemplo, expansão produtiva ou recuperação ambiental);</p> <p>Discussão com a sociedade de formas de gestão, visando otimizar as potencialidades e enfrentar as limitações para o uso sustentável dos recursos e para a ocupação do território, assegurando a manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas;</p>	<p>ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS</p> <p>BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO</p> <p>Lei Federal nº 6.938/1981</p> <p>Política Nacional de Meio Ambiente. Indica o zoneamento ambiental entre os instrumentos de planejamento.</p> <p>Decretos Federais nº 4.297/2002 e 6.288/2007</p> <p>Regulam a Lei Federal nº 6.938/1981 e estabelecem critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.</p> <p>Diretrizes metodológicas. Zoneamento Ecológico-Econômico. 2006.</p> <p>Delimita concepção geral, arranjos institucionais, fundamentos e diretrizes para os procedimentos operacionais necessários à execução do ZEE no país.</p> <p>Lei Federal nº 12.651/2012</p> <p>Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; indica percentuais de reserva legal, conforme indicação ZEE Estadual e aprovação pelo Poder Federal; e define prazos p/ Estados elaborarem e aprovar ZEEs.</p> <p>Lei Estadual nº 2.265/2012</p> <p>Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e adota outras providências.</p>



BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Decreto Federal nº 4.297/2002 - Objetivos e Princípios

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 4º O processo de elaboração e implementação do ZEE:

- I - buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, (...);
- II - contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; (...).

BASES LEGAIS – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O ZEE articula-se a outros instrumentos de gestão territorial, ambiental e produtiva em diversos níveis, havendo lacunas legais e de informação que cabem a este instrumento. Dentre as sinergias com instrumentos legais e técnicos destaca-se:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Plano Estadual de Florestas;
- Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC (Lei Estadual nº 1.560/2005);
- Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (Lei Estadual nº1.917/2008);
- Planos Diretores Municipais.

APRESENTAÇÃO

Bem Vindos!

As **CONSULTAS PÚBLICAS** representam mais um passo na construção do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins – ZEE-TO.

Objetivo principal é apresentar, discutir e coletar contribuições sobre a proposta do **Plano de Zoneamento** e a **Proposta do Plano de Ação**, a partir do envolvimento de representantes de instituições e organizações da sociedade civil e o público em geral.

As **CONSULTAS PÚBLICAS** fazem parte de um conjunto de eventos de envolvimento da sociedade que incluem 10 Oficinas Técnicas, 4 Reuniões Temáticas, diversas reuniões técnicas e dois seminários.

O ZEE-TO realizará ao todo 26 eventos envolvendo cerca de 1.000 atores, representantes e líderes sociais.

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

BREVE HISTÓRICO

ORGANOGRAMA DE TRABALHO

The flowchart illustrates the methodology, divided into 'Planejamento' (Planning) and 'Participação' (Participation). The 'Planejamento' phase includes 'Proposição Preliminar do Plano de Zoneamento' (P01-P04), 'Proposição Preliminar do Plano de Ação' (P05-P08), and 'Zonas de Proteção e Conservação do Domínio' (P09-P12). The 'Participação' phase includes 'Caracterização dos Meios Sociais' (P13), 'Oficinas Técnicas' (P14-P17), and 'Consultas Públicas' (P18-P19). The final stage is 'Proposição Final do Plano' (P20-P21) leading to 'Gestão' (Management).

BREVE HISTÓRICO – LINHA DO TEMPO

The timeline shows 9 key milestones: 1. Plano de Trabalho (Set/2015), 2. Coleta e Organização de Informações (Nov/2015), 3. Caracterização de Atores Sociais (Dez/2015), 4. Diagnóstico e Compartimentos Paisagem (Out/2016), 5. Oficinas Técnicas e Zoneamento Preliminar (Mai/2017), 6. Proposta de Zoneamento (Nov/2017), 7. Proposta de Plano de Ação do Zoneamento (Fev/2018), 8. Reuniões Temáticas (Jun/2018), 9. Consultas Públicas (Jul/2018).

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO

FASES DE CONSTRUÇÃO DO ZONEAMENTO

- CONSTRUÇÃO DO MODELO
- CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS
- ESTRUTURAÇÃO DO PRÉ-ZONEAMENTO
- PLANO DE ZONEAMENTO Produto – P15
- AVALIÇÃO DE CONSISTÊNCIA
- PLANO DE AÇÃO Produto – P13

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONSTRUÇÃO DO MODELO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA — FRAGILIDADE BIOLÓGICA



ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA

FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA

FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIU

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESTABILIDADE FÍSICA

FRAGILIDADE BIOLÓGICA

CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MODELO PREVIU

MODELO BÁSICO

PRE-ZONEAMENTO

ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AVALIAÇÃO DE CONSISTÊNCIA

ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CONFRONTAÇÃO COM CENÁRIOS

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANÁLISE DOS DADOS

SISTEMAS DE ENERGIA

ATIVIDADES MINERÁRIAS

REGIÕES PROGRAMAS

MICO ZEE 66 AM

ZEE DO NORTE DO TOCANTINS

PRÉ-ZONEAMENTO

SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE

USO DA TERRA

RELEVÂNCIA DA FITOSSONOPIA

ZONAS DO ENTORNO ESTADUAL

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

AFERIÇÃO DE PERTINÊNCIA

PRÉ-ZONEAMENTO

CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO TENDENCIAL

SIST. DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE

➔

CENÁRIO PROPOSITIVO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Os resultados dos são apresentados de forma detalhada no Produto P08 (Prognóstico Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins), e traz resultados dos cenários atual e futuro aplicados ao território do Tocantins em um horizonte de **20 anos**, elaborados com fundamento nas suscetibilidades ambientais e potencialidades antrópicas.

A revisão do Zoneamento Ecológico Econômico deve ser realizada conforme normalização vigente a partir dos 10 anos de vigência.



ZEE-TO
 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
 DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE ZONEAMENTO (P15)

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

APROXIMAÇÃO AOS LIMITES DAS UNIDADES DE PAISAGEM
 Garantia de homogeneidade e consistência, por intermédio de marcos passíveis de reconhecimento em campo

ÁREA MÍNIMA
 Menor unidade de paisagem (5.000 ha)

ESCALA DE MAPEAMENTO
 Zoneamento com escala 1:250.000, mapeamento e análises realizados em escala 1:100.000

POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
 Máximo de 80% de conservação

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

NOMENCLATURA
ZONAS ECOLÓGICO-ECONÔMICAS

ZONAS ESPECIAIS

- ZETI: Zonas Especiais de Unidades de Conservação de Proteção Integral
- ZEUS: Zonas Especiais de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- ZETI: Zonas Especiais de Terras Indígenas

ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

- ZDI-1: Zona de Desenvolvimento Integrado 1
- ZDI-2: Zona de Desenvolvimento Integrado 2
- ZDI-3: Zona de Desenvolvimento Integrado 3
- ZDI-4: Zona de Desenvolvimento Integrado 4

ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

- ZCE-1: Zona de Consolidação Estratégica 1
- ZCE-2: Zona de Consolidação Estratégica 2
- ZCE-3: Zona de Consolidação Estratégica 3
- ZCE-4: Zona de Consolidação Estratégica 4

Zonas Especiais
 Zonas de Desenvolvimento Integrado
 Zonas de Consolidação Estratégica

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS

AS 132 ZONAS ECOLÓGICO-ECONÔMICAS SÃO CLASSIFICADAS EM TRÊS TIPOLOGIAS PRINCIPAIS.

Dinâmica Socioeconômica / Conservação Ecológica

- ZEP1: 5,77
- ZEUS: 8,31
- ZET1: 7,41
- ZDI-1: 13,15
- ZDI-2: 8,7
- ZDI-3: 4,9
- ZDI-4: 10,59
- ZCE-4: 11,74
- ZCE-3: 11,43
- ZCE-2: 12,68
- ZCE-1: 5,33

- ZONAS ESPECIAIS
- ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
- ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ECOLÓGICO-ECONÔMICAS

132 ZONAS

- **Especiais (ZEs)** – 29 espaços naturais protegidos por lei (21,49% do estado), classificados em três tipos;
- **de Desenvolvimento Integrado (ZDIs)** – 75 espaços com níveis diferenciados de aptidão à conservação ecológica (37,33% do Tocantins), agrupados em quatro tipos;
- **de Consolidação Estratégica (ZCEs)** – 28 espaços com graus diversificados de aptidão ao desenvolvimento socioeconômico (41,18% do território estadual), enquadrados em quatro tipos.

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Quais municípios fazem parte desta região administrativa?

MUNICÍPIOS

- Aparecida do Rio Negro
- Brogrinho de Nazaré
- Fátima
- Ipueras do Tocantins
- Lajeado
- Miracema do Tocantins
- Monte do Carmo
- Oliveira de Fátima
- Palmas
- Porto Nacional
- Tocantínia

SEDE ADMINISTRATIVA

Está região equivale a 7,22% do estado do Tocantins.

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

COMO FICA O ZONEAMENTO NA SUA REGIÃO?

VAMOS ANALISAR CADA CLASSE DE ZONA?

REGIÃO ADMINISTRATIVA

SEDE ADMINISTRATIVA

- ZONAS ESPECIAIS
- ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
- ZONAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS (ZE)

COMPORTEM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, LEGAL E INSTITUCIONAL:

- **Unidades de Conservação (UC)** - espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público.
- **Terras Indígenas (TI)** - comportando as glebas tradicionalmente ocupadas pelos índios, sendo elas:
 - habitadas em caráter permanente;
 - utilizadas para atividades produtivas;
 - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais (bem-estar e reprodução física e cultural).
 (BRASIL, 1988, Artigo 231, Parágrafo 1º)
- **Área total: 5.985.223,25 ha (21,49% do estado)**
- **Municípios: 63**
 - ✓ 07 ZEP1 (Zona Especial de Proteção Integral)
 - ✓ 14 ZEUS (Zona Especial de Uso Sustentável)
 - ✓ 08 ZETIs (Zona Especial de Terras Indígenas)

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZE's

ZETI – Terra Indígena Xerente

ZETI – Terra Indígena Funil

ZEUS – APA Serra do Lajeado

ZEPI – Parque Estadual do Lajeado

ZEUS – APA da Lagoa de Palmas

CLASSES

- ZEP1
- ZEUS
- ZETI

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ZONAS ESPECIAIS

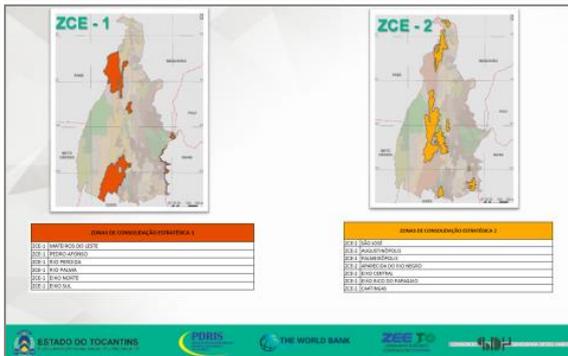
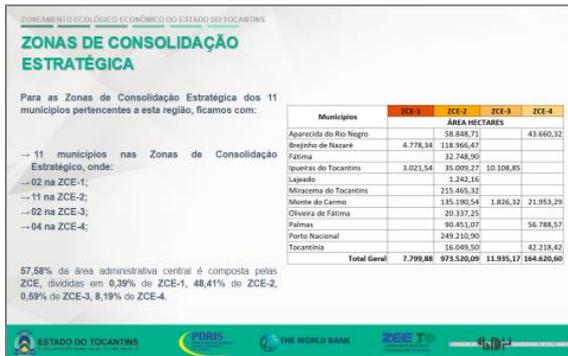
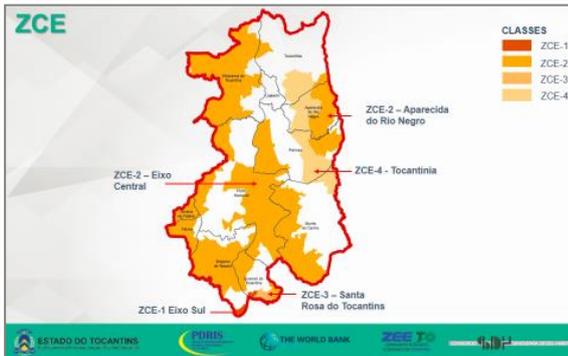
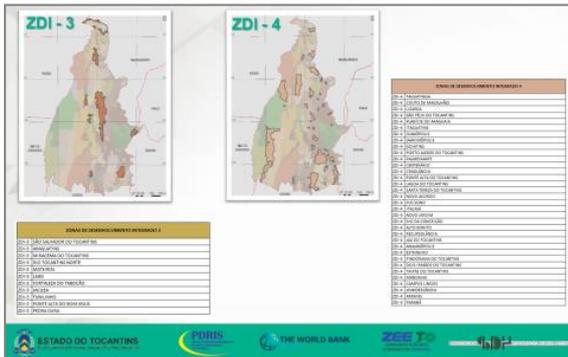
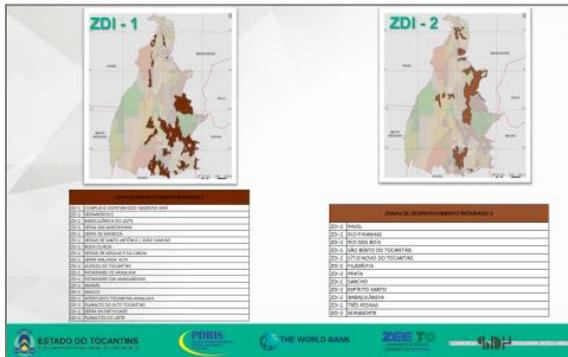
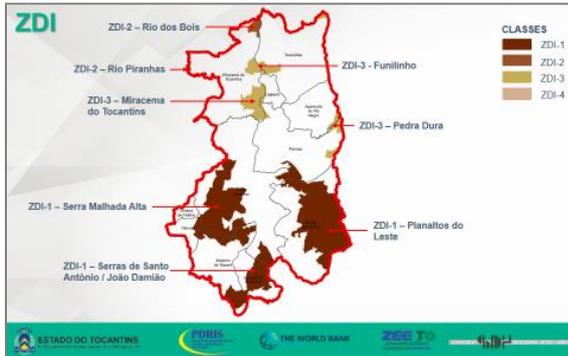
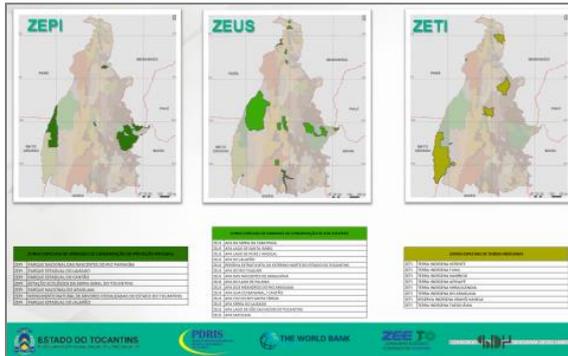
A Região administrativa central, com sede administrativa em Palmas, possui 11 municípios. Sendo que:

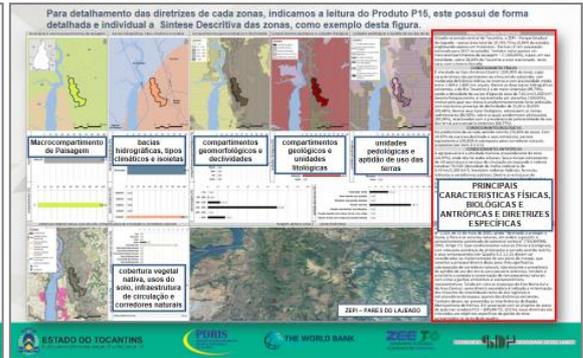
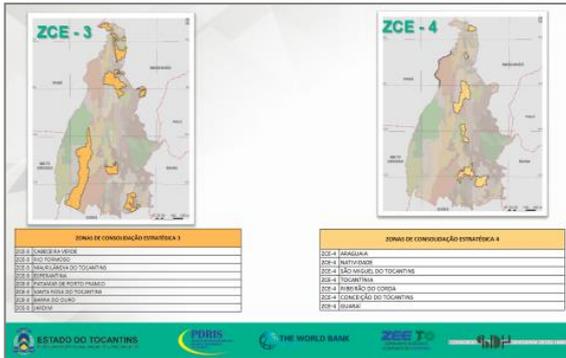
- 5 municípios ficam nas Zonas Especiais:
- 1 na ZETI;
- 1 na ZEP1;
- 5 na ZEUS;

Municípios	ZETI	ZEP1	ZEUS
Aparecida do Rio Negro			9.676,98
Lajeado			27.422,36
Palmas		10.743,72	63.116,22
Porto Nacional			62.885,42
Tocantínia			11.940,08
Total Geral	178.667,48	10.743,72	174.461,06

18,10% da área administrativa central é composta por ZE, divididas em 8,89% de ZETI, 0,53% de ZEP1 e 8,68% de ZEUS.

ESTADO DO TOCANTINS PDIRS THE WORLD BANK ZEE-TO





PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Situada na porção central do Tocantins, a ZEP1 - Parque Estadual do Lajeado – possui área total de 10.743,73 ha (0,04% do estado), englobando apenas um município – Palmas [1ª em população estimada para 2017 no estado]. Também inclui apenas um macrocompartimentos de paisagem – C (100,00%), o qual, em sua totalidade, cobre 28,83% do Tocantins e está relacionado, neste caso, com o bioma Cerrado.

CONDICIONANTES FÍSICAS

É vinculada ao tipo climático C2wa'af (100,00% da zona), cujas características são pertinentes ao clima úmido subúmido, com moderada deficiência hídrica no inverno e com pluviosidade média entre 1.600 e 1.800 mm anuais. Dentre as duas bacias hidrográficas existentes, a do Rio Tocantins é a de maior extensão (99,79%), sendo a densidade de cursos d'água da zona de 7,61 km/1.000 km². Geomorfológicamente, é representada por planaltos (100,00%), motivo pelo qual seu relevo é predominantemente forte ondulado, com expressiva presença de declividades de 15,00 a 30,00% (69,48%). Dentre seus tipos litológicos, sobressaem as rochas sedimentares (86,56%), sobre as quais predominam plintossolos (99,36%), relacionados com a prevalência da potencialidade de uso das terras para pecuária extensiva (68,77%).

CONDICIONANTES BIOLÓGICAS

Há predomínio de cerrado sentido restrito (70,40% da zona). Com 10,97% da sua área destinada a usos antrópicos, parcela equivalente a 100,00% é sobreposta pelos corredores naturais propostos.

CONDICIONANTES ANTRÓPICAS

A agropecuária é a atividade humana preponderante da zona (10,97%), onde não há sedes urbanas. Seu principal componente de infraestrutura e serviços de circulação corresponde à rodovia estadual TO-020 (densidade da malha rodoviária de 0,43 km²/1.000 km²). Inexistem rodovias federais, ferrovias, hidrovias e aeródromos públicos. Dentre as estruturas de desenvolvimento estadual, está vinculada com o Eixo Norte-Sul Leste e com o Arco Central, além da Região-Programa Central e da Região Metropolitana de Palmas. Também não há polos nesta zona.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

O Parque Estadual do Lajeado foi instituído pela Lei Estadual N° 1.224, de 11 de maio de 2001, sendo "destinado a proteger a fauna, a flora e os recursos naturais, em ordem a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico" (TOCANTINS, 2001, Artigo 1º). Suas condicionantes naturais (físicas e biológicas), com relevante existência de plintossolos e cerrado sentido restrito e seus remanescentes, devem ser consideradas na implementação do seu plano de manejo, que constitui a principal diretriz desta zona. Pela significativa sobreposição de corredores naturais, não obstante a prevalência de aptidão de uso das terras para pecuária extensiva, também é prioritária a conexão e conservação de remanescentes naturais com vistas a ganhos ambientais e socioeconômicos representativos. Tendo em vista as presenças do Eixo Norte-Sul e do Arco Central, como diretriz secundária é indicada a minimização dos impactos da consolidação tanto de eixos logísticos e estruturadores do espaço, quanto das dinâmicas existentes. Também devem ser prevenidas as interferências da Região Metropolitana de Palmas. Em associação com os projetos do plano de ação, essas diretrizes são vinculadas aos objetivos específicos de gestão da zona.

CORREDORES NATURAIS

Os corredores foram estabelecidos concomitante ao zoneamento, já que em todas as zonas existem aspectos ambientais específicos que devem ser tratados de forma a compatibilizar as questões ambientais as socio econômicas. Ou seja, as zonas possuem áreas que são de maior importância para a conservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ambientais e conservação da geodiversidade, onde serão estabelecidos políticas específicas.

Assim foi utilizada a concepção dos corredores ecológicos por se tratar de um delineamento espacial para a conservação, incorporando outras questões que podem ser espacializadas além do tema conectividade, como áreas prioritárias para a conservação, incluindo habitats de maior fragilidade, áreas relevantes para a manutenção de diversos serviços ambientais, propiciar maior resiliência a possíveis mudanças climáticas por causas naturais ou antrópicas e formações geológicas importantes.





Corredores Naturais ocupam 51,26% da região administrativa Central.

As Unidades de Proteção Integral e Terras Indígenas foram consideradas nos corredores naturais.

ZEE-TO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO

- 1 GESTÃO AMBIENTAL
- 2 GESTÃO TERRITORIAL
- 3 GESTÃO SOCIAL
- 4 GESTÃO ECONÔMICA
- 5 GESTÃO INSTITUCIONAL

GESTÃO AMBIENTAL

	MEIO FÍSICO	MEIO BIOLÓGICO
PROGRAMAS	CONSERVAÇÃO DA GOVERNABILIDADE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS	Controle geotécnico Monitoramento climático Adequação às mudanças climáticas	Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas Proteção e recuperação da vegetação nativa e ecossistemas Implementação de corredores de biodiversidade e serviços ambientais Consolidação de reservas legais Fortalecimento do sistema de áreas naturais protegidas

GESTÃO TERRITORIAL

	ESTRUTURA URBANA	INFRA-ESTRUTURA URBANÍSTICA
PROGRAMAS	INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL ORDENAMENTO URBANO-RURAL	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE MOBILIDADE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SANAMENTO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES
PROJETOS	Desenvolvimento dos Rústicos Programa Fortalecimento dos municípios polos e RUA Estruturação de assentamentos rurais	Consolidação do sistema rodoviário Proteção de mananciais de abastecimento de água Agrinamento dos sistemas de energia e comunicações Consolidação do sistema ferroviário Manejo integrado das águas Incentivo a fontes alternativas de energia Consolidação do sistema aeroviário Manejo integrado de resíduos Organização dos serviços de transporte e logística

GESTÃO SOCIAL

SOCIEDADE

PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIOESFERA
PROJETOS	Preservação da cultura indígena Valorização das populações tradicionais	Preservação do patrimônio sociocultural Monitoramento e educação ambiental
	Inclusão social estratégica	

GESTÃO ECONÔMICA

	PRODUÇÃO	INOVAÇÃO
PROGRAMAS	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO DESENVOLVIMENTO DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
PROJETOS	Expansão da agropecuária multifuncional Fortalecimento da agricultura familiar Aproveitamento da irrigação Manejo florestal e silvicultura Incremento de atividades rurais alternativas	Agregação de valor à agroindústria Diversificação do comércio e serviços Diversificação e integração dos segmentos do turismo Diversificação tecnológica e inovação Promoção da biotecnologia Expansão de parques tecnológicos

GESTÃO INSTITUCIONAL

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

PROGRAMAS	ADMINISTRAÇÃO DO ZEE	MONITORAMENTO DO ZEE	ACOMPANHAMENTO DO ZEE
PROJETOS	Composição organizacional integrada Internalização do plano Recursos para implementação	Operacionalização do sistema de informações Normatização legislativa e executiva Detalhamento da projetos a atualização periódica Controle de atividades	Regulamentação e análises institucionais Compartilhamento de informações Participação democrática de atores sociais

Para ter conhecimento de todos os projetos propostos no Zoneamento consultar o Produto 13.

P13 - PROPOSIÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Exemplo de produto

Continua...

Continuação...

Este é um exemplo de projeto de um dos programas do plano de ação!



ZEE-TO
2018 2019 2020 2021 2022

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Para conhecer mais sobre o ZEE-TO, acesse o endereço www.zee.seplan.to.gov.br e faça o download dos produtos que compõem todo o processo de construção do zoneamento ecológico-econômico até o momento.

Os produtos que correspondem a abordagem tratada nas consultas públicas são denominadas Plano de Zoneamento do Estado do Tocantins(Produto P15) e Plano de Ação do Zoneamento do Estado do Tocantins (Produto P13). Outras Dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail zee@seplan.to.gov.br ou pelos fones 63 3212-4495 / 4482 na coordenação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

Solicitamos que as considerações sobre os documentos apresentados nas consultas públicas sejam encaminhadas por meio do formulário de contribuição disponível no portal do zoneamento até o dia 17 de agosto de 2018.

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIS | THE WORLD BANK | ZEE-TO |

ZEE-TO
2018 2019 2020 2021 2022

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO TOCANTINS

Home / CONSULTAS PÚBLICAS / Formulário de Contribuição

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

ÁREA: []
 NOME DE FICHA: []
 APROVAÇÃO: []

CONSULTAS PÚBLICAS

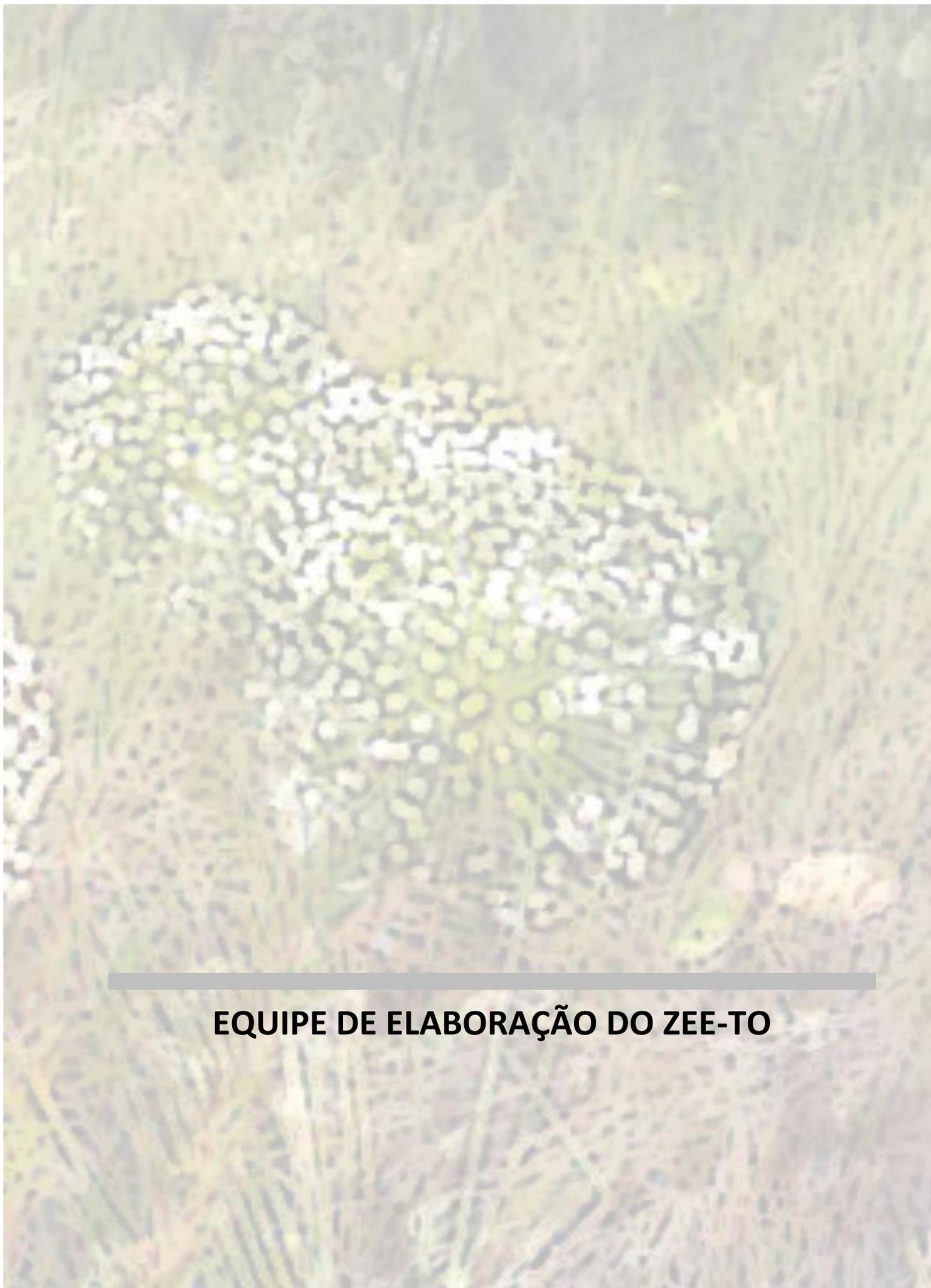
FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

LINKS

- Formulário de Contribuição

ESTADO DO TOCANTINS | PDRIS | THE WORLD BANK | ZEE-TO |





EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO ZEE-TO



Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável

SÉRIE TOCANTINS - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Volume 1 - Caracterização dos Atores Sociais

Volume 2 - Compartimentação da Paisagem

Volume 3 - Diagnóstico Ecológico-Econômico

Volume 4 - Prognóstico Ecológico-Econômico

Volume 5 - Oficinas Técnicas para Discussão Pública e Consolidação dos Resultados

Volume 6 - Consultas Públicas do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico

Volume 7 - Plano de Ação

Volume 8 - Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico

Volume 9 - Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico



Estado do Tocantins

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Rodrigo Sabino Teixeira Borges - Gerente
Bacharel em Geografia - Mestre em Geografia

EQUIPE TÉCNICA

Cecília Amélia Miranda Costa
Bacharel em Processamento de Dados - Mestre em Recursos Hídricos

Ilda Celeste Lopes da Costa Martins
Tecnóloga em Gestão Ambiental

Leandro Roeder
Bacharel em Ciências Econômicas

Paulo Augusto Barros de Sousa
Bacharel em Ciência da Computação - Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas

Policarpo Fernandes Alencar Lima
Bacharel em Ciências Econômicas - MBA em Gerenciamento Projetos Governamentais



Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins

EQUIPE EXECUTORA

Coordenação	Formação
Coordenador Geral	
Valmir Augusto Detzel	Engenheiro Florestal - Mestre em Engenharia Florestal
Coordenadora Zoneamento Ecológico-Econômico	
Letícia Peret Antunes Hardt	Arquiteta e Urbanista - Doutora em Engenharia Florestal
Coordenador Compartimentação da Paisagem	
Fabiano Antônio de Oliveira	Geógrafo - Doutor em Geografia Física
Coordenador Cartografia e Geoprocessamento	
Roque Alberto Sánchez Dalotto	Engenheiro Cartógrafo - Doutor em Engenharia Civil

Equipe Técnica	Formação
Alberto Urben Filho	Biólogo
Alessandra Lustoza Franco	Arquiteta e Urbanista
Amanda Carolina Santos Motta	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Ana Carolina Anjos	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Ana Júlia Madalozo Molinari Gonçalves	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Ana Sylvania Zeny	Engenheira Civil
Ariadne Stradiotto Frenzel	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Augusto Rodrigues de França	Engenheiro Florestal
Brenda Brandão Pontes	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Carlon Hardt	Designer
Caroline Oksana Preima	Engenheira Ambiental
Cauê Xavier da Silva	Geólogo
Cecile Miers	Arquiteta e Urbanista
Cristiano Cit	Geógrafo
Cristina Solange Hendges	Engenheira Ambiental
Everson Luiz Henequi	Estatístico
Expedito Alves Cardoso	Engenheiro Agrônomo - Doutor
Fabiano Antônio de Oliveira	Geógrafo - Doutor
Fernando José Venâncio	Biólogo
Giovanna Cardena Silva	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Gustavo Domingues Gaspari	Arquiteto e Urbanista
Gustavo Kaminski	Engenheiro Ambiental - Mestre
Letícia Haak	Geógrafa - Mestre
Letícia Peret Antunes Hardt	Arquiteta e Urbanista - Doutora
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	Arquiteta e Urbanista
Lorena Carmen Folda Detzel	Bióloga - Especialista
Magda Cristina Ferreira de Araujo Gomes	Tecnóloga em Gestão Pública
Maria Alice Simões Cordeiro Soares	Engenheira Civil - Especialista
Maria Beatriz Maurer Ravaglio	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Mariana Andrade Miyoshi	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Mariano de Matos Macedo	Economista - Doutor
Marlos Hardt	Arquiteto e Urbanista - Mestre
Matheus Morganti Baldim	Engenheiro Ambiental
Mathilde Aparecida Bertoldo	Engenheira Agrícola - Doutora
Mayra Mayumi Aihara	Arquiteta e Urbanista
Meanda Nayara Monteiro Rodrigues	Engenheira de Mineração - Especialista
Mônica Ferreira da Silva	Arquiteta e Urbanista
Nilo Aihara	Engenheiro Civil - Especialista
Patrícia Costa Pellizzaro	Arquiteta e Urbanista - Doutora

Continua...



Continuação...

Equipe Técnica	Formação
Regina Maria Klein	Arquiteta e Urbanista - Mestre
Rhaísa Koscianski	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Ricardo Miranda de Brites	Biólogo - Doutor
Roque Alberto Sánchez Dalotto	Cartógrafo - Doutor
Rosamaria Milléo Costa	Advogada - Especialista
Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista - Especialista
Sandy Plassmann Lamberti	Técnica em Geoprocessamento
Sergio Augusto Abrahão Morato	Biólogo - Doutor
Taís Silva Rocha D'Angelis	Arquiteta e Urbanista - Mestre
Tassiana Hille Pace	Turismóloga - Doutora
Thiago da Silva Alves	Estatístico
Valéria Romão Morellato Hardt	Arquiteta e Urbanista - Especialista
Valmir Augusto Detzel	Engenheiro Florestal - Mestre
Vanessa Fontana Kerecz Godoi	Engenheira Civil - Especialista
Verena Giraldi Costa	Arquiteta e Urbanista
Victor Augusto Bosquilia Abade	Graduando de Arquitetura e Urbanismo
Viviane Viniarski	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo
Willian Carlos Siqueira Lima	Arquiteto e Urbanista - Mestre

Equipe de Cartografia	Formação
Adriano Faria de Melo	Analista de Sistemas
Amanda Antunes	Engenheira Cartógrafa e Agrimensora
Andréia Ayumi Fantan Une	Técnica em Geografia
Carlos Vellozo Roderjan	Engenheiro Florestal - Doutor
Caroline Oksana Preima	Técnica em Engenharia Ambiental
Daniel Humberto Saavedra Alvarado	Engenheiro Cartógrafo
Dimas Clemente	Analista de Sistemas - Especialista
Fabiano Antônio de Oliveira	Geógrafo - Doutor
Fabício Fonseca Pereira Hein	Técnico em Geografia
José Roberto Ribeiro	Engenheiro Florestal - Especialista
Juliano Kappeller Pereira	Técnico em Sensoriamento Remoto
Karine Krunn	Geógrafa
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	Arquiteta e Urbanista
Patrícia Costa Pellizzaro	Arquiteta e Urbanista - Doutora
Pedro Paulo Santos Farias	Graduando em Engenharia Cartográfica
Poliana Teixeira da Fonseca	Técnica em Geografia
Ricardo Miranda de Brites	Biólogo - Doutor.
Roque Alberto Sánchez	Cartógrafo - Doutor
Rosane Schulka Scariotto	Cartógrafa
Sandy Plassmann Lamberti	Técnica em Geoprocessamento
Valéria Romão Morellato Hardt	Arquiteta e Urbanista - Especialista
Willian Carlos Siqueira Lima	Arquiteto e Urbanista - Mestre

Continua...



Continuação...

Direção do Consórcio	Formação
Dimas Clemente	Analista de Sistemas - Especialista Resp. Senografia Desenvolvimento (Líder do Consórcio)
Valmir Augusto Detzel	Engenheiro Florestal - Mestre Resp. Detzel Consulting
Marlos Hardt	Arquiteto e Urbanista - Mestre Resp. Hardt Arquitetura e Planejamento

Administração Consórcio	Formação
Anny Louise Biernaski	Gestora da Qualidade Secretária Executiva
Delcio Luis Ducati	Contador
Janaina da Silva Rodrigues	Secretaria Executiva
Maria Carolina da Leve	Administradora
Stephanie da Silva Prohnni	Secretaria Executiva
Vanessa Alves Rodrigues	Secretaria Executiva

Nota: O *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins* foi executado por meio de contrato de prestação de serviços especializados firmado entre a **Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN** e o Consórcio **Senografia Desenvolvimento e Soluções - Detzel Consultores Associados - Hardt Planejamento (Autor)** por meio do Contrato nº 11/2015. O trabalho foi executado no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), componente *Melhoramento da Eficiência dos Serviços Públicos numa Seleção de Serviços Públicos*, com recursos do Tesouro Estadual e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - contrato de empréstimo nº 8185-0 BR.





GOVERNO DO
TOCANTINS

Secretaria do
Planejamento e Orçamento



PDRIS
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL



THE WORLD BANK
IBRD • IDA